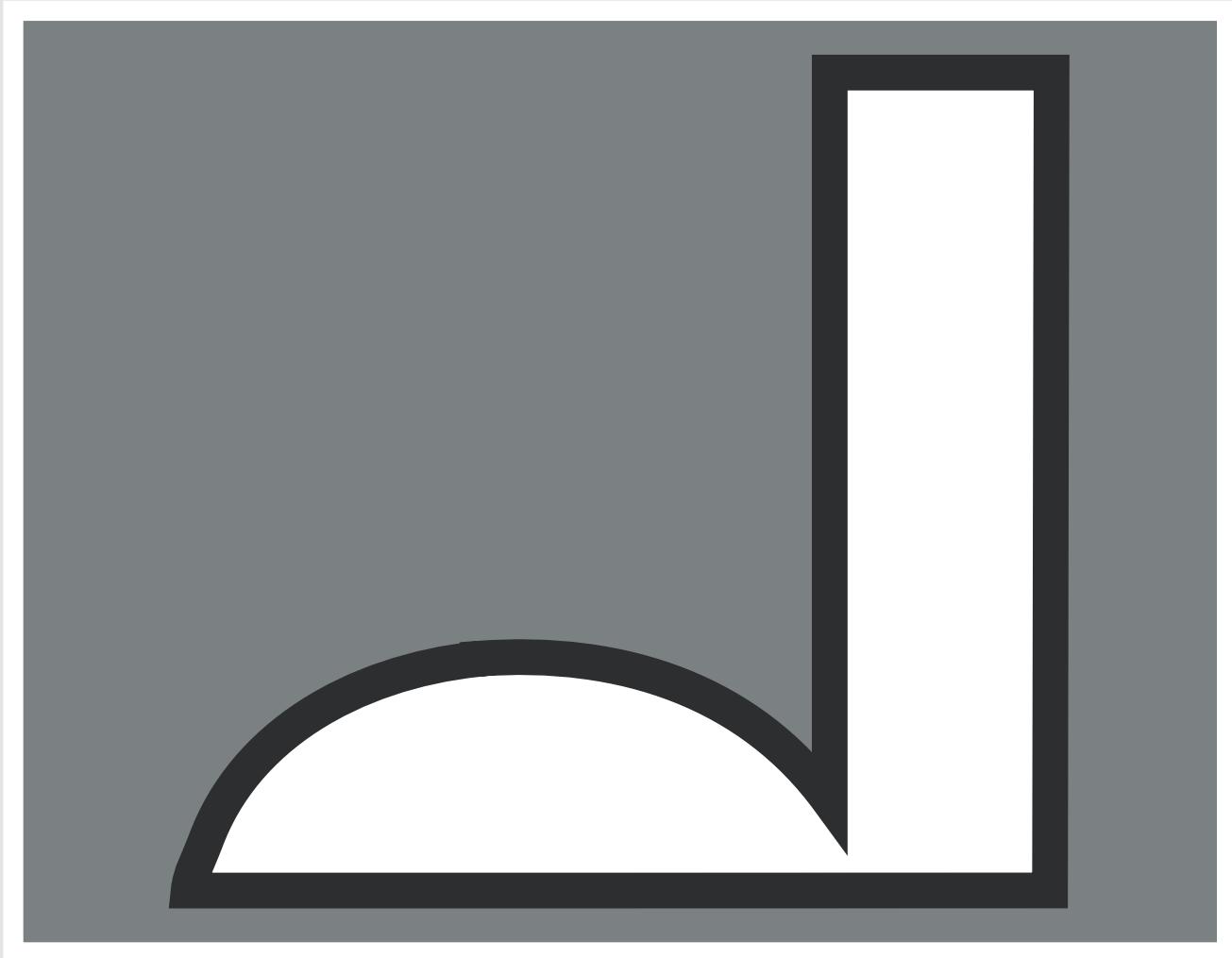




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA

Atas de Comissões Temporárias

ANO LXVIII – SUP. “D” AO N° 181 – SÁBADO, 2 DE NOVEMBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

| | | |
|---|--|---|
| <p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 21</p> <p>Eunício Oliveira (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferrão (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1</p> <p>Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1</p> <p>Paulo Davim (75)</p> | <p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12</p> <p>Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Aníbal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4</p> <p>Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p>Líder do PCdoB - 2</p> <p>Inácio Arruda (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (18,76)</p> <p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p> | <p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Morais (101,112) Cyro Miranda (31,103)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Alcides Nunes Ferreira (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 3</p> <p>José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Wilder Morais (101,112)</p> <p>SDD - 1</p> <p>Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p> |
| <p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blaíro Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 7</p> <p>Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5</p> <p>Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p> | <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p> | |

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

| | |
|---|---|
| <p>Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p> | <p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários</p> <p>Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos</p> |
|---|---|

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA | |
| 1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS | |
| 1.1.1 – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal | |
| Ata da 7ª Reunião, realizada em 9 de outubro de 2013..... | 4 |
| Ata da 8ª Reunião, realizada em 15 de outubro de 2013 | 20 |
| Ata da 9ª Reunião, realizada em 22 de outubro de 2013 | 37 |
| 1.1.2 – Comissão Externa destinada a analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento | |
| Ata da 2ª Reunião, realizada em 9 de outubro de 2013..... | 56 |
| Ata da 3ª Reunião, realizada em 16 de outubro de 2013 | 61 |
| 1.1.3 – Comissão Externa destinada a realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984) | |
| Ata da 7ª Reunião, realizada em 21 de outubro de 2013 | 66 |
| 1.1.4 – Comissão Externa destinada a debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil | |
| Ata da 1ª Reunião, realizada em 1º de outubro de 2013 | 73 |
| 1.1.5 – Comissão Interna destinada a examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283/2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor | |
| Ata da 8ª Reunião, realizada em 29 de abril de 2013..... | 75 |
| 1.1.6 – Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal | |
| Ata da 10ª Reunião, realizada em 11 de julho de 2013..... | 96 |
| Ata da 11ª Reunião, realizada em 19 de setembro de 2013 | 98 |

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 811, DE 2013, DESTINADA A INVESTIGAR A DENÚNCIA DE EXISTÊNCIA DE UM SISTEMA DE ESPIONAGEM ESTRUTURADO PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS COM O OBJETIVO DE MONITORAR EMAILS, LIGAÇÕES TELEFÔNICAS, DADOS DIGITAIS, ALÉM DE OUTRAS FORMAS DE CAPTAR INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS OU PROTEGIDAS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ATA DA 7^a REUNIÃO

Ata Circunstaciada da 7^a Reunião, realizada em 09 de outubro de 2013, às 14 horas e 49 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho. Ocorrida sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) e com a presença dos Senadores: Ricardo Ferraço (PMDB/ES); Benedito de Lira (PP/AL); Pedro Taques (PDT/MT), Eduardo Suplicy (PT/SP) e Lídice da Mata (PSB/BA). Deixaram de comparecer os Senadores: Roberto Requião (PMDB/PR); Sérgio Petecão (PSD/AC), Walter Pinheiro (PT/BA), Aníbal Diniz (PT/AC) e Eduardo Amorim (PSC/SE). Na ocasião foi realizada audiência pública com a presença dos senhores: Glenn Greenwald, Repórter do Jornal “The Guardian”, e David Miranda. Foram aprovados, também, os seguintes requerimentos:

| Número | Ementa | Autoria |
|---------------------------|---|-------------------------|
| 32 / 2013 | Convida o Sr. Marcelo Itagiba a prestar depoimento em reunião desta comissão. | Sen. Ricardo Ferraço |
| 32 / 2013 | Convida o Sr. Marcelo Itagiba a prestar depoimento em reunião desta comissão. | Sen. Ricardo Ferraço |
| 33 / 2013 | Convida o Sr. João Batista de Rezende, Presidente da ANATEL, a prestar depoimento em reunião desta comissão. | Sen. Ricardo Ferraço |
| 34 / 2013 | Convida o Sr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal, a prestar depoimento em reunião desta comissão. | Sen. Ricardo Ferraço |
| 35 / 2013 | Requer que o pesquisador da USP, Ronaldo Gomes Carmo, seja admitido a prestar consultoria externa a esta CPI. | Sen. Vanessa Grazziotin |
| 36 / 2013 | Requer seja remetido ofício ao advogado do Sr. Edward Snowden para consultá-lo sobre a disposição de seu constituinte prestar informações e esclarecimento a esta CPI mediante vídeo-conferência. | Sen. Ricardo Ferraço |
| 37 / 2013 | Requer que seja instado o Ministério das Relações Exteriores a informar o desdobramento e que provisões foram adotadas em relação ao episódio envolvendo a detenção do senhor David Miranda. | Sen. Ricardo Ferraço |
| 38 / 2013 | Requer seja consultado o governo russo sobre a possibilidade de realização de uma vídeo conferência com a participação do senhor Edward Snowden. | Sen. Ricardo Ferraço |

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Declaro aberta a 7^a Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, destinada a investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem estruturado pelo governo dos Estados Unidos com objetivo de monitorar e-mails e ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com os convidados que já chamamos à mesa: Sr. Glenn Greenwald, jornalista do jornal britânico *The Guardian*, e Sr. David Miranda, convidado para falar a respeito de sua detenção na Inglaterra.

Após a audiência pública, nós passaremos a analisar requerimentos também.

Estamos brincando aqui que temos que tampar a marca.

Quem vocês preferem que fale primeiro? (Pausa.)

Então, Sr. David, o motivo do convite a V. S^a se deu pelo fato da detenção. V. S^a teria ficado detido quase nove horas com base numa lei antiterrorismo na Inglaterra e nós o convidamos aqui para que o senhor relate absolutamente tudo o que ocorreu e também a respeito de processos, caso haja.

Passo a palavra a V. S^a, pelo tempo de 20 minutos ou pelo tempo que senhor considerar necessário para fazer a sua exposição.

Eu pergunto ao Relator se quer antes usar da palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então, V. S^a está com a palavra.

O SR. DAVID MIRANDA – Primeiramente muito obrigado, Senadora Vanessa. Obrigado a esta Comissão por ter me convidado para poder falar aqui hoje.

Fico um pouco nervoso falando assim para muita gente em público, somente a um montão de jornalista.

Muitos de vocês devem saber que eu venho trabalhando há muito tempo com o Glenn em todas essas histórias ao longo desses oito anos que a gente está junto. Não é nenhuma novidade para mim o tipo de trabalho de jornalismo que ele faz.

Primeiro queria falar da importância do ocorrido comigo, por que eu fui detido na Inglaterra. Simplesmente pelo fato de eu ser brasileiro. Um mês antes, a Laura Potter, uma jornalista que está trabalhando nas histórias junto com o Glenn, e que está na Alemanha, veio a nossa residência e ficou algumas semanas com a gente. Ela tem trabalhando desde o começo, ela foi a Hong Kong com o Glenn para pegar os documentos com o Snowden e muitos jornalistas que trabalham no *The Guardian* e outras pessoas estão manuseando documentos, passando pela Inglaterra o tempo todo. Então, a Laura saiu do Brasil, passou pela Inglaterra e foi para a Alemanha. Eu fui para a Alemanha e, quando fui voltar, pelo simples fato de eu ser brasileiro, fui detido lá, durante nove horas dentro daquela sala; mais duas horas dentro do aeroporto.

Eu acho que ainda existe essa mentalidade dos Estados Unidos, da Inglaterra, de que os brasileiros e os países daqui debaixo são ainda colônias. A mesma coisa aconteceu quando eles pararam o avião do Presidente Evo Morales. Vocês podem perceber que eles achavam que não ia haver nenhuma consequência e me pararam por ser um brasileiro, da forma como eles fizeram.

Noventa e sete por cento das pessoas que são paradas por essa lei que eles utilizaram, que é uma lei contra terrorismo, e que foi utilizada contra mim, são liberadas em uma hora. Então, foi para mandar uma mensagem direta às histórias que o Glenn está trabalhando, às pessoas que estão trabalhando. Eles intimidaram o jornal *The Guardian* um mês antes, entrando no escritório, pegando os dados dele, limpando os HDs, quebrando aquilo. Então, eles imaginaram que aquilo era uma forma de estar intimidando mais o Glenn, o *The Guardian* e a Laura.

Quero falar como foi a saída do avião e como foi todo esse processo. Quando eu estava dentro do avião, foi anunciado que todos os passageiros precisavam ter o passaporte em mãos, porque seriam verificados do lado de fora. Depois que eu saí tinha dois agentes, um de cada lado. Eles me pediram para acompanhá-los até uma sala, onde eu fiquei detido durante aquelas oito horas e cinquenta e cinco minutos, quando fui liberado. Durante esse tempo todo, eu fui ameaçado de ir para a cadeia se não cooperasse com eles.

Quando eu cheguei na sala, perguntei quais eram os meus deveres e o que eu precisava fazer, e eles me informaram que eu estava sendo detido dentro dessa Lei do Ato Terrorista, de 2000, e que eu tinha a obrigação de cooperar com eles e entregar as informações que eles me pedissem.

Aí você pensa assim, por um momento... Eu tenho um pouco de conhecimento de política internacional, por causa do Glenn, do trabalho, de todas as histórias em que ele vem trabalhando, mas imagino como outro brasileiro reagiria nessa situação. Eu tive que sentar e pensar sobre as informações que eu era obrigado a dar. Eles me faziam perguntas, por exemplo, sobre política no Brasil, o que estava acontecendo, sobre os protestos, eu tinha que responder. Se eu não cooperasse... Ao término de nove horas, qualquer pessoa que não seja diplomata, qualquer jornalista que esteja sentado aqui pode ter ordem de prisão. Então, imagine uma pessoa numa situação dessa, sem falar a sua primeira língua, sendo interrogado durante todo esse período?

Então, eu fiquei detido durante todo esse tempo lá nessa sala. Eles me fizeram perguntas sobre o protesto, sobre minhas visões políticas aqui no Brasil; fizeram-me perguntas sobre a empresa que tenho e o

meu relacionamento com essas histórias e todo o tipo de perguntas que vocês possam imaginar.

Eu fiquei um pouco decepcionado com a resposta imediata que a gente teve do Itamaraty aqui, porque foi rápida, porém acho que não foi o suficiente. E até agora eu não vi uma resposta concreta para que isso não aconteça mais com nenhum brasileiro fora do País. Então, deixo essa experiência, para saber o que o líder de Estado vai fazer com o meu próximo futuro.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Bom, acho que seria melhor... A minha ideia é que façamos alguns questionamentos desde já para ele. Ou vamos ouvir o Glenn primeiro? Relator?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone.*) – Não. Eu tenho questionamento para o Glenn, mas ele ainda não está...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então vamos ouvir o Glenn e depois perguntamos a ambos.

Então, com a palavra Glenn Greenwald.

O SR. GLENN GREENWALD – Boa tarde a todos e (*Interrupção do som.*) muito para o convite. E também parabéns para a Senadora Vanessa, o Senador Ricardo, pelo convite para fazer uma investigação muito séria e profunda. Acho que é impressionante. Tem muito país no mundo que está aprendendo também sobre o que os Estados Unidos estão fazendo contra a privacidade do país, dos cidadãos, e querem que esse material só vá embora. E acho que está (*Ininteligível.*) que o Senado está mostrando para criar uma investigação séria, e continuar com essa investigação é muito bom de ver.

Eu quero falar só sobre dois, três pontos antes de responder às perguntas que vocês têm. Primeiro, quero falar só um pouco sobre o meu objetivo como um jornalista fazendo essa reportagem, porque às vezes estou ouvindo muitas teorias e especulação sobre o que são nossos objetivos. Eu quero falar um pouco sobre isso, porque na realidade é muito simples o meu objetivo. Sou jornalista e meu objetivo, como um jornalista, é simplesmente informar ao público o que ele deve saber sobre o que está acontecendo com a privacidade deles e o que facções mais poderosas do mundo estão fazendo em segredo. Acho que esta é a função principal do jornalismo: dar transparência para as pessoas que devam ter isso.

Também tenho o objetivo de proteger a privacidade e os direitos humanos de todas as pessoas, não só dos norte-americanos, mas dos brasileiros, das pessoas na Europa, de todo mundo, em qualquer país. Acho que é minha obrigação como jornalista também.

Meu processo de jornalismo é muito simples. Estou fazendo muito com todos os documentos que minha fonte, o Edward Snowden, me deu há quatro meses. Mas há milhares de documentos, muitos e muitos documentos. Esses documentos são muito complexos. Estou trabalhando com outros jornalistas, com jornais grandes, com jornalistas em *O Globo*, com peritos com muitas pessoas, mas ainda demora tempo para entender todos os documentos. Sempre quando eu acho um documento que mostra alguma coisa que acho que devia ser publicado, imediatamente começo trabalhando com isso e preparamos esse documento, essa reportagem o mais rápido possível para informar o público. Não quero aguardar até saber tudo sobre esses documentos, esperando um ano, dezoito meses para publicar tudo. Estou fazendo reportagens quando estou descobrindo uma informação importante. Acho que isso é a obrigação do jornalista.

O segundo ponto que quero falar é sobre o contexto dessa reportagem.

Na realidade, há uma guerra contra o jornalismo e o processo de transparência. Essa guerra está com o Governo dos Estados Unidos e os aliados mais próximos, sobretudo o Governo britânico. Estão fazendo muitas coisas contra a liberdade de imprensa para esconder toda essa reportagem. Geralmente, o Governo dos Estados Unidos e o Governo da Inglaterra falam que essa coisa acontece só na China, no Irã ou na Rússia, mas agora podemos ver que o Governo dos Estados Unidos está fazendo exatamente as mesmas coisas. Como o David disse, o Governo britânico invadiu a loja do jornal com que estou fazendo reportagem, *The Guardian*, em Londres, e forçou que eles destruíssem todos os computadores que tivessem materiais que estamos usando para fazer essa reportagem. Esse é um ataque grande, muito extremo na liberdade de imprensa.

Também colocaram meu companheiro, pessoa que amo mais que tudo, que é mais próximo de mim, por nove horas, em Londres, sob a lei do terrorismo e ameaçaram muito sobre ele ir para a prisão. Também fiquei o dia todo sem poder fazer qualquer coisa, pensando e escutando dos advogados que provavelmente o Governo iria colocar o David na prisão só para mandar uma mensagem de intimidação: se você continuar fazendo jornalismo, reportagem, podemos punir vocês, podemos usar nosso poder; você deve ter medo do nosso Governo.

Tive um artigo na Reuters, um dia depois que David foi detido, falando que tem um oficial do Governo dos Estados Unidos falando que o motivo da detenção do David foi para mandar uma mensagem de que o Governo dos Estados Unidos e da Inglaterra

estão sérios sobre impedir esse jornalismo. É um motivo muito claro. Se eles quisessem pegar os documentos que acharam que David estivesse carregando, demorariam nove minutos, não nove horas! Ele ficou detido por nove horas, o máximo que essa lei permitia, só porque eles quiseram mandar uma mensagem de intimidação.

Também o Governo britânico está ameaçando fazer uma investigação criminal para processar os jornalistas envolvidos nessa reportagem, incluindo David, eu e Laura Poitras, na Alemanha, o *The Guardian*, os editores, os jornalistas que moram na Inglaterra, para atacar o processo do jornalismo.

Eu acho que isso é muito importante para todos que os governos que são beneficiários dessa reportagem. Todos os países, todos os governos, todas as pessoas que estão felizes porque agora elas estão aprendendo o que os Estados Unidos estão fazendo com esse sistema de espionagem, para unir, para proteger o processo do jornalismo, para proteger pessoas que estão correndo muitos riscos para fazerem essa reportagem. Na Alemanha, editores e jornalistas do *The Guardian*, o David, que está também apoiando tudo, mas foi detido por nove horas em Londres e, sobretudo, fonte que correu muito risco para publicar os documentos, o Edward Snowden. Acho que há muitos governos que estão falando que estão felizes por estarem conhecendo todas as informações, mas quase ninguém quer proteger a pessoa que é responsável por deixar o mundo descobrir isso. Acho que seu governo é um governo sério ao defender a privacidade, ao defender a liberdade de imprensa, precisa proteger pessoas que estão fazendo isso, começando com pessoa que começou tudo, Edward Snowden.

E último ponto sobre o qual quero falar é a espionagem econômica. A última vez em que estive aqui no Senado fazendo audiência, com o Senador Ricardo, na Comissão de Relações Exteriores, tudo mundo está me perguntando sobre a espionagem econômica. Falei na época que, com certeza, o grande motivo dessa espionagem é obter vantagem econômica, vantagem industrial. Naquela época, não fizemos ainda muita reportagem sobre esse assunto, mas agora tem muito mais denúncias, quem mostram que, sem dúvida, o propósito principal desse sistema de espionagem não é sobre o terrorismo, não é sobre segurança nacional, é sobre duas coisas: primeira, para aumentar o poder do governo dos Estados Unidos, porque, quando o governo sabe tudo que a população está pensando, planejando, comunicando, esse Estado tem muito mais poder e a população que é alvo dessa espionagem tem muito menos. Todos os governos na história que quiseram dominar outros países usaram a espionagem para

fazer isso. Mas, agora, há tecnologia que permite essa espionagem de forma muito mais forte do que antes. O segundo ponto é para obter vantagem econômica. E agora fizemos muitos artigos, muitas denúncias, que mostram isso, sem dúvida.

Estão fazendo espionagem na OAS, nas conferências na América Latina, onde estão fazendo acordos econômicos; estão fazendo espionagem contra a Petrobras, contra o Ministério de Minas e Energia, e agora tem um artigo novo no *The Guardian*, que foi publicado hoje que mostrou que é uma agência no Canadá que está fazendo esta espionagem contra o Ministério, como mostrou o Fantástico no domingo passado. Estão se encontrando muito com empresas do Canadá que têm mais interesse do que com energia e minerais deste País. Eles estão cooperando muito.

E não há mais dúvida no mundo de onde está o motivo dessa espionagem principalmente. Há dois pontos sobre isso:

1) os Estados Unidos, Canadá, Inglaterra estão fazendo exatamente a espionagem de que eles estão sempre reclamando que a China está fazendo. Estão sempre gritando, reclamando, acusando o governo da China de estar usando sistema de espionagem para dar vantagem industrial para empresas chinesas. E é verdade, a China faz isso. Mas também os Estados Unidos, o governo britânico, o Canadá, os aliados principais estão fazendo exatamente a mesma coisa com todo país no mundo.

2) e mais importante, é que mostra como o governo dos Estados Unidos e Inglaterra estão mentindo muito para a própria população e também para o mundo ao defenderem esse sistema da espionagem. Desde o começo de nossa reportagem, o Presidente Obama ou políticos nos Estados Unidos e na Inglaterra estão falando que precisam desse sistema para proteger nossa população contra o terrorismo. Por exemplo, ontem de noite, um oficial mais alto na Agência da Inglaterra, o MI-5, que deu o discurso e disse: "Precisamos desse sistema porque o alvo são os terroristas muito perigosos." Mas vocês podem ver como isso é mentira, é muito claro. Há terroristas dentro da Petrobras ou do Ministério de Minas e Energia? Ou eles vão falar: "Precisamos proteger contra pedófilos." Há pedófilos na Petrobras ou dentro do escritório da Presidente Dilma? É muito claro. Tudo que eles estão falando para justificar esse sistema não é verdade. Acho que nossa reportagem mostra isso muito claramente.

Obrigado novamente e parabéns pela investigação.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Agora, a partir da

exposição de ambos, entramos numa fase muito importante, que é das perguntas.

Eu gostaria de pedir ao Glenn e ao David... Primeiro quero destacar que o Senado decidiu pela instalação da CPI porque consideramos o fato extremamente grave. Segundo, achamos que uma CPI pode colaborar muito, colaborar com propostas não apenas legislativas, que é muito importante, mas também de ação governamental no sentido de tornar o Brasil mais seguro. Agora, seria muito importante que pudéssemos ter alguns elementos a mais que pudesse nos ajudar nesse trabalho. Então, pedimos encarecidamente a ajuda dos senhores, dentro de uma situação de segurança, naquilo que puderem nos ajudar. Porque assim como os senhores e também a imprensa e os jornalistas informam as pessoas, nós também procuramos dar uma segurança a essas pessoas.

Então agradecemos a vinda de ambos aqui e esperamos que os senhores possam colaborar muito com os Senadores e Senadoras que participam e que desenvolvem esse trabalho.

Passo a palavra ao Relator, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Glenn, David, os nossos agradecimentos por estarem conosco contribuindo ainda mais na elucidação desses fatos que chamaram a atenção do Brasil e do mundo.

Algumas questões que eu gostaria de fazer ao jornalista Glenn, correspondente do *The Guardian*.

No caso da quebra das comunicações por parte do Canadá, é mencionado um programa chamado Olympia. Existem mais informações sobre como este programa funciona? Eu consulto a Presidente se fazemos perguntas diretas ou se vamos acumulando.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pode fazer como o senhor achar melhor, Senador.

O SR. GLENN GREENWALD – Todas as informações que temos sobre esse programa específico que eu sei já publicamos. É possível que tenha outra informação dentro dos materiais que ainda não encontramos, mas acho que não. Talvez tenha mais informação com o Snowden que ele não me deu. Isso é possível também. Mas toda informação sobre esse programa que eu sei eu já publiquei com esse programa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas V. S^a concorda que a informação que foi publicada sobre esse programa é muito superficial? Não nos permite qualquer conclusão?

O SR. GLENN GREENWALD – É. Eu não sou a NSA. Eu tenho só os documentos que eu tenho. Eu

tenho os documentos que o Snowden me deu. O processo de Snowden foi isso. Programas com que ele trabalhou muito próximo. Ele conseguiu coletar muitos documentos sobre isso. Tem programas que podemos fazer reportagem muito profunda, muito completa. Podemos descobrir todas as coisas sobre esse programa.

Tem outros programas com que ele não trabalhou. Por exemplo, ele não trabalhou dentro da Agência do Canadá. Ele conseguiu achar esse documento porque o Canadá deu esses documentos para a NSA. Na realidade, esse documento que vai ser publicado no jornal do Canadá, eu estou trabalhando com eles para publicar mais informação de dentro desse documento. Há muitos detalhes mesmo. O Fantástico teve oito minutos para explicar tudo. Há mais informação que a gente pode entender com mais reportagens que estamos fazendo. Agora, estou trabalhando com o jornal do Canadá para fazer isso. Mas, se esse é o único documento, há a responsabilidade do Governo do Brasil, outros jornalistas, para tentarem investigar esse programa e receber informações. Eu posso publicar só informações que eu tenho.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. S^a não considera a hipótese de se valer dessa oportunidade para antecipar as eventuais denúncias que vai fazer no próximo domingo, ou mesmo que vai fazer na associação com esses veículos do Canadá?

O SR. GLENN GREENWALD – Eu não sei. Agora, não temos planos para fazer outra denúncia sobre esse programa no Fantástico, porque ainda não temos mais documentos, que eu saiba. Mas eu sei que há jornalistas, gente do Canadá, que agora estão fazendo investigações próprias, usando as fontes delas, usando outros documentos, para fazer mais investigações sobre esse programa. Mas ainda não temos mais planos para fazer mais jornalismo sobre esse programa, porque agora não temos mais informações para divulgar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O que V. S^a está afirmando é que o que dispõe até o momento de informações do Snowden, com referência ao Brasil, o que tinha que ser denunciado já foi denunciado? Por favor, explique.

O SR. DAVID MIRANDA – É que são muitos documentos. Ele precisa passar por um processo de investigar vários documentos, e cada documento é de uma forma diferente. Então, ele passa por um processo de, de manhã, ele ver vários documentos diferentes. Às vezes, tem um documento que tem um valor relativo ao Brasil, ou com alguma história que ele já trabalhou aqui. Então, a gente faz a publicação. Não quer dizer que todas as histórias do Brasil acabaram. Quer dizer

que a gente ainda está num processo de investigação de documentos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas há evidências de denúncias impactantes que possam revelar a violação de cidadãos brasileiros, ou mesmo informações estratégicas de companhias brasileiras, como Petrobras, como Embraer, ou mesmo concorrências públicas, ou leilões importantes, como o caso do programa FX-2 de reaparelhamento da Força Aérea Brasileira, ou mesmo o leilão do Campo de Libra, que a Agência Nacional do Petróleo estará efetivando nos próximos dias? Há evidência concreta, material, objetiva, de violação ou de busca dessas informações?

O SR. GLENN GREENWALD – Olha, eu fiz essa reportagem porque eu sei que essas coisas são muito importantes para o País, para a população, para a democracia, mas, de novo, eu posso publicar só os documentos que eu tenho. E todas as informações que eu sei, que eu conheço, dentro desses documentos, sobre, por exemplo, a espionagem contra a Petrobras, já foi publicada. Todas as informações sobre o Ministério que eu conheço, que eu tenho, já foram publicadas.

Na minha opinião, o jornalismo funciona é para mostrar e divulgar a informação relevante que o jornalista pode descobrir e publicar. Depois, a responsabilidade é para o Senado, ou outras pessoas, a Polícia Federal, outros jornalistas, também para fazerem mais investigações, para saberem mais. Eu tenho limites sobre o que eu posso fazer, mas estamos correndo muitos riscos para divulgar esses materiais, porque eu concordo que esses documentos são muito importantes. Mas temos limites sobre o que sabemos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Tem de nossa parte e, quero crer, da sociedade mundial o valor e a importância dessas denúncias feitas pelo Snowden, assim como por V. S^a. É que o trabalho aqui na nossa Comissão Parlamentar vai além. Nós estamos buscando o DNA. Nós estamos buscando as denúncias objetivas que possam nos levar.

Por que eu insisto nessa pergunta, Glenn? Porque aqui, nesta Comissão, esteve a Dra^a Graça Foster, que é Presidente da Petrobras, assim como esteve aqui a Dr^a Magda, que é Presidente da Agência Nacional do Petróleo, que coordena os leilões da Petrobras, sobretudo os leilões do pré-sal. Tanto a presidente da Petrobras como a presidente da Agência Nacional do Petróleo afirmaram aqui que elas não acreditam que informações estratégicas da Petrobras ou da Agência Nacional do Petróleo possam ser violadas, ou pudessem violadas; que elas botam a mão no fogo pelo trabalho de proteção das informações dessa importante Agência e dessa importante empresa de classe global,

como é o caso da Petrobras. Elas não afirmaram, mas é como se afirmassem que isso não é mais do que uma fantasia, porque as denúncias que V. S^a faz são denúncias que aparecem lá à Petrobras. Mas o que é da Petrobras? Essas informações são importantíssimas para que esta Comissão Parlamentar de Investigação do Senado da República possa aprofundar.

Nós ficamos com a impressão de que V. S^a, ou eventualmente tem essas informações, ou quer somente denunciar essas informações em algum momento, ou fica fatiando essas informações. E nós não podemos continuar sendo pautados por informações fatiadas, sobretudo se as informações não oferecerem um rastro de objetividade.

Então, na avaliação de V. S^a, a Petrobras foi violada? Quais são os elementos e evidências que há de violação, não apenas de Petrobras ou de Agência Nacional do Petróleo, assim como de informações estratégicas, por exemplo, da defesa nacional?

O SR. GLENN GREENWALD – Olha, eu não posso falar mais sobre a espionagem contra a Petrobras, mais do que eu já publiquei, porque eu não sei mais. O que eu sei é que o sistema de espionagem dos Estados Unidos é o sistema mais forte no mundo. É muito difícil proteger contra esse sistema. Tem outros exemplos, quando o NSA está invadindo sistemas muito protegidos, muitos fortes. Tem instituições (*Ininteligível*) que já foram publicados. Instituições em outro país que também acham que elas são muito protegidas. A NSA não está fazendo brinquedos. Eles não estão fazendo espionagem contra a Petrobras para nada. Acho que tem um motivo sério, mas eu não posso falar especificamente quais informações eles estão coletando...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Qual é o motivo.

O SR. GLENN GREENWALD – ... porque eu não sei, mas o NSA sabe, o governo dos Estados Unidos sabe. E acho que precisa ser com pressão do governo para divulgar isso. Eles podem divulgar isso. Mas, infelizmente, eu não sei tudo sobre esse programa, mas o que eu sei eu já publiquei.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, sem querer interrompê-lo, mas...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sem querer interromper, já interrompendo, mas eu ouço, com prazer, o Senador Pedro Taques.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Nós instituímos uma nova modalidade: um aparte às perguntas.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não, se fosse...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas com prazer. Evidente!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Nessa língua de raciocínio que V. Ex^a pegou, Senador Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito importante. Apenas para colaborar. Nós estamos aqui diante de uma fonte secundária de uma informação. A fonte primária é o Snowden, que está lá no país do frio – está na Rússia –, que passa informação muito bem. Nós, da Comissão Parlamentar de Inquérito, não podemos ser pautados pelo Fantástico ou outro programa de tevê, apesar da importância desses programas ser jornalística. Ao que me parece – e eu quero cumprimentá-los pelo dever cívico na defesa dos direitos humanos, direito da liberdade de informação, direito da intimidade, quero parabenizá-los por isso –, nós estamos diante de uma situação em que a fonte secundária se encontra com um volume muito grande de informações. Porque ao que o Sr. Glenn fez referência, ele tem informações para trabalhar mais de ano, como disse agora há pouco. Se tem informações para mais de ano, ele não pode saber o que é. Então nós estamos diante de um objeto material da prática de crimes.

É lógico que ele é jornalista, a condição resguarda o sigilo da fonte, agora essas informações que ele tem, pelo menos em tese, levaram à prática de crimes. E a legislação brasileira diz isso.

Então eu queria sugerir ao Relator – eu vou ter que sair, porque sou relator da Comissão de Segurança, já estão me aguardando lá, a comissão não começa sem o trabalho do relator, daí a importância do trabalho de V. Ex^a aqui – se esse material pode ficar sob a guarda do Senado. Nós temos uma sala-cofre para que esse material aqui possa ficar, e ele tendo acesso, para que possa exercer a sua profissão.

Agora, nós não podemos ficar, Sr. Relator, com essa documentação. Eles são documentos. Ao menos em tese, existe aí a prática de crimes. E documentos que se fundamentam na prática de crimes podem ser inclusive objeto de busca e apreensão. O Código de Processo Penal determina isso.

Agora, seria interessante se ele pudesse deixar isso sob a responsabilidade do Senado, da Comissão Parlamentar. E isso é possível. Na CPI do Cachoeira nós fizemos isso.

Então eu peço escusas ao senhor, mas esse ponto que o Relator trouxe é o mais importante. Se não, domingo que vem ou no outro programa ou no outro jornal, nós vamos ser pautados...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Deixe-me ver se comprehendi bem. V. Ex^a está requerendo, nos termos formais da lei, a busca e apreensão desses documentos?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Não, eu não posso requerer isso. Até requerer posso, mas a CPI não pode determinar, porque o Supremo já decidiu várias vezes que comissão parlamentar de inquérito não tem o poder de fazer busca e apreensão em razão do art. 5º, inciso XI, da Constituição, que resguarda o domicílio. E nós temos a situação em que ele está colaborando com a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu estou suscitando V. Ex^a para que ele possa deixar esses documentos sob a responsabilidade do Senado, se não nós vamos ter que dispensar uma fonte secundária e partir para a fonte primária ou a cada programa de TV teremos que tomar providências.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Ex^a permite um aparte...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Glenn, você...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... uma ponderação. Gostaria de fazer uma ponderação ao meu...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Senador Eduardo Supilcy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... nobre e querido colega e professor da área jurídica, que o Senador Pedro Taques conhece tão bem. Mas é preciso levar em consideração o seguinte... Primeiro acho...

Quero cumprimentar também o Glenn Greenwald e o David Miranda, porque eles cumpriram algo muito relevante.

O Pedro Taques vai saber melhor do que eu se o que ele está pedindo... Viu, Senador Pedro Taques? O que V. Ex^a está sugerindo... Será que, eu aqui indago, não significará um eventual descumprimento do Sr. Glenn Greenwald com respeito à legislação dos Estados Unidos, de onde ele é cidadão?

Se V. Ex^a estiver requerendo que ele realize uma ação que, do ponto de vista pessoal, significará cometer um crime...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, mas...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... aí ficaria difícil. Estou só pensando alto. Aqui o jurista é V. Ex^a, não sou eu.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não me pareceu ser esse o interesse nem a intenção do Senador Pedro Taques.

O Sr. Glenn dispõe de acesso a um conjunto de documentos que, até onde ele pôde trabalhar, com os recursos que teve para trabalhar... As informações que alcançou são as que foram divulgadas.

Eventualmente, o Senado da República, se tiver acesso a esses documentos, poderá contratar um conjunto de analistas, inclusive especializados em linguagens específicas, criptografadas, para contribuir nessa análise.

O que nós não podemos é o seguinte, Supilcy... Senador Supilcy, perdão. Na semana que vem tem nova denúncia. Nós vamos trazer o Glenn de novo aqui? Na outra semana, nova denúncia. Aí trazemos de novo aqui?

Nós precisamos estabelecer uma linha direta, porque esta Comissão tem prazo, tem princípio, tem meio e tem que ter fim. E o objeto dela, pelo qual ela foi constituída, são essas denúncias, mas as denúncias precisam, as suas investigações precisam nos levar a alguma coisa concreta, ou não. Está evidente que houve espionagem. O que nós estamos buscando é em quê? Se a Petrobras é citada, em que a Petrobras foi investigada? Esses elementos são fundamentais.

Mas, enfim, como o Glenn analisa a solicitação do Senador Pedro Taques, ou seja, a possibilidade de disponibilizar espontaneamente esses elementos, sob a guarda pública, não a nós Senadores, mas à instituição, para que, eventualmente, nós possamos aprofundar as informações?

O SR. DAVID MIRANDA – Esse pedido é inviável, primeiro porque são documentos muito sensíveis e têm informações de muitos países, não só do Brasil. Então, a gente estará entregando documentos dos Estados Unidos a um governo de outro país, e isso vai ser traição; ele nunca mais vai poder voltar ao País dele.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas ele será muito bem acolhido aqui no Brasil, com alegria. (Risos.)

O SR. DAVID MIRANDA – Não, mas não é essa a questão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ele não precisa voltar, pode ficar aqui; aqui é um País bom para se viver e o acolhe com muito carinho e reconhecimento. (Risos.).

O SR. DAVID MIRANDA – O outro ponto é que a gente está trabalhando aos poucos com esses documentos. De todas as ações que a gente precisa fazer, a gente está trabalhando com os documentos. Ele faz todas as análises que ele anda fazendo todos os dias, e as publicações vêm vindo.

Vocês têm que entender que são muitos países, a gente tem informações das apresentações; muitas vezes os documentos são apresentações para outros

funcionários da NSA para poder aprender a como fazer, e não como eles fazem exatamente o sistema.

E eu acho que a Petrobras e todas as informações que a gente publicou até hoje foram vitais. Por quê? Porque todo mundo no nosso País está sabendo sobre isso. Agora, as ações que precisam ser tomadas precisam vir do Governo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É verdade, mas as ações precisam de um fato objetivo. O que é que foi espionado? O que foi espionado foi uma informação reservada?

O SR. DAVID MIRANDA – Então, a essa informação nós não temos acesso. O que a gente tem acesso é àquilo que foi publicado. Então, assim, algumas apresentações são superficiais, como aquelas da Petrobras, em que existe um nome, e falam que foi feita a espionagem, mas, às vezes, não identificam o método que foi utilizado. Para você ter noção, sobre todos aqueles documentos, a NSA nunca falou que era mentira. Então, todo mundo sabe que eles realmente estão espionando. Agora a Petrobras vir aqui e falar que tem certeza que eles... São os dois, sempre dois lados; sempre dois lados para falar.

O SR. GLENN GREENWALD – Eu queria versar sobre uma coisa bem rápido.

Estou fazendo jornalismo com muito risco. Estou sendo sempre atacado no meu País; estou sendo ameaçado por pessoas de dentro do meu Governo, mas eu sempre disse, e eu estou falando agora, que vou continuar fazendo esse jornalismo até o último documento que deva ser publicado ser publicado. Por quê? Porque, como jornalista, eu acho que todos os documentos relevantes devem ser publicados e também me sinto na obrigação para com a minha fonte, o Snowden, de continuar com o seu trabalho. Eu não estou segurando documentos relevantes; eu não estou escondendo informações. Toda informação que eu tenho sobre a espionagem contra o Brasil, e agora contra a França – estou trabalhando com jornais da França e Espanha também –; estou publicando; não segurando. É a primeira coisa.

A segunda coisa: acho que é muito importante pensar sobre a função do jornalismo na sociedade. O governo e o jornalismo são separados, e precisam ficar separados. A liberdade de imprensa não é só para publicar o que os jornalistas acham que deve ser publicado, mas também para ficar um pouco com separação dos governos.

E há muitos riscos, como o David disse, com o jornalismo que eu estou fazendo diante do Brasil, ajudando os direitos humanos do Brasil, ajudando brasileiros a entender o que está acontecendo com o País. Acho que é um pouco estranho falar que se deve

publicar mais. Acho que eu já mostrei que eu estou publicando todas as informações com muito risco, o que deve ser publicado, e agora há outras pessoas, outras instituições que têm essa informação e onde a gente pode pegar essa informação para ter imagens completas sobre o que está acontecendo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Há evidências...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Relator, se V. Ex^a me permite, ainda neste sentido.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Permito, Presidente. Imagina.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É que o David falou algo que eu considero importante.

Pelo menos, as duas últimas informações a que o Brasil teve acesso – que é a espionagem na Petrobras e, mais recentemente, no Ministério de Minas e Energia – são frutos de uma apresentação. Então, é uma apresentação que mostra dados existentes, dados reais do Ministério – com detalhes, números de telefone de embaixadores. Detalhes.

Os senhores, com essa quantidade gigantesca de documentos que dispõem... Toda fonte vem de apresentações, ou existem ações diretas, alguns documentos que tratam de ações diretas desenvolvidas pela NSA ou por outras agências de outros países desses cinco?

O SR. DAVID MIRANDA – São apresentações, e existem documentos massivos de ações que eles têm. Então, são formas diferentes. Tem esses que são apresentações. São muitos documentos. Ele ainda está passando por estágios de todos esses documentos. Então, no futuro, talvez a gente possa encontrar um documento que tenha dados mais reais e íntegros para serem utilizados no futuro para investigação, mas, no momento, nós não encontramos esses documentos ainda para o Brasil.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Perfeito.

Quando nós nos mostramos interessados, é no sentido de ajudar a colocar mais força de trabalho na leitura e no processamento dessas informações, para que essas informações possam aflorar. Evidentemente é isso que nós estamos buscando – se a Petrobras foi violada, foi violada em que tipo de informação? –, para que a investigação possa ser completa. Esse é o nosso papel.

O SR. DAVID MIRANDA – Entendo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas nós compreendemos o papel dos jornalistas. E, para o Estado brasileiro, para esta Comissão e para esta instituição fazer o seu papel, as

informações concretas são... Mas, seguindo aqui no nosso raciocínio...

O SR. DAVID MIRANDA – Eu só queria completar.

Como o Senador disse, se vocês quiserem informações reais e saber detalhes sobre tudo a fundo, vocês tem como trazer o Edward Snowden para o Brasil. E ele vai poder dar essas informações para vocês. Se vocês derem asilo para ele aqui, vocês vão dar asilo para uma pessoa que tem essas informações que vocês estão procurando, que trabalhou diretamente com isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós gostaríamos muito, inclusive o Senado já se manifestou publicamente nessa direção, porque seria muito importante para as nossas investigações que o Brasil desse asilo ao Snowden. E, com a presença aqui da fonte primária – tecnicamente, como se fala –, nós pudéssemos fazer isso. Nós vamos evoluindo nessa direção das investigações para vermos se, em algum momento, será, inclusive, necessário que a gente faça uma abordagem direta com o Snowden. Enfim...

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se me permite, Senador, porque eu preciso estar na Comissão Mista de Orçamento com urgência...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu também preciso, Senador. Eu também; nós todos.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então. Se me permite, quero apenas transmitir ao Sr. Glenn Greenwald que, inclusive na Comissão presidida por V. Ex^a, foi aprovado requerimento de solidariedade a ele por todos nós.

E eu vou pedir licença, porque eu preciso estar ali em votação, Sr. Presidente. Desculpe-me.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

É evidente que os interesses canadenses no Brasil vão além do setor mineral. Claro que o setor mineral é muito relevante. Mas há que lembrar a disputa que, há muito pouco tempo, foi evidenciada entre duas companhias, uma brasileira e uma canadense: a Embraer e a Bombardier. Existem informações de que o governo canadense se utilizou de suas ferramentas para obtenção de informações contra a Embraer, a fim de obter vantagens comerciais ou tecnológicas para a Bombardier, considerando que essas duas companhias de classe global competem, concorrem mundo afora?

O SR. GLENN GREENWALD – Não sei se o Senador já leu o artigo novo no *The Guardian* hoje de manhã, mas acho que é muito interessante para essa pergunta, porque o *The Guardian*, jornalistas do *The Guardian* conseguiram pegar documentos secretos

que estão mostrando o relacionamento próximo entre a agência de espionagem do Canadá e os industriais, as empresas, que têm muito interesse em minerais do Brasil. Eles estão cooperando muito, encontrando-se duas vezes por ano para discutir a espionagem, para discutir os interesses, como o Governo pode ajudar a apoiar as empresas do Canadá. Esses documentos que o *The Guardian* publicou hoje são muito relevantes, mostrando, com certeza, a cooperação muito próxima entre o Governo e essas empresas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Entre o governo canadense e a Bombardier, por exemplo?

O SR. GLENN GREENWALD – Não sei quais empresas, especificamente, mas com certeza as maiores, como essas de minerais e coisas assim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O *The Guardian* de hoje?

O SR. GLENN GREENWALD – De hoje.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O Sr. Ray Boisvert, ex-alto funcionário do serviço secreto canadense, afirmou ao *The Guardian* que o caso seria apenas um exercício, que o Brasil não seria alvo real de espionagem. O senhor acredita nessa afirmação?

O SR. GLENN GREENWALD – Não. Se você olhar para a entrevista, é difícil evitar rir do que ele está falando, porque a desculpa é incrível. Na realidade, ele está falando o tempo todo que a agência de espionagem no Canadá quer fazer espionagem contra a Al-Qaeda. Eles vão primeiro tentar criar uma teoria sobre como eles podem invadir o sistema da Al-Qaeda. Eles vão escolher outro sistema *random* para examinar documentos. Escolheram o Ministério de Minas e Energia do Brasil foi algo totalmente randômico, foi uma coincidência muito grande, como ele está falando. Na realidade, o alvo não foi esse Ministério, mas a Al-Qaeda. Acho que ninguém acreditou nisso, que o Ministério do Brasil tenha um sistema parecido com o da Al-Qaeda na África, no Nordeste. Isso é o que eles estão falando, mas acho que isso é uma piada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Piada? De forma geral, os documentos em posse do Snowden demonstram como são obtidas as informações do Brasil. Até onde V. S^a tem informação, dimensão, conhecimento, enfim, as informações provêm de saídas internacionais, como cabos submarinos? Elas são colhidas nos *hubs* internacionais, nos quais os cabos brasileiros aportam, como no caso da Flórida, que é um grande destino dos cabos internacionais brasileiros submarinos?

O SR. GLENN GREENWALD – Há documentos que já publicamos que mostram o sistema de cabos

que o NSA está invadindo. Os cabos exatamente que eles estão invadindo os documentos que publicamos não mostraram muito claramente, mas acho que, com todos os documentos que já publicamos, é muito fácil saber qual o sistema que o NSA usa para coletar os dados em outros países. Discutimos isso com o Senador na última vez.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Existem evidências sobre espionagem tradicional por meio de interceptações telefônicas realizadas no Brasil diretamente nas redes de telecom? Qual o nível de envolvimento das empresas brasileiras de telecomunicação?

O SR. GLENN GREENWALD – É difícil porque a minha resposta para todas essas perguntas, na verdade, é parecida, ou seja, porque já publicamos documentos sobre isso, publicamos documentos mostrando, por exemplo, o sistema que eles usaram para fazer a espionagem contra o sistema de telecomunicação da Dilma, do Presidente do México. Obtive detalhes que descobrimos naquela reportagem, mas ainda há documentos que não publicamos, que são difíceis de discutir, porque há documentos relevantes para essa informação, que serão publicados. Como já lhe disse, eu posso discutir somente os documentos que estiverem prontos para publicação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Existem evidências sobre a participação de empresas internacionais de telecom com base no Brasil, a exemplo de AT&T, Level 3 e Bristol Telecom?

O SR. GLENN GREENWALD – É, há documentos que já escrevi que explicam que o sistema de espionagem que a NSA usa para fazer a espionagem contra outros países, incluindo o Brasil, é o programa que usa uma empresa específica grande de telecomunicação, que faz acordos com empresas estrangeiras de telecomunicação. Com esses contratos, eles podem ter acesso ao sistema estrangeiro, coletar dados e dar à NSA. Tive um artigo – depois eu apareci na comissão do Senador – que divulgou um país que participou de outros programas com a AT&T. Claro, a AT&T é uma empresa muito importante para esse sistema. Há empresas grandes no Brasil que têm contratos com a AT&T, e, com esses contratos, a AT&T tem acesso ao sistema.

Eu não posso falar se a AT&T é uma empresa, especificamente, que é usada para coletar os dados para o Brasil, mas, com certeza, a AT&T, como o *Wall Street Journal* já divulgou, é uma empresa que trabalha muito próximo, muito perto, da NSA.

O SR. DAVID MIRANDA – Também não podemos afirmar se as empresas brasileiras sabem que esse tipo de informação estava sendo espionada, se elas

estão colaborando com isso ou não. A gente também não pode fazer essa afirmação.

O SR. GLENN GREENWALD – É. Os documentos não dizem nada sobre isso porque – quero falar – a informação que a NSA protege mais do que tudo é a informação sobre as empresas, quais empresas estão colaborando com a NSA e qual a identidade da empresa que eles estão usando. Essa informação é a mais protegida da NSA, e nenhum documento de quem tem essas identidades.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas há indícios do que esse tipo de operação poderia estar no contrato de aliança dessas companhias?

O SR. DAVID MIRANDA – Foi o que eu acabei de falar; a gente não tem informação se essas empresas sabiam ou não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O termo *Sigint*, ou inteligência de sinais, consiste na coleta de informações por interceptação de sinais, seja entre pessoas (inteligência de comunicações –Comint), seja de sinais eletrônicos usados não diretamente em uma comunicação (inteligência eletrônica –Eint), ou uma combinação entre ambos, o Eint e o Sigint.

Como a informação sensível geralmente é criptografada, a inteligência de sinais muitas vezes envolve o uso de criptoanálise. Além disso, a análise de tráfego, o estudo de quem está finalizando para quem e em que quantidade, muitas vezes pode produzir informações valiosas mesmo quando as mensagens em si não podem ser decifradas.

Diante desse pressuposto, o senhor sabe nos dizer se, além dos chamados Five Eyes – Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia –, citados, há no material vazado por Snowden alusão à colaboração de outros países nas atividades de Sigint, ou seja a inteligência de comunicações?

O SR. GLENN GREENWALD – Há duas categorias dos países que trabalham com a NSA; um grupo é o grupo chamado Five Eyes como o Senador disse agora, que trabalha muito próximo à NSA, quase é envolvido com toda a espionagem que a NSA faz. Há um segundo grupo de países que são alvos da espionagem da NSA e também, às vezes, trabalham com a NSA para fazer a espionagem. Por exemplo: Alemanha, França, Espanha, Itália, países assim. E há um terceiro grupo, que são alvos da NSA: China, Rússia, Brasil – eu nunca vi documentos mostrando colaboração entre o Governo brasileiro e o Governo americano – Venezuela, e há outros também.

Então, com certeza, há outros países, além dos Five Eyes, que estão trabalhando com a NSA. Eu nunca

vi documentos mostrando outros países fazendo espiagem tendo o Brasil como alvo, além de Inglaterra e Canadá, e eu não sei se tem essa espionagem. Eu nunca vi nada assim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria. PMDB – ES) – No material vazado por Snowden, há alguma referência sobre a possível quebra ou tentativa de ataque criptoanalítico? Há algum algoritmo criptografado, simétrico ou assimétrico, desenvolvido no Brasil, seja pelo Governo, Forças Armadas ou pelo Itamaraty? E quanto aos algoritmos criptográficos comerciais internacionais utilizados pela ICP Brasil?

O SR. GLENN GREENWALD – Há um artigo que eu fiz com o *The Guardian*, trabalhando com o *New York Times*, sobre o sistema onde a NSA e o GCHQ, na Inglaterra, está tentando quebrar e invadir todos os sistemas de criptografia que a Internet usa para proteger a informação das pessoas.

Esse sistema não é sobre o Brasil especificamente. Mas, quando a NSA e o Governo britânico estão quebrando esse sistema, invadindo esse sistema, o sistema de criptografia para Internet todo é mais fraco, com risco para ser invadido, para ficar quebrado, na realidade. E, nesses documentos, trabalhando juntos com o *New York Times* seis semanas, fizemos reportagem muito completa mostrando como eles estão fazendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria. PMDB – ES) – V. S^a continua mantendo contato com Snowden?

O SR. GLENN GREENWALD – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria. PMDB – ES) – V. S^a continua mantendo contato com Snowden?

O SR. GLENN GREENWALD – Continuo sim, sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria. PMDB – ES) – Com muita periodicidade?

O SR. GLENN GREENWALD – Quase todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria. PMDB – ES) – V. S^a considera que esses questionamentos na busca de informações mais objetivas e concretas... Se nós tivéssemos uma relação direta com Snowden, um contato direto com Snowden, seria possível que, havendo essa possibilidade, ele tivesse essa contribuição mais objetiva, de modo a ajudar nas investigações?

O SR. GLENN GREENWALD – O Snowden...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria. PMDB – ES) – É porque, para que possamos, enquanto Brasil, enquanto Estado, denunciar qualquer país em qualquer corte internacional, preci-

samos de uma prova efetiva. O Snowden pode dispor dessas provas?

O SR. GLENN GREENWALD – Eu não posso falar por ele sobre o que ele vai fazer, mas eu posso falar que o Snowden entende e conhece mais sobre esse sistema de espionagem do que qualquer jornalista e mais do que quase os peritos. Ele trabalhou muito nesse sistema muitos anos. Ele foi treinado com espionagem muito sofisticada; ele ficou com esses documentos muito tempo; ele analisou esses documentos e ele sabe muito mais do que qualquer pessoa.

O problema estaria na situação muito difícil, muito perigosa. Ele tem asilo de só um ano na Rússia, e, dentro da Rússia, ele tem limites muito fortes que o Governo da Rússia impôs para ele ficar lá. Então, eu acho que o governo (ou quem quer informação dele) deve protegê-lo para ele ter liberdade para trabalhar com isso. Eu não sei se ele vai. Mas, agora, a situação dele na Rússia é bem difícil, é bem complicada para trabalhar, para responder as perguntas. Ele é muito limitado na situação dele.

E também há um risco muito forte de que, um dia, os Estados Unidos vão pegá-lo e, depois disso, ninguém vai falar com ele de novo. Todo o conhecimento que ele tem nunca vai ser divulgado para ninguém, e, não sei, acho que é um pouco difícil. Há muitos governos falando “estamos muito gratos, muito felizes que podemos aprender essa informação”, mas não estão protegendo a pessoa que divulgou isso e pode divulgar mais também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. S^a, nos contatos frequentes que tem com Snowden, em todo caso, poderia consultá-lo sobre se ele, evidentemente se consultasse as autoridades russas, se disponibilizaria, ou se o governo russo poderia disponibilizá-lo para uma teleconferência em que pudéssemos fazer questionamentos que envolvessem apenas o Brasil e os fatos relacionados nas denúncias que ele fez? Ou seja, não temos interesse em outras realidades nem em outro tipo de investigação. Seria uma teleconferência com Snowden. Você pode consultá-lo sobre essa possibilidade?

O SR. GLENN GREENWALD – Eu não posso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, consultar o Snowden.

O SR. GLENN GREENWALD – Eu sei. Eu não posso, mas ele tem um advogado na Rússia, ele tem um advogado nos Estados Unidos, que negociaram isso para ele, que podem passar esse pedido para ele.

Eu, como jornalista, sou limitado, as coisas que eu posso discutir com ele. Eu não sou representante dele, eu não posso falar por ele. Mas ele tem advogados, a identidade deles é pública, o e-mail deles é público,

tem um advogado na ACLU, organização que protege os direitos humanos das pessoas que estão trabalhando com ele. Tem o advogado dele na Rússia, também.

Acho que essas pessoas são pessoas com quem o Senado deve falar sobre isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Srª Presidente, eu quero requerer, então, que formalizemos duas correspondências, uma correspondência ao advogado do Sr. Snowden sobre essas questões e a possibilidade de uma teleconferência, para que, através da teleconferência, possamos questionar a fonte primária das denúncias, que é o Snowden. Além disso, uma correspondência ao governo da Rússia, a partir da sua missão diplomática aqui no Brasil, para saber se o governo da Rússia autorizaria que fizéssemos essa interlocução com o Snowden, visando esses questionamentos diretos e objetivos, para que pudéssemos buscar respostas mais objetivas para as questões que estamos levantando aqui, que não são de domínio ou que não são de conhecimento do Sr. Glenn, que já nos ajuda muito nos dando essas informações.

Mas, ainda que importantes, as informações não são suficientes para que nós possamos evoluir na busca desses elementos. Então eu queria requerer...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Assim que concluirmos a oitiva, aprovaremos os requerimentos, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Quero solicitar à Secretaria que formule os requerimentos para que oportunamente ou nesta reunião ou numa outra reunião possamos aprovar esses requerimentos, que me parecem ser fundamentais.

Ou seja, o Sr. Glenn está indo no limite daquilo que ele tem de informação, e ainda que estejamos aqui muito gratos pelas informações, as informações de que precisamos precisam ir além.

V. Sª fez um trabalho de jornalista, e muito bem-feito, e muito importante.

O SR. GLENN GREENWALD – Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Tem o nosso reconhecimento institucional e o nosso respeito por ter desnudado toda essa trama internacional,

Mas nós estamos atrás de informações objetivas.

O SR. GLENN GREENWALD – É claro, entendendo totalmente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Acho que esses dois requerimentos são fundamentais.

Por hora, Srª Presidente, é o que eu gostaria de questionar, agradecendo muito ao Glenn e ao David pelas informações e pelas contribuições.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu também agradeço, só teria algumas perguntas para completar aqui o rol dos questionamentos feitos sobre os cinco países anglo-saxônicos.

Eu pergunto, já está muito divulgado, aos senhores, pela impressão em relação à análise dos documentos que já foram definitivamente analisados, os senhores acham que há um acordo de cooperação entre esses cinco países ou há uma ação única desenvolvida por esses cinco países entre si. Ficou claro? Se há cooperação entre eles ou se eles agem juntos?

O SR. GLENN GREENWALD – É, tem. Por exemplo, os Estados Unidos vão e compram material com outros países onde há Five Eyes, de coisas específicas, na espionagem contra a Al-Qaeda, contra gente no Iraque e coisas assim. Mas a espionagem em geral, onde estão coletando informações sem discriminação, de milhões de pessoas, fica dentro do Five Eyes. E todo ano tem uma conferência. O nome dessa conferência é SigDev – Signal of Development Conference. Há todo ano. Nessa conferência todos os representantes...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Essas conferências são sempre nos Estados Unidos?

O SR. GLENN GREENWALD – Não. Às vezes no Canadá, na Inglaterra.

Eles vão ficar juntos. Um representante da agência vai apresentar um documento, com detalhes, mostrando exatamente como é que a agência está fazendo, programas específicos. Esse documento foi o documento que publicamos no domingo passado sobre o que o Canadá está fazendo para o Ministério. A esse documento o Snowden conseguiu ter acesso porque o Canadá deu esse documento naquela conferência. Eles dividem toda a informação sobre o que estão fazendo, mas, claro, há muito mais documentos, mais detalhes que o Canadá tem e que não deu nessa conferência. Talvez a NSA tenha, talvez não, mas o Snowden não conseguiu pegar. Para mim, se eu quiser os documentos, vou até o governo do Canadá, vou falar “sou o Governo do Brasil” e vou insistir em que eles mostrem a informação, com mais detalhes, sobre o que estão fazendo contra o Ministério.

Acho que essa conferência é muito importante para entender os programas de forma geral, mas não com muitos detalhes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Snowden, desculpe, Sr. Glenn – quem dera que o senhor fosse o Sr. Snowden – V. Sª tem conhecimento da cooperação de pessoas físicas ou jurídicas com o programa de espionagem dos Estados Unidos da América? Assim, por exemplo, pode-

-se afirmar que companhias como, por exemplo, Apple, Busalem, Facebook, Google, Microsoft, Skype, seriam forças auxiliares desses programas ou desses empreendimentos? É possível afirmar alguma evidência, em tudo o que V. S^a pôde processar, sobre a participação, de alguma dessas empresas que operam em nosso País, em aliança com outras empresas, ou seja, que tivessem colaborado nessa direção?

O SR. GLENN GREENWALD – Já publicamos documentos sobre o programa Prism, em que a NSA está trabalhando junto com todas essas empresas da internet, como Facebook, Google, Skype, Apple, Microsoft.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas todas elas desmentiram.

O SR. GLENN GREENWALD – Não. Eles não estão negando que estão trabalhando com a NSA. O que eles negaram foi muito específico. Eles disseram não ao conhecimento desse nome Prism, porque talvez seja um nome que a NSA usa os documentos de dentro da NSA. Eles negaram que a NSA tenha acesso sem limites para seus servidores. Eles estão falando que a NSA tem acesso só como a lei permite. O problema, como discutimos da última vez, é que a lei dos Estados Unidos não tem quase nenhum limite quando se trata de espionagem que a NSA pode fazer com estrangeiros. Tem limites fracos para proteger americanos, mas poucos limites sobre o que a NSA pode fazer contra estrangeiros. As empresas não estão negando que a NSA tenha acesso às informações. Eles estão falando que estão dando só o acesso que a lei os força a dar. É isso o que eles falam.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Quais são as leis norte-americanas que permitiram ou obrigaram esse tipo de disponibilidade de informações?

O SR. GLENN GREENWALD – Se o NSA quer fazer espionagem do conteúdo de e-mails ou de telefone de cidadãos americanos, eles precisam ir para o tribunal secreto e eles precisam pedir a permissão para coletar esse conteúdo. Sempre receberam, nunca é negado, mas, pelo menos, há esse processo.

Para estrangeiros, isso não existe. O que eles fazem? Eles vão para o tribunal, uma vez por ano, e falam: isso é o processo, o sistema que usamos para fazer espionagem contra estrangeiros. Depois de o tribunal aceitar esse processo, o NSA pode obrigar Facebook, Skype, Google para dar qualquer informação sobre os estrangeiros que eles estão pedindo.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Isso é o Ato Patriótico conhecido, a lei denominada Ato Patriótico?

O SR. GLENN GREENWALD – Isso. Mas também o Facebook agora está reclamando. Eles estão reclamando que a defesa do governo norte-americano contra nossa reportagem... Eles estão falando: “olha, não destruímos privacidade de norte-americano, estamos destruindo privacidade de estrangeiros”. E o Facebook está falando isso, mas não é ajudando porque estamos em uma empresa que não está só dentro dos Estados Unidos, mas internacional.

E na Alemanha, por exemplo, há empresas que estão falando: “vocês não devem usar Facebook, mas devem usar nossos serviços porque estamos só dentro da Alemanha e vamos proteger sua privacidade.”

Agora, essas empresas estão dando pressão no Governo norte-americano sobre essa espionagem porque é uma ameaça para as empresas também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – No que concerne aos fatos especificamente relacionados ao Brasil e noticiados por V. S^a, qual a sua percepção sobre a capacidade de contrainteligência ou de proteção cibernética das nossas redes, sejam individuais ou corporativas, ou a capacidade de proteção do Estado brasileiro com relação às suas informações mais estratégicas? Qual a sua percepção de como nosso País está se preparando para isso?

O SR. GLENN GREENWALD – Acho que tem muitos propósitos interessantes agora não só no Brasil, mas na Europa também para construir servidores e sistemas que não dependam dos Estados Unidos. Porque o problema de privacidade para outros países, agora, o maior, é a internet depender dos Estados Unidos.

E eu não sou perito em segurança, criptografia, então eu não posso falar muito claramente sobre os propósitos para proteger isso, mas há muitas pessoas que são peritas e que estão falando sobre a capacidade de outros países, para trabalharem juntos, para criarem sistemas que não vão ficar vulneráveis à invasão dos Estados Unidos. Mas disso não posso falar muito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Além da sua presença, V. S^a sugere algum outro nome ou alguns outros nomes de especialistas ou mesmo jornalistas que poderiam contribuir com esta Comissão de investigação? Eventualmente, jornalistas que estariam complementando o seu trabalho ou no *The Guardian* ou em outro veículo de comunicação do Canadá ou da França, como V. S^a afirmou?

O SR. GLENN GREENWALD – Vou precisar pensar sobre isso um pouco, antes de dar os nomes agora. Vou precisar pensar um pouco sobre isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, S^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu lhe pergunto: o

debate que foi introduzido aqui pelo Senador Pedro Taques no sentido de questioná-lo acerca da possibilidade de os senhores disponibilizarem o conteúdo dos documentos de que dispõem nos remete a um fato que levantou o Senador Suplicy, que é a sua segurança e o fato de o senhor não correr o risco de ser processado pelo seu país, pelo governo do seu país.

O senhor se sente ou já recebeu algum tipo de ameaça ou de intimidação por parte do governo americano ou da Inglaterra ou de qualquer outro desses cinco países?

O SR. GLENN GREENWALD – Ameaça, fisicamente?

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, fisicamente, não, ameaça não física, mas intimidação para que...

O SR. GLENN GREENWALD – Ah, entendo. Entendo, entendo.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Intimidação.

O SR. GLENN GREENWALD – Claro, muitas.

Primeiro, o governo britânico está ameaçando muito. Não só ameaçando, mas afirmando que tem investigação formal sobre crimes em conexão com nosso jornalismo. Eles estão falando que eles precisam manter todas as coisas que eles pegaram com David (*laptop*, o celular, o *videogame*, os relógios) porque elas têm conexão para a investigação que está existindo agora. E eles estão ameaçando muito para processar pessoas que estão envolvidas nessa reportagem: eu, Laura, David, o *The Guardian* também. E isso é muito claro.

Há políticos americanos, jornalistas americanos também que estão ameaçando, que estão falando que Laura e eu estamos fazendo com o nosso jornalismo só crimes, que devemos ser processados. Há esse debate nos Estados Unidos também.

O SR. DAVID MIRANDA – Senadora, eu gostaria de perguntar – eu não conheço exatamente todos os setores aqui – para saber o que o Governo está fazendo com relação ao que houve comigo lá, porque eu não vi nenhuma medida sendo tomada para que isso não acontecesse com nenhum cidadão brasileiro no futuro. Nada foi feito. Foi uma declaração e, depois, nada. Ninguém... Tenho um processo em que tenho alguns advogados trabalhando com isso lá, mas o Governo brasileiro não tomou nenhuma atitude.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É, na realidade, primeiramente, para que o Governo aja, é preciso que ele seja provocado. E, no exato momento em que o senhor foi detido, as informações todas que temos – inclusive o senhor sabe disso – é de que a Embaixada brasileira

agiu, o Governo brasileiro agiu e, na sequência, também deixou clara a sua posição.

E, na sequência também – faço aqui, agora, verbalmente, um requerimento – ao Itamaraty de informações acerca do caso do Sr. David. Não era do meu conhecimento e creio que não era nem do Senador Ferraço ou de qualquer membro desta CPI que o senhor, possivelmente, esteja prestes a responder um processo, responder um processo por ter cometido crime. O que sabíamos é que o seu advogado estava em ação somente para haver de volta todo o seu material que lá foi apreendido.

Então, diante dessa informação, vamos aprovar, desde já, um requerimento para passar essas informações ao Itamaraty e pedir informações também ao Itamaraty, e que ele acompanhe este caso, porque é um caso que interessa não individualmente ao senhor, mas interessa à Nação brasileira, penso eu.

Diante desse fato, fica claro – o senhor mesmo disse, não sei se foi o senhor, Glenn, ou se foi o David –, que o próprio jornal *The Guardian* teria sofrido um atentado, e ficou claro que esse atentado partiu do governo...

O SR. GLENN GREENWALD – Britânico.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – ... britânico. Ficou claro isso?

O SR. DAVID MIRANDA – Foi, foi. Eles entraram no escritório deles.

Isso foi publicado logo depois...

O SR. GLENN GREENWALD – Não, logo antes...

O SR. DAVID MIRANDA – Não, não. Aconteceu antes de eu viajar, mais ou menos umas três, quatro semanas antes de eu viajar. Eles entraram no escritório do *The Guardian*, em Londres, e mandaram eles apagarem todos os HDs...

O SR. GLENN GREENWALD – ...destruíram o...

O SR. DAVID MIRANDA – ... destruíram os computadores fisicamente, porque falam que essa é a única forma realmente de você saber que destruiu um arquivo, para parar todas essas informações que a gente estava publicando.

Eles fizeram isso, e o *The Guardian*, durante um mês, ficou calado. Então, eles tiveram esta mentalidade: “está funcionando e, se nós empurrarmos mais um pouco, vamos conseguir.”

Então, eles fizeram o que fizeram comigo, achando que seria um próximo passo para parar as publicações, o que não aconteceu. E aí, logo depois disso, fizemos a publicação sobre o que aconteceu...

O SR. GLENN GREENWALD – E quero falar um pouco sobre isso também.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. GLENN GREENWALD – Como o David disse no começo, há muito jornalista do *The Guardian* que está saindo, entrando na Inglaterra sem problema. Também a Laura, três semanas antes de o David viajar, entrou na Inglaterra e saiu sem problemas. Antes de ele viajar, Laura e eu estávamos discutindo como trabalhar com a reportagem sobre muitas coisas, incluindo o Brasil, documentos sobre a espionagem com a Presidente Dilma, Petrobras e outras coisas também. Eu acho muito claro que o motivo, como o governo britânico já admitiu que avisou o governo dos Estados Unidos, é só para impedir essa reportagem, porque eles acharam que David estava carregando documentos sobre a reportagem que queríamos fazer sobre a espionagem no Brasil. Eles quiseram esconder esses documentos.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeito. Eu só quero fazer uma última pergunta sobre um escritor que também trabalha com jornalista, um alemão de origem búlgara que teria sido detido, impedido de viajar. Recentemente, estava saindo de Salvador, iria para Denver fazendo uma escala em Miami. Segundo notícias, ele teria sido detido pela empresa American Airlines por questão de segurança. Os senhores têm alguma informação, fizeram contato com esse senhor chamado Ilija Trojanow?

O SR. GLENN GREENWALD – Eu conheço jornalistas dentro da Alemanha que o conhecem muito bem. É incrível que ele é muito respeitado, um escritor muito bem conhecido, sem crimes, sem nada. A única coisa que ele fez, há três ou quatro meses, foi ser muito agressivo denunciando a espionagem da NSA dentro da Alemanha. E, de repente, ele é proibido de entrar nos Estados Unidos, fica preso várias horas com a American Airlines, porque ele não conseguia entrar nos Estados Unidos. Acho que vale muito a pena falar com ele. Se quiser ajuda com isso, acho que eu posso dar ajuda com isso.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Ficamos muito agradecidos se o senhor puder fazer esse contato, essa ponte entre a CPI e ele para que possamos conversar.

Eu acho que a nossa reunião de hoje foi muito elucidativa...

Pois não, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Apenas para saber se o Sr. Glenn pode nos disponibilizar o endereço, o telefone ou e-mail do advogado do Sr. Snowden. Isso vai ser muito impor-

tante para que possamos abrir um canal direto com ele na busca das informações que V. S^a.

O SR. GLENN GREENWALD – Com certeza vou dar pelo menos e-mail e telefone do advogado dele.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pronto.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Também seria importante que o senhor pudesse disponibilizar à CPI o conjunto de documentos que já foram divulgados, porque muitas matérias já foram publicadas. Nós precisaríamos muitíssimo de todos os documentos que já foram divulgados pela imprensa. Seria possível isso?

O SR. GLENN GREENWALD – Bom, acho que todos os documentos sobre Brasil estão com quem trabalhei: *O Globo*, a *Época* e o *Fantástico*. Sei que eles têm todos os documentos, vou saber exatamente quais páginas foram publicadas. Acho que, se forem perguntados, poderão dar isso, mas tudo foi publicado no website deles também.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É, mas estamos atrás daqueles que fizeram parte das denúncias e que porventura não tenham sido... Mesmo que não haja nada de conteúdo, de novo, será importante para que possamos, quem sabe, aqui montar o quebra-cabeça.

Bom, não há mais questionamento? (Pausa.)

Não havendo mais questionamento, agradeço muito a presença dos senhores.

Vamos seguir a nossa reunião para aprovar alguns requerimentos.

Os senhores fiquem à vontade.

Coloco, antes dos requerimentos, em votação as Atas das Reuniões 5º e 6º, solicitando a dispensa das suas leituras.

Os senhores e as senhoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Portanto, aprovadas as atas.

Requerimento nº 32, do Senador Ricardo Ferraço. S. Ex^a solicita audiência pública com o objetivo de discutir e prestar esclarecimentos sobre a denúncia feita pelo jornalista, que por acaso está aqui, Sr. Glenn, acerca da rede de espionagem conduzida por órgãos de inteligência norte-americanos contra alvos brasileiros, incluindo autoridades governamentais, empresas e cidadãos comuns. Com esse propósito, convidamos o Sr. Marcelo Itagiba a prestar depoimento em reunião a ser oportunamente agendada por esta Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Só para contribuir, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Na realidade, não é audiência pública, nós estamos convidando...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Na realidade, nós estamos convidando, convocando, em termos regimentais, o Dr. Marcelo Itajiba, ex-Deputado Federal, e que foi Presidente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara. Outro convite que estamos fazendo é ao Dr. João Batista Rezende, da Anatel, e outro ao Diretor-Geral da Polícia Federal, considerando que o Governo Federal, o Poder Executivo, constituiu inquérito, e a Polícia Federal está apurando. Seriam três fontes importantíssimas para que pudéssemos evoluir em nossas investigações. Esses são os requerimentos.

Só para corrigir e dizer que não é audiência pública. É um convite, uma convocação para que eles possam estar conosco aqui.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Governo/PCdoB – É porque está escrito aqui, e eu apenas o li, mas já está devidamente corrigido e faremos a correção física.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Governo/PCdoB – Outro requerimento solicita o apoio, de acordo com o Regimento da Casa, para colaborar com essa CPI, do doutorando Ronaldo Gomes Carmona para que ele seja admitido a prestar consultoria a esta Comissão sem qualquer ônus para a Casa.

Então, esse requerimento e os outros que foram aqui...

Os dois requerimentos solicitados por nosso Relator já estão sendo redigidos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Na prática, nós estamos requerendo à Comissão duas iniciativas: um requerimento ao advogado do Sr. Snowden para que ele avalie junto a seu cliente ou junto ao cliente direto a possibilidade de fazermos uma teleconferência entre esta Comissão e o Snowden, visando questionamentos a respeito das informações que nós não conseguimos obter por parte do Sr. Glenn, considerando que ele não as têm. O outro trata de correspondência nossa à missão diplomática da Rússia. Essa correspondência deve ser feita ao Presidente da Casa que deverá se dirigir ao Embaixador da Rússia para que esse avalie a possibilidade de termos essa teleconferência com o Sr. Snowden para tratarmos do tema desta Comissão.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Governo/PCdoB – Então, o Requerimento de nº 36

trata do advogado do Snowden, e o de nº 37 trata do contato que faremos com o governo russo acerca da possibilidade da teleconferência.

O Requerimento de nº 38, que foi apresentado verbalmente por mim, trata de, ao passo que informamos essa situação de o Sr. David Miranda estar sendo ameaçado, inclusive de processo, que o Itamaraty busque informações e também acompanhe diretamente esse caso.

Em discussão os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Então, os Requerimentos de nºs 32 até o de nº 38 estão aprovados.

Aprovados os Requerimentos.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

REQUERIMENTO Nº 32, DE 2013

Requeiro, com fundamento no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, que seja consultado o Governo Russo sobre a possibilidade de realização de uma vídeo conferência com a participação do senhor Edward Snowden, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos casos de espionagem sofridos pelo governo brasileiro, praticados pelo governo norte-americano contra alvos brasileiros, incluindo autoridades governamentais, empresas e cidadãos comuns. Com esse propósito, convidamos o Sr. Marcelo Itagiba a prestar depoimento em reunião a ser oportunamente agendada por esta Comissão.

REQUERIMENTO Nº 33, DE 2013

Requeiro a realização de Audiência Pública perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos sobre a denúncia do jornalista Glenn Greenwald sobre a rede de espionagem conduzida por órgãos de inteligência norte-americanos contra alvos brasileiros, incluindo autoridades governamentais, empresas e cidadãos comuns.

Com esse propósito, convidamos o Sr. João Batista Rezende, Presidente da ANATEL, a prestar depoimento em reunião a ser oportunamente agendada, acerca do objeto de investigação desta CPI.,”

REQUERIMENTO Nº 34, DE 2013

Requeiro a realização de Audiência Pública perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo discutir e prestar esclarecimentos sobre a denúncia do jornalista

Glenn Greenwald sobre a rede de espionagem conduzida por órgãos de inteligência norte-americanos contra alvos brasileiros, incluindo autoridades governamentais, empresas e cidadãos comuns.

Com esse propósito, convidamos o Sr. Leandro Daiello Coimbra, diretor-geral da Polícia Federal, a prestar depoimento em reunião a ser oportunamente agendada, acerca do objeto

REQUERIMENTO Nº 35, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 89, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal, que o Pesquisador da Universidade de São Paulo – USP, com área de concentração em Teoria Geopolítica e Economia e Indústria de Defesa, Doutorando RONALDO GOMES CARMONA, seja admitido a prestar consultoria externa a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, na área de sua especialidade.

REQUERIMENTO Nº 36, DE 2013

Requeiro, com fundamento no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, que seja remetido ofício ao advogado do senhor Edward Snowden, para consultá-lo sobre a disposição de seu constituinte prestar informações e esclarecimento a esta CPI mediante vídeo-conferência.

REQUERIMENTO Nº 37, DE 2013

Requeiro, com fundamento no art. 58, § 30, da Constituição Federal, que seja instado o Ministério das Relações Exteriores (MRE) a informar o desdobramento e que providências foram adotadas em relação ao episódio envolvendo a detenção do senhor David Miranda, pela autoridade policial britânica, por nove horas, no Aeroporto de Heathrow Londres, em 18 de agosto passado.

REQUERIMENTO Nº 38, DE 2013

Requeiro, com fundamento no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, que seja consultado o Governo Russo sobre a possibilidade de realização de uma vídeo conferência com a participação do senhor Edward Snowden, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos casos de espionagem sofridos pelo governo brasileiro, praticados pelo governo norte americano.

Então, nós já aprovamos todos os requerimentos?

Aprovamos todos os requerimentos que estavam sobre a mesa?

Então, nada mais havendo a tratar, nós encerramos a presente reunião. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 23 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO

Ata Circunstaciada da 8ª Reunião, realizada em 15 de outubro de 2013, às 11 horas e 34 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho. Ocorrida sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) e com a presença dos Senadores: Ricardo Ferraço (PMDB/ES); Eduardo Suplicy (PT/SP) e Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP).. Deixaram de comparecer os Senadores: Roberto Requião (PMDB/PR); Benedito de Lira (PP/AL); Sérgio Petecão (PSD/AC), Walter Pinheiro (PT/BA), Aníbal Diniz (PT/AC), Pedro Taques (PDT/MT) e Eduardo Amorim (PSC/SE). Na ocasião foi realizada audiência pública com a presença dos senhores: Jose Alberto de Freitas legas – Diretor de Inteligência da Polícia Federal, e João Batista de Rezende – Presidente da ANATEL.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, destinada a investigar denúncias em relação à espionagem contra o Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com a presença dos seguintes convidados: Presidente da Anatel, que já se encontra; e o Diretor de Inteligência da Polícia Federal.

Antes de convidá-los para a Mesa, eu gostaria de dizer que nós fizemos convite também ao representante do Comitê Gestor da Internet e a um especialista da área. Ambos já tinham agenda neste dia, mas marcaremos uma próxima audiência pública com eles. E o Diretor-Geral da Abin também não pôde comparecer por conta de agenda, mas já estamos providencian- do essa outra Mesa numa próxima audiência pública.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem avançado, segundo nossa opinião, ao longo das audiências públicas, principalmente de forma relevante e consistente.

Temos aprendido muito com tudo aquilo que os nossos convidados têm apresentado através de depoimentos. A gravidade das ações de espionagem e a necessidade de construirmos um arcabouço legal que permite ao Brasil proteger seus interesses estratégicos,

seus cidadãos e as suas empresas ficam mais claras para todo o Senado e para todo o País.

Muitas propostas nós temos ouvido aqui nesta Comissão. Dentre elas, destacamos a que se refere à aprovação do marco civil da internet, que trate da questão da neutralidade, dos direitos do usuário e da governança; a criação da Agência de Segurança Cibernética voltada para a proteção dos dados de defesa estratégica do Brasil; A utilização obrigatória de softwares *open source* no governo central, empresas estratégicas e estrutura de defesa; a obrigação da Anatel de homologar somente o uso de roteadores sem *backdoor*, pelas teles; a criação e estímulo à rede segura para tráfego de dados; a proibição de participação em licitações de empresas que descumprem a lei de proteção de dados pessoais.

Essas são algumas propostas já apresentadas aqui, fruto das audiências já realizadas.

Aproveito também para destacar que essas propostas vão na mesma direção do relatório aprovado pela União Europeia, que foram apresentadas de forma sucinta pela Presidenta Dilma Rousseff, e também apresentadas de forma sucinta pela Presidenta Dilma em seu discurso na ONU.

Quero registrar uma manifestação, Sr. Relator, que recebemos do Embaixador da Bélgica, Sr. Jozef Smets, que fala que, no âmbito das competências dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, tem a honra de encaminhar em anexo a cópia da nota verbal enviada ao Ministério das Relações Exteriores com discurso que o Primeiro-Ministro da Bélgica proferiu em Nova York.

Nosso Primeiro-Ministro, Sr. Elio Di Rupo, aproveitou a abertura da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas para apoiar Sua Excelência a Senhora Presidenta da República Federativa do Brasil em suas críticas sobre as práticas de espionagem de que foi alvo o Brasil e outros países como a Bélgica.

Aproveito ainda esta ocasião para informar que o Primeiro-Ministro Di Rupo fará uma visita oficial ao Brasil, no período de 28 a 30 de outubro próximo.

O Primeiro-Ministro virá a Brasília e, portanto, solicito a esta Comissão uma audiência com o Exmº Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado. Acredito, por oportuno, que também nós possamos participar.

O Relator Ricardo Ferraço deve ter recebido o mesmo comunicado, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, e seria muito importante. Poderíamos não apenas participar da audiência com o Primeiro Ministro, mas, quem sabe, ter com ele, Relator, um diálogo a respeito dessa matéria, que também incomoda a eles. Enfim, está aqui anexa a cópia para quem queira acessar.

Eu quero só comunicar a presença aqui neste plenário, no dia de hoje, do Dr. Mauro Zaque. Onde está o Dr. Mauro? O Dr. Mauro Zaque de Jesus é Promotor no Estado do Mato Grosso e está vindo aqui para nos ajudar na CPI, em decorrência de um requerimento que nós aprovamos, cuja iniciativa foi do Senador Pedro Taques. Seja muito bem-vindo, Dr. Mauro. Desde já, muito obrigada pela ajuda.

Eu convido nossos convidados do dia de hoje para compor a Mesa. Dr. José Alberto de Freitas Iegas, que é Diretor de Inteligência da Polícia Federal, e o Dr. João Batista de Rezende, Presidente da Anatel.

Eu passo a palavra imediatamente ao Dr. José Alberto de Freitas Iegas, Diretor de Inteligência da Polícia Federal. Com a palavra, V. Sª.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGRAS

– Bom dia, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Ricardo Ferraço. Muito obrigado pela oportunidade. A Polícia Federal está à disposição desta Comissão, como bem do Senado, para tirar todas as dúvidas e colaborar com o importante trabalho da CPI.

Nós aqui iniciamos, a partir de todos os fatos que foram relatados pela imprensa, inclusive a partir da instalação desta CPI, nós também instauramos um inquérito policial para investigar a possível quebra das comunicações brasileiras por outras entidades, enfim, por outros organismos.

A pedido do nosso Diretor-Geral, Dr. Leandro Coimbra, eu trouxe cópia integral do inquérito policial, porque eu acredito que os documentos falam por si só para fornecer à CPI esclarecimentos sobre como está o andamento das nossas investigações referentes à possível quebra do sigilo das comunicações, conforme noticiado pela imprensa. Então, Srª Presidente, passo às mãos de V. Exª cópia do inquérito que foi instaurado e que continua em andamento na Polícia Federal aqui em Brasília.

Em relação às demais denúncias, o que tenho a dizer é que são denúncias graves, que a Polícia Federal tem investigado, obviamente, com muita seriedade. E o que nós constatamos, a partir disso, é que é preciso uma evolução em todo o sistema de comunicação do Governo Federal. É preciso aprimorar essas atuações e, principalmente, como nós atuamos ali no âmbito criminal e também em atividades de inteligência e antiterrorismo, é preciso evoluir também na questão de criarmos uma legislação no tocante ao terrorismo.

Eu estive recentemente aqui, em uma iniciativa do Congresso Nacional que debateu esse tema. O Deputado Pellegrino foi o Presidente desse seminário, com o Deputado Feldman, que tem várias propostas nesse sentido. É muito importante aprimorarmos essa questão. É importante também fazermos com que as empresas

de tecnologia com sede em outros países – e aqui vou dar um exemplo muito claro da Google – cumpram e sejam obrigadas a cumprir a nossa legislação.

Parece uma coisa óbvia, mas, quando nós temos, por exemplo, uma quebra judicial, obviamente, de um e-mail ou de um dado da Google, essa empresa reluta em fornecer esses dados para nós. Alega que a sede, a filial no Brasil é uma empresa independente da matriz nos Estados Unidos e que nós precisaríamos, através do MLAT, de uma ordem de uma autoridade judiciária americana. Então, vejam o absurdo que temos: uma ordem de um juiz brasileiro nada vale para a Google para que possamos ter acesso aos dados, à tramitação de e-mails de uma empresa porque alega que a sua sede nos Estados Unidos é diferente da sede no Brasil.

Em outros momentos e logo após as privatizações das empresas de telecomunicações, por conta das interceptações telefônicas que fazemos em razão de investigação criminal, nós tínhamos uma grande dificuldade de conseguir os dados porque as empresas relutavam em disponibilizar os meios. Hoje isso foi superado. Todas, em sua grande maioria, colaboram e cumprem integralmente as ordens judiciais, mas algumas empresas de tecnologia, em especial a Google, relutam em fornecer esses dados, impondo algumas dificuldades que nós entendemos que não são legais.

Então, é preciso evoluir. E isso demonstra, e é uma realidade, que, apesar de todos os investimentos na área de tecnologia, na área da informação, infelizmente existem vulnerabilidades e, principalmente, o fator humano – talvez seja o mais vulnerável disso tudo. O próprio Snowden é uma prova disso. Portanto, temos que investir certamente no aprimoramento das nossas tecnologias, mas nós não podemos nos descuidar, em hipótese alguma, do aprimoramento do ser humano que trabalha nessa área de informação e que, principalmente, trabalha com atividades de inteligência, independentemente do órgão que exerce essa atividade.

Precisamos aprimorar e cuidar dessa questão e tenho certeza de que uma das vertentes da CPI é mostrar às autoridades a necessidade de um aprimoramento e principalmente de um investimento contínuo nessa área da tramitação da informação e da tecnologia.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. José Alberto.

Creio que, após a próxima exposição, nós teremos o momento dos questionamentos e V. Ex^a, sem dúvida alguma, será bastante questionado.

Passo a palavra agora ao Dr. João Batista de Rezende, agradecendo sua presença, Diretor-Presidente da Anatel.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Primeiramente, bom dia a todos. Bom dia ao Senador Ricardo Ferraço, que é o Relator da Comissão, à Senadora Vanessa Grazziotin, ao Dr. José Alberto, que é da Divisão de Inteligência da Polícia Federal.

Eu resolvi trazer aqui um panorama geral da questão da internet, da governança da internet, alguns pontos que nós consideramos importantes em relação a isso, e qual é a atuação que a agência vem fazendo em relação às informações que foram divulgadas pela imprensa e pelos meios de comunicação.

Todo mundo sabe que essa discussão partiu de Edward Snowden, que foi um funcionário da NSA, da Agência de Segurança Americana, que acabou divulgando dados sobre espionagem praticamente no mundo inteiro. Quer dizer, não é uma coisa só do Brasil; é uma coisa que envolve América Latina, Europa, e houve vários protestos no mundo inteiro em relação ao tipo de atividade que é desenvolvida pela agência americana.

No nosso caso, a Constituição e a legislação brasileira asseguram o direito à inviolabilidade da intimidade das pessoas, assim como a inviolabilidade do sigilo das comunicações de dados e telefônicas. Acho que essa é a principal questão da nossa legislação e da Constituição. A única exceção, evidentemente, é que o sigilo pode ser quebrado, mas mediante ordem judicial, e só a Justiça pode autorizar a quebra de dados de sigilo, para fins de investigação criminal ou instrução penal. A legislação brasileira é muito clara em relação a isso. Seria crime realizar interceptações de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, que são dados, ou quebrar segredo da Justiça sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

Isso é importante dizer a vocês. Às vezes, as pessoas acham que a Anatel tem esses dados de ligações. A Anatel não tem dados nenhum de ligações, nem dados de pessoas, nem questões de chamadas. A Anatel não tem qualquer tipo de relação com essa forma de atuação que é determinada pela legislação. Então, é importante dizer que quebra de sigilo ou de dados, e-mail, mensagem, tudo isso é crime previsto pela Constituição brasileira e só pode se dar com autorização de um juiz, ou seja, com autorização judicial.

Sabemos da importância que tem a internet para o mundo. As relações, hoje, caminham pela internet. Nós temos várias questões que, inclusive, serão abordadas no marco civil, que está no Parlamento. Está na Câmara e deve subir para o Senado a discussão da governança na internet, que vai desde comércio eletrônico, direitos do consumidor, direito à privacidade e intimidade dos cidadãos, até liberdade de expressão, inovação nos modelos de defesa econômica, de

concorrência, inclusão digital e segurança cibernética. Acho que é o momento propício para que o Parlamento brasileiro se debruce sobre esse debate no marco civil. Acho que o marco civil é uma oportunidade para analisar várias questões referentes à segurança e à defesa cibernética e até a defesa dos Estados, quer dizer, a defesa das informações estratégicas do Estado.

Sabemos que existem algumas divergências, mas nós sabemos, por exemplo, que quando você faz uma pesquisa no Google, no outro dia entopem a sua caixa postal de *e-mails*. Você pesquisou um hotel em Recife, no outro dia a sua caixa postal vem com um monte de oferta de hotéis. Eu não sei se o marco civil poderia dar conta desse debate, mas acho um debate importante. Chegam a 400 por semana os *e-mails* mandados para a minha caixa postal. Isso também vem através de *spam*, que são vírus maliciosos que roubam senhas e expõem o cidadão. Então, acho importante este debate sobre as dimensões estratégicas da internet e comunicações para o País. Eu acho que o marco civil pode ajudar numa melhor definição desse debate.

Em relação a como funcionam os mecanismos das comunicações globais, só para as pessoas terem uma noção, o usuário, para fazer uma chamada internacional ou utilizar os terminais dele em *roaming*, em outra região, são necessários acordos de interconexão internacional. Uma empresa brasileira vai fazer acordo de interconexão em *roaming* com diversas empresas do mundo inteiro: na Europa, nos Estados Unidos, em várias outras regiões. A saída dessas informações ou se dá por cabos submarinos ou por satélites. São essas informações que circulam dentro da rede mundial em relação às comunicações.

É importante colocar essa questão porque hoje, basicamente, o mundo caminha para as plataformas IP. As principais empresas de internet são nos Estados Unidos e, praticamente, todo o tráfego vai direto para os Estados Unidos. Quer dizer, o tráfego mundial, hoje, se concentra nos Estados Unidos. Então, existe um desequilíbrio global do tráfego de internet em direção aos Estados Unidos. É evidente que isso aumenta a vulnerabilidade das comunicações do mundo inteiro.

Se nós olharmos ali, nós temos um cabo submarino ligando a Europa diretamente e um, agora, que está sendo feito para Angola. Mas a maioria das comunicações transita pelos Estados Unidos, por isso que o Governo brasileiro tem discutido uma melhor governança da internet. Quer dizer, então nós temos claramente, hoje, uma concentração da internet mundial no mercado americano. E é importante dizer que, praticamente toda a tecnologia hoje, tanto Andróide como a Apple, que é o IOS, é uma plataforma produzida pelos Estados Unidos, quer dizer, é tecnologia

americana. Então, é importante dizer que é a tecnologia americana de todo esse processo que complementa a internet. Então, os debates que estão sendo feitos, por exemplo, é o fortalecimento de *data centers* no Brasil, centralizar troca de dados no Brasil. Quer dizer, existe uma série de outras propostas dentro da governança da internet.

Evidentemente, se nós rolarmos aquele gráfico, a velocidade da internet tem aumentado, os dados têm alcançado cada vez mais importância na comunicação mundial e nós temos uma evolução brutal do tráfego mundial de internet. Ou seja, nós temos vários produtos hoje. Existe, de fato, uma demanda muito grande por mais velocidade, mais conteúdo. Isso é uma demanda no mundo inteiro.

É evidente que existem modelos de internet diferenciados, como a China, que tenta fechar o mercado, também a dos países islâmicos, que tenta fazer algum tipo, vamos dizer assim, de cerceamento do volume de tráfego, mas a gente acredita que esse não é o caminho ideal para o Brasil, que quer aumentar a produtividade da economia, aumentar suas comunicações e suas relações com o exterior. Evidentemente, essa é uma tendência inexorável, uma tendência que não tem muita reversibilidade do ponto de vista do desenvolvimento do comércio, da tecnologia, do avanço produtivo e do processo de construção da internet.

Então, nós temos, diante desse cenário, passei aqui uma conjuntura do mercado e o que a Anatel fez nesse período, depois do vazamento dessas questões. Nós enviamos uma série de questões e perguntas para as empresas para que nós pudéssemos analisar as fragilidades nas redes nas empresas de telecom no Brasil. Nós averiguamos e mandamos essas perguntas às principais empresas de telecomunicações, e nós estamos trabalhando em conjunto com a Polícia Federal também nesse processo.

Mas eu só queria passar para vocês quais são as perguntas que nós fizemos para as empresas.

Primeira pergunta: se existe uma política de controle de acesso às informações; quer dizer, quais as políticas adotadas tanto nos dados dos usuários quanto para as comunicações em trânsito nas redes – por exemplo, casos de interceptação de órgão judicial.

Quanto ao acesso físico e remoto, como se dá isso dentro das empresas?

A política de proteção contra códigos maliciosos – eu estava dizendo dos *spams*, principalmente inclusive contra ataque do *zero-day*, que é um ataque recente, é um vírus recente que são ataques avançados dentro das redes de telecom. Todas as empresas tentam se proteger dessas questões. Todo mundo sabe que, hoje, nós temos um grande prejuízo no sistema

financeiro com ataques e avanços sobre os bancos de dados dos bancos, em relação aos ataques de vírus e, principalmente, ataques que fragilizam as redes de telecom – e não só as redes de telecom como as redes em geral de telecomunicações.

Quarta pergunta: se existe procedimento de *backup* e recuperação de dados e informações, que é uma questão importante, para ver se a empresa está forte em relação à proteção dos dados dos clientes e, principalmente, à manutenção dessas informações.

Como é que foram os contratos de interconexões de *roaming* e intercomunicação, ou seja, quais são os contratos existentes de *roaming* e interconexão, como foram trabalhadas essas relações nesses contratos? Quais são os procedimentos de registro quanto à incidência e segurança, centro de operações e coordenação com outros centros? Como é que as empresas estão trabalhando isso? E ações específicas em resposta à divulgação das notícias sobre a suposta espionagem feita pela agência americana NCA.

Nós tivemos algumas informações. Todos esses dados, nós encaminhamos para a Polícia Federal, que deve estar fazendo o seu trabalho de inquérito com relação a isso. A primeira política é de controle de acesso a informações, quais políticas adotadas tanto para os dados do usuário, quanto para as comunicações em trânsito nas redes. Todas as empresas consultadas afirmaram possuir esse controle de acesso. Nem todas seguem normas internas de padrões nem normas certificadoras, como a questão do ISO 27000, que é para segurança interna. Nem todas mantêm controle de acesso por meio de autenticação – senhas, *logins*. Então existem algumas fragilidades de fato nas informações que nós recebemos das empresas. E estamos analisando cada caso especificamente.

A política de proteção contra códigos maliciosos. Inclusive é bom dizer que, quando se trata de espionagem, isso não é feito formalmente. Pode ser até através de um código malicioso desse. Ninguém vai fazer espionagem deixando o rastro de como consegue entrar na rede. Evidentemente ele não vai dizer: "O meu IP é esse, eu estou entrando na rede através dos Estados Unidos". Evidentemente não há essa possibilidade. Então as empresas têm que estar preparadas para esses softwares maliciosos, esses vírus que entram na rede.

Todas afirmaram que utilizam software específico de proteção e segurança tanto nas estações quanto nos servidores e possuem equipamentos programados para atuar em períodos pré-determinados de periodicidade para a varredura, bem como para a atualização desses softwares. Então, as empresas colocaram essa questão especificamente.

Quanto à outra questão, que são procedimentos de *backup* e recuperação de dados e de informações, todas as empresas afirmaram que possuem rotinas permanentes de *backups*.

Uma outra informação, e é uma questão também importante, é que nem sempre o local de armazenamento dos dados se encontra no Brasil. Essa é uma outra questão que elas colocaram, que é uma preocupação, mas uma preocupação geral. Evidentemente, se o banco de dados está ligado à rede de internet, nada me diz que um *data center* do Brasil também não possa ser acessado de fora pela rede mundial de computadores. Quer dizer, não existe nenhuma garantia de que é importante *data center* aqui no Brasil, evidentemente guardar os dados no Brasil, porque isso reforça o processo econômico, ajuda a fortalecer o sistema de tecnologia. Mas, evidentemente, além de estar no Brasil, é preciso criar outros filtros para impedir a entrada de acessos na rede mundial.

Assuntos tratados pela Anatel. Os contratos internacionais de *roaming* e interconexão.

Todas as empresas brasileiras têm contratos com empresas de fora, empresas americanas, europeias e asiáticas. Todas têm esses contratos. E esses acordos são cobertos por cláusulas específicas de segurança e confidencialidade. Todas afirmaram que não está incluído em nenhum contrato qualquer aspecto de cooperação por parte das prestadoras brasileiras no que diz respeito às coletas de informações de chamada de usuários brasileiros. Esse é, vamos dizer assim, o ponto principal. As empresas estão afirmando – e nós enviamos essas questões todas para completar e ajudar o inquérito da Polícia Federal – que não há nesses contratos de interconexão e de *roaming* qualquer tipo de colaboração para que haja facilidade de coleta de dados e informações de usuários no Brasil, para que seja enviado para fora. Acho que essa é uma informação importante.

Evidentemente que nesse inquérito a Polícia Federal, se quiser, pode até requisitar os contratos, me parece; não é, Dr. José Roberto? É. Pode requisitar esses contratos.

Os procedimentos de registro contra incidentes de segurança no centro de operações. Praticamente todas as empresas informaram que não existiram ocorrências ou suspeita de violação dos sistemas ou rede de telecomunicações nos últimos três anos que colocassem em risco dados críticos dessas empresas.

E até, Senador, a CPI poderia visitar, como sugestão, os centros de controle das empresas. Seria interessante até para verificar, porque existem algumas empresas – e há um painel lá – que em todo o tempo sofrem ataques de softwares, o tempo inteiro. E a

empresa cria condições para não deixar os softwares entrarem e derrubarem a rede ou entrar nos dados dos usuários. Há um painel de controle para ataques identificados, mas evidentemente que todas mostram.

Na outra resposta, colocou que nas tentativas de invasão detectadas todas foram devidamente bloqueadas pelos sistemas de segurança implantados e tratavam apenas de dados institucionais em websites ou servidores utilizados para ferramenta de testes. Ou seja, as empresas responderam essas questões.

Ação específica em relação à espionagem. As prestadoras responderam, de forma alinhada, por meio do Cine Tela Brasil, informando que nenhuma prestadora de serviços de telecomunicações associadas proveu ou facilita informações que possam quebrar sigilo de seu usuário, salvo mediante ordem judicial na forma da lei brasileira. Quer dizer, essa é a resposta que temos lá. Apenas uma prestadora informou que diante das denúncias tem realizado procedimento de autoria extraordinária, nas quais também não foram detectadas quaisquer anormalidades ou atividades suspeitas dentro das suas redes.

As informações encaminhadas foram consolidadas por temas. No momento a documentação encontra-se dentro da Agência. Nós estamos avaliando a necessidade de solicitar mais informações ou demanda de fiscalizações presenciais. Por solicitação da Polícia Federal e da Agência Nacional de Inteligência, as informações prestadas foram encaminhadas como subsídio para as atividades nos respectivos órgãos e respectivas competências, e nós estamos trabalhando e continuamos trabalhando a interação com esses órgãos e demandado prestação, informações e esclarecimentos sobre essas informações levantadas.

Medidas preventivas. Nós temos algumas medidas em andamento dentro da Agência. Uma é um software que estamos contratando dentro do GCopa, que é uma segurança de infraestruturas críticas e de telecomunicações. Evidentemente não é o objetivo principal evitar ataques de softwares, de spam e vírus, também no sentido de acompanhar onde estão as infraestruturas críticas, o risco delas e se pode prejudicar a qualidade dos serviços. Estamos com um enfoque mais nos grandes eventos, mas também estamos acompanhando essa relação importante de segurança das redes. Inclusive para prevenir que haja desligamentos, interrupções de serviço, quer dizer, estamos acompanhando esse regulamento.

Também o regulamento de mitigação de desastres, que inclui gerenciamento de risco em rede de telecomunicações. Esse é um outro trabalho que a Anatel está desenvolvendo para evitar que haja problemas nas redes.

A implantação da Porta 25, com o impacto na redução de spams. Esse trabalho eu vou mostrar depois. A Anatel fez um acordo de cooperação com outras entidades no sentido de implantar esse sistema.

E o regulamento de qualidade para a rede de banda larga, fixos e móveis, com monitoramento da disponibilidade operacional e de parâmetros técnicos por uma entidade externa independente.

É importante dizer que a Anatel vem conversando e atuando com vários organismos mundiais em relação a isso. A preocupação hoje é muito grande com a segurança física e lógica das redes de telecomunicações. Nós estamos trabalhando em cima de buscar também experiências internacionais que, de alguma maneira, fortaleçam as redes de telecomunicações no Brasil.

E o fundamental: é evidente que estamos buscando uma melhoria contínua das redes de telecomunicações com os nossos regulamentos, mas é evidente que isso precisa também passar, vamos dizer assim, com foco também na questão da segurança e também nas questões relacionadas à espionagem.

Aqui, é só para mostrar que em 2009 o Brasil ocupava a primeira posição, com mais de um milhão de IPs listados, 17%, de acordo com as operadoras, de ataques de vírus nas redes brasileiras. Hoje, nós estamos em 27º, nós reduzimos lá. Nós éramos, em 2010, o primeiro colocado, em 2009, e nós reduzimos a quantidade, hoje, com a regulamentação dos spams. Nós caímos, então, radicalmente, nesse acordo de cooperação para implementar uma recomendação de gerência da Porta 25, que é a Porta da internet que trata das questões de invasão por vírus. Então, a nossa intenção é também colaborar com as entidades, em cooperação com outras entidades – CGI e outras entidades –, para que nós tenhamos uma queda radical do número de invasões de rede. Evidentemente, a gente sabe que toda hora se cria um vírus novo. Quer dizer, você cria um processo e, amanhã, já temos um vírus novo que apareceu.

O gerenciamento de risco da rede, que é um regulamento de mitigação dos desastres, é um plano de gerenciamento de risco, vamos dizer assim, mais voltado para uma organização sistemática disso, que é um sistema de gerenciamento também das redes de telecomunicações. Temos um grupo de gerenciamento de risco de redes de telecomunicações.

Estamos criando, junto com a prestadora, uma rede nacional de emergência de prestadoras de telecomunicações. Ou seja, qualquer tipo de desastre, mesmo que seja localizado, as empresas têm uma resposta rápida para atender a essas demandas, quando há situação de risco, calamidade pública. Então, esse

regulamento trabalha em cima de mitigar esses riscos para as redes de telecomunicações.

Temos também uma segurança das redes de telecomunicações. A Anatel vem colaborando com o GSI, no aspecto da segurança das redes de telecomunicações. Nós estamos trabalhando junto às operadoras do setor, procurando identificar fragilidades e vulnerabilidades, preparando a reação a ataques, por exemplo, aos grandes eventos sediados no Brasil – Rio+20, Olimpíadas, Copa do Mundo. Nós estamos trabalhando em direção a isso. Então, nós estamos atuando ainda num subgrupo de segurança de infraestruturas críticas.

O que nós achamos em relação à segurança cibernética, muito rapidamente, sobre quais são as medidas legais. Nós temos, de fato, um desafio legislativo relativo às atividades criminais cometidas nas redes das empresas em âmbito nacional e internacional. Evidentemente, em âmbito nacional é possível avançar um pouco na legislação, o marco civil corrigir algumas questões, e em âmbito internacional, acho que é uma atuação mais diplomática do Governo em relação a essas questões.

Temos medidas técnicas e processuais, que é a constante promoção de segurança de gestão de risco, incluindo esquemas, inclusive, de certificação, protocolos e normas. Então, são regras em que nós temos que avançar em relação a esses pontos.

Estruturas institucionais. A prevenção e resposta à gestão de crise antiataques cibernéticos para proteção das estruturas de informações essenciais. Isso seriam estruturas institucionais, como foi colocado aqui, uma proposta de criação de uma agência cibernética, não é Jéferson, que pudesse incluir vários outros setores, porque aí não se trata só da Anatel, mas se trata da segurança do Estado brasileiro. Então, a Anatel participaria desse esforço também de construir essa estratégia. Evidentemente, uma capacitação, estratégia e mecanismos de formação de pessoal, para promover a consciência, a transferência de conhecimento e o aumento da segurança cibernética. É um processo constante.

E cooperação internacional, que seria promoção da colaboração do diálogo e coordenação de respostas à ameaça cibernética. Aí, tem que se dar nos âmbitos das entidades governamentais, como a UIT, que é a União Internacional de Telecomunicações, a ONU, aqui no Mercosul também há outras discussões sobre a questão da segurança cibernética.

Só para dar um exemplo, os Estados Unidos, pós-ataques de 11 de setembro, reuniram todas as agências que tinha – há várias agências de segurança – em uma só. Então, só a NSA tem 107 mil funcionários, com 16

agências de inteligência. Na realidade, é importante dizer que a internet nasceu como estratégia de guerra nos Estados Unidos e, me parece, continua sendo uma estratégia de guerra. Então, é muito difícil... Com US\$52 bilhões, eles construíram, de fato, um processo e, como eles dominam, praticamente concentram as redes, que passam tudo pelo território americano, mas os softwares e plataformas tecnológicas são produzidos nos Estados Unidos, é evidente que nós, brasileiros, o Estado brasileiro terá de buscar todas as frentes no sentido de mitigar e diminuir os riscos de espionagem.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito bem, Dr. João Batista. Agradecemos pela sua participação.

Passo imediatamente a palavra ao nosso Relator, para que faça as perguntas. Se quiser, poderá fazer todas as perguntas para serem respondidas depois, ou então fazer a pergunta e ter a resposta imediatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ao Dr. José Alberto de Freitas, cumprimentando-o, de igual forma o Dr. João Batista de Rezende: o Departamento de Inteligência da Polícia Federal se surpreendeu com as denúncias trazidas a público pelo Sr. Snowden ou existiam evidências, ou mesmo suspeitas, ou conhecimento de que isso poderia estar acontecendo?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS – De alguma maneira, fomos surpreendidos, até porque a questão da espionagem e contraespionagem não é uma atribuição fim da Polícia Federal. Então, claro que fomos, sim, surpreendidos, principalmente pela forma e pelo tamanho como isso foi divulgado e como possivelmente isso tem acontecido.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A Polícia Federal dispõe de informação e conhecimento de que existam bases da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos funcionando na Capital, Brasília, ou em outras cidades, como foi denunciado há algum tempo por alguns veículos de comunicação?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS – Em primeiro lugar, isso não é verdade. Parece-me que os Estados Unidos tinham não uma base, mas um setor que trabalhava fora da Embaixada dos Estados Unidos, que ficava não sei se no Lago Sul, mas bases americanas instaladas, como aquela reportagem da *Folha de S.Paulo*, isso não é verdade, e nós não tínhamos conhecimento. E posso afirmar que não existe nenhuma base dos Estados Unidos trabalhado em conjunto com a Polícia Federal da forma como foi divulgado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Existe algum tipo de parceria entre o

Departamento de Polícia Federal e a Agência de Segurança Nacional do governo norte-americano?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS –

Não, senhor. O que existe é uma cooperação com a Embaixada dos Estados Unidos, assim como existe com vários outros países no aspecto de troca de informações, de cooperação, de capacitação, sempre voltada à questão de informações na área criminal e também na área de antiterrorismo. Mas, com a agência, a NSA, não, em momento algum existe e nunca existiu nenhum tipo de convênio com a Polícia Federal e esta agência americana.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Como se dá a interação do Departamento de Polícia Federal e outros órgãos que lidam com crimes e segurança cibernética de nações com as quais o nosso País mantém relações amistosas? Há alguma estrutura semelhante nos países vizinhos? V. S^a dispõe de informação?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS –

Sim, nós temos um setor, um núcleo na Polícia Federal especializado em crimes cibernéticos, que atua nessa questão da apuração desse tipo de crime. Nós temos em torno de 17 ou 18 adidâncias no exterior – na América do Sul, México, Estados Unidos e Europa – que atuam nessa troca de informações e nessa interação com outros países. Temos vários acordos e tratados firmados pelo Governo brasileiro, que possibilitam essa troca de informações entre a Polícia Federal e outras instituições com organismos internacionais. Mas tudo feito de maneira muito transparente e jamais voltado à questão da espionagem ou contraespionagem. O foco das cooperações da Polícia Federal é a capacitação de servidores e a troca de informações, sempre voltado para a área da investigação criminal, da apuração de crimes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Na avaliação de V. S^a, é possível afirmar que temos um nível significativo de segurança para fazer frente às ameaças cibernéticas? Na avaliação do Departamento de Inteligência da Polícia Federal, o que seria necessário para que nós melhorássemos nossa capacitação de proteção?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS –

Como bem disse o Presidente da Anatel, Dr. João Batista de Rezende, a internet foi criada pelos americanos, com investimentos pesadíssimos nessa área de tecnologia da informação. Por algum tempo, talvez tenhamos ficado um pouco acomodados com essa situação. Eu acho que, de algum tempo para cá, o Brasil vem investindo pesado nessa área de tecnologia e segurança, mas, afirmar para V. Ex^a que hoje nós temos uma segurança absoluta na internet e no fluxo

dessas informações, seria uma leviandade da minha parte, porque isso exige investimentos constantes, capacitação, aprimoramento permanente. É um mercado, posso dizer assim, em constante evolução, e o Brasil, pelo protagonismo em que se encontra hoje, pelas suas Agências, tem que acompanhar esse crescimento. Tenho certeza de que uma das missões da CPI é realmente esta: fazer com que nós não deixemos de ter cuidado e que tenhamos esse aprimoramento constante na área da segurança da informação, do fluxo das informações.

Hoje temos, sim, redes seguras. No âmbito da Polícia Federal, nós trabalhamos com algumas redes criptografadas, que fazem com o fluxo de informações seja seguro. Mas afirmar que tudo isso está, de forma absoluta, protegido é um risco e é difícil fazer essa afirmação para V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – No inquérito que V. S^a coordena, foi ouvido o correspondente do *The Guardian*, o Sr. Glenn Greenwald?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS – Sim, senhor. Foi ouvido. Inclusive, cópia foi disponibilizada à CPI neste momento. Ele teceu informações um pouco genéricas, nada que pudesse nos ajudar de forma mais incisiva na questão da quebra das comunicações. O foco nosso, juntamente com a Anatel que tem nos auxiliado muito nas questões técnicas e nesse contato com as empresas que atuam no setor de telecomunicações, é descobrir se ocorreu quebra no sigilo, quebra ilegal das comunicações, e aí, sim, há questão criminal a ser apurada. Nós ouvimos o correspondente, mas, infelizmente, achamos que as informações não foram contundentes no sentido de nos ajudar na elucidação dos fatos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. S^a considerou que as denúncias ou os detalhamentos das denúncias são superficiais ou mesmo fantasiosas?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS – Não digo fantasiosas, mas um pouco superficiais para o foco da Polícia Federal, que é a questão criminal. Em momento algum nós, aqui, desmerecemos as informações prestadas pelo jornalista, porque elas são importantes no sentido de abrir os nossos olhos para essas vulnerabilidades dos nossos sistemas. Mas, para a questão da investigação criminal, isso sim não foram informações tão contundentes que nos auxiliaram e nos auxiliaram no prosseguimento dessa investigação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O correspondente do *The Guardian*, de certa forma, é uma fonte secundária de informações. A

fonte primária é o Snowden. A Polícia Federal dispõe de adido militar na Embaixada da Rússia no Brasil?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS –

Não. E nós estamos tentando, através de cooperação internacional, a oitiva do Snowden. Mas nós não dispomos de adido na Embaixada da Rússia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Mas o inquérito que V. S^a coordena está considerando, então, de maneira efetiva, a possibilidade, a hipótese de ouvir o Snowden?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS –

Ah, sim, Senador. É uma das prioridades e uma das vertentes do inquérito é a oitiva do Snowden.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Que tipo de providência concreta foi tomada nessa direção ou pelo Departamento de Polícia Federal, ou mesmo pelo Governo brasileiro, para que o Governo brasileiro possa, através dos seus mecanismos, das suas estruturas, ouvir o Snowden?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS –

Nós estamos, por meio do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, tentando, através de acordos e tratados internacionais e questões diplomáticas, possibilitar a oitiva do Snowden. Então, nós provocamos principalmente as nossas entidades diplomáticas e de relações exteriores para tentar possibilitar e fazer com que a oitiva do Snowden se torne uma realidade, porque para nós é importantíssima essa diligência, e fundamental, posso dizer para o senhor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. S^a considera, portanto, essa oitiva uma oitiva definitiva para que o inquérito a ser concluído... Temos data para concluirmos esse inquérito?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS –

Não, Excelência. Não temos data, porque trabalhamos com essa hipótese da oitiva do Snowden, temos ainda algumas questões técnicas que precisam ser informadas pelas empresas e algumas diligências que a própria Anatel tem realizado. Então, é uma das vertentes. Não que estamos reféns da oitiva do Snowden, mas, sem dúvida nenhuma, é uma providência importante, porque ele certamente pode ter conhecimento de alguns detalhes técnicos que facilitaria e, sem dúvida nenhuma, traria novos elementos ao inquérito policial.

Então, não temos prazo e estamos insistindo nessa oitiva, que é muito importante.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ainda que o inquérito não seja prisioneiro ou dependente, por assim dizer, dessa oitiva, essa oitiva me parece, na opinião de V. S^a, um fato determinante para a tentativa de se identificar com mais profundidade as denúncias. É isso?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS

– Sem dúvida nenhuma, Senador. É um fato determinante sim e uma providência importantíssima para o prosseguimento do inquérito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Só confirmando: não há prazo para a conclusão do inquérito? O inquérito quando é constituído não define o prazo?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS –

Não, nós temos aquele prazo inicial de 30 dias, mas já houve um pedido de prorrogação para mais 30 dias. Nós temos esse prazo legal, mas que, diante da necessidade de conclusão da realização de novas diligências, nós temos solicitado esse prazo ao Ministério Público e à Justiça, que têm concedido em razão das diligências pendentes. Mas nós queremos concluir esse inquérito o mais rápido possível e se, eventualmente, a oitiva do Snowden ficar impossibilitada por alguma questão legal, nós o concluiremos da mesma forma, com essa ressalva obviamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu digo isso porque, de certa forma, essa também, pelo menos, é minha impressão como Relator. Quer dizer, é evidente que há uma contundência, é evidente que há uma elevada importância nas denúncias feitas pelo Sr. Glenn Greenwald, mas são denúncias que não deram a esta Comissão Parlamentar DNA. Houve quebra, houve violação das comunicações da Presidente Dilma? Houve quebra das comunicações da Petrobras? De que maneira foi violado? Como foi violado? Essas informações não foram também disponibilizadas aqui na nossa Comissão. Há uma coincidência de interesses entre o inquérito que V. S^a coordena e as informações que nós estamos buscando aqui na nossa Comissão de investigação, na Comissão Parlamentar.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS –

É, exatamente, Excelência. Acho que a impressão da CPI é exatamente a mesma da Polícia Federal nesta apuração. De alguma maneira, efetivamente, faltam dados e informações que possam confirmar todas essas denúncias. Elas são muito superficiais.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ao Dr. João Batista de Rezende: de que maneira o novo marco civil poderá contribuir objetivamente para a construção de redes que possibilitem maior segurança para o nosso País?

Na avaliação de V. S^a e da Anatel, isso é uma questão de legislação ou de investimento em torno de estruturas que possam dar ao nosso País a condição de melhorar a sua capacidade de proteção e de reação, considerando a vida real como ela é, consi-

derando que vamos continuar convivendo com esse tipo de violação?

Como o novo marco civil poderá contribuir objetivamente para inibir a espionagem ou a violação?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Não, eu acho que o marco civil, não. Mas ele pode apontar alguns rumos importantes dentro disso.

Se você pegar a necessidade de uma infraestrutura do Estado, por exemplo, se você pegar o sistema de defesa, o sistema de proteção de dados e informações estratégicas do Estado, acho que isso se dá muito mais do ponto de vista operacional do que no marco civil. Mas o marco civil poderia ampliar um pouco a responsabilidade, principalmente desses atores internacionais dos grandes portais de informações de conteúdos, como o Facebook e o Google, abrir a possibilidade de maior responsabilização e, se apurado, porque, de alguma maneira, eles estão utilizando dados brasileiros em cooperação com organismos internacionais. O marco civil tem outros temas como direito autoral, tem outros temas importantes em relação a isso.

Eu acho que clarear um pouco dentro do marco civil algumas questões de relacionamento com essas empresas transnacionais, o mundo inteiro está buscando algum tipo de regulamentação, algum tipo de relacionamento tanto... Nós estamos falando especificamente do Google e do Facebook, que têm milhões de assinantes no Brasil inteiro. Eu acho que o marco civil pode buscar essa interação, melhorar um pouco esse entendimento das responsabilidades e dos deveres desses grupos junto aos países em que atuam.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Os questionamentos que foram conduzidos pela Anatel às nossas companhias Telecom até aqui parecem, na visão de V. S^a, satisfatórios? Ou seja, é possível afirmar que mesmo... Foi dito aqui pelo Sr. Glenn Greenwald que uma das formas e portas e possibilidades de essas informações terem sido violadas ou vazadas seriam de parte das companhias Telecom, que fazem aliança ou que têm aliança com companhias de outros países, sobretudo norte-americanas. Há algum indicativo disso? Essa afirmação lhe parece adequada, parece crível?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Olha, as informações que nós coletamos na fiscalização e enviamos para a Polícia Federal, no sentido de ela aprofundar as investigações demonstram que não há qualquer, no momento, pelas informações iniciais, não há nenhum tipo de indício ou de indicativo que nos leve a concluir que há essa colaboração ou esse envio de informações propositadamente para organismos de espionagem. Inclusive acho que nem vai ter em documento nenhum, formal, que alguém estaria

colaborando com espionagem. É muito difícil que haja essa possibilidade.

E o inquérito da Polícia Federal, sim, vai aprofundar, porque se trata de um crime, a quebra de sigilo sem autorização judicial. Ela é quem pode aprofundar essas questões, inclusive com oitivas junto às empresas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Portanto, na avaliação de V. S^a, não há, até o momento, nenhuma evidência, nenhum indicativo...

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Nenhum indicativo. Nenhuma evidência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... de colaboração...

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... de parceria, de alguma telecom que opere no Brasil, que tenha aliança com operadoras internacionais que possam ter favorecido ou possibilitado esse tipo de violação?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Não, não. Não teve nenhum indicativo disso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nas avaliações de V. S^a como na do Dr. José Alberto, como V. S^{as} analisam o atual nível de desenvolvimento da segurança cibernética em nosso País?

O que poderia ou deveria estar sendo feito? O que outros países, que buscam protagonismo internacional, como o nosso País, estão fazendo? Enfim, como V. S^{as} analisam, por assim dizer, o estado da arte da segurança cibernética em nosso País? Qual é a avaliação estrutural e sistêmica de V. S^{as} em relação a esse tema?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – A minha avaliação, Senador, é que, na verdade, nós precisamos investir mais em rede de tecnologia, em softwares, quer dizer, precisamos investir. Eu acho que não tem muito que fazer fora disso. E, evidentemente – eu acho que a própria Comissão colocou isso aqui –, um organismo que coordene as várias entidades para trabalhar com segurança cibernética: o Ministério da Defesa, o gabinete institucional da Presidência, Ciência e Tecnologia, as agências que cuidam disso. Eu acho que é possível, além evidentemente dos investimentos necessários, criar uma coordenação, talvez única, para tratar esse tema, com um planejamento de curto, médio e longo prazo, porque não é um processo que se constrói de uma hora para outra. Você tem que ter uma gama de investimentos, um planejamento em um horizonte razoável, porque além do investimento que você precisa fazer nas redes do Estado para suportar a questão da segurança, você precisa, talvez, o que

a CPI está propondo, que eu acho importantíssimo, é essa coordenação. Ou seja, ter um grupo que coordene as diversas ações em relação a isso.

Não comparando mais ou menos o que os Estados Unidos fizeram pós 11 de setembro, em que ele criou uma agência que coordene as demais agências, ele coordena um processo de coordenação para tratar desses assuntos, com frentes diplomáticas, frentes operacionais, frentes internas, quer dizer, tem uma série de frentes que você tem que atacar, principalmente acho inclusive na questão da diplomacia é muito importante também os órgãos mundiais seja colocado isso como uma preocupação nos outros países. E aí eu acho que as discussões que os países não alinhados diretamente aos Estados Unidos são importantes para colocar um pouco de contrapeso nessa hegemonia americana tanto na governança da internet como basicamente nesse monopólio das plataformas tecnológicas que, na verdade, nós estamos aqui na *iPhone* e isso tudo é plataforma americana que pode ser facilmente... Esses dados estão lá nos Estados Unidos, na verdade. Então é importante dizer isso: que nós precisamos de várias frentes para melhorar a atuação em relação à segurança cibernética.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Essa integração hoje no Estado brasileiro não existe?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Olha, eu acho que nós estamos agora começando a pensar nisso. Eu que isso é fruto da questão da segurança cibernética. Nós precisamos que os vários órgãos que tenham essa preocupação trabalhem em cima de uma proposta de coordenação desse trabalho.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dr. José Alberto.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS

– Senador, eu acho que corroborando com que o Presidente da Anatel disse, investimento pesado em tecnologia, investimento pesado no fluxo das informações talvez com satélites próprios que possibilitem um controle senão total, mas um controle mais efetivo das comunicações e talvez, realmente, a criação de uma agência que possa congregar todas essas situações talvez nos moldes da ANS americana e o investimento constante, capacitação, criação de uma agência, tecnologia e talvez uma agência que fosse ligada diretamente não à Presidência da República, mas talvez à Casa Civil, porque talvez a intenção fosse assessorar diretamente a Presidência da República.

Então, são essas as sugestões que damos, mas nada que fuja muito da questão do investimento pesado em novas tecnologias e no aprimoramento da segurança cibernética.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por hora é isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu vou fazer algumas perguntas, eu sei que V. Ex^a vai dar uma olhada e depois seguirá nos questionamentos. Eu quero fazer alguns questionamentos iniciando no pelo Presidente da Anatel.

O senhor falou que relatou aqui, e eu já perguntei ao Dr. José Alberto se o material a que V. S^a se referiu – a respeito dos questionamentos que foram encaminhados às empresas, tanto as teles quanto as empresas de internet, estariam no inquérito. Ele respondeu que sim, que estão. Mas eu lhe pergunto: todas as empresas responderam os questionamentos da Anatel?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Nós enviamos para as maiores empresas, que são as empresas que têm contratos e conexões de *roaming*, principalmente aquelas que têm essa relação. Nós temos várias prestadoras de serviços muito pequenas e nós achamos que não seria interessante incluí-las. Todas as empresas responderam, e nós encaminhamos isso para a Polícia Federal, mas, se a Polícia Federal necessitar que aprofundemos especificamente outra empresa que não esteja naquela relação, embora tenhamos mandado para todas as empresas grandes que estão atuando no mercado brasileiro, e elas responderam os questionamentos.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Dr. João Batista, o senhor poderia falar, mesmo que rapidamente, como é que se dá a fiscalização da Anatel nas empresas que trabalham com internet e que estão instaladas no Brasil?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Veja só, quanto à internet, nós temos um trabalho de fiscalização referente a alguns requisitos de qualidade, que é o serviço de comunicação multimídia. Nós não fiscalizamos conteúdo da internet, nós não fiscalizamos esse conteúdo. Nós fazemos apenas a parte que a Anatel tem em relação à qualidade do serviço prestado. Quanto às demais questões, a internet hoje não é de competência da Agência no que diz respeito a sua fiscalização.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É, não há fiscalização da internet, não é? A Anatel é uma Agência de telecomunicações.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Exatamente. Por isso, até para não cometer esse erro...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então, para ficar bem

claro: não há uma fiscalização como a que sofrem as teles?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Não, não, é diferente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Na internet, sequer isso existe no Brasil.

O processo de homologação dos equipamentos de telecomunicações regulamentado pela Anatel poderia ser aperfeiçoado para contemplar a verificação e detecção das vulnerabilidades propositadamente inseridas pelo fabricante?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Nós precisaríamos evidentemente investir em tecnologia para isso, mas sempre coloco o seguinte: se existe alguma vulnerabilidade dentro de um sistema de espionagem, isso não vai estar exposto ali, ao iniciarmos o nosso primeiro processo. Evidentemente que, conforme for avançando o processo tecnológico e a Agência também for se instrumentalizando, será possível que nós possamos detectar fragilidades nos softwares. Nós temos cinco empresas no mundo que produzem esses softwares...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E nem na regulamentação da Anatel está previsto que as empresas destaquem ou registrem as possíveis vulnerabilidades em seus equipamentos?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – É evidente que nós sabemos... Nas homologações, nós verificamos essas questões de vulnerabilidade. Agora, evidentemente que não é possível – inclusive já vi pessoas colocando a tal da *backdoor*, que seria uma porta virtual... É importante dizer que existe... Se a espionagem é um processo ilegal, evidentemente que nós não vamos conseguir detectar simplesmente lá onde é que está essa peça vulnerável. Nós vamos ter que fazer um processo de investigação tão competente como o da espionagem americana. É difícil para nós saber dessa questão, porque a empresa não vai admitir que o software dela tenha uma vulnerabilidade para a espionagem...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas não há nada na regulamentação... Claro, eles não vão falar isso se... Não é nem de interesse deles, mas não há nada na regulamentação que preveja que ela registre esse tipo de vulnerabilidade?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Não, até porque nós achamos que os softwares que entram na Anatel não podem ter vulnerabilidade, não podem trazer prejuízos à prestação do serviço.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E há possibilidade de a Anatel adotar um sistema de auditagem regular quanto à segurança das operadoras de comunicação?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Isso nós fazemos...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – A auditagem?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Nós acompanhamos a segurança das redes, a segurança das redes implantadas no Brasil. Nós temos sistema, nós temos condições de fazer isso, inclusive agora, com o regulamento de segurança de infraestrutura crítica. Mas veja só: nós estamos fazendo isso em direção à melhor qualidade para o usuário, à melhor informação de serviço. É evidente que nós não temos dispositivos para impedir um processo de espionagem. Como eu disse, é um processo ilegal.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E o senhor falou aqui que não tem notícia, obviamente o senhor registrou também, de que empresas instaladas no Brasil estejam cooperando no envio de informações, seja das telecomunicações ou da internet, com a Agência de Segurança Americana.

É óbvio que nós estamos tratando aqui de uma espionagem, então de um crime possível, porque tudo o que foi divulgado até agora, por mais frágil ou insuficiente que seja nas informações, mas absolutamente nada foi negado, então tudo o que está sendo divulgado é o que ocorre na prática. Há, sim, uma ingerência, um ataque, interceptações promovidas não só pelo governo americano, através da NSA, mas por quatro outros países além deles, de acordo com as informações.

O senhor disse que não há. É óbvio que as empresas não iam dizer “nós colaboramos”. Mas há uma lei americana chamada Ato Patriótico. Essa lei exige uma autorização judicial para que as empresas ofereçam dados de cidadãos americanos, para cidadãos estrangeiros não precisa nem disso. Haveria uma outra forma de detectar, não sei, tecnológica ou não, o repasse dessas informações por parte de empresas instaladas no Brasil, seja de internet ou de telecomunicações para a NSA?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Só se for contraespionagem, no mecanismo formal não.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É contraespionagem.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – E a contraespionagem, eu não...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É aí que nós vamos chegar.

Quais são as iniciativas de contraespionagem que a Anatel, por exemplo, ou outro órgão de que o senhor tenha conhecimento, que o Brasil adota?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – A Anatel não é órgão de espionagem.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, de espionagem não. Nós estamos falando de contraespionagem.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Eu não faço nem contraespionagem nem espionagem.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas a contraespionagem, em meu entendimento, é uma forma de proteção. A Anatel é uma Agência para isso, para proteger o Brasil, para proteger os cidadãos brasileiros.

Há alguma forma?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Eu concordo Senadora, mas existe um órgão...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Que a Anatel não haja diretamente, mas que tenha o apoio de outros órgãos?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Veja: nós estamos trabalhando juntamente com a Polícia Federal e com a Abin no sentido de ver as vulnerabilidades do sistema. Evidentemente...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu sugiro, Dr. João Batista, que depois a gente faça uma conversa reservada, para que a gente possa dialogar melhor sobre isso, porque é óbvio que a espionagem não se trata abertamente, nem através de ofícios ou pedidos formais, tampouco a gente pode tratar de um assunto tão sério aqui, dessa forma aberta como estamos, mas nós precisamos tomar conhecimento, porque esse é um fato que ocorre. Como que a gente tem reagido?

E há muita gente que diz: "Não é agora". Agora apenas o Snowden disse, mas nós já sabemos há anos. Está aí o relatório da União Europeia, do Parlamento Europeu, não sei de onde, que fala disso. Mas nós precisamos dialogar sobre isso.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Senadora, eu sei, mas é importante eu fazer essa colocação, porque a Agência Nacional das Telecomunicações regula o setor. É importante dizer que nós não temos nenhuma atividade nem de espionagem, nem de contraespionagem. É importante dizer isso, porque, senão, o cidadão pode estar confundido.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeito. Refiro-me a isso para proteção.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Eu sei. É o que nós estamos buscando hoje juntamente com a Abin e a Polícia Federal.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu lhe pergunto, Dr. João Batista, é comum as embaixadas pedirem instalação de antenas?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Comum.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Comum.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Hoje a embaixada americana tem uma outorga de serviço limitado privado, sendo 828 estações ou 821, não sei.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Oitocentas e...?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Oitocentas e vinte e uma estações.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Onde?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Espalhadas no Brasil inteiro. Há 13 fixas e – Paulo, você se lembra do número?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – ... e móveis, funcionando normalmente, regularmente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Os Estados Unidos são a nação que mais têm estações e antenas?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Não. Isso a gente poderia levantar, depois a gente podia mandar para a CPI; eu não sei.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E os senhores têm a localização?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Temos tudo registrado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E eles utilizam isso para a comunicação deles?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Isso.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Entre o Brasil e o... Há fiscalização nessas estações periódica?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Se as estações são licenciadas, elas não têm causado interferência em outros serviços, portanto a fiscalização se dá sob o aspecto técnico. Agora, a utilização não.

O que os Estados Unidos falam dentro das antenas, não podemos.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Nós poderíamos acessar esses dados será que hoje, no mais tardar, amanhã ainda?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Pode.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Seria possível que a CPI receba esses dados

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Pode mandar esses dados.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Porque é muito importante.

Pergunto agora ao representante da Polícia Federal, como se dá a interação entre o Departamento da Polícia Federal e outros órgãos que lidam com crimes de segurança cibernética? Aí entra o questionamento que fiz ao Dr. João Batista. Obviamente que a Anatel não tem esse serviço direto de contraespionagem, mas deve dispor de um sistema de segurança que detecta o que a contraespionagem não detectar os atos de espionagem ou de invasão que estamos sujeitos. Qual o nível de relação entre o Departamento da Polícia Federal e outros órgãos brasileiros? Claro, inclui Abin, outras agências e demais órgãos.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS – Em relação aos organismos nacionais, essa troca de informações é constante, é permanente. Dependendo da necessidade, temos reuniões periódicas pelo Sistema Brasileiro de Inteligência, presidido pela Abin, em que várias instituições fazem parte desse Sistema Brasileiro de Inteligência com os organismos internacionais, principalmente pela troca de informações. É claro que, quando precisamos de uma informação formal ou de uma diligência formal para instruir alguma investigação, fazemos isso por meio da cooperação internacional, judicial, os organismos dos outros Estados, porque, muitas vezes, precisamos dessa informação formal para instruir uma investigação. Mas, basicamente, atuamos na troca de informações com esses organismos internacionais de vários países que têm representação diplomática no Brasil.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu já fiz a pergunta para o senhor, o Dr. João Batista se pudesse posteriormente responder, não há algum mecanismo tecnológico que seja capaz de detectar quando uma informação está sendo interceptada ou quando dados estão sendo repassados?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS – Penso que é muito difícil, Senadora, esse tipo de informação, até porque, muitas vezes, os provedores das maiores empresas de tecnologia ficam fora do País. Então, acredito que isso é muito difícil, até porque se ocorreu a espionagem e a contraespionagem foi de uma maneira clandestina. Hoje, com as ferramentas que temos, certamente é muito difícil conseguirmos essa informação.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Hoje há uma matéria interessante, acho que é um pouco a repetição do que foi publicado no *New York Times*, que mostra o seguinte: que nos Estados Unidos, a agência NSA, armazena milhões de listas de contatos e e-mails pessoais de contas e serviços, mensagens instantâneas ao redor do mundo, que, em um único dia de 2012 – isso foi informação passada pelo Snowden também –, a Agência teria coletado quase 450 mil listas de contatos do Yahoo, mais de 105 mil do *Hotmail* e daí para frente; e que essas coletas, segundo o noticiário, dependem de acordos com empresas de telecomunicações instaladas ao redor do mundo e que, segundo a matéria, são acordos secretos. É óbvio que o senhor vai perguntar das empresas, vão dizer que não têm, mas seriam acordos secretos. Essa é a informação que temos.

Creio que talvez por isso que todos os que têm vindo aqui até o momento têm falado muito na criação dessa agência, para que ela possa ligar mais os diferentes órgãos brasileiros no sentido de garantir uma segurança maior ao Brasil. Acho que não é só o desenvolvimento da tecnologia, acho que isso também.

O senhor, Dr. José Alberto, falou em criptografia, qual é a criptografia utilizada pela Polícia Federal? Quem a desenvolveu?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS – Não sei desse detalhe, Senadora, posso me informar e passar posteriormente para a senhora.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Precisamos também, porque a criptografia utilizada pela Petrobras, pelo que vimos aqui é desenvolvida por empresas estrangeiras. E já temos o conhecimento de que o Brasil tem bem-desenvolvida criptografia através...

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS – Temos uma coordenação geral de tecnologia da informação que cuida dessa parte mais técnica, então, isso, eu posso passar posteriormente para a senhora.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – O Relator perguntou para o senhor sobre acordo de cooperação entre a Polícia Federal e a NSA. Foi isso Relator? Disse que não há; e entre o FBI?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS – Não, temos apenas um acordo de cooperação com a embaixada americana, principalmente na área de capacitação, não existe acordo específico firmado entre Polícia Federal e agências americanas, somente um com a embaixada americana, de que salvo engano nós já enviamos cópia à CPI.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas a gente tem

notícia de que existem em curso outros tipos de atos de cooperação, como repasse de informações, atuação de alguns membros do FBI em território nacional.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS –

Não. A troca de informações existe e é amparada por esse acordo que temos. Agora, a atuação de policiais ou de servidores americanos em território nacional não é compactuada pela Polícia Federal e nem é feita com a colaboração da Polícia Federal, isso eu posso garantir para a senhora. Se fazem isso, fazem-no de maneira clandestina.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então, peço, porque nós não recebemos aqui nenhum documento nesse sentido. Seria interessante que fosse enviado, porque são muitas as notícias de acordos publicadas na imprensa brasileira de possíveis acordos ou ações comuns realizadas e desenvolvidas entre o Brasil, a Polícia Federal e o FBI.

Eu pergunto, já no sentido das últimas perguntas do Relator, se o Departamento de Polícia Federal se ressente de eventual falta de coordenação de áreas de inteligência dos diferentes órgãos da Administração Pública Federal exatamente nesse campo da contrainteligência que nós estamos aqui abordando?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS –

Nós temos um fluxo de informações e uma integração muito grande principalmente com a Abin, com os demais órgãos de inteligência das Forças Armadas. Então, não há uma falta de troca de informações. Muito pelo contrário. Isso caminha muito bem. O que é importante, como já foi afirmado aqui, é a necessidade de investimento constante e permanente na área da inteligência, na área da tecnologia da informação e da segurança cibernética, mas o trâmite e o fluxo de informações caminham muito bem entre todas as Agências que atuam nesse segmento.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu vou fazer uma última pergunta para o senhor agora e, também na sequência, eu gostaria de ouvir os comentários do Dr. João Batista.

Qual o percentual de tecnologia nacional nos equipamentos de segurança cibernética e inteligência de sinais utilizados hoje pela Polícia Federal ou que a Anatel tenha um balanço acerca disso?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS –

Esse percentual eu, sinceramente, não sei, Senadora. Posso me informar daquelas tecnologias que utilizamos na Polícia Federal, mas muitas plataformas são nacionais. E sem dúvida nenhuma é inegável constatarmos que as grandes empresas de tecnologia são estrangeiras e a maioria delas certamente é americana.

Mas posso informar posteriormente para a senhora, através da nossa Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, qual esse percentual de utilização de plataformas nacionais que temos na Polícia Federal.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Bom, no caso do setor de Telecom, evidentemente que grande parte dos equipamentos é estrangeiro. Nós temos algumas empresas nacionais como o CPqD, que produz roteador, algumas questões, mas a maioria é tecnologia internacional.

As plataformas hoje, aparelhos móveis, por exemplo, roteadores de internet, nós temos quatro ou cinco empresas no mundo que produzem esses equipamentos. Então, nós temos hoje uma predominância de tecnologia de fora.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É predominância mesmo, não é? Não é 100%, mas chega quase a isso, não?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Oitenta por cento.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Oitenta?

E qual a sua avaliação em relação a... Porque no passado, o Brasil tinha uma presença muito forte no setor de telecomunicações e saiu de uma presença muito forte para zero. Saiu de cem para zero. Esse foi o movimento que o Brasil fez em relação às telecomunicações: de tudo para nada. Não há hoje uma empresa brasileira de telecomunicações. E na época das privatizações foi-se o único satélite de que o Brasil dispunha.

Como o senhor avalia a situação hoje? Isso nos torna um País mais vulnerável? Não teríamos que ter uma presença talvez não como no passado, mas mais significativa nessa área?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Olha, é muito difícil a gente fazer essa retrospectiva sobre se uma empresa brasileira conseguiria fugir da rede mundial de internet. Quer dizer, para avaliar a questão da fragilidade, eu acho que aí não importa muito se o capital é nacional ou estrangeiro. Quer dizer, aí é uma outra vertente.

Em relação ao satélite, nós autorizamos agora a outorga de um satélite para o Exército que será construído pela Telebras juntamente com a Embraer. Vão lançar um satélite nacional. Quer dizer, vai ele servir tanto para segurança como para projetos de banda larga. A Anatel já autorizou e este processo está em andamento.

Agora, em relação ao processo, se uma empresa nacional poderia ser menos vulnerável à questão da espionagem, eu acho que a arquitetura da internet é

que propicia isso, e não o fato de ser capital nacional ou capital estrangeiro, na minha visão.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É. Eu posso falar um pouco sobre o setor de medicamentos, que é uma área em que, inclusive, houve uma CPI há alguns anos, quando debatemos muito esse aspecto.

É óbvio que esse é um mercado privado em que o Estado brasileiro não tem de atuar. Mas o Estado brasileiro possui laboratórios públicos. E por que o Estado brasileiro manteve os laboratórios públicos? A fim de poder entender melhor o setor e, entendendo melhor o setor, poder trabalhar na regulamentação.

Então, é nesse aspecto que eu digo que é o Estado, não falo de empresas privadas brasileiras, eu falo do Estado, da presença do Estado Brasileiro em determinada parte. Agora mesmo, a Telebras foi recuada. Inclusive, cabe a ela levar a internet para as áreas mais longínquas deste País, Presidente. Eu acho que é sobre este aspecto que haveria um debate muito interessante. E este momento propicia que tenhamos esse debate, até para que possamos enfrentar melhor um problema que não é conjuntural, mas é um problema cuja tendência é piorar a cada dia que passa, porque esse fluxo, em tempo real, de informações e o avanço na tecnologia, cada vez mais, permitem que uns acessem dados de outros. E se o Brasil não desenvolver essa sua capacidade, não só a capacidade também de fazer, mas a de controlar e a de entender o que acontece, em minha opinião, fica muito difícil.

Pergunto ao Relator se há mais alguma questão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não, Sr^a Presidente. Apenas informara a V. Ex^a, não apenas para informar, mas para compartilhar com V. Ex^a que acabo de receber a informação de solicitação de audiência que nós fizemos ao chefe da Missão Diplomática da Rússia, aqui no Brasil. É o Embaixador confirmado que estará nos recebendo na quinta-feira, pela manhã. Ou seja, estaremos, na Embaixada Russa, solicitando a formalização ao Embaixador da Rússia, no Brasil, que ele possa avaliar junto ao seu governo a possibilidade de nós fazermos uma teleconferência com Snowden.

Quer dizer, essa teleconferência é que poderá nos dar condição de aprofundarmos esses questionamentos, até porque a Polícia Federal, que dispõe de mecanismos, de *expertise*, de recursos humanos e de recursos materiais, como nos disse o Dr. José Alberto, não está conseguindo avançar. É como se as informações batessem na parede e ali ficassem.

Em que pese nós considerarmos a importância das denúncias feitas pelo Sr. Glenn, o fato objetivo é que são informações muito superficiais. Então, na

quinta-feira, nós estaremos tendo uma conversa, uma reunião com o Embaixador da Rússia, visando exatamente ao que também está buscando a Polícia Federal, que é uma forma de contato diretamente com Snowden, através de uma teleconferência, que me parece o formato mais adequado para que nós possamos fazer essa oitiva; quem sabe uma oitiva conjunta da Comissão Parlamentar de Inquérito com o inquérito constituído pelo Governo brasileiro, até porque os nossos objetivos são comuns e convergentes.

Então, parece-me que nós precisamos unir os nossos esforços na direção de buscar respostas que possam sair deste lugar comum e desse círculo de giz a que estamos submetidos, em razão da ausência de DNA dessas violações.

Portanto, na quinta-feira, às 9 horas, nós estaremos em audiência com o embaixador da Rússia em nosso País, com o chefe da missão diplomática visando à mediação para que o governo da Rússia autorize a que façamos essa oitiva.

Enfim, a essa altura, o que está me parecendo, a partir daquilo que nos traz de informação o inquérito da Polícia Federal e o presidente da Anatel, é que precisamos buscar outro nível de investigação e esse nível de investigação é ir direto à fonte primária. A fonte primária chama-se Edward Snowden, e me parece, portanto, inadiável que nós possamos elevar os nossos esforços nessa direção. Se nós não conversarmos com Snowden vamos continuar aqui enxugando gelo, vamos continuar aqui cercando vento, e começo, sinceramente, a ter muitas dúvidas da eficiência, dos objetivos, enfim, de buscarmos essas informações.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu quero corroborar a proposta do nosso Relator que, sendo viabilizada essa videoconferência ou outra forma de contato com o Sr. Snowden, possamos fazer juntos, porque o objetivo tanto da Polícia Federal, quanto da CPI é exatamente o mesmo. E registrar que há um pedido também por parte da Câmara dos Deputados, da Comissão de Relações Exteriores, para que esse contato também seja feito por lá.

Antes de eu passar a palavra ao nosso Senador Suplicy, Dr. João Batista, uma última questão, mas o senhor responderia depois de ouvir o Senador Suplicy. É que hoje grande parte das empresas telefônicas utiliza, em parte do seu caminho, a internet. E a informação que temos é que seria impossível essa espionagem virtual acessar dados e informações dentro de território brasileiro, no que diz respeito à telefonia, se não tivessem o apoio de empresas telefônicas.

Creio que se a gente conseguir avançar nas informações e detectarmos, conseguirmos comprovar

que dados que transitam em território nacional tenham sido acessados, daí estaremos diante de um fato muito mais do que gravíssimo. Não sei nem como qualificar, mas da mais extrema gravidade. Acho que é esse, quando o Relator fala, não tenho dúvida de que deva haver alguma informação nesse sentido e que esse é o esforço de buscarmos, na realização desse debates, a gente procurar formatar uma proposta para que haja avanços, tanto por parte do Governo brasileiro, do Estado brasileiro, como das próprias leis.

A WikiLeaks tem passado uma série de informações inclusive do envolvimento de empresas de segurança. Veja, Senador Suplicy, empresas que trabalham com segurança na área de tecnologia da informação, que estariam envolvidas com isso também. No geral, são todas empresas de fora do Brasil.

Passo a palavra a V. Ex^a Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr^a Presidenta, preciso acompanhar votações na Comissão de Assuntos Econômicos e só agora, nesse último período, pude estar aqui.

Quero cumprimentar o Presidente da Anatel, João Batista de Rezende, o Sr. José Alberto de Freitas legas e o Senador Ricardo Ferrraço, Relator e a Sr^a Presidenta, Vanessa Grazziotin.

Uma breve questão. Dada a sua presença aqui, Dr. José Alberto Freitas legas, eu gostaria de saber em que medida a inteligência da Polícia Federal está hoje cooperando com os órgãos de segurança pública do Estado de São Paulo, do Rio de Janeiro e outros com respeito a essas revelações tão relevantes que surgiram e que preocupam a população de São Paulo, seja a própria ameaça de morte feita ao Governador Geraldo Alckmin, seja hoje notícia de possíveis ameaças à Copa de 2014, aos jogos, às eleições. São assuntos que, de alguma maneira, interagem com as preocupações do Ministério da Justiça e da Polícia Federal. Então, se puder nos dar uma breve informação, fiquei curioso do ponto de vista da tecnologia, Presidente João Rezende.

O Governador Alckmin revela que há agora um novo sistema que bloqueia os telefones apenas em uma penitenciária sem atrapalhar as comunicações nos arredores, nos bairros vizinhos à penitenciária. Parece que está havendo um progresso tecnológico muito significativo. Acho que o senhor deve estar acompanhando isso. Mas fico imaginando se, do ponto de vista da espionagem, haveria algum instrumento tecnológico que pudesse até preservar as comunicações que obviamente precisam ser feitas, digamos, no Palácio do Planalto, para que elas não ficassem sujeitas a eventuais espionagem? Existiria uma técnica nesse sentido? Se o senhor puder responder, agradeço.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não, Dr. João Batista. Primeiro, o Dr. José Alberto. Antes, o senhor poderia falar um pouco sobre aquilo que estamos conversando aqui, após a resposta ao Senador Suplicy?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS – Claro, Senadora. Claro.

Senadora, nós integramos a agência de inteligência que foi criada pelo Governo de São Paulo, junto com o Ministério da Justiça, principalmente com o foco para acompanhar e investigar as ações dessa organização criminosa que atua nos presídios de São Paulo. Então, já temos uma atuação próxima ao Governo do Estado de São Paulo em relação a essa organização criminosa. Temos também outros trabalhos de investigação que focam essa organização. Em relação ao Rio de Janeiro, também temos uma atuação muito próxima, até porque o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro é um delegado da Polícia Federal, então, nós temos alguns trabalhos em conjunto.

É que, como a atividade de inteligência é uma atividade não ostensiva, muitas vezes o resultado do nosso trabalho, que é depois externado através de uma prisão ou de uma apreensão, fica evidenciado através da atuação da polícia estadual normalmente, e o trabalho de inteligência não é divulgado. É assim que devemos continuar atuando. Então, o senhor pode ter a certeza, ficar tranquilo de que estamos juntos com os governos estaduais, porque a orientação do Ministro da Justiça é exatamente esta: não existe nenhum interesse partidário ou político na atuação da Polícia Federal em apoio à Secretaria de Segurança.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Era o que eu imaginava, mas agora o senhor confirmou.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Só rapidamente, é evidente que eu acho que, no caso das telecomunicações do Estado brasileiro, é preciso investir em tecnologia e em sistemas que, de alguma maneira, protejam os dados estratégicos do Estado brasileiro.

Em relação à questão das empresas, é importante dizer que, necessariamente, como hoje todo o tráfico mundial passa pelas redes, eu não acho que um sistema de espionagem eficiente precise de alguma empresa local para fazer esse trabalho. Ela o faz diretamente porque, na verdade, uma mensagem que a senhora manda para uma colega Senadora transita pelo mundo inteiro.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sem deixar digital? Eu vou insistir nisto: sem deixar nenhuma digital?

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Mas é!

O trabalho da espionagem é exatamente este: sem deixar digital, porque, se deixassem digital, nós levaríamos rapidamente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu não acredito que não deixem nenhuma digital. Isso não existe.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Olha, é esse o trabalho da espionagem e da contraespionagem; sempre foi esse trabalho. Ninguém vai fazer uma espionagem e dizer: “Acabei de espionar o Senador Eduardo Suplicy.” Não vai acontecer isso, não é verdade? Essa é a questão.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pode saber tudo. (Risos.)

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Mas é importante dizer que nós, juntamente com a Polícia Federal, estamos avançando nas questões técnicas. Evidentemente que, se tivermos alguma informação relevante de algum tipo de desvio de conduta, nós passamos para a CPI.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS –

É, eu não sou um *expert* na área de informática, mas acredito que a grande dificuldade em encontrar esse DNA do sistema ou se houve um ataque ou uma retirada de informações é exatamente o acesso aos provedores, o acesso aos sistemas centrais de todas essas empresas que, em regra, estão nos Estados Unidos. Então, talvez, se tivéssemos acesso – isso estou falando no campo da probabilidade – às centrais dessas empresas através dos nossos peritos, talvez pudesse ser possível constatar alguma violação aos sistemas. É uma colocação de uma maneira muito empírica, sem o conhecimento técnico; mas, sem ao menos termos acesso físico a esses sistemas, aí posso dizer que estamos beirando o impossível de se descobrir se houve alguma violação ou não.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Então, dito isso, quero agradecer ao Dr. João Batista de Rezende pela disponibilidade. Nós ainda precisamos dialogar mais sobre isso. Queremos a sua colaboração inclusive para a elaboração do relatório.

Agradecemos da mesma forma ao Dr. José Alberto e à audiência de todos.

Sr. Relator, nada mais havendo a tratar, nossa reunião está encerrada, agradecendo a audiência de todos.

Obrigada. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente.

(Iniciada às 11 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 15 minutos.)

ATA DA 9^a REUNIÃO

Ata Circunstaciada da 9^a Reunião, realizada em 22 de outubro de 2013, às 11 horas e 30 minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho. Ocorrida sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) e com a presença dos Senadores Roberto Requião (PMDB/PR) e Walter Pinheiro (PT/BA). Deixaram de comparecer os Senadores: Benedito de Lira (PP/AL), Ricardo Ferraço (PMDB/ES), Sérgio Petecão (PSD/AC), Aníbal Diniz (PT/AC), Pedro Taques (PDT/MT) e Eduardo Amorim (PSC/SE). Na ocasião foi realizada audiência pública com a presença dos senhores Rafael Moreira – Conselheiro do CGI; Rodrigo Assad (Professor da UFPE) e Paulo Sérgio Pagliusi (Diretor do ISACA-RJ).

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Declaro aberta a 9^a Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, destinada a investigar as denúncias relativas à espionagem praticada pelo governo norte-americano.

Conforme a convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a presença dos seguintes convidados: Sr. Paulo Sérgio Pagliusi, Presidente da Cloud Security Alliance Brasil (CSA Brasil) – eu o convido a compor a Mesa –, que é especialista em segurança de rede; Sr. Rafael Henrique Rodrigues Moreira, Conselheiro do Comitê Gestor da Internet (CGI); e Sr. Rodrigo Assad, que é Professor da Universidade Federal de Pernambuco. Aqui, não fala qual a matéria que ele leciona, mas imagino que ela trate também de segurança da informação.

Quero comunicar que, conforme diálogo com os membros da Comissão, não há nenhum impedimento quanto à realização desta audiência. Ainda nos cabe aprovar os requerimentos para a participação do Sr. Rafael e do Sr. Rodrigo, mas não há impedimento quanto a isso, porque há concordância quanto à antecipação desta audiência pública.

Então, agradeço profundamente a presença de todos.

Quero dizer que, por coincidência, os Senadores membros desta CPI – inclusive, eu lá estava – estavam numa reunião da Comissão de Assuntos Econômicos em que se debate o pacto federativo. O pacto federativo é algo muito complicado. É um debate que nós já travamos e que parou devido a divergências. O Confaz fez uma série de reuniões, e me parece que um novo acordo está a caminho. Eles estão naquela reunião, mas nós poderemos começar a nossa reunião aqui.

Os senhores tenham a certeza absoluta de que tudo aquilo que falarem – por isso, nós lhes fizemos o

convite – será de grande contribuição para esta CPI, que pretende investigar não somente o fato da espionagem, mas também a situação do País em relação à segurança da Nação, à segurança das empresas, à segurança das pessoas. Isso é o que cabe primeiramente à nossa CPI. A partir desta investigação e da capacidade de defesa e de contraespionagem brasileira, poderemos apresentar sugestões e, inclusive, mudanças na legislação vigente no País, para que possamos construir um novo ambiente.

Com isso, quero saudar os nossos convidados e dizer que todas as audiências que temos realizado com especialistas e com técnicos têm servido para construir esse diagnóstico e também para apresentar soluções no sentido de superarmos as fragilidades da nossa segurança cibernética e das comunicações também.

Outros países também têm sido alvo das ações de espionagem. Notícias recentes dão conta de países que compõem a União Europeia. Esses países, sobretudo os da União Europeia, têm começado a apresentar soluções. A própria União Europeia deverá debater, nos próximos dias, um pacote, um conjunto de leis destinadas a limitar as transferências duvidosas de dados. O projeto tornará mais difícil para as empresas americanas de tecnologia repassar informações de membros da União Europeia para terceiros países. Também sujeita esse procedimento às leis do Bloco, não mais às decisões das cortes americanas, das cortes dos Estados Unidos.

O texto a ser aprovado pela União Europeia prevê ainda multas que podem chegar a bilhões de dólares para as companhias que descumprirem as normas. O Parlamento quer punir empresas em até 5% do faturamento anual global. Quando aprovadas as novas regras, dados só poderiam ser transferidos para os Estados Unidos se houvesse um pacto baseado nas leis da União Europeia.

Essa reação do Parlamento europeu e da União Europeia nos mostra que esta Comissão do Senado Federal tem apontado o caminho correto de, a partir de um diagnóstico levantado e discutido com integrantes do Governo e com técnicos da área, apresentar soluções.

Eu gostaria, feita essa leitura rápida, de pedir que, se os senhores pudessem abordar esse assunto, seria muito importante. Que assunto em especial? Esses que a União Europeia está debatendo, que a imprensa tem divulgado, sobre como se daria essa limitação da transferência de dados e como estariam essas empresas sujeitas à lei daquele país.

Logo após as primeiras denúncias, o Governo brasileiro, em contato com o governo americano, ambos acertaram uma reunião formal para discutir o assunto. Foi uma comitiva do Brasil aos Estados Unidos, che-

fiada pelo Ministro da Justiça, Ministro José Eduardo Cardozo, que lá propôs que só fossem capturados dados do Brasil a partir de decisões de cortes daqui e que houvesse um compartilhamento das informações entre Estados Unidos e Brasil. Infelizmente, os Estados Unidos não acataram. Não acataram, e isso não pode ficar assim. É a mesma coisa: as empresas de internet não se sujeitam às regras e à legislação, ao Poder Judiciário brasileiro. Apenas a União Europeia está dizendo que vai implementar isso.

Penso que temos que ir além, e não apresentar aqueles projetos ou as mudanças na lei. Aquilo que todo mundo já sabe que se tem que fazer, como aprovar um marco legal, enfim. Mas nós temos que ir além e, obviamente, no âmbito das relações internacionais, reforçar muito a posição brasileira da CGI, inclusive que é a posição formal do Governo brasileiro, para que haja uma governança multilateral, o que não significa controle, mas uma governança multilateral, porque, hoje, o poder de mando é exclusivo dos Estados Unidos. Até membros do Congresso Nacional pensam que CGI é um órgão do governo americano ou uma agência. Nada disso. É uma empresa. É uma mera empresa que foi privada e que hoje em dia não é mais privada. E é essa empresa americana que decide questões relativas à internet. Aí não adianta dizer que existe o GAC, ou que é um conselho de governo que a ICANN, que é empresa americana, ouve. As decisões do GAC não têm poder legal nenhum. Nem poder obrigatório de cumprimento. Pelo contrário, algumas das decisões do GAC não só não foram cumpridas, mas, como outras, inversamente contrárias ao que o GAC aprovou, foram adotadas por essa empresa americana, que é quem cuida e promove a governança na internet em todo o Planeta.

Agora mesmo, uma decisão unilateral da ICANN abriu-se para a terminologia genérica. Mais de mil pedidos já foram apresentados para a terminologia genérica para depois do ponto. Isso vai fazer com que os cofres americanos fiquem ainda muito mais abarrotados para que eles possam ter mais recursos para investir não só na segurança da sua informação, mas também na bisbilhotagem em relação a outros países.

Então, ditas essas primeiras palavras, passo a palavra – acho que há uma ordem aqui predeterminada – ao Dr. Sérgio Pagliusi.

Agradecemos a sua presença novamente.

Trabalhamos em torno de dez a quinze minutos. Está bom assim?

Obrigada.

O SR. PAULO SÉRGIO PAGLIUSI – Muito obrigado, Senadora.

Bom dia a todos! É um prazer e uma honra estar diante deste público tão seletivo, diante desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O que eu queria destacar são alguns fatos relevantes que, em minha opinião, são importantes levar ao Senado Federal e, em particular, a esta CPI.

Pode passar, por favor.

Por conta de uma reportagem recente, que apareceu na grande mídia, eu tive acesso a cerca de seis horas, somadas, de duas entrevistas que foram ministradas, à parte do material do Edward Snowden. Pude fazer uma análise um pouco mais técnica, um pouco mais aprofundada do conteúdo do qual tivemos acesso.

E isso teve bastante repercussão internacional. Eu tive... Não só a mídia nacional como, principalmente, a internacional, desde o Japão, passando por Canadá, televisão francesa, televisão do Irã, enfim, uma série... Realmente, esse assunto interessa não somente ao Brasil, mas a todo o mundo. É um assunto que desperta o interesse de todos, como disse a Senadora. Recentemente, saiu agora, matéria de ontem, falando sobre a questão dos e-mails da França, milhões de e-mails que são monitorados também por americanos. Saiu uma matéria recente sobre isso.

Pois bem...

Pode passar, por favor.

O que eu queria destacar aqui é que a gente não está olhando somente uma questão técnica. É uma questão estratégica que envolve uma verdadeira guerra, a guerra da informação. E a face cibernética dessa guerra é apenas uma das ações, convém destacar aqui, dos assim chamados Five Eyes, que seriam as cinco agências combinadas. Como destacou um amigo meu, um embaixador, ele falou: "Repare que é um império e quatro colônias, todos falantes da língua inglesa".

Pode avançar.

Uma coisa que chama a atenção é a questão do hardware malicioso, que o próprio jornal *The New York Times* diz que teria sido feito. Ou seja, alguns equipamentos de computação montados nos Estados Unidos já sairiam de fábrica com dispositivos de espionagem instalados. Inclusive um determinado governo teria comprado esses equipamentos para ser espionado. O jornal só não revela que governo foi esse. Isso é uma coisa que não vem de hoje. Existe um caso famoso envolvendo uma empresa de criptografia suíça. Em 1992, o representante comercial da empresa chamada Crypto AG teria sido sequestrado justamente porque o pessoal do grupo Irã-Contras estaria desconfiado que aquele equipamento teria uma *backdoor*, fato que depois ficou confirmado, quando os demais colaboradores da empresa se reuniram de forma clandestina e conseguiram montar o quebra-cabeça. E, como de-

corrência, não somente aquela empresa como toda a criptografia suíça deixou de ser considerada relevante para o restante do mundo. Eram dezenas de países que faziam uso, o Brasil inclusive, e as Forças Armadas inclusive, o próprio Itamaraty. Isso já faz parte do passado.

Hoje, aquele equipamento já virou peça de museu. Mas eu, como segundo-tenente, sou oficial da reserva da Marinha, fiz muito uso desse equipamento, e fiquei muito chateado quando descobri que, junto com o material cifrado, ia também a chave cifrada, a chave que era empregada. Ela ia junto. Então, realmente, isso incentivou muito a gente lá na Marinha a trabalhar com criptografia caseira e, de preferência, construída desde o zero em casa, com foco em combater ações de espionagem não só norte-americana como de qualquer um dos Five Eyes ou de qualquer outro país.

Pode passar.

Outra coisa importante é que, além de atacar os equipamentos, estão sendo atacados também os algoritmos criptográficos, em particular o TLS e o SSL, que são aqueles algoritmos que fecham o cadeado verde nos nossos navegadores. Isso é uma coisa que chama muito a atenção. Eu sou autor de um livro sobre segurança na internet, que é *Internet Authentication for Remote Access*, publicado na Alemanha com base na minha tese de doutorado na Inglaterra. E eu destacava no corpo desse livro a importância de uso de protocolos como esse para obter uma comunicação segura. Porém, foi observado, inclusive no material a que eu tive acesso de Snowden, que esses protocolos, de fato, são inseguros.

Pode passar.

Programas como o Flying Pig e o Hush Puppy, que são dedicados a quebrar esse tipo de protocolo. Até escrevemos um artigo para o *O Globo* – e foi assim que o Senador Ricardo Ferraço me chamou para vir aqui, ele gostou desse artigo –, que a criptografia pode, sim, servir como mapa da mina. Por quê? A criptografia tem duas facetas. Se ela for bem-feita, ela realmente protege; se ela for malfeita, ela acaba entregando o mapa do tesouro. Porque a gente só cifra o que é importante, só cifra o que é sensível. E se quem está do lado de lá consegue quebrar essa criptografia, eu estou indicando, estou separando o que é importante do que não é. Então, há formas de se reagir a isso. Uma das formas que a gente indica é cifrar tudo. Ou seja, informação relevante e informação não relevante. Claro que a informação relevante convém cifrar com uma criptografia mais forte, mas convém cifrar também a informação não relevante, de forma a embaralhar as coisas e gerar para o lado de lá o problema da agulha no palheiro, o problema da coleta.

Pode passar.

Uma abordagem importante. Eu sei que os senhores já devem ter pesquisado bastante, mas não custa destacar quem está do lado de lá, ou seja, quem seria a National Security Agency? A sede dela é chamada de Cripto City, que fica em Fort Meade. O que a gente observa na tela são apenas as instalações aparentes da NSA, sendo que a maior parte das suas instalações está no subsolo. E lá, quando eles selecionam computadores ou recursos computacionais para quebra de algoritmo de qualquer outra nação, eles não falam assim: "Ah, me vê um, dois, três computadores." Eles falam "um, dois, três acres de computadores". Ou seja, eles são medidos em acres. Acre é uma medida de terra maior que alqueire. Então, é o tamanho do poderio. Fora os supercomputadores que a gente sabe que eles têm. A gente só não sabe o quão potentes eles são. Estima-se que eles estejam, pelo menos, entre dez e quinze anos à frente em termos de pesquisa, em termos de avanço, não só computacionais como também em criptografia.

Pode avançar.

À direita, nós temos as instalações de Utah, é um *data center*, e está avaliado em US\$2 bilhões o seu custo. Ele é capaz de armazenar um *iotabyte*. Um *iotabyte* é um seguido de vinte quatro zeros e é uma capacidade de armazenamento suficiente para armazenar todo o conhecimento produzido pelo ser humano, comunicações inclusive, nos últimos 500 anos.

Por favor.

O que as Five Eyes monitoram? Seriam as chamadas telefônicas e de fax, transmissões de internet, rádio, seja internet fixa ou móvel, em todo o mundo. E os alvos seriam, primeiro, comunicações da antiga União Soviética, porque isso é uma coisa que remonta ao final da Segunda Guerra Mundial; uma conexão entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, quando começou a união UK e USA; e depois é que foram agregados os outros três países, por uma razão técnica, que eu vou explicar daqui a pouco.

Pode passar.

Os tipos de recepção envolvem desde cabos submarinos – um destaque que foi dado à esquerda embaixo no mapa mundo... Eu tive acesso à tela original, então, dá para ver de forma muito mais nítida que, ao longo dos cabos submarinos que saem do Brasil, inclusive, e de outros locais, existe o conceito de um emprego de *interception vessels*, que são os navios de interceptação das Five Eyes. Ou seja, eles têm uma tecnologia, que eu não sei como funciona, que permite a interceptação fazendo um grampo no cabo mesmo em alto-mar. Isso era possível no passado, com cabo de cobre. Hoje os cabos são de fibra ótica.

Eu conheci a tecnologia suficiente para colocar esse grampo quando o cabo retorna à terra. Agora, no mar, realmente é uma novidade e eu fico muito curioso para saber como isso funciona, mas, de fato, pelas evidências, isso, aparentemente, está sendo feito.

Pode passar.

Porque o material era dedicado a treinamento de agentes de inteligência e isso fazia parte desse conteúdo.

E para a gente começar a fechar, eu gostaria de falar um pouquinho sobre a grande repercussão que teve, no Brasil, o caso Snowden. De fato, esta CPI é uma evidência disso. A própria questão do projeto de lei que é conhecido como marco civil é outra coisa muito importante para o nosso País.

Pode passar, por favor.

Nós temos também a questão do discurso da nossa Presidente na ONU, que teve um grande impacto. Eu tenho um filho que cursa Relações Internacionais na UFRJ e ele disse que, durante uma semana, eles – os alunos – ficaram avaliando cada componente desse discurso. E pelo que eu escutei de repórteres estrangeiros que vieram me entrevistar, todos realmente disseram que foi um discurso que a nossa Presidente falou coisas que todos gostariam de falar. Realmente, foi uma coisa unânime. E todos os repórteres que vieram falar comigo disseram que ela tocou em pontos fundamentais, que foi muito bem elaborado o discurso.

Pois não. Pode passar.

E o que fazer nesse cenário?

Vamos a algumas dicas. Receitas anti-Five Eyes, se a gente pode assim dizer.

Já está sendo providenciada a questão do correio brasileiro em contraposição aos rivais de e-mails, Yahoo, e isso é uma coisa muito importante. Eu recomendo isso com empenho. Minha tese de mestrado na Unicamp, inclusive, foi em cima de segurança de correio eletrônico. Nós temos plenas condições de fazer aqui no Brasil. Nós temos capacidade, temos competência, temos gente que pode fazer um correio eletrônico seguro, começando pelo Governo Federal, para uso e emprego da Administração Pública Federal, e pode ser estendido – por que não? – para as outras duas esferas, estadual e municipal. E também, depois, não podemos esquecer de disponibilizar isso para toda a população brasileira. Porque é uma relação direta. Isso garante privacidade. E, sem privacidade, nós não temos liberdade de expressão. E, sem a liberdade de expressão, nós não podemos dizer que vivemos numa democracia.

Pode passar.

A questão da proteção do e-mail foi bastante destacada, a Presidente Dilma disse que queria criar

um sistema de *e-mail* criptografado. Ontem eu fiz uma reunião com o pessoal do Serpro, e isso está avançando a passos largos. É uma boa notícia. O sistema atual em estudo que está sendo apontado é o Expresso V3, e a ideia é fazer uma criptografia forte nesse sistema, para poder garantir a privacidade dos nossos *e-mails*.

Pode ir.

No tocante ao novo sistema, então, segundo diz o próprio presidente do Serpro, a ideia é livrar o Governo da espionagem estrangeira.

Pode ir.

Nós temos a questão dos satélites, que já foi destacada. É muito importante, sim, buscarmos ter os nossos próprios cabos submarinos de comunicação e – por que não? – satélites também brasileiros, segundo até aponta a Estratégia Nacional de Defesa. Isso é um fato muito importante, eu sei que os senhores já estão trabalhando nisso, e isso é uma coisa que tem de ser vista com muito cuidado, com muito critério, porque cerca de 90% do tráfego que sai hoje do território brasileiro, tráfego de internet, cai primeiro no território americano, mesmo que destinado a outras localidades. Então, é uma coisa muito importante a questão do cabo submarino, a questão de não termos essa dependência de passar pelo território americano quando as informações nos deixam.

Já fechando, pode colocar mais um eslaide.

A questão da criptografia já foi destacada aqui, lembrando que ela tem de ser empregada para cifrar tudo, não somente o aspecto corporativo, como também o pessoal, porque, muitas vezes, na comunicação pessoal, acaba-se entregando muita coisa importante. Então, o mesmo rigor com que a gente tem que proteger a comunicação corporativa tem de ser usado também para proteger a comunicação pessoal, porque a gente acaba entregando o mapa da mina por meio da comunicação pessoal também. Então, isso é importante.

Eu destaco a criação do órgão onde eu trabalhei durante 10 anos; nós criamos em 2008, eu fui o primeiro chefe da Divisão de Criptologia do Centro de Análises de Sistemas Navais, que é um órgão que pode vir a colaborar com os trabalhos do Governo, já pertence ao Governo, pertence ao Comando da Marinha.

Pode ir, por favor.

Outro órgão importante que sei já está na pauta de estudos é o Cepesc (Centro de Pesquisas e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações), que também pode colaborar, que tem um destaque não só na criptografia, como também na criptografia em termos de *hardware*s. Há bons trabalhos lá que são desenvolvidos, e o mais importante é fazer esse trabalho em consonância com tudo o que está sendo feito no ambiente universitário. Ou seja, nas universi-

dades, o ideal é fazer esse casamento universidade-órgãos públicos-iniciativa privada, para dar um bom alicerce para todo esse desafio de defender a nossa comunicação.

Pode passar.

É importante destacar: nós temos o Centro de Defesa Cibernética, que hoje é do Exército, e temos também, no GSI, o DSIC (Departamento de Segurança da Informação e Comunicações). Isso eu sei que está sendo estudado. É importante – isso a gente aprende nos meios militares – que as coisas tenham um comando único. No tocante a esses dois órgãos, por mais que a gente tenha boa vontade – isso é uma posição muito pessoal minha –, em algum momento, de alguma forma, deveria haver uma fusão, ou deveria ser feito algo para se ter um comando único. E eu digo até mais: eu tenho um *blog* chamado “MPSafe – Seu Porto Seguro na Nuvem”, que é justamente para discutir questões de segurança em nuvem. E, nesse *blog*, eu defendo até mesmo a criação de um comando cibernético brasileiro, em separado das Forças Armadas. Por que isso? Porque cada Força Armada hoje é preparada para atuar, para ter uma estratégia, uma tática, uma doutrina em determinado domínio. Assim, no caso, o Exército, domínio terrestre; a Marinha, domínio marítimo; Força Aérea, domínio aéreo; nós temos a Agência Espacial Brasileira, que cuida da área de domínio espacial. E falta um órgão único, específico para cuidar do domínio cibernético, que é um domínio que envolve outras técnicas, outras doutrinas, são outros tempos. Em quatro horas, por exemplo, eu defino uma batalha cibernética, diferentemente de uma batalha terrestre ou marítima. Então, tem que haver outras cabeças pensantes nesse sentido.

Pode passar.

E destaco também a questão de educação em segurança. Precisamos investir, urgentemente, em educação nacional, em estratégia avançada de segurança cibernética, encontro de inteligências, como destacou a nossa Senadora no início da sua fala, ideia que endosso com empenho. Isso tem de fazer parte dos currículos escolares, tem de haver uma colaboração estreita do Ministério da Educação. Sem essa massa crítica, a gente não cria bons analistas de segurança ou de sábia inteligência. Isso eu destaco com muita ênfase.

E tive essa oportunidade – a Marinha me proporcionou isso – de estudar no exterior, tive oportunidade de estudar na Unicamp, mas eu acho que a gente tem de criar, aqui no País, massa crítica; é preciso haver órgãos especializados nisso, como há lá fora. E isso é possível fazer aqui no Brasil, sim. Temos gente muito competente aqui para atender esse desafio.

Mais um, para a gente começar?

A questão da consciência do aprimoramento da inteligência corporativa em segurança cibernética. Há várias consultorias. Por ser de uma coisa deriva da outra. Se eu tenho massa crítica, se eu tenho educação, eu tenho gente capaz de dar consultoria nessa área. Então, é uma coisa muito importante de ser avaliada.

Por fim – pode passar –, investir. É muito importante investirmos em ética e em canais de denúncias. Que surjam novos Snowdens, e o Brasil tem toda uma tradição de dar essa abertura. Por exemplo, o jornalista Greenwald – claro, teve razões pessoais –, aqui, no Brasil, fica muito à vontade para falar o que pensa. Tem liberdade, coisa que ele até já revelou em discurso, que, lá, por exemplo, se estivesse no Reino Unido, ele não teria essa mesma liberdade. Ele mesmo admite isso no discurso.

Então, essa questão de haver um espaço para quem quiser fazer denúncia vir aqui para o Brasil e ficar com uma área livre, essa é uma imagem muito positiva que se mostra para o mundo, e acabamos incentivando o surgimento de novos Snowdens.

O destino do Snowden está sendo avaliado com muito cuidado, com muita atenção pelos potenciais denunciantes. E a melhor defesa nessa caso pode, sim, vir a ser a questão do momento de critério ético. Começa a pesar na consciência a sua ação, e ela vir a revelar ao mundo o que está acontecendo. Essa é a melhor defesa que se tem. Não há outra melhor do que confiar no discernimento do ser humano.

Muito obrigado.

Mais um eslaide, por favor. Só para agradecer.

Agradeço a atenção dos senhores.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Agradecemos a participação do Dr. Paulo Sérgio.

Quero dizer que o que nos anima muito, Dr. Paulo, é que todos os que têm vindo aqui para colaborar com a CPI têm falado uma mesma linguagem. O próprio pessoal ligado à segurança cibernética do Brasil, Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, e não apenas eles, mas a Abin, concordam com a necessidade que o Brasil tem de criar uma agência. Aqui, acho que está presente o assessor parlamentar da Anatel. A Anatel é uma agência reguladora das telecomunicações, que trabalha com internet, mas de forma extremamente precária.

Então, o senhor vai deixar conosco o seu trabalho com as inúmeras sugestões que apresenta, e nós agradecemos muito.

Passo a palavra agora ao Dr. Rafael, que é Conselheiro do CGI (Conselho Gestor da Internet) e ocupa uma vaga governamental.

Acho que ele vai falar aqui sobre isso.

Com a palavra o Dr. Rafael.

O SR. RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA – Obrigado, Senadora.

Quero agradecer o convite e deixar, de forma clara, a disposição do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para apoiar a Comissão.

Há uma massa de conhecimento dentro das universidades, dentro do mundo acadêmico, dentro das empresas inovadoras, que foram fomentadas ao longo desses anos no bloco Segurança e Defesa Cibernética, que pode muito contribuir e apoiar a Comissão no entendimento das questões referentes à espionagem e, além disso, na proposição de medidas para que possamos, no longo prazo, mudar esse quadro. Eu brinco que, para questões de espionagem, existem medidas de curto, de médio e de longo prazo.

Vou pedir para colocar a apresentação, por favor.

Vou apresentar rapidamente.

O Comitê Gestor da Internet tem uma composição de 21 membros. Ele foi criado por um decreto presidencial de 2003. A partir desse decreto presidencial de 2003, a Coordenação do Comitê Gestor da Internet cabe ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, mas há uma composição de outros nove órgãos de governo. Desses 21 membros, portanto, o Governo é a minoria. É o que nós chamamos de modelo *multistakeholder*, termo em inglês, que são muitos atores diferentes. Ou seja, há representação governamental como um bloco, há representação do terceiro setor como outro bloco, uma representação da comunidade acadêmica e científica como outro bloco. Então, assim, há uma representação do setor privado, no caso, tanto em empresa de software, operadoras de telecomunicações e provedores de conexão à internet. É de fato um modelo extremamente elogiado no mundo inteiro, por exatamente conseguir construir uma visão que agregue não só uma visão governamental, mas também uma visão da sociedade civil organizada e, principalmente, que traga também uma visão da comunidade científica e do setor privado.

Então, de fato, as discussões lá são muito acaloradas, e, exatamente nesta data, está acontecendo em Bali, na Indonésia, o Internet Governance Forum (Fórum de Governança da Internet). Estão todos reunidos exatamente discutindo as questões referentes à cúpula que ocorrerá em abril de 2014, a pedido da Presidente Dilma, com relação à discussão sobre a governança internacional da internet. Aqui no Brasil, ainda há uma discussão sobre se será no final de abril. O Presidente da Aiken esteve com ela, esteve com o Ministro das Comunicações, esteve também com o nosso Secretário de Políticas de Informática, que é o coordenador do Comitê Gestor da Internet, exatamente

debatendo quais são os pontos que serão colocados, qual a visão dos países com relação a isso, e há, de fato, uma grande demanda global, um grande interesse em entender o que o Brasil está pensando e como o Brasil vai se posicionar sobre esse tema.

Só que é interessante frisar o seguinte: há questões de espionagem, mas nós vamos, então, dividir um pouco a apresentação, mostrando rapidamente o que a NSA, em tese, fez, ou tecnologicamente pode ser argumentado que ela fez, quanto isso de fato custa, qual a dificuldade inerente, tecnológica e econômica, de se fazer isso, e, por fim, uma série de proposições que podem servir de balizadores aqui para a CPI da Espionagem, num entendimento mais profundo dessas questões.

Então, vou pedir mais um eslaide, por favor.

O contexto os senhores já sabem. Vou passar rapidamente.

A segurança cibernética tem mesmo crescido por quê? A sociedade é cada vez mais conectada. Eu estava comentando com a Senadora que o Brasil hoje é o terceiro maior mercado de tecnologia da informação e comunicação do mundo, ou seja, o brasileiro utiliza muito a tecnologia da informação; ele é amigável, é amistoso para o uso dessa tecnologia, e, obviamente, esse é um setor que tem crescido. Enquanto a média de crescimento da economia é de 0,9%, 1% ao ano, esse setor cresce uma média de 15%, 18% ao ano. Então, obviamente, nós vamos ter uma sociedade cada vez mais conectada, e os temas de segurança da informação, proteção de dados pessoais, questões referentes aos direitos civis na internet, e a propriedade intelectual e os direitos autorais na rede vão tomar, de fato, como já estão tomando, as principais páginas dos jornais, não só no Brasil, como no mundo. E isso haja vista também o surgimento de outras tecnologias que baratearam, enormemente, o uso e o consumo da tecnologia da informação, como é o caso da tecnologia de nuvem, de computação em nuvem, que permite, então, a hospedagem desses dados em qualquer lugar do mundo e que permite também o acesso a essas diversas rotas das redes de comunicação, otimizando e diminuindo a estrutura de custo, para permitir o armazenamento de informações – que nós vamos mostrar daqui a pouco –, o tráfego internacional de dados e, principalmente, comunicações móveis, permitindo que, na mão de cada um dos cidadãos brasileiros, possa haver, de fato, um grande computador que envie e receba informações, dados ou qualquer tipo de arquivo.

Por essa lógica, obviamente, exatamente pelo próprio desenvolvimento tecnológico dos Estados Unidos, eles não são os únicos a realizarem processos de espionagem eletrônica, mas o país de origem do

fornecedor, de fato, é quem geralmente define as tecnologias, os padrões, como é que eles vão ser utilizados, etc. E também o controle pleno de um ambiente digital seguro depende desse controle de uma rede de comunicações e do tráfego de aplicações na rede, que vou mostrar rapidamente.

O próximo, por favor.

Então, qual é o problema? O mundo está produzindo muitos dados. No passado... Hoje há diversas aplicações da internet, e já foi citado várias vezes aqui que várias empresas trabalham no mundo digital, e hoje há fotos, imagens, você começa a hospedar tudo nessas nuvens, em *data centers* disponíveis em diversas partes do mundo, e é muito interessante um dado do Google que mostra exatamente que o mundo cria, a cada dois anos, a mesma quantidade de dados criada desde o início da civilização até 2003.

Então, nós vamos ter, de fato, um grande problema na frente, de armazenamento desses dados e, principalmente, questões de segurança que serão colocadas a partir desse conjunto de dados e informações que são armazenadas, nesses *data centers* que estão localizados em diversas partes do mundo, não só nos Estados Unidos, mas é importante frisar que a rede internacional de computadores, no caso a rede mundial da internet, foi construída com uma topologia, uma estrutura de rede que concentra o tráfego de dados nos Estados Unidos, nos servidores americanos. Isso causa também aí uma dificuldade no tratamento dessas informações de uma forma segura.

Próximo, por favor.

E, obviamente, dando um diagnóstico, não é só uma questão de espionagem ou de bisbilhotar, mas é também uma questão de que existe um mercado mundial de armas digitais, Senador. Hoje há, de fato, *malwares* – tem os termos técnicos –, *worms*, *trojans* –, ou seja, existem vírus, existem guerreiros cibernéticos, existe um crime cibernético extremamente estruturado, que está no subterrâneo e que muitos desses países também avançaram muito em técnicas de defesa, não só do ponto de vista da sua segurança cibernética ou das suas infraestruturas críticas. Um *cracker*, por exemplo, poderia jogar a rede da Eletrobrás no chão, porque hoje os relés não são mais mecânicos; eles são todos digitais, então conectados em rede. E traz também uma questão da responsabilidade que o governo tem por salvaguardar os dados pessoais de cidadãos brasileiros e internacionais que andam aqui nas nossas terras.

E por que isso é muito importante? Porque, vamos pensar, por exemplo, no exemplo do Datasus, ou seja, o Sistema Único de Saúde brasileiro tem um conjunto de milhões de dados pessoais sobre saúde que valem

ouro na mão de determinados interesses econômicos. E como é que o governo vai armazenar esses dados e garantir ao cidadão brasileiro a segurança de que esses dados estão, de fato, sendo manipulados, sendo transferidos entre os servidores tecnicamente, mas não estão sendo bisbilhotados ou chupados, por interesse de algum tipo de *lobby* ou por algum governo estrangeiro? É necessário, de fato, o governo fazer grandes investimentos com marco regulatório – vou mostrar –, com tecnologia, com pesquisa de desenvolvimento e inovação, porque senão nós não vamos conseguir avançar nesse ponto.

O próximo, por favor.

E, obviamente, capacidade de manipulação e análise, um negócio chamado *big data*, ou grandes, ou dados massivos. Ou seja, a partir do momento que você tem um crescimento do armazenamento das informações, você tem que criar ferramentas para fazer essas análises. Então, o que é que a NSA, de fato, em tese, faz? Ela consegue sugar essas informações, ou na rede em que está trafegando, ou nos *data centers* de empresas americanas que têm que responder ao ato patriótico, e ela consegue, de certa forma, traçar perfis nesses bilhões de informações, utilizando ferramentas de análise. Então, nós vamos ver rapidamente que, em um minuto, são criados 168 milhões de *e-mails*. Como é que você consegue monitorar isso? Você, então, vai classificando as informações por um nível, ou estratégico, ou informações que foram criptografadas, como mostrou o Paulo Sérgio aqui anteriormente, ou por informações de governos estrangeiros, vai fazendo essa classificação.

Aquilo que tem uma comunicação criptográfica é, então, levado aos servidores, para que se use uma computação de alto desempenho, para que se quebre essa cifra. À medida que se tem que quebrar o chaveamento, essa cifra, é que você consegue, de fato, ter acesso a essas informações. E naquelas que não estão cifradas são, então, produzidos padrões, para que você possa entender, nesses padrões, palavras-chaves e trate essa massa de bilhões de informações. E, obviamente, *backbones* e os pontos de troca de tráfego, que são internacionais. Então, quando o Brasil vai trocar tráfego, por exemplo, você faz uma ligação do seu celular, da Senadora Vanessa para o Senador Magno Malta; nessa troca de informações, a operadora de telecomunicações pode fazer essa troca de tráfego direto em Miami; ou ele pode fazer essa troca de tráfego num ponto de troca de tráfego brasileiro. Quanto mais informação for trocada nos pontos de troca de tráfego no Brasil, menos informações e menos dados são trocados internacionalmente, portanto sujeitos à bisbilhotagem. E outro problema é a questão da mobi-

lidade. Porque a mobilidade hoje, o Protocolo 3G dos dispositivos móveis, é um protocolo aberto e é possível, sim, fazer o rastreamento, a sinalização. Você consegue capturar a sinalização com os metadados, mostrando exatamente quem ligou para quem, a que hora, mesmo sem ter acesso ao conteúdo. De fato você monta o que os técnicos chamam de grafos. E esses grafos são de fato as teias de conexão que, muitas vezes, são importantes para ou a resolução de um problema criminal ou para uma espionagem industrial ou tecnológica ou de estratégia governamental.

Acho que o Rodrigo vai falar muito mais sobre isso com mais propriedade e detalhes daqui a pouco.

Por favor.

E, como foi feita por hipóteses, como eu estava dizendo, a escolha de fatores estratégicos pela NSA – sobre isso há várias reportagens e os próprios documentos que foram divulgados pelo Edward Snowden – e obviamente a energia é um dos setores estratégicos. Não só petróleo e gás, como foi o caso da Petrobras no Brasil, mas energia em geral é um dos setores estratégicos de avaliação pelo governo americano, exatamente pela própria questão das relações internacionais americanas e, obviamente, da matriz energética global.

Investimento de *e-mails* e arquivos. Ou seja, os serviços são sempre hospedados nos Estados Unidos e o governo tem acesso aos dados por lei. É muito interessante. Para o cidadão americano, ele diz que cumpre a lei, mas, com relação ao cidadão estrangeiro, ele tem o direito de espionar o mundo inteiro? Isso está correto? Isso, de certa forma, foi muito bem combatido pela nossa Presidente na abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

E, obviamente, o rastreamento via celular, em que se consegue ter não só a montagem dos gráficos e das teias, mas também do próprio conteúdo que pode ser colocado, dado que se tem acesso às antenas ERB e aos números de telefone. Ou seja, tecnologicamente é possível se a ligação não for de um dispositivo móvel ou fixo criptografado. E, mesmo que seja criptografado, você pode capturar e tentar quebrar o chaveamento depois.

Próximo, por favor.

Como eu disse, em 60 segundos, um minuto, o que a gente cria em termos de armazenamento de dados? Só para os senhores terem ideia, aqui nós colocamos 168 milhões de *e-mails* que são enviados, 1.500 *blogs* que são postados, 60 novos *blogs* a cada minuto. Então, para tratar esse conjunto de informações, você tem que ter de fato grandes *data centers*, grandes *softwares* de soluções, de monitoramento e de análise e busca de padrões de dados.

Próximo, por favor.

E, obviamente, o mercado de armas digitais. O Brasil chegou a ser... Agora isso está caindo com o gerenciamento da Porta 25, um termo técnico, no envio da quantidade de *spams* no mundo. Mas os principais *malwares* estão aí colocados, inclusive por quantidade, no primeiro trimestre, um relatório de uma consultoria/empresa brasileira e americana. E chama a atenção o seguinte: a quantidade de *worms* que são disponibilizados. Para quê? Para *hackear* senhas, para crimes cibernéticos. Por exemplo: muitos emulam em dispositivos móveis aquele chaveiro, aquele cadeado que aparece em protocolo SSL. Eles emulam aquilo para enganar as pessoas. Portanto, se a sociedade brasileira é cada vez mais conectada, nós vamos ter que garantir ao cidadão brasileiro essa segurança no mundo digital, afinal de contas é um setor que cresce muito. E a economia digital no Brasil vai crescer mais ainda, pelas próprias projeções existentes nas consultorias globais.

Próximo, por favor.

E aqui tem um ponto interessantíssimo, Senador. Nesse mercado de armas digitais há a lista de preços do submundo do crime cibernético. Então, se eu sou um desenvolvedor e quero, por exemplo, ter acesso à informação de cartão de crédito roubado, há lá os preços em real e em dólar por informação de dez cartões de crédito. Tudo isso está disponível em redes, no submundo da *darknet*, a internet escura. E aqui estão todos os preços: serviço de codificação. Então, se a gente não se preparar, hoje existe um número grande de guerreiros cibernéticos que inclusive vendem informações governamentais que são roubadas. E existe um submundo desse crime, não só para o cidadão brasileiro que utiliza a internet para compra, para comércio eletrônico, para a bancarização *on-line*, como também guerreiros cibernéticos que capturam informações estratégicas de governos, não só no Brasil, mas no mundo inteiro.

Próximo, por favor. Já estou concluindo.

Aqui temos desafios e oportunidades.

O domínio dessa tecnologia de fronteira demanda tempo para a construção de uma massa crítica. O Brasil tem uma massa crítica em diversos segmentos. Por exemplo: eu cheguei a ver uma reportagem sobre o depoimento da Presidente da Petrobras de que não havia empresas brasileiras que poderiam oferecer soluções criptográficas para a Petrobras.

De fato um produto de prateleira talvez não haja, mas há, sim, muita capacitação. Há empresas que foram financiadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, via Finep, é a agência de inovação do Ministério, que são empresas capazes. Nós temos um

estudo de mercado. Encontramos 87 empresas brasileiras na área de segurança da informação e criptografia, ou seja, empresas que têm condições, sim, de fornecer essas soluções e de construir um complexo industrial no entorno da área de segurança e defesa cibernética.

Sabe o que o Pentágono faz, Senador? Ele investe em *startups*, que são empresas de base tecnológica situadas no Vale do Silício para que elas criem, gerem tecnologias para o próprio Pentágono. Isso não sou eu que estou dizendo; isso está nos jornais. O próprio *Wall Street Journal* tem uma reportagem sobre isso.

Então, acho que chegou a hora de o Brasil construir uma cadeia e um complexo industrial em torno da área de defesa de segurança cibernética, aproveitar esse momento para investir nessas empresas, construir certificações seguras e homologação segura de equipamentos, para o Governo brasileiro usar o seu poder de compra de forma inteligente, para impulsionar essa indústria, gerar inovação, gerar pesquisa e desenvolvimento nas universidades.

Próximo, por favor.

Esse fica para a Comissão.

Próximo, por favor.

Trilhas para viabilidade. E concluo aqui.

Uma primeira. De fato nós temos que fomentar pesquisa, desenvolvimento e inovação. Isso não é porque o Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação está dizendo; é porque há uma indústria, uma cadeia extremamente sofisticada. E, para lidar com essa indústria, o Paulo mostrou, por exemplo, um bloco dela, da área criptográfica, você tem que ter muito conhecimento.

É por isso que o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministro Raupp, juntamente com o Ministro da Defesa, Celso Amorim, estão discutindo e vão propor um programa conjunto de apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de defesa e segurança cibernética. Chegou a hora de o Brasil dar um salto de qualidade e construir esse ecossistema.

A estruturação de um marco regulatório para a economia digital. Então, a aprovação do marco civil da internet é fundamental. A aprovação de uma lei de proteção de dados pessoais é fundamental. Não é à toa que a Senadora chegou a comentar, no início, sobre a questão da União Europeia.

A União Europeia tem uma lei de proteção de dados pessoais desde 1995, que faz com que, para empresas manipularem dados de cidadãos europeus fora da Europa, elas tenham que seguir padrões de segurança e privacidade dessas informações. E não adianta argumentar, como empresas americanas já fizeram aqui, no Poder Judiciário brasileiro, que o dado está armazenado nos Estados Unidos e, portanto, não tem que atender a uma decisão judicial, inclusive fe-

rindo a soberania nacional. Por quê? Porque a lei de proteção de dados pessoais vincula a obrigatoriedade do armazenamento de dados, mesmo que seja feito fora do País, no caso europeu, que essa empresa tem responsabilidade no país. E funciona assim no caso europeu.

Agora eles estão querendo inclusive apertar a regra, que é o ponto.

Há também a necessidade de discussão sobre questões relativas ao uso do poder de compra. É fundamental a utilização do uso do poder de compra para *software* e *hardware* sistemas seguros, ou seja, não adianta continuarmos apenas adquirindo de grandes empresas multinacionais tecnologias que nós não sabemos como foram desenvolvidas, quais são os *backdoors* existentes ali, qual é o tipo de compromisso que a empresa tem com o país, no caso, principalmente o governo, que salvaguarda dados de cidadãos brasileiros. E, além disso, tem um conjunto de informações estratégicas que são transacionadas nas redes de comunicação governamentais. E, obviamente, construir no entorno dessa estratégia uma nova indústria de segurança e defesa cibernética, conforme eu disse anteriormente.

E o último eslaide, que é de fato o primeiro ponto que está sendo colocado para discussão e agora vai trancar a pauta na Câmara dos Deputados, que é a questão do marco civil da internet, que tem, no fundo, cinco grandes pontos de discussão. No ponto de neutralidade de rede, é fundamental a permanência da neutralidade de rede, que permite que você consiga de certa forma manter uma isonomia entre os detentores da infraestrutura e os geradores ou provedores de aplicações. Você tem que, de certa forma, permitir a inovação, permitir que *startups* de tecnologia usem as redes brasileiras e consigam de fato monetizar isso. Então, a neutralidade de rede é uma questão fundamental para uma internet equilibrada, em que os interesses são de certa forma equilibrados e o mundo da economia digital possa avançar.

Sobre o armazenamento de dados no País, nós fizemos um estudo. Nós somos muito acusados por empresas e até mesmo outros governos de que o armazenamento de dados no País era apenas uma decisão do Governo brasileiro. Nós estudamos, existem implementações de armazenamento de dados no País em outras nações. Eu posso citar o caso da Coreia do Sul. Nós fizemos um estudo completo com 26 nações que adotam o armazenamento de dados ou estão pretendendo adotar. Na Coreia do Sul, por exemplo, dados financeiros obrigatoriedade têm de ser armazenados no território sul-coreano. Por que isso? Porque, se for

necessária uma auditoria por parte do banco central sul-coreano, ele precisa ir lá e lacrar o *data center*.

Existem outros casos que eu poderia citar aqui em que nós fizemos essa análise. E o armazenamento de dados de um país não atinge o item segurança, porque o dado pode ser replicado fora do país. Mas ele tem um componente interessante, que ele também carrega investimentos de infraestrutura de *data centers* e de telecomunicações para o nosso País. Isso também causa, se a gente conseguir de fato discutir uma regulamentação que consiga equilibrar para que também o armazenamento de dados não seja obrigatório, para que pequenas empresas de comércio eletrônico ou da economia digital possam ser prejudicadas; se, porventura, está começando, quer otimizar o custo, quer utilizar um *data center* fora, mas ela não manipula dados estratégicos, é uma empresa menor etc., que o armazenamento de dados num país não possa ser uma barreira à entrada para essas empresas. Mas, por outro lado, ele permite, de certa forma, uma maior soberania do país, mas ele sozinho, colocado um num marco civil da internet, seria insuficiente se não for composto com uma lei de proteção a dados pessoais, como, por exemplo, é o caso da União Europeia.

A guarda de *logs* também é um tema que vai ser discutido, mas a gente acha que já tem um consenso no sentido de que a guarda de *logs* é importante no caso das investigações da polícia, investigações forenses etc.

O confinamento de tráfego a gente considera um tema delicado. O confinamento de tráfego é o seguinte: a Senadora Vanessa, que tem um telefone brasileiro, por exemplo, ou que utiliza a internet em seu *tablet*, faz uma conexão com outro IP brasileiro também; obrigatoriedade, esse tráfego teria que ser trocado nas redes brasileiras. Isso deveria ser estimulado, mas ao ser obrigatório ele traz alguns problemas, como, por exemplo, as contingências. Quando a internet falha no Norte do País, a saída muitas vezes se dá pela Venezuela; ou, quando falha no Sul do Brasil, a saída se dá pelas redes uruguaias.

Então, é um tema que é delicado ser mandatório; teria que ser um pouco mais estudado para que houvesse de fato um conjunto de incentivos para que as empresas fossem para essa direção.

E os direitos autorais na rede, que é um tema que a gente acha que a proposição, via a nova proposta da Lei de Direitos Autorais, seria muito mais interessante do que se colocada no marco civil da internet. Porque a gente acha que tem aí uma discussão muito grande sobre propriedade intelectual na rede, do que eles chamam de notificação ou retirada do conteúdo, que a gente acha que poderia ser mais bem discutido na

nova Lei de Direitos Autoriais, que está em gestação pelo Ministério da Cultura.

Quero agradecer, Senadora, e dizer a V. Ex^a que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação está à disposição da CPI da Espionagem.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Da mesma forma, muito obrigada, Dr. Rafael, pela colaboração.

Passo a palavra ao Dr. Rodrigo Assad agora.

O SR. RODRIGO ASSAD – Senadora, muito obrigado. Agradeço aos membros da CPI pelo convite e a todos aqui.

Enquanto a minha apresentação vai sendo iniciada, a Senadora, quando me apresentou, comentou: "Sendo da universidade, você deve ter alguma relevância nesse processo". Eu diria a vocês que sou um cara que veio lá de baixo, lá, como disse o Rafael, do submundo e consegui um título de doutor. Então, eu ainda tenho um vínculo forte e entendo algumas coisas como efetivamente essas agências funcionam, como as coisas são reguladas, e vou apresentar para vocês um pouco do que a gente tem feito; não é um trabalho feito sozinho, é um trabalho de um grupo. Quero colocar para vocês uma visão mais técnica. Vou tentar me ater às questões políticas. Então, não me levem a mal por alguns comentários.

Próximo eslaide.

Em mais ou menos em 2005, 2006, essa turma aí fazia doutorado junta, todo mundo andava de bermuda pela Universidade Federal de Pernambuco, um bando de sonhadores, como eu, 36 anos de idade, e a gente resolveu criar um grupo chamado Assert Lab. Hoje todos já são professores universitários, um grupo colaborativo.

O que a gente conseguiu fazer já hoje em dia? A gente criou o tal do Cloud Storage nacional. Hoje, quando publico artigo, caio nos mesmos *trackings* internacionais que as grandes empresas internacionais. E posso explicar para vocês como é que funciona o EBS da Amazon, posso explicar como funciona o Google Drive, como é que eles indexam conteúdo, como o Rafael colocou. E faço tudo isso hoje, aqui no Brasil. Algumas dessas empresas têm pedido acesso aos nossos algoritmos; a gente não tem dado acesso.

Fui fazendo algumas anotações, Senadora. Já conversei muito com alguns ministérios aqui e queria colocar isso aqui na CPI. Mas empresas que são estratégicas como essas deveriam sofrer uma blindagem do País, porque o caminhão de dinheiro que botam na frente da gente, você recém-doutor, é impressionante. E todos os caras são de fora do Brasil. Quando estou falando, é muito dinheiro, para exatamente eles man-

terem o poderio deles e a dominação sobre o que está acontecendo.

Essa é uma primeira ressalva, a gente deveria mapear essas 87 empresas e, de alguma maneira, a gente deveria não sei se fomentá-las, mas blindá-las desse tipo de assédio. A gente recusou, num ato heróico, sem ter previsão de faturamento e fluxo de caixa. Mas é um ponto.

Próximo eslaide.

Essa figura já foi apresentada. Em segurança, muita gente fala que você não precisa saber atacar para se defender. Eu sou um dos caras que fazem parte dos 20% que acreditam ser preciso entender as armas de seu inimigo para que possa se defender.

Então, vamos entender um pouco como é que esses caras trabalharam e como é que eles fizeram o dever de casa deles.

Próximo.

O primeiro dado interessante é o crescimento por volume de dados – Rafael já apresentou aqui. Em 10 anos, o volume de dados produzido no mundo aumentou 300 vezes. Uma das coisas que mais me chamaram atenção – e depois o Paulo pode colaborar, afinal de contas, ele é do Isaca – antigamente, a gente não ligava para esses dados que eram gerados. Vocês viram o Rafael falando de *logs*. Agora existe uma responsabilidade corporativa, organizacional sobre esses dados. Não são só dados do governo de que estou falando; são dados de empresas, dados pessoais.

Então, a partir do momento em que começaram a colocar as metodologias de governança de dados, esses dados tiveram que ser gerenciados. Então, o dever de casa é: quais são os dados que vocês têm aqui e que precisavam ser gerenciados? Como é que eles estão gerenciados? Quais são os dados relevantes? Onde eles estão salvos? Há um monte de perguntas e esse número vai crescendo.

O gráfico do Rafael é um gráfico que demonstra bastante como é que isso foi feito.

Próximo eslaide.

Eu tinha um gráfico muito parecido com o do Rafael, mas achei interessante colocar este aqui, que mostra o seguinte: a quantidade de dados que está sendo produzida é muito maior do que a quantidade de dados que pode ser salva pelas organizações de maneira geral.

Então, se torna extremamente atrativo, se se quer salvar esse volume de dados, por que não ofertar isso de forma gratuita e as pessoas espontaneamente usarem esse serviço? E aí se acaba, na verdade, criando um problema... Muita gente fala de privacidade, e eu acho que existe um problema antes da privacidade, que é a propriedade. Quando o Orkut fechou, quantos

aqui perderam todas as suas fotos? Ninguém nunca se perguntou. Não pertence à gente, não é nosso.

Então, a gente tem esse problema.

Próximo eslaide.

Quais são os impactos? A gente precisa começar a entender agora a tecnologia, como ela está sendo organizada hoje no mundo.

Hoje em dia, computação significa conexão. Não é só conexão de rede, mas os aplicativos estão sendo escritos para que eles se conectem. Então, você hoje usa o *login* do Facebook para muitos aplicativos que você tem. Então, se a gente tem interesse de alguma maneira ou de criar uma agência ou de entender o que a agência ou as agências internacionais fazem, temos que entender que os aplicativos hoje estão conectados. Eles são um mar de coisas que trocam informações. O desafio agora é conseguir rastrear do começo ao final como é que essas coisas são feitas.

Próximo.

E aí vem o eslaide que o Rafael colocou, que é conhecido.

Bom, agora que você entende que as aplicações são conectadas, que não existe somente o iPhone ou um Android ou qualquer coisa desse tipo, mas esses caras que consomem recursos que estão em outros lugares, a gente precisa agora montar uma estratégia e identificar o que é que a gente quer monitorar. E aí fica um ponto de reflexão: se a gente quiser montar uma agência, a gente vai querer monitorar tudo isso?

O que significa dizer que o Governo brasileiro vai monitorar o Facebook? A gente vai ficar consultando a API de serviços do Facebook? Claramente, a gente vai ser detectado. Então, a gente tem que montar uma estratégia. É uma estratégia mais complicada. É algo que os americanos e os outros países do mundo fizeram ao longo do tempo no dever de casa. O primeiro artigo que li sobre a espionagem americana vem de 1999. Então, não é algo que foi feito em dois anos. É algo que foi feito ao longo do tempo, com muita pesquisa, com muito investimento. Como disse o Rafael, com acréscimo de um *cluster*. Se vocês forem procurar na literatura, o Vale do Silício veio no final da Primeira Guerra Mundial. A Intel é uma empresa que começou fabricando radar. Na Espanha, do mesmo jeito. E vocês podem procurar ao redor. A indústria de defesa fomenta a criação de grandes empresas, esse *cluster* que o Rafael colocou muito bem aqui.

Próximo eslaide.

Bom, isso é uma brincadeira. Há uma camisa de *hacker* que diz: “*I read your email*”. Então, fizeram uma brincadeira com ele, fazendo isso, e eu aproveitei essa charge.

E aí o que eles fizeram? Está tudo na internet, todos os documentos de decisões que eles tomaram. E aí, especificamente, quando eu conversei para vir para cá e me pediram para falar como é que o governo especificamente americano, a NSA, fez – mas isso aqui é uma coisa meio comum –: primeira decisão eles olharam, escreveram um documento, um plano de trabalho a longo prazo, quais são as prioridades, o que eles vão fazer. Esses documentos todos quem quiser depois eu posso passar, pois são documentos públicos, eu tenho eles salvos.

Mas uma das coisas que a gente já conversou muito e está algumas apresentações: eles consolidaram as redes, eles consolidaram a infraestrutura própria de defesa, independente das decisões de como o mercado vai, o que vai ser usado, eles entenderam que precisariam ter algo deles para isso.

Próximo eslaide.

Bom, no final das contas, eles criaram um *streamline*, que é esse que vocês estão vendo aí, os benefícios e sucesso, que deu origem, então – pode passar aí para esse outro eslaide – a quatro lições bem aprendidas.

A primeira lição – se puder passar –, já foi apresentado esse gráfico, essa é uma decisão estratégica. Quando a internet foi criada, há muito tempo, as redes convergiam para um lugar chamado *start point*, que ficava em Washington DC. Obviamente, com o crescimento econômico, isso não pôde mais acontecer. Mas, se a gente olhar esse gráfico, a gente vê que, estrategicamente, todos os pontos de conexão estão convergindo, ou a grande maioria está convergindo para lá. Isso tem um custo para um país. Como o Rafael colocou, a gestão de um ponto de tráfego não é uma questão simples de ser feita; agora, é uma questão estratégica. A gente tem que entender se a gente quer ou não.

E aí vem o nosso gráfico do mapa da internet, de saída nossa. A gente vê as operadoras lá embaixo, quais são os caminhos e as rotas que elas fazem. E, como o Paulo colocou, você pode fazer o monitoramento lá embaixo, mas você pode fazer o monitoramento do outro lado do fio também. É fácil, você pode fazer num CPD, na hora que ele chega do outro lado.

A outra coisa é o mercado das vulnerabilidades. Acho que esse aqui vale uma ressalva e algumas anotações.

Pode passar aí.

Veja, existe um preço. O Rafael colocou ali, são preços de aluguel de *botnet*, e tal. Aqui eu estou falando em preço de armamento digital.

No Brasil, por incrível que pareça, gente, existe gente que vende isso. *Hacker* não vende para governo. *Hacker* vende para um cara específico.

Se você clicar...

Passa aí.

Esse cara dá uma entrevista no *New York Times*, aberto para todo mundo, e ele fala: "Olha, por mim, eu sou um cara gente boa, então eu não vou vender isso para governos que não sejam assim; eu não vou vender isso para os mafiosos da Rússia, porque, obviamente, dá problema – há uma piada que diz que a máfia russa, agora, mata o contador e o administrado de sistemas – e a gente não pode fazer isso". E ele termina brincando que a China entende que esses preços são tão caros, que aí, como todos os chineses, eles desenvolvem os deles. E pronto.

Então, esse é o mercado. Existe um mercado.

A gente tem que entender que nosso problema não é só o governo de fora do Brasil, é qualquer governo. Tem cem mil reais para comprar um *exploit*, que bota num PDF, eu entrego para a Senadora, e eu sou dono do computador da Senadora. Não é caro.

Então, a primeira coisa é: se a gente quiser entrar, a gente vai ter que começar a investir em armamento digital.

Uma coisa que é interessante que a comunidade mais do *underground* entendeu é o seguinte: eles não podem atirar; quem pode atirar são os homens de verde, aqui no Brasil. Quem pode atirar é a NSA. Então, eles vendem. E é uma rede mundial, de gente conectada produzindo esse negócio.

O próximo.

E aí ele, explicitamente, cita alguns dos clientes dele. Então, todos esses caras aqui, explicitamente, podem estar usando algum artefato desses contra nós.

Uma informação que eu consegui – falando com os analistas de *malwares*, digamos assim – é que o setor energético é o grande problema. Esse é o foco hoje. Os *malwares* mais sofisticados são feitos especificamente... E aí você o problema da caldeira no Irã, você vê uma série de outras coisas que aconteceram.

Bom, mobilidade. A mobilidade é um problema. Todo mundo está usando esse negócio aqui. Eu quero apresentar para vocês o resultado de um trabalho que a gente fez lá em Pernambuco em cima de redes abertas. Ninguém quebrou nada. Mas a sinalização pode ser capturada. Então, a gente consegue dizer onde está um celular – próximo eslaide -, e aí a gente georreferencia ele. É a mesma coisa que vocês viram na televisão.

Pode passar o eslaide.

E esse é o nosso *kit hacker*, de R\$1.500,00.

Agora a gente pode entender a preocupação sobre onde é que estão as ERBs que esses caras estão colocando para fazer isso. A gente fez isso aqui como um experimento. E aí, explicitamente, uma declaração

que fala que algumas embaixadas têm esse tipo de antena para captura desse conteúdo. E veja, isso é aberto, ninguém está violando nada, é só a sinalização, que é algo que passa.

Bom, e por fim a história do *data center* de Utah, que são *data centers* de US\$2 bilhões. O que esses caras fizeram? Eles analisam uma tecnologia de uma empresa chamada *blackblaze*, que fabrica um *hardware* de alta densidade e grande *throughput*. Se eles tivessem comprado isso da IBM e da Delta teria aparecido no balancete financeiro desses caras. Não apareceu. Então, eles decidiram fazer, o que é uma decisão que eu acho interessante. Os caras fazem os seus equipamentos.

Pode clicar três vezes.

E aí estão os preços. O que é interessante é que hoje eu fabrico os meus. Do mesmo jeito que esses caras fazem, eu fabrico os meus. Eu não vou ficar dando preço aqui, mas a gente derrubou o preço do armazenamento, para R\$0,003. É mais barato do que em qualquer outro lugar.

Pode ir passando.

Então, o que é que a gente deveria fazer?

O próximo.

Já está sendo feito. O GSI começou a regular os de nuvem. Há uma instrução normativa. A gente precisa olhar isso, o marco civil da internet.

Pode passar para o próximo eslaide.

O que a gente criou já? A gente já tem toda a plataforma de nuvem, como um grupo de pesquisa seguindo aquele dever de casa que todo mundo fala: brasileiro, criado, tecnologia nacional, suportados muitos de nós trabalhamos pelo MCTI. Faço até um agradecimento em público a eles. E a gente começou a criar, então, toda essa plataforma, em cima de um conceito de máquinas sociais, que é muito parecido com o que você está vendo: cada indivíduo é uma máquina social que possui seus dados.

O próximo eslaide.

Aqui a figura do Cloud Storage, desenhado de cima a baixo, como é que ele funciona. Ninguém nunca abriu um negócio desse. A gente vai para os eventos, os caras não divulgam. Está aqui, aberto. Esse é o nosso. Quem quiser pode olhar. Se houver algum técnico, depois a gente pode conversar.

O próximo.

A gente já conseguiu, graças a esse trabalho que tem feito desde 2006, 2007, e hoje está montando primeiro um *data center* 100% tecnologia nacional de nuvem, escrito da linha zero, ali em cima, para um grande varejista da internet, reduzindo o custo deles em 80% em cima de CPD, 100% em cima dos conte-

údos e da maneira que a gente conversa, e a gente entende o que os caras lá fizeram.

E alguns pontos que devem ficar aqui em mente é que o monitoramento do perfil de uso da internet não é algo novo. Existe um software, se vocês quiserem procurá-lo, chamado Phorm, que já gerou uma confusão enorme na comunidade há muito tempo e que é usado por algumas operadoras, não sei se é usado por operadoras aqui no Brasil. Mas é aquele carinha que se você procurar um tênis, vai aparecer o tênis no portal da operadora. Se você procurar uma bicicleta, vai aparecer... Então, nós já somos monitorados e não é só pelo governo americano, não. A gente é monitorado pelas empresas, a gente é monitorado por muita gente. Procurem depois Phorm.com.

A chegada das Olimpíadas e essa quantidade de câmeras que estão sendo instaladas no Brasil permitem a gente criar um cenário único de monitoramento e rastreamento de coisas aqui dentro do Brasil. A gente precisa somente de uma orquestração para isso. Há investimentos gigantescos de TI sendo feitos. A gente talvez precisasse conversar mais sério sobre isso. A gente precisa classificar as nossas informações. E uma frase que eu tenho escutado sistematicamente nos fóruns que eu tenho ido é a seguinte: o GSI está normatizando; a defesa cibernética está com o Exército, mas a segurança da informação ainda não tem um dono. A gente precisa definir quem é o dono desse negócio.

A decisão sobre o uso de criptografia e de algoritmos de Estado está numa discussão enorme. Eu sei que ontem no Serpro isso foi um ponto chave. A gente tem que tomar muito cuidado.

A outra coisa que foi muito bem colocada pelo Paulo: usar os algoritmos que vêm dentro das bibliotecas americanas podem estar enviando a nossa chave. A gente precisa criar os mesmos algoritmos, só que nacionais, e obrigar que o Governo use isso.

E o último ponto é se estamos falando de privacidade apenas ou de controle dos dados, certo? Quem é o dono do meu dado? Ou qual é o dado de que eu preciso ser o dono? A gente precisa refletir sobre isso.

Esse é o último eslaide, Senadora.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada aos nossos participantes.

Eu só lamento muito que o nosso Relator não esteja aqui, pois está, como eu falei anteriormente, debatendo o Pacto Federativo. Mas creio que esse conjunto de exposições, principalmente para nós que somos leigos, é muito importante. De uma forma simples, aponta caminhos extremamente interessantes. Então, agradeço muito.

Eu teria alguns questionamentos a fazer.

Primeiro, sobre a vulnerabilidade dos nossos sistemas de segurança cibernética. Como os senhores a analisariam, numa escala comparativa? O Brasil é um país mais ou menos vulnerável em relação a outras nações que têm mais ou menos o mesmo nível de desenvolvimento que o nosso? Essa é uma questão.

A outra é uma pergunta que fizemos para a Anatel, mas como ela não cuida diretamente da internet, ela disse que não promovia. Qual o prejuízo e a que ponto nossa vulnerabilidade aumenta quando a gente não promove o que foi dito aqui em relação à auditagem, à homologação dos equipamentos?

Eu li uma reportagem em que os americanos estão proibindo a compra de equipamentos da Huawei exatamente porque entendem que junto vai aquele *backdoor* – acho que é assim que se chama – que é uma forma de sugar as informações. Pergunto se há alguma entidade ou alguém que promove esse tipo de auditagem? Genericamente não, mas pelo menos nas máquinas mais sensíveis ligadas à defesa nacional, aos órgãos de Governo? Existe essa prática no Brasil?

Falou-se aqui nas tecnologias e tudo o mais. Eu também vi uma notícia de que possivelmente, para levar a internet para as regiões mais remotas do Brasil, o Ministério das Telecomunicações estaria negociando balões da Google. Como funcionaria isso? E qual é o grau de segurança dessa tecnologia para o nosso País?

Acho que foi o Dr. Rafael que falou que a segurança só se alcança a partir do momento em que tivermos o total controle da rede. Qual é o grau de controle da rede que nós temos no Brasil? Em geral, mas principalmente nessas áreas governamentais mais sensíveis?

Por último, os senhores falaram como a NSA atua capturando, sugando dados. E acho que foi o Dr. Rodrigo, agora no final, que falou muito *en passant* da questão das antenas, porque temos o conhecimento de que é comum as embaixadas todas pedirem instalações de antenas para promoverem a sua comunicação. Agora, existe no Brasil um pedido da Embaixada Norte-Americana que é exagerado. É um excesso oitocentas e poucas antenas! Essa foi uma informação dada pela Anatel. Nós estamos aguardando até agora a informação. Pedimos que a informação relativa a essas antenas viesse por escrito, onde estariam e a capacidade delas. Pedimos uma série de informações que não chegaram ainda, mas devem estar chegando à CPI.

Então, de que forma essas antenas poderiam – veja, poderiam – ser tecnologicamente utilizadas para capturar dados que transitam internamente, não só através da Internet, mas também através da telefonia, das telecomunicações?

Essas perguntas eu deixo para os senhores.

O SR. PAULO SERGIO PAGLIUSI – Muito obrigado pelas perguntas, Senadora.

Com relação à questão da vulnerabilidade comparativa, de como está o País em relação às demais nações similares no que tange à segurança cibernética, a minha avaliação, o nosso sentimento é de que estamos começando a acordar para o problema. O cenário é esse.

A gente percebeu que essa história de espionagem corporativa, como eu já ouvi falar muitas vezes, porque dou palestra sobre esse tema desde 1999, diziam que era caça às bruxas, teoria da conspiração, mas estamos observando que não é bem assim. Tudo que o companheiro citou é a questão de... Ele falou que a primeira vez que ouviu falar sobre isso foi em 1999. Sim. O próprio Parlamento europeu já tinha levantado essa questão com relação à inteligência de sinais promovida pelos Estados Unidos. O próprio Parlamento condenou isso, por uma série de evidências de uma rede denominada Echelon, ou Echelon em francês.

Isso vem desde lá, mas – como eu falei – remonta muito mais para trás, desde os primórdios da Guerra Fria. Quando acabou a Guerra Fria, o que fazer com todo aquele esforço de espionagem? Aí, houve essa decisão de direcionar para a área de espionagem tanto econômica quanto de segredos industriais. Mas voltando para o caso do Brasil, nós temos muita lição a fazer. Temos que levar mais a sério esse assunto. Numa escala de zero a dez eu atribuiria uma nota entre três e quatro, pela minha avaliação, porque falta essa consciência situacional; falta um longo aprendizado.

O mais importante que já aconteceu é que a sociedade como um todo caiu em si, viu que é uma coisa séria e que nos afeta. Viu que como todos sabem... Muita gente acha: "Ah, sou cliente, sou usuário do Facebook, sou usuário de uma rede social." Nós não somos usuários, somos mercadoria. Usuário é quem paga para fazer o anúncio. Esse que é o cliente. Nós somos mercadoria. Nossas informações, nossos dados, nossas fotografias são para... Se todos lerem o *agreement* que assinam quando aceitam fazer parte de uma rede social dessa, verão o quanto expostos estão. Eles podem fazer o que quiser. O *agreement* diz que eles são donos da informação, podem tirar a qualquer momento, como foi dito que fizeram com o Orkut. Então, a gente tem que tomar muito cuidado com relação a isso.

Com relação à questão da homologação é importante, sim, termos um órgão que faça esse papel de homologação. A Isaca (Information Systems Audit and Control Association) é uma instituição que existe há mais de 40 anos. Nós fundamos Isaca Capítulo Rio de Janeiro em 2006 e eu também sou Presidente da

Cloud Security Alliance Brazil. Desde setembro, eu fui eleito Presidente da Cloud Security Alliance Brazil. São instituições sem fins lucrativos que visam a promover a questão da segurança, a questão da governança de TI.

Em particular, quanto à Isaca existe uma certificação chamada Cisa (Certified Information Systems Auditor). Inclusive essa certificação, assim como a que eu tenho, que é a CISM (Certified Information Security Manager), é homologada e fomentada pelo próprio GSI. O próprio DSIC recomenda que todo servidor público que trabalha nessa área tenha esse tipo de certificação. E da mesma forma que existe certificação para pessoas, a gente pode ter, sim, certificação para sistemas. É importante eleger, elencar um órgão regulador para isso. É fundamental. E que seja dotado de especialistas capazes de fazer até mesmo engenharia reversa em sistemas para identificar falhas, fazer um controle formal das ameaças que aquele sistema venha a apresentar, identificar fraquezas não só na criptografia como identificar bombas lógicas, identificar geração de chaves de forma comprometida, enfim.

Com relação a outro tópico: grau de controle da rede. Eu diria que estamos num patamar inferior em termos de avaliação, mas, novamente, por conta dos recentes acontecimentos, em particular das denúncias do Sr. Edward Snowden, houve uma grande conscientização, que é um excelente primeiro passo.

Eu fiz parte de um esforço de cerca de dois anos. Nós treinamos 22 turmas de servidores públicos DAS 4, 5 e 6, ou seja, gestores da Administração Pública Federal. E a gente percebia o quanto o gestor público, em particular aqui na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, está carente de informações referentes à segurança cibernética. E a gente percebe o seguinte, a hora em que o servidor ou qualquer cidadão toma consciência dessa carência, a reação é quase imediata. Até secretários executivos tiveram aula com a gente. Na mesma hora em que a gente falava sobre os riscos que ele corre com relação à segurança cibernética, a gente via que, no intervalo, ele já pegava o telefone, ligava para o assessor e falava: "Fecha agora a minha seção de correio eletrônico. Fecha agora". Então, já percebemos como é importante fazer uma campanha de conscientização para criar uma cultura em relação a isso.

Com relação à atuação da NSA – eu prometi, mas acabei não cumprindo e vou cumprir agora –, vou falar o porquê das antenas, o porquê desses satélites todos e o porquê do Five Eyes. No começo, como eu disse para os senhores, essa coisa começou, no final da Segunda Guerra Mundial, com a união UK e USA. Por que entraram os demais três países para formar os Five Eyes? A razão é técnica: para fazer um mo-

nitoramento de todos os satélites já estacionários no globo terrestre, se vocês olharem – há como projetar a minha apresentação? Há um eslaide que me interessa, um em que aparecem todos –, os cinco países combinados conseguem cobrir todo o monitoramento de satélites já estacionários. Daí a necessidade das antenas, não só aqui, no País, mas como em todos os pontos. O grupo que monitora as antenas no Brasil fica localizado nos Estados Unidos, num lugar chamado Sugar Grove. É lá que aponta para o satélite que serve ao Brasil. Então, temos de ficar muito preocupados com essa questão da razão técnica...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO SERGIO PAGLIUSI – Se for dar muito trabalho, deixa, Felipe. Não há problema.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO SERGIO PAGLIUSI – Ah, está bem. É um eslaide que tem... Pode ser mais para a frente. Mais um pouquinho. É este.

Reparam, na figura, senhores, os cinco países. Cada círculo daquele mostra a atuação de um dos Five Eyes. Reparem que só os Estados Unidos e o Reino Unido, que seriam o início da conexão, não cobririam todo o globo terrestre. Os cinco países juntos conseguem cobrir. Então, é uma razão mais técnica que uma razão diplomática ou outra que seja. Esses cinco países juntos, sim, monitoraram todos os satélites já estacionários, que ficam parados, para poder permitir a ampla vigilância.

Para fechar a outra questão da razão técnica, lembro aos senhores que isso se trata de uma ação combinada de inteligência de sinais, a sigla conhecida como Sigint, que envolve a inteligência da parte eletrônica desses sinais, ou seja, a inteligência do rastreamento eletrônico. Por exemplo, não só monitoramento de correios eletrônicos, como também de IPs, monitoramento de chamadas eletrônicas, seja fixa, seja móvel. Tudo é monitorado. Envolve também a questão do Comint, que é inteligência de comunicações, que é comunicação pessoa a pessoa, também monitorado: quem fala com quem, quando e como. Envolve também outra coisa, que, às vezes, por exemplo, só a criptografia, que eu falei, não resolve, que é a questão da análise de tráfego. Por exemplo, se um determinado órgão hoje está quietinho e, amanhã, começa a mandar um volume muito grande de mensagens, então, sabe-se que está prestes a acontecer alguma. Na área militar, fazemos muito essa análise. Então, é importante também se preocupar com a análise de tráfego. Às vezes, não se consegue quebrar o conteúdo da informação, mas o fato do setor A falar com o setor B, conforme o volume de informações, pode-se fazer inferir uma série de dados. Então, é importante também ter uma visão

holística. Como eu falei, é uma guerra da informação, e tem de se ter uma inteligência até do ponto de vista militar para lidar com essa guerra.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Falará, agora, o Dr. Rafael e, na sequência, o Dr. Rodrigo.

O SR. RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA – Em relação à comparação da vulnerabilidade de redes no Brasil com a de outros países, eu acho a nota do Paulo Sergio adequada, é isso mesmo, mas eu acho que a diferença é que o Brasil é muito vulnerável pelo tamanho da economia que ele tem. Então, quando a gente compara a vulnerabilidade de redes no Brasil com a de outras economias do mesmo porte, o Brasil é muito mais vulnerável.

Vejam como o Brasil ainda precisa avançar muito nesse assunto. Nós estamos falando de coisas de um ano atrás: o Brasil era o principal spammer, ou seja, o principal país do mundo em que se tinha um envio de spam para e-mails no mundo inteiro. Por quê? Porque os crackers, os hackers no mundo inteiro utilizavam a porta 25, que estava sob gestão das operadoras de telecom, invadiam um determinado servidor e, a partir dali, eles utilizavam e-mails nossos para distribuir para o brasileiro e para o mundo. Aí se vê que houve um trabalho conjunto do Comitê Gestor da Internet com a Anatel e com as operadoras de telecom para minimizar e melhorar esse gerenciamento da porta 25, fazendo um termo técnico, Senadores, chamado honeypot. Na verdade, coloca-se uma porta aberta para que eles utilizem as máquinas como zumbis. Eles usam como zumbi e vão enviando, então, mensagens a partir daquela máquina, porque ele entra no controle da máquina e consegue fazer esses envios. Vejam que apenas um gerenciamento já fez cair o número de spams pelo Brasil.

Quando a gente se compara com outras nações, a gente vê que de fato o País ainda precisa mesmo... Quando você olha a banda x, por exemplo, é uma banda de uso militar, mas quem opera é uma empresa privada. Então, se a gente parar para pensar, chegou a hora de o Brasil de fato pensar estrategicamente não só o controle das suas comunicações como também as saídas dessa rede. Eu sei que o Exército, por exemplo, trabalha suas redes próprias. Ou seja, os órgãos precisam ter essa capacitação de trabalhar suas redes próprias, fazer acontecer a infovia, que é da responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Uma pergunta interessante: será que tem como utilizar certificação e homologação de equipamentos seguros? Eu falo o seguinte: vamos olhar o caso americano. O que os americanos, ou até mesmo os

australianos, fazem? Para você comprar um serviço de nuvem Gmail, você, como governo americano, tem que seguir um padrão de segurança, que é dado por um selo chamado FedRAMP. O que acontece com esse selo? Você tem práticas seguras a depender do tipo de serviço de tecnologia da informação que você vai consumir. Então, se você vai comprar o terreno e construir o *data center*, você tem um conjunto de requisitos. Se você vai para um *data center* de uma empresa privada e vai colocar lá os seus equipamentos, você tem um conjunto de requisitos para encriptar seguramente esse equipamento, para colocá-lo de forma segura. Se você vai apenas comprar o serviço em nuvem do Gmail, você também tem que seguir um padrão de segurança. E as empresas que não seguem esse padrão de segurança não podem vender para o governo americano nem para o governo australiano.

Então, isso traz elementos que faz a gente pensar o seguinte: para aquisições estratégicas do Governo brasileiro é necessário emular padrões de certificação e homologação de equipamentos seguros. Isso é fundamental e está sendo proposto pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ao Ministério da Defesa como fazer isto, construir e vincular as compras governamentais ao uso de padrões de aquisição de *hardwares* e *softwares* seguros. Isso é fundamental. Se nós queremos ter uma rede mais segura, com controle e autonomia do Governo brasileiro, é necessário ter um conjunto de padrões, de técnicas e analistas que conheçam, assim como o Paulo colocou anteriormente, para a certificação e homologação de equipamentos seguros.

Isso daria, inclusive, a condição de responder, Senadora, a outra pergunta sobre os balões do Google. Se os equipamentos são homologados e certificados, o modelo como eles vão ser colocados lá na ponta, você pelo menos controla um pouco, com determinada segurança, esses nós, esses pedaços da rede. Então, não haveria nenhum problema se esses equipamentos fossem, de certa forma, certificados, se não existissem *backdoors*, *botnets* embutidos etc.

Agora, essa é a grande chave que destrava todo o resto do processo de aquisição de compras governamentais e de manutenção de uma rede de comunicação segura, com *software* e *hardware* seguros. Esses são os principais pontos que eu gostaria de colocar.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO ASSAD – Bom, eu anotei aqui os pontos.

Com relação à vulnerabilidade, eu não vou ficar chovendo no molhado. Todo mundo acabou concordando um pouco com o que foi dito. Eu só queria, na

verdade, acrescentar: vamos abrir esse número que o Paulo colocou. Existem setores do Brasil que têm bom investimento de segurança. O setor bancário é um setor razoavelmente bem protegido. Outras empresas, para a gente não ficar seguindo aqui... E aí eu concordo muito com a visão do Rafael no sentido de que a gente tem que analisar, na verdade, o tamanho do poder econômico e as informações que a gente tem. Vamos começar a analisar as imagens de satélites ou as imagens geológicas. São informações relevantes. Onde elas estão salvas? Esses lugares são bem protegidos? Eu se estivesse trabalhando em um negócio desse, eu gostaria muito da imagem mais baixo nível. Eu não quero processamento feito pelos nossos servidores. Eu faço no meu *data center*. Eu só quero a imagem. É como se eu usasse a gente para produzir a imagem e eu pegasse ela. Então, com relação à vulnerabilidade das redes, a gente tem que começar a olhar segmentos e segmentos que a gente considera estratégicos e, em cima deles, fazer um trabalho mais relevante.

Com relação à homologação, é interessante a pergunta, porque o título do meu doutorado é *Software Security Quality Assurance*. A ideia veio, é engraçado dar essa informação para vocês, há muito tempo atrás, quando uma empresa americana contratou um grupo de brasileiros para auditar as máquinas de cassino que ela vendia a um grande fornecedor americano. Eu estive lá. Eu entendi por dentro este processo que o Rafael colocou, o processo de certificação, de homologação de *hardware* e de *software* e as escolhas dos critérios, enfim, como eles fizeram. É uma experiência interessante a gente vir a entender, olhar como as agências internacionais fizeram isso. Eles têm um processo muito legal. Eu sei, especificamente, colocando um pouco mais, que o CTEx do Exército, em parceria com o MCT e outros aqui, está tentando criar um selo de certificação nacional. A gente tem tentado colaborar com eles na medida do possível. Toda vez que a gente vem aqui em Brasília conversa com eles.

Com relação aos balões do Google, só um complemento à fala que foi feita. Eu entendo que esse tipo de coisa é estratégico. O Google resolveu cobrir, por algum motivo, as áreas de sombra do mundo de conexão com a internet com banda larga. Se isso tem por trás apenas o interesse de oferecer um serviço à população ou se isso, na verdade, é mais uma maneira de se obter dados, a gente nunca vai saber. O que a gente tem que fazer, como colocou o Rafael, é tomar cuidado na adoção de qualquer tecnologia de comunicação e de proteção sobre isso.

Controlar as redes, Senadora, eu entendo que é uma estratégia de defesa. Isso é uma coisa interessan-

te! Se a gente for olhar, o único país que hoje trabalhou em uma estratégia de defesa cibernética efetiva foi a China. A China consegue viver sem a conexão para fora. Nenhum outro país consegue. Então, controlar as redes tem a ver com a defesa do país, não necessariamente com a segurança cibernética, mas como uma estratégia de defesa. Aí a gente pode olhar o caso do Egito, da Estônia e outros casos que há na literatura, que são muito importantes.

Mas a mesma dúvida permanece sobre as antenas. O que eu quis mostrar para vocês é que, com um investimento muito baixo, a gente conseguiu um resultado excelente, muito parecido – isso há uns dois anos – em cima de redes GSM, olhando sinalização. Eu diria para vocês que a evolução de um trabalho como esse pode trazer ao Brasil a capacidade de fazer isso na escala ou criando o nosso Five Eyes. Mas aí a gente faz em português, os nossos cinco olhos, não é preciso falar como eles, não. A gente pode criar uma rede colaborativa para fazer isso obviamente se a gente assim entender.

Um fato que é importante e tem que ser mencionado, aliás, duas coisas que eu acabei não falando bem na minha apresentação, mas que tem a ver com esses tópicos, são as seguintes: a gente precisa, de alguma maneira, não necessariamente falando como defesa ativa, vamos dizer assim, ou somente como defesa, a gente precisa de mecanismos de *big data*, como disse o Rafael. A gente precisa ter a capacidade de procurar uma agulha no palheiro. A gente precisa ter a capacidade de, por exemplo, se tiver que encontrar alguém durante a Copa do Mundo, pegar todas as câmeras de uma cidade e encontrar, porque o MCT tem um supercomputador e ele vai emprestar esse computador para a gente. Mas a gente precisa ter essa capacidade. A gente precisa ter a capacidade de encontrar e rastrear historicamente eventos que aconteceram na internet. A precisa começar a criar os nossos armazéns. Onde eles vão ficar, com quem vão ficar realmente eu não tenho muita visão. É uma questão que transcende a minha área de atuação.

Outro ponto que eu acho extremamente importante é a educação. Se a gente olhar o caso da Estônia, logo após o que aconteceu lá, uma das primeiras decisões que eles fizeram foi mudar os currículos escolares, para começar a formar pessoas com conscientização. Muitos dos problemas que a gente tem aqui estariam resolvidos se a gente entendesse que, na minha pessoa física, eu uso um serviço gratuito que pode estar onde estiver no mundo e ali só tem dados normais e os dados do meu trabalho, seja ele governamental ou privado, eu não vou usar essa infraestrutura para fazer isso. Eu tenho consciência de que isso não vai

acontecer, mas existem relatos... O último que eu escutei foi em um debate, semana passada, em Porto Alegre, em que, antes de iniciar uma operação policial, o cara postou no Facebook: "A gente vai entrar." Aí não dá! A gente precisa da conscientização. É um processo de educação, certo? Ninguém fez isso por má vontade. As pessoas fizeram isso porque está na cultura da gente. A gente não aprendeu a se defender desse tipo de coisa. Isso foi colocado através de uma série de coisas. Então, educação é um problema que eu acho que a gente deveria olhar, mudar, começar a fazer palestras, treinar as pessoas, porque esse é um ponto relevante.

Bom, Senadora, essa é o meu último comentário.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Quero abusar, embora a hora já esteja bem adiantada, mas os senhores vão respondendo e algumas dúvidas vão surgindo. Estamos aqui tentando resumir como as informações podem ser interceptadas, qual o método para interceptação, que não é um único, mas vários.

Desses vários, o *backdoor*, o grampo, enfim, e a telecomunicação está muito ligada à informática, porque em determinados momentos elas se confundem e as próprias empresas de telecomunicações usam a tecnologia da internet até para baratear os custos, como poderíamos detectar que as informações estão sendo sugadas. É assim tipo, para falar numa linguagem bem popular, tipo um criminoso que mata alguém. Você vai atrás das digitais e tem uma série de elementos que são elementos de prova. Como poderíamos detectar como, onde, as informações estão sendo acessadas de forma ilegal?

O SR. RODRIGO ASSAD – Bom, algumas coisas temos que tratar como premissas e certezas. Todos os seus dados que estão salvos nos grandes fornecedores internacionais já não são seus, não pertencem a você. Então, qualquer dado que você salvou em e-mail público ou por rede social não é seu e eles estão sendo monitorados. A gente nem precisa perder tempo dizendo que isso não aconteceu.

Agora vamos falar sobre a detecção que isso está acontecendo ...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – No mundo inteiro os proprietários dos dados são os Estados Unidos?

O SR. RODRIGO ASSAD – Na verdade, essa é uma informação interessante. Tem uma empresa francesa... É aquilo que eu falei, que é preciso blindar as empresas que são estratégicas para o governo. O segundo maior site de provedor de vídeo, que perde para o Youtube, é um site francês – esqueci o

seu nome agora; se alguém souber, pode me ajudar. Uma empresa americana queria comprar. O governo francês interveio e não autorizou a venda, tamanha a estratégia daquela informação para o governo francês, porque as pessoas postam tudo, desde nada, para a grande maioria, até você conseguir encontrar, dentro daqueles vídeos, fotos, pessoas, informações que voluntariamente são colocadas.

Então, não é só uma coisa dentro dos Estados Unidos, mas existem empresas ao redor do mundo. Aí entra uma fala que o Rafael colocou, puxando um pouquinho para cá, de que precisamos criar uma indústria nacional que crie empresas de classe mundial aqui no Brasil, empresas capazes de replicar isso.

Aquele grupo de malucos que andava de bermudas está tentando fazer isso aqui no Brasil, sei que o Paulo está tentando fazer isso também, mas a gente ainda não tem maturidade suficiente de investimento e da cadeia de valor para isso.

Voltando mais especificamente para como a gente pode detectar que está sendo monitorados? Alguns dados são complicados de falar a respeito, principalmente aberto assim, mas tudo que for Andróide vocês deveriam ter muito medo, porque as pessoas já sabem instalar dentro do andróide, na hora que você fizer um *download* de um aplicativo, algo dentro do seu celular andróide, e não é algo dominado por um governo, mas por vários governos.

Recentemente, foi publicado como se fazer *exploits*, então você intercepta o que o cara está fazendo. A gente deveria, pois é possível, detectar pelas informações lá dentro que aquele aplicativo foi alterado. Isso é possível de fazer e você saberia que está sendo monitorado.

Com relação ao tráfego, uma das técnicas, quando você começa a olhar como os caras fazem captura, e é algo aberto, se chama *sniffing high-speed networks*, que normalmente escrevemos em inglês. É a linguagem internacional, não porque queremos falar inglês. Você introduz uma latência na comunicação. Então, você consegue detectar se aquele canal está sendo monitorado ou não se você souber qual a latência normal que ele teria, porque você tem um tempo de puxar a informação e ela ser interceptada. Então, essa é uma das maneiras de você detectar aquele tráfego que você está passando.

Quando estamos falando principalmente do software da Phorm, que é para tráfego *web*, fomos contratados por uma empresa no Brasil para analisar se alguma operadora estava usando e conseguimos detectar porque ele inseria no cabeçalho *http* uma informação que não pertencia à comunicação normal.

Então, ele deixava uma pista para você de que estava sendo utilizado.

Com relação ao que eu acho que a gente deveria fazer, eu sei que é uma postura polêmica esta, a gente deveria estar investindo em aprender como fazer isso, como os outros fizeram. Existem competências aqui, a gente sabe como fazer, a gente sabe como escrever uma *FPGA* para escrever uma captura de tráfego em rede de *backbone* de alta velocidade, a gente sabe. A gente só precisa articular isso com calma. Mas tanto a detecção é possível que os americanos assim o fizeram em relação aos chineses da Huawei. Através dessas técnicas, você valida a assinatura, você vê o que está lá dentro, você submete o *hardware* a testes. Enfim, há um conjunto de coisas que você pode fazer. Não são 100% as assertivas, mas melhoraram muito a qualidade.

O SR. PAULO SERGIO PAGLIUSI – Pergunta muito interessante Senadora, muito oportuna a questão de o que fazer? Existe toda uma ciência denominada Forense Computacional que, a exemplo da Forense tradicional que a gente já conhece, que é a atividade da cena de crime, existe algo similar que a gente adequa no mundo dos *bits*, o que é usado no mundo dos atos a gente também pode usar no mundo dos *bits*.

Todo crime cibernético deixa evidências. Por exemplo, quando alguém passa um *e-mail*, no mínimo, há quatro testemunhas: a máquina de origem desse correio eletrônico, o servidor desse *e-mail* de origem, o servidor de *e-mail* de destino e a máquina de destino. São quatro testemunhas desse ato. Todo ato ou omissão envolvendo o uso de recurso computacional pode vir a gerar o que chamamos de *log*, o registro de atividade, o registro de ação. E, por meio disso, eu consigo obter o conceito de monitoramento contínuo de um ambiente de TI ou de um ambiente que eu quero monitorar. Com isso, eu obtenho a coisa mais importante, que é o que falta às vezes às corporações: a consciência situacional. Como disse bem o companheiro, isso pode ser feito por análise de latência, por análise de uma série de outras coisas, mas o mais importante é: como estou hoje em termos de segurança cibernética? Quais são as ameaças que pairam no ar? E isso eu consigo obter através de empregos de regras de *Math*, ou seja, em comparação com certos padrões, correlação, o uso de um conceito chamado motor de inferência, em que eu pego uma janela de tempo deslizante, pequena ou grande e vou analisando os eventos de atividades que ocorrem naquela janela de tempo, e vou tirando as minhas conclusões e descubro que daqui a algum tempo, se eu não fizer nada, vou ser atacado ou vou ser monitorado. Ou seja, envolve muito mais uma ação proativa do que uma ação reativa.

Na guerra cibernética, não adianta nada eu reagir a partir do momento que sou atacado. Já era, o tempo de reação praticamente acabou. Eu tenho que ter uma ação muito mais preventiva. Estão querendo monitorar por aqui, por ali, por acolá, então ajo agora para evitar o ataque lá na frente. Isso é o principal, ou seja, é mais uma questão de postura. E, para obter essa consciência situacional, recomenda-se o uso de monitoramento contínuo de informação.

Nós desenvolvemos na empresa que eu trabalho o primeiro Siem brasileiro, que é Security Information Event Management, que já foi apresentado inclusive para o Comitê Gestor de Segurança da informação em uma apresentação de duas horas, promovida pelo Ministério do Planejamento. Esse tipo de iniciativa é uma coisa que a gente fica muito orgulhoso de ter feito porque concorrentes de ferramentas como essas são todos multinacionais. A gente tem condições de, como foi dito aqui, investir em startups brasileiras. Elas têm, sim, condições de competir com grandes empresas lá fora. Basta que a gente acredite e que se dê um voto de confiança para esse tipo de iniciativa.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito bem.

Mandaram aqui alguns questionamentos, mas eu não vou mais fazer, pois já são 13h12.

Eu quero agradecer a presença dos senhores e tomar a liberdade de solicitar, a partir deste primeiro contato, o auxílio dos senhores.

Então, eu agradeço a presença de todos e vou encerrar a nossa reunião. A próxima reunião será publicada a convocação. Devemos ter, possivelmente na próxima terça-feira, audiência pública, além de reunião administrativa, mas publicaremos em tempo hábil.

Então, agradecendo a todos, encerro a presente reunião. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente.

(Iniciada às 11 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.)

“COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO ATS N^o37, DE 2013, COM A FINALIDADE DE ANALISAR OS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL QUE TRATAM DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL, BEM COMO DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O SEU FINANCIAMENTO”.

ATA DA 2^a REUNIÃO

Ata Circunstaciada da 2^a Reunião realizada em 9 de outubro de 2013, às quinze horas e trinta e um minutos, no Plenário 15, Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Vital do Rêgo e com a presença dos Senadores: Randolfe Rodrigues, Aloysio Nunes

Ferreira, Armando Monteiro e Pedro Taques. Deixaram de comparecer os Senadores: Lindbergh Farias, Eduardo Braga e Eunício Oliveira. Presente, também, o Senador não membro Sérgio Souza. Na oportunidade, foi apresentado e aprovado o Plano de Trabalho do Relator, Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Boa tarde a todos os senhores.

Está aberta a 2^a Reunião da Comissão Temporária criada pelo Ato da Mesa nº 37, com a finalidade de analisar os projetos em tramitação no Senado que tratam de segurança pública, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento.

Conforme convocação desta reunião, destinamos a apreciar o Plano de Trabalho, trazido pelo Sr. Relator, Senador Pedro Taques.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço escusas em razão do atraso, porque estava numa outra Comissão – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito –, em que trata da chamada espionagem. Estamos, lá, naquela Comissão, pautados pela imprensa. Nada contra a imprensa, mas, a cada programa de final de semana, nós faremos um pedido. “Vamos deixar cada um no seu quadrado”, não é?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes da leitura do Plano de Trabalho, com a sugestão que ouso trazer, tenho aqui uma sugestão que precisa ser resolvida antes. Quero trazer essa dúvida que me assoma.

Existe o Ato, do Presidente, nº 37, do dia 19 de setembro. Ele fica constituído na Comissão Especial, parágrafo único. A Comissão será presidida pelo Senador Vital do Rêgo.

E à Comissão incumbe: analisar as matérias sobre o tema em tramitação no Senado; realizar audiências com especialistas; elaborar relatórios mensais; elaborar relatório final; apresentar anteprojeto sobre a matéria.

Muito bem. Aí, foi baixado outro ato, no dia 24/09, reduzindo a atribuição para o financiamento da segurança pública no Brasil – só para o financiamento. Então, houve uma redução das atribuições desta Subcomissão.

Gostaria, Sr. Presidente, de suscitar de V. Ex^a e dos demais Senadores o seguinte: fiz um plano de trabalho, tendo por fundamento o 1^o Ato do Presidente, que vejo ser o mais interessante do ponto de vista da função legislativa. Se o 2^o Ato é que produz efeitos, eu apresento este relatório apenas a título de colaboração e peço renúncia da relatoria, porque, para mim, ficar só fiscalizando a questão do financiamento, que é importante também, mas eu pediria a renúncia – renúncia não, que é um ato unilateral. Não é bilateral ou sinaligmático.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, eu também tive a mesma curiosidade que V. Ex^a quando li. Estava comentando, agora há pouco, com alguns Parlamentares, como o Senador Aloysio Nunes Ferreira, a respeito desses dois atos que gostaria que V. Ex^a me passasse.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu os trouxe aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O ato inicial, de uma forma mais ampla e abrangente, cria uma Comissão para analisar os projetos de segurança pública que estão em tramitação na Casa.

A primeira estranheza é porque nós, na Comissão de Constituição e Justiça, temos uma Comissão Permanente de Segurança Pública, inclusive V. Ex^a presidiu essa Comissão.

Mas o Senador Renan Calheiros, no exercício da Presidência, quando me consultava a respeito da possibilidade de criar uma nova comissão, com aspectos mais abrangentes, para que pudéssemos ter uma discussão maior do que aquela restrita à Comissão de Constituição e Justiça, não tive dificuldade em aceitar a ideia. Imediatamente, os projetos que tratam sobre a matéria vieram para esta Comissão.

O 2º Ato da Mesa, de forma restritiva, passa a Comissão a debater e a propor soluções para o financiamento da segurança pública no Brasil. Assomado por essa curiosidade, para saber qual era eficácia de um ato ou de outro, ou se o 2º Ato tornaria ineficaz o 1º, consultei a Secretaria-Geral da Mesa, já agora, estando aqui, aguardando V. Ex^a, e a Dra^a Claudia Lyra me informava que o 2º Ato foi complementar ao primeiro e não restritivo às atribuições do primeiro.

Então, no art. 2º do 1º Ato, estava: “À Comissão incumbe: analisar a matéria sobre o tema em tramitação no Senado; realizar audiências públicas; elaborar relatórios; e por aí vai.” Não se discutia a questão do financiamento. Então, para a Secretaria-Geral da Mesa, o financiamento vem numa atitude complementar, numa ação complementar ao 1º Ato.

Feitos esses esclarecimentos, devolvo a palavra a V. Ex^a, que continua na condição de Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, gostaria também de um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pois não, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Porque nós temos uma outra Comissão de Segurança Pública, que é uma Subcomissão da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – é verdade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É presidida por V. Ex^a também e tem o Senador Pedro Taques como Relator.

Então, na verdade, nós temos três comissões. Alias, temos duas Comissões: uma, que é esta das proposições e financiamento; e aquela outra, que não sei mais para o que é.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A Comissão de Constituição e Justiça tem uma ou poderá ter duas Subcomissões de caráter permanente: uma, por um ato da própria Comissão de Constituição e Justiça, nós criamos em várias sessões legislativas, vários períodos legislativos, a Comissão de Segurança Pública. Essa funciona, ou está para funcionar regularmente. O Senador Pedro Taques, inclusive, me cobra convocação da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Com que atribuição, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – analisar os projetos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Analisar os projetos que tramitam na nossa CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Na nossa Comissão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É uma espécie de filtro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É o filtro da nossa Comissão para que a CCJ possa, a partir da Subcomissão de Segurança Pública, receber os projetos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Agora, eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A intenção do Presidente foi, com esta Comissão, como ele já houvera criado uma Comissão Especial para tratar sobre financiamento da saúde, como ele houvera criado uma Comissão Especial para tratar de financiamento na educação, criar também esta, que trataria de financiamento na saúde.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sem me permite, Sr. Presidente, fiz uma experiência na Câmara, como Deputado Federal. Na época, presidi a Comissão de Constituição e Justiça, e criamos, lá, uma Subcomissão de Segurança Pública na Comissão de Justiça, exatamente para fazer uma análise preliminar das matérias que chegavam à Comissão – e que chegam em abundância.

O Relator perpétuo era o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, bom jurista, com horror a esses projetos sus-

citados pelo clamor do momento e absolutamente avesso à burrice.

Então, ele fez um trabalho excelente. Ele fazia um filtro e, com o concurso dos outros Deputados, foi muito útil para a nossa Comissão. Os projetos já chegavam com um mínimo de amadurecimento.

Acho que realmente poderíamos ativar a nossa Subcomissão, na CCJ. Digo isso a partir de uma experiência vivida, que foi muito útil naquela legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Bem, mesmo entendendo que V. Ex^a tem toda a razão quando atribui que estamos vivendo uma superposição de competência, mas há uma diferença, no sentido de buscar projetos mais amplos que estejam se estivessem sob segurança pública.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Agora, entendi. Agora, soa diferente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com prazer, passo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, então, renuncio à renúncia. Faço uma retratação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E esta eu aceito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Quer dizer, o Senador Pedro Taques fica.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Contextualização e finalidades – delimitação temática

A violência, a falta de segurança e o medo da criminalidade são graves problemas que afligem a população brasileira e que não têm recebido respostas suficientes por parte do governo e das Instituições nacionais.

Uma rápida leitura do Mapa da Violência 2011, divulgado pelo Ministério da Justiça, mostra que a taxa média de homicídios do Brasil é de 26,4 mortes anuais para cada 100 mil habitantes, deixando o Brasil na sexta colocação entre os países mais violentos do mundo.

Mais do que isso, o patamar aproximado de 51 mil assassinatos no ano de 2008, indica um aumento de 10 mil homicídios/ano em um decênio. Pior, os inquéritos policiais investigam apenas 50% dos assassinatos e 80% deles são arquivados.

De forma, como um paradoxo, a letalidade policial aumentou de forma significativa, e as prisões se mostram abarrotadas, com a média de 250 presos para cada 100 mil habitantes, situação alarmante que atinge uma clientela preferencial: homens, jovens, pobres e negros.

Esses dados, por si, justificam o trabalho deste Senado Federal e, mais especificamente, desta Comissão Temporária de Senadores para avaliação dos projetos que tratam da segurança pública no Brasil.

No entanto, é preciso romper velhos modelos. Não basta focar na repressão e no aumento de penas. Faz-se necessário uma política pública de segurança consistente, que envolva um projeto sofisticado e profundo de integração institucional e intersetorial, gestão de informação, formação de uma cultura da paz e prevenção ao crime.

Nesse contexto, a presente Comissão tem por finalidade analisar proposições legislativas, colher subsídios, debater com especialistas, ouvir a população e instituir um canal de comunicação entre o Senado e a sociedade, com vistas a propor inovações normativas necessárias ao combate da criminalidade, além, por certo, da devida fiscalização das ações desenvolvidas pelos demais poderes da República.

Deve ser destacado que dois temas de grande relevância para a segurança pública não serão analisados pela presente Comissão. Não será examinada a questão do direito penal e dos crimes de nossa legislação, uma vez que tal assunto já é objeto da Comissão Especial de Senadores que estuda o Projeto de Lei do Senado 236, de 2012 (Novo Código Penal). Também não será examinada a questão dos regimes de cumprimento de pena, uma vez que, de igual modo já existe uma Comissão Especial que está tratando da Lei de Execução Penal.

Método de Trabalho e Cronograma

O Presente Plano de Trabalho é inspirado na metodologia seguida pela Subcomissão Permanente de Segurança Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Conforme o Ato do Presidente do Senado Federal nº 37, de 2013, a Comissão terá 90 dias para discutir e propor soluções ao tema.

Em levantamento realizado pela assessoria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, verificar-se que tramitam, nesta Casa, 44 proposições que versam diretamente sobre o tema da segurança pública, excluídas as matérias que versam diretamente sobre direito penal e sobre execução penal.

Para fins de organização, sugere-se que os trabalhos da Comissão devem ser desenvolvidos a partir dos seguintes parâmetros;

I) Divisão dos temas a serem abordados, entre um ou mais senadores membros, com a designação de subrelatores;

II) Levantamento de proposições legislativas, documentos produzidos pelos governos federal e estaduais e identificação de experiências bem e mal sucedidas em cada grupo temático;

- III) Análise do material levantado;
- IV) Identificação de projetos prioritários para a aprovação e preparação de novas proposições;
- V) Debates das propostas em audiências públicas e reuniões específicas;
- VI) Exames de cada proposição abaixo indicada pelos Subrelatores e oferecimentos de novas proposições.

Os relatórios parciais deverão ser encaminhados ao Relator Geral até o dia 27/11.

Elaboração de um Relatório Geral, de forma ordenada, entre os cinco os grupos temáticos abaixo, que ouso sugerir.

Eixos temáticos

Apesar da existência de conexão entre os diversos temas a serem abordados, a complexidade do objeto implica a necessidade de dividi-los, garantindo-se que sejam exequíveis as tarefas e também se sugere a seguinte subdivisão.

Audiências públicas sugeridas

Ouso sugerir isso, e fica ao juízo dos demais membros desta Comissão.

1) Proteção ao Cidadão e à Vítima. Quem sabe aqui um estatuto da vítima, porque a Constituição fala em único dispositivo sobre a vítima, sobre o ofendido, e nós precisássemos de um Estatuto da Vítima, porque, infelizmente, no Brasil, poucos tratam da vitimologia, da vítima, como um dos atores, dos personagens, da prática do crime.

Financiamento da Segurança Pública.

Estrutura da Polícia Brasileira.

Defesa Civil.

Regulamentação de atividades potencialmente nocivas à segurança dos cidadãos e outros temas que o Subrelator assim entender.

Já elenquei aqui os projetos que tramitam nesta Casa. Quem sabe audiências públicas. Sugiro várias audiências públicas em cada tema, aqui, para proteção ao cidadão. Já ouso citar alguns nomes para financiamento da segurança pública. Tenho alguns convidados para tratar da audiência da estrutura da Polícia brasileira. Trago alguns convidados sobre audiência pública sobre defesa civil.

Resultados Esperados

Com a conclusão dos trabalhos, espera-se elaborar um relatório geral com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da Política Nacional de Segurança Pública, em seu viés preventivo e repressivo, porque, no Brasil, temos medo desta “repressão”, em razão do seu conteúdo político e ideológico que existia até a Constituição de 1988.

Só que hoje a Constituição, ou seja, passados 25 anos, fala em repressão no art. 44. Portanto, repressão

não pode ser algo que possa nos trazer medo. Hoje, repressão, respeitados os direitos fundamentais, respeitada a dignidade da pessoa humana, mas a palavra é essa e nós não podemos fugir das palavras.

No art. 144, § 2º, no tocante à Polícia Federal, a Constituição fala em repressão, prevenção e repressão, através de sugestões e aperfeiçoamentos das normas vigentes, apresentação de proposições legislativas que aprimorem a ordem jurídica e possibilite a concretização plena dos direitos da cidadania.

Dia e horário das reuniões

Horário, eu sugiro aqui às quartas-feiras às 15 horas para execução dos trabalhos.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que a Constituição dá um dever fundamental que o Estado tem de proteger aqueles que vivem dentro do que se denomina de *polis*. Esse dever fundamental do Estado não pode ser subtraído. O Estado tem esse dever sob pena de nós voltarmos à barbaridade, que não é o objetivo de ninguém que se encontra nesta sala. Alguns que fazem manifestações, e manifestações violentas, penso que estejam buscando a barbárie. Já estão nela.

E encerro, Sr. Presidente, dizendo que a proteção do cidadão não pode ser em excesso, mas ela também não pode ser insuficiente, sob pena de a Constituição não ser cumprida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ponho em discussão o presente plano de trabalho. E V. Ex^{as} ao aprová-lo haveremos de em comum acordo com os respectivos relatores setoriais e o Relator Geral definir outros convidados. Necessário não se faz agora buscar em V. Ex^{as} nomes, até porque V. Ex^{as} receberam este documento agora. Precisamos apenas definir sobre ele para iniciarmos efetivamente nosso trabalho, porque temos um prazo de 90 dias a partir do ato da Mesa e são 44 projetos que, de forma bastante eficiente, o Senador Taques divide em relatórios com temas distintos para que cada um de nós assuma um tema desses e possa convergir e sistematizar ao final num relatório que espelhe o sentimento desta Comissão e, certamente, do Plenário.

Para discutir, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente para parabenizar a sugestão do Senador Pedro Taques, didática, já traz os projetos todos que tramitam sobre esse tema e já dá um encaminhamento de forma a resolvemos isso rapidamente. São cinco temas divididos, são sugeridas cinco sub-relatórios – até me coloco à disposição, embora não esteja oficialmente integrado a esta Comissão, mas já foi anunciado e deve estar chegando nos próximos dias a minha indicação. Assim, me coloco à disposição para ser um dos relatores

– e cinco audiências. Acho que mais do que isso fica moroso, fica demorado. Acho que cinco audiências...

O que nós poderíamos, lógico, o sub-relator de cada um dos temas poderia olhar a audiência sugerida e os nomes sugeridos e aí debatermos isso. Por exemplo, na próxima quarta-feira poderíamos fazer uma reunião já com as sub-relatorias definidas e rever as pautas de cada uma das audiências. O tema não está definido, mas acho que está ótimo nesse sentido. De repente os nomes, até mesmo para que tenha uma única audiência para temática e a partir daí o sub-relator possa trabalhar o seu relatório, inclusive as sugestões de propostas legislativas e encaminhar isso ao Relator Geral, se tiver a possibilidade, para que este já possa ir preparando o seu relatório final. Porque poderíamos ter 90 dias, mas 90 dias ultrapassa este ano legislativo. Vai até o começo do próximo. Mas acho que poderíamos fazer um esforço e entregarmos à sociedade brasileira devidamente pronto uma proposta para segurança pública, a fim de que no próximo ano isso já esteja no debate no âmbito da outra Casa Legislativa e eles possam também aprovar isso rapidamente e darmos um encaminhamento, porque, de fato, a segurança pública...

Aqui o Senador Taques citou a questão dos homicídios: 51 mil homicídios no último ano. Olha o absurdo que é isto. E só estamos falando de homicídios, mas temos outros tantos crimes, inclusive crimes novos, como aqueles a que nós estamos assistindo hoje – e a repressão, por isso, é importante –, nos grandes centros, especialmente, Senador Aloysio, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Os prejuízos causados pelos vândalos e pelos atos consequentes ao vandalismo chegaram ao extraordinário número de R\$1,3 bilhão. É esta notícia que nos traz hoje os jornais: R\$1,3 bilhão.

A sociedade é que paga isso. É o povo brasileiro que paga isso, enquanto alguns poucos vândalos estão aí promovendo ações. Inclusive, agora vimos um dos monumentos brasileiros, o MASP, pichado, como também o monumento de São Paulo, aquele com o cavalo e os cidadãos – como é o nome do monumento, Senador Aloysio?

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – É o monumento às Bandeiras.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Isso, dos bandeirantes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – É uma bela escultura do Victor Brecheret.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Perfeito. Ele foi pintado, jogaram tinta vermelha.

Eu acho que isso traz um prejuízo a toda a sociedade. Nós temos que tratar deste novo tema, que está posto nas ruas, que é esta nova modalidade de crimes que estão sendo cometidos contra o patrimônio público e o patrimônio privado. E o tema segurança pública está, definitivamente, intrínseco a este tema.

Eram essas as ponderações, Sr. Presidente, colocando-me à disposição para somar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a. Eu consulto se a data das nossas reuniões, ou melhor, se o dia das nossas reuniões, com a hora, seria do agrado de V. Ex^as. Seria às 15h, numa quarta-feira, porque logo depois nós iniciariam já a nossa tarefa na Ordem do Dia. Então, ficaria sempre às quartas-feiras, às 15h.

Consulto o Senador Armando: V. Ex^a se propõe a ser um dos nossos sub-relatores? Tenho o maior prazer. Senador Aloysio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Exato. Eu estou pronto a assumir qualquer tarefa que V. Ex^a queira me designar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu recebi agora, por telefone, do Senador Eduardo Braga também o desejo de participar como um dos sub-relatores. Então, nós já temos aqui quatro sub-relatores, com o Relator Geral. Precisamos trazer mais apenas um. O Senador Pedro Taques fica com a autorização desta Presidência para, no entendimento com cada um de V. Ex^as, saber qual seria a melhor relatoria que V. Ex^as poderiam assumir.

Continua em discussão.

Vamos colocar em votação o plano de trabalho apresentado pelo Sr. Relator.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Registro a presença do Dr. Alexandre Camanho, nosso queridíssimo Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, propõe-se a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1^a Reunião da Comissão.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada.

Agradeço a presença dos senhores. Tenham todos um bom dia. Fiquem com Deus. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

(Iniciada às 15 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 54 minutos.)

ATA DA 3^a REUNIÃO

Ata Circunstaciada da 3^a Reunião realizada em 16 de outubro de 2013, às dezesseis horas e um minuto, no Plenário 15, Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Vital do Rêgo e com a presença dos Senadores: Flexa Ribeiro, Humberto Costa, Sérgio Souza, Lindbergh Farias, Armando Monteiro e Pedro Taques. Deixaram de comparecer os Senadores: Randolfe Rodrigues, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Braga e Eunício Oliveira. Na oportunidade foram aprovados os seguintes requerimentos: Req. 001 – Requer seja incluído o nome do Dr. Marcos Leônicio Sousa Ribeiro, presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, autoria: Senador Humberto Costa; Req. 002 – Requer seja convidado para participar da audiência pública sobre Proteção ao Cidadão e à Vítima, o Sr. Leandro Piquet Carneiro, professor doutor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo e pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas (NUPPs) da mesma universidade, autoria: Senador Armando Monteiro; Req. 003 – Requer seja incluído o nome do Sr. Janio Bosco Gandra, Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis, autoria: Senador Flexa Ribeiro; Req. 004 – Requer seja solicitado ao Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, o auxílio dos serviços, com ônus à origem, do Procurador da República com atuação no Estado de Goiás Daniel de Rezende Salgado, para contribuir com os trabalhos da presente Comissão, autoria: Senador Pedro Taques; Req. 005 – Requer que as proposições abaixo listadas sejam examinadas pela Comissão Temporária de Segurança Pública: PEC 19, de 2013 – Altera o art. 42 da Constituição Federal para dispor sobre a criação de brigadas de incêndio pelos Municípios que não têm contingente do Corpo de Bombeiros Militar; PEC 27, de 2013 – Altera a Constituição Federal para prever o pagamento de indenização à família de policiais e bombeiros mortos em decorrência de sua atividade profissional; PEC 51, de 2013 – Altera os arts. 21, 24 e 144 da Constituição; acrescenta os arts. 143-A, 144-A e 144-B, reestrutura o modelo de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial; PEC 24, de 2012 – Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública; PEC 26, de 2012 – Altera os arts. 34, 144 e 167 da Constituição Federal, para assegurar os recursos mínimos nas ações e serviços de segurança pública e dispor sobre a instituição de programa de valorização e capacita-

ção dos servidores policiais de segurança pública; PEC 40, de 2012 – Modifica os arts. 30 e 144 da Constituição Federal para dar ao Município competência para a criação de áreas estratégicas de pacificação social e ordenamento urbano, e para as guardas municipais o exercício de atividades de polícia ostensiva, nos limites definidos em convênio com os Estados; PEC 52, de 2012 – Altera o art. 144 da Constituição Federal para identificar a Polícia Hidroviária Federal como órgão do sistema de segurança pública; PEC 10, de 2011 – Dispõe sobre o sistema nacional de defesa civil e a carreira de agente de defesa civil; PEC 78, de 2011 – Modifica o art. 144 da Constituição Federal, para determinar que o Diretor-Geral da Polícia Federal tenha a designação de Delegado-Geral de Polícia Federal, escolhido dentre Delegados de Polícia Federal, maiores de trinta e cinco anos; PEC 102, de 2011 – Altera dispositivos da Constituição Federal para permitir à União e aos Estados a criação de polícia (mica e dá outras providências; PEC 118, de 2011 – Acrescenta o inciso XII ao art. 167 da Constituição da República, para vedar o contingenciamento dos recursos orçamentários destinados a fundos de apoio a projetos nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência; PEC 49, de 2009 – Acrescenta o inciso V ao § 1º do art. 144 da Constituição Federal, para incluir dentre as atribuições da polícia federal a de proporcionar segurança ao Presidente e ao Vice-Presidente da República, bem como aos Chefes de Estado estrangeiros, quando no Brasil; PEC 8, de 2007 – Dá nova redação aos arts. 144 e 167 da Constituição Federal, para criar fundo de segurança pública e vincular os seus recursos; PEC 25, de 2007 – Dá nova redação ao § 1º do art. 144 da Constituição Federal, para ampliar as funções das guardas municipais; PEC 60, de 2005 – Altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispendo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública; PLC 71, de 2012 – Dispõe sobre a organização de brigadas de incêndio voluntárias; PLC 25, de 2008 – Altera o art. 12 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para a constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências; PLC 40, de 2008 – Institui o Dia Nacional da Segurança Pública e dá outras providências; PLS 35, de 2013 – Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funciona-

mento de boates, casas de show e similares, e define requisitos a serem observados para concessão de alvará a esses estabelecimentos; PLS 74, de 2013 – Dispõe sobre a comercialização de sinalizador náutico em todo o território nacional; PLS 76, de 2013 – Concede anistia aos policiais militares e bombeiros militares do Estado do Ceará, submetidos a processos penais militares e disciplinares, por participarem de movimentos reivindicatórios; PLS 199, de 2013 – Institui a política de prevenção e combate aos desastres decorrentes de chuvas intensas e dá outras providências; PLS 271, de 2013 – Estabelece critérios para o uso progressivo da força e de armas de fogo pelos órgãos, agentes e autoridades de segurança pública; PLS 300, de 2013 – Proíbe a utilização de balas de borracha em operações de policiamento de manifestações públicas; regula e limita o uso da força , e de outros armamentos de letalidade reduzida, nestas operações; PLS 34, de 2012 – Altera a Lei na 12.340, de 1º de dezembro de 2010, com o objetivo de fixar diretrizes para a política nacional de defesa civil frente a desastres, e dá outras providências; PLS 327, de 2012 – Altera o Decreto-Lei na 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei na 10.671 , de 15 de maio de 2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor), para tipificar penalmente o uso de raio laser; PLS 417, de 2012 – Altera a Lei na 12.340, de 10 de dezembro de 2010, para dispor sobre transparência e controle na aplicação dos recursos públicos em caso de calamidades públicas; PLS 25, de 2011 – Altera a Lei 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre a cooperação federativa no âmbito da Defesa Civil e prever a formação da Força Nacional de Defesa Civil; PLS 171, de 2011 – Altera a Lei na 10.826 de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento) para estabelecer o sistema de controle de munições, obrigando-se o registro de número de série individual para cada projétil fabricado, importado e vendido no Brasil; PLS 176, de 2011 – Altera o art. 35 da Lei na 10.826, de 22 de dezembro de 2003, chamada Estatuto do Desarmamento, para dispor sobre a proibição da comercialização e aquisição de arma de fogo e munições; PLS 513, de 2011 – Estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais; PLS 607, de 2011 – Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para tornar obrigatória a adição de marcadores químicos nas munições e seus insumos destinados a armas de fogo; PLS 699, de 2011 – Disciplina a utilização de coletes a prova de balas por profis-

sionais que fazem cobertura jornalística e acompanham operações policiais; PLS 745, de 2011 – Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para redefinir prioridades e reorganizar o Sistema Nacional de Defesa Civil e o Fundo Especial para Calamidades Públicas; PLS 751, de 2011 – Regulamenta as funções, atribuições e normas de organização básica das guardas municipais, nos termos do §8º do art. 144 da Constituição Federal e dá outras providências; PLS 301, de 2009 – Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para permitir o porte de arma pelos agentes e inspetores de segurança do Poder Judiciário e pelos agentes de trânsito dos Estados e do Distrito Federal; PLS 421, de 2009 – Altera a Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional (CDN), e dá outras providências, para conferir ao CDN poder de proposição ou veto de obra de infraestrutura, por razões de risco para a segurança nacional; PLS 191, de 2008 – Cria a Agência Federal para a Coordenação da Segurança Escolar, destinada a apoiar o intercâmbio de experiências, fiscalizar, cobrar e coordenar o trabalho de segurança desenvolvido pelas polícias estaduais e do Distrito Federal e por outro órgãos locais, pelas secretarias de educação, por professores, alunos e servidores, com a finalidade de garantir segurança em torno das escolas e a paz na sala de aula; PLS 418, de 2008 – Confere autonomia à Polícia Técnico– Científica, com base no disposto no art.24, XVI, Constituição Federal; PLS 65, de 2007 – Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para modificar as fontes de receita do Fundo Nacional de Segurança Pública e estabelecer a obrigatoriedade de repasse de, no mínimo, oitenta por cento dos recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para aplicação em ações de segurança pública. PLS 65, de 2006 – Padroniza o boletim de ocorrência e dá instruções sobre seu preenchimento; PLS 66, de 2006 – Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para dispor sobre a constituição e funcionamento das cooperativas de vigilantes; SCD 123, de 2003 – Torna obrigatória a identificação dos servidores dos órgãos de segurança pública do Estado quando participem em operações de controle e manutenção da ordem pública e dá outras providências; SCD 316, de 2003 – dá nova redação aos arts. 2º e 3º da Lei nº 20 de outubro de 2000, que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos Corpos de Bombeiros Militares

e dá outras providências. Autoria: Senador Pedro Taques; Req. 006 – Requer a inclusão, na audiência sobre “Estrutura da Polícia Brasileira”, conforme previsto no Plano de Trabalho aprovado em 09 de outubro de 2013, dos seguintes convidados: Luiz Eduardo Soares – Ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, sociólogo e especialista em segurança pública; e Marcos Rolim – Ex-Deputado Federal, sociólogo e especialista em segurança pública. Autoria: Senador: Lindbergh Farias; Req. 007 – Requer que, para a Audiência Pública sobre “Regulamentação de Atividades Potencialmente Nocivas à Segurança dos Cidadãos” sejam acrescentados

os seguintes convidados: 1) Representante do Ministério da Defesa; 2) Representante da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); 3) Representante da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores; e 4) Representante da Associação Brasileira de Empresas de Segurança e Vigilância (ABREVIS). Autoria: Senador Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Boa tarde a todos, senhoras e senhores.

Declaro aberta a 3ª Reunião da comissão temporária criada pelo Ato da Mesa do Senado nº 37, de 2013, que tem a finalidade de analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de segurança pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento.

Conforme convocação, esta reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

Na última reunião, decidiu-se que os membros da Comissão poderiam apresentar requerimentos com o nome de convidados para participar de audiências públicas, além daquelas constantes no plano de trabalho entregue e aprovado pelo Senador Pedro Taques. Foram apresentados, então, e estão pautados os seguintes requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1

Requer, nos termos regimentais, seja convidado o Dr. Marcos Leônio Souza Ribeiro, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal para participar da audiência pública sobre “Estrutura da Polícia Brasileira”.

Autoria: Senador Humberto Costa

REQUERIMENTO Nº 2

Requer, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado para participar da audiência pública sobre Pro-

teção ao Cidadão e à Vítima, a ser realizada nesta Comissão Especial de Segurança Pública, o Sr. Leandro Piquet Carneiro, professor doutor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo e pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas (NUPPs) da mesma universidade.

Autoria: Senador Armando Monteiro

REQUERIMENTO Nº 3

Requer, nos termos regimentais, que seja incluído o nome do Sr. Janio Bosco Gandra, Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis para participar do eixo “Estrutura da Polícia Brasileira”.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

REQUERIMENTO Nº 4

Requer, nos termos regimentais, que seja solicitado ao Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, o auxílio dos serviços, com ônus à origem, do Procurador da República com atuação no Estado de Goiás Daniel de Rezende Salgado, para contribuir com os trabalhos da presente Comissão. A cessão deverá permanecer enquanto durarem os trabalhos da Comissão.

Autoria: Senador Pedro Taques

REQUERIMENTO Nº 5

Requer, nos termos regimentais, que as proposições abaixo listadas sejam examinadas pela Comissão Temporária de Segurança Pública.

Autoria: Senador Pedro Taques

Esses, Senador Taques, são os projetos que constam no plano de trabalho. (Pausa.)

Então vou nominar o número dos projetos para, oficialmente, tê-los como votados:

1) PEC nº 19, de 2013 – Altera o art. 42 da Constituição Federal para dispor sobre a criação de brigadas de incêndio pelos Municípios que não têm contingente do Corpo de Bombeiros Militar; [Esse é meu inclusive]

2) PEC nº 27, de 2013 – Altera a Constituição Federal para prever o pagamento de indenização à família de policiais e bombeiros mortos em decorrência de sua atividade profissional.

3) PEC nº 51, de 2013 – Acrescenta os arts. 143-A, 144-A e 144-B, que reestruturam o modelo de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial.

4) PEC nº 24, de 2012 – Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública,

5) PEC nº 26, de 2012 – Altera os arts. 34, 144 e 167 da Constituição Federal, para assegurar os recursos mínimos nas ações e serviços de segurança pública.

6) PEC nº 40, de 2012 – Modifica os arts. 30 e 144 da Constituição Federal para dar ao Município competência para a criação de áreas estratégicas de pacificação social e ordenamento urbano, e para as guardas-municipais, em exercício de atividades de polícia ostensiva.

7) PEC nº 52, de 2012 – Altera o art. 144 da Constituição Federal para identificar a Polícia Hidroviária Federal como órgão do Sistema de Segurança Pública.

8) PEC nº 10, de 2011 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil e a carreira de agente de defesa civil.

9) PEC nº 78, de 2011 – Modifica o art. 144 da Constituição Federal, para determinar que o Diretor-Geral da Polícia Federal tenha a designação de Delegado-Geral de Polícia Federal, escolhido entre Delegados de Polícia Federal, maiores de trinta e cinco anos.

10) PEC nº 102, de 2011 – Altera dispositivos da Constituição Federal para permitir à União e aos Estados a criação de polícia única e dá outras providências.

11) PEC nº 118, de 2011 – Altera o inciso XII ao art. 167 da Constituição da República, para vedar o contingenciamento dos recursos orçamentários.

12) PEC nº 49, de 2009 – Acrescenta o inciso V ao §1º do art. 144 da Constituição Federal, para incluir entre as atribuições da polícia federal a de proporcionar segurança ao Presidente e ao Vice-Presidente da República, bem como aos Chefes de Estado estrangeiros.

13) PEC nº 8, de 2007 – Cria o fundo de segurança pública e vincula os seus recursos.

14) PEC nº 25, de 2007 – Amplia as funções das guardas-municipais,

15) PEC nº 60, de 2005 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.

16) PLC nº 71, de 2012 – Dispõe sobre a organização de brigadas de incêndio voluntárias.

17) PLC nº 25, de 2008 – Estabelece normas para a constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância.

18) PLC nº 40, de 2008 – Institui o Dia Nacional da Segurança Pública.

19) PLS nº 35, de 2013 – Dispõe sobre normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares.

20) PLS nº 74, de 2013 – Dispõe sobre a comercialização de sinalizador náutico em todo o território nacional.

21) PLS nº 76, de 2013 – Concede anistia aos policiais militares e bombeiros militares do Estado do Ceará.

22) PLS nº 199, de 2013 – Institui a política de prevenção e combate aos desastres.

23) PLS nº 271, de 2013 – Estabelece critérios para o uso progressivo da força e de armas de fogo pelos órgãos, agentes e autoridades competentes.

24) PLS nº 300, de 2013 – Proíbe a utilização de balas de borracha em operações de policiamento.

25) PLS nº 34, de 2012 – Fixa diretrizes para a Política Nacional de Defesa Civil.

26) PLS nº 327, de 2012 – Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor para tipificar penalmente o uso de raio laser.

27) PLS nº 417, de 2012 – Dispõe sobre transparência e controle na aplicação dos recursos públicos em caso de calamidades.

28) PLS nº 25, de 2011 – Dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da Defesa Civil e prevê a formação da Força Nacional de Defesa Civil.

29) PLS nº 171, de 2011 – Estabelece o sistema de controle de munições.

30) PLS nº 176, de 2011 – Proíbe a comercialização e aquisição de arma de fogo e munições.

31) PLS nº 513, de 2011 – Dispõe sobre a contratação de parceria público-privada para a restauração e administração de estabelecimentos penais.

32) PLS nº 607, de 2011 – Torna obrigatória a adição de marcadores químicos nas munições e seus insumos.

33) PLS nº 301, de 2009 – Permite o porte de arma pelos agentes e inspetores de segurança do Poder Judiciário.

34) PLS nº 191, de 2008 – Cria a Agência Federal para a Coordenação da Segurança Escolar

35) PLS nº 418, de 2008 – Confere autonomia à Polícia Técnico-Científica.

36) PLS nº 65, de 2007 – Estabelece a obrigatoriedade de repasse de, no mínimo, 80% dos recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para aplicação em ações de segurança pública.

37) PLS nº 65, de 2006 – Padroniza o boletim de ocorrência.

38) PLS nº 66, de 2006 – Dispõe sobre a constituição e funcionamento das cooperativas de vigilantes.

39) SCD nº 123, de 2003 – Torna obrigatória a identificação dos servidores dos órgãos de segurança pública do Estado quando participem em operações de controle e manutenção da ordem pública.

40) SCD nº 316, de 2003 – Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa

civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências.

Somente.

Lidos os requerimentos, em discussão.

Sobre a mesa, requerimento assinado pelo Senador Lindbergh, que requer seja solicitado apoio desta Comissão para o convite ao Sr. Luiz Eduardo Soares, Secretário Nacional de Segurança Pública, especialista em Segurança Pública; Marcos Rolim, ex-Deputado Federal, sociólogo e especialista em Segurança Pública.

Nós não temos quórum para votar – informa a Secretaria. Estamos esperando.

Passo a palavra ao Senador Pedro Taques que a solicitou, enquanto nós providenciaremos a presença de mais alguns Senadores que estão em outras votações.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sim, vamos trazê-lo mediante vara, como dizia o Livro V das Ordenações Filipinas – lá estava escrito assim –, mas sabemos que todos os Senadores têm vários compromissos ao mesmo tempo, estão todos aqui no plenário ou em outras Comissões ou Subcomissões, o que nos faz ter o dom de estar em dois ou três lugares ao mesmo tempo, Sr. Presidente.

Esse projeto que aí estão relatados por V. Ex^a são projetos que têm relação com o ato de criação dessa Comissão Especial. O ideal seria, Sr. Presidente – e esta é uma sugestão que faço –, que esses projetos já pudessem ser distribuídos, de acordo com a pertinência temática a cada um dos sub-relatores, e nós possamos marcar a data já para a primeira audiência pública conforme o plano de trabalho, o cronograma já estabelecido.

Sr. Presidente, nós sabemos que essa questão de segurança ou insegurança atormenta todos e nós temos, acompanhando essas reuniões, associações muito importantes, representantes de entidades muito importantes voltados à Polícia Civil, à Polícia Militar. Temos delegados de Polícia Civil aqui que legitimamente vêm buscar os seus interesses, não só corporativos, mas interesses da sociedade brasileira, como policiais militares também. Então, eu, como Relator, me coloco à disposição para ouvi-los e para que nós possamos receber sugestões também de pessoas, de autoridades que possam ser ouvidas durante essas audiências públicas. Portanto, quero me colocar à disposição como Relator para que, além dessas pessoas que citamos no plano de trabalho, outras possam também ser indicadas pelas associações e entidades que acompanham o trabalho aqui desta Comissão, através dos Senadores ou diretamente na relatoria geral, Sr. Presidente.

Esse é um pedido que já recebi de algumas entidades.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Pedro Taques, para o conhecimento dos demais membros da Comissão, V. Ex^a já agendou, na forma do plano de trabalho, a primeira audiência pública, na próxima quarta-feira, às 15 horas, neste mesmo ambiente de trabalho.

Há um requerimento também do Senador Sérgio Souza:

Em aditamento ao plano de trabalho aprovado por esta Comissão, destinada à análise dos projetos que tramitam sobre segurança pública, requeiro que, para audiência pública sobre regulamentação das atividades potencialmente nocivas à segurança dos cidadãos, sejam acrescidos os seguintes convidados: um representante do Ministério da Defesa, um representante da Federação Brasileira de Bancos – Febraban, um representante da Federação Nacional de Empresas de Segurança e Transporte de Valores e um representante da Associação Brasileira de Empresas de Segurança e Vigilância – também na forma do requerido.

O Senador Lindbergh está a caminho, com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem.

Esse aditamento, Sr. Presidente, ouvi do plenário o Relator sugerindo esses nomes e essas entidades, está dentro da pertinência temática da sub-relatoria que me foi designada e como o tema segurança pública é extremamente abrangente, mesmo dividindo em cinco sub-relatorias, ainda assim fica grande, eu não sei se conseguiríamos depois fazer numa única audiência pública ou se teríamos que dividir em duas. Acho que nós vamos ter que discutir isso num segundo momento, porque nós estamos falando, por exemplo, na questão de desarmamento, uma questão da utilização de armas, que está dentro da pertinência temática da minha sub-relatoria, e, ao mesmo tempo, nós falamos da segurança de ambientes, sejam eles estabelecimentos bancários, sejam eles estabelecimentos comerciais, restaurantes. E da segurança, inclusive, lembrando aquele caso ocorrido no Rio Grande do Sul. Se fala em segurança pública naquele incêndio, então, está dentro daquele da pertinência temática.

Não sei se não teríamos que dividir em audiências, até separadas, que poderá, de repente, convergir em uma mesma audiência para tratar de mais de um dos temas das sub-relatorias, desde que tenha alguma afinidade quando das pessoas que serão ouvidas por esta Comissão e pelo Senado Federal.

Sr. Presidente, hoje vi na pauta da CCJ uma Proposta de Emenda à Constituição que cria um fundo para a estruturação da segurança pública. Até gostaria de sugerir – o número dessa PEC é 20, de 2012, que

cria o Fundo Nacional de Segurança Pública, e acho que a sub-relatoria do Item 1, dito por V. Ex^a, Senador Pedro Taques, é pertinente a esse tema – que, como ainda está na CCJ e não foi votada, de repente, pudéssemos trazer para esta Comissão Especial, porque é uma Proposta de Emenda à Constituição que tem afinidade total com esta nossa Comissão.

Também fazer a referência à Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, de autoria do ex-Senador Antonio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade, tema esse que guarda estreita afinidade com os objetivos desta Comissão. No entanto, essa Proposta de Emenda à Constituição está no plenário aguardando deliberação. Não sei se é o caso de trazermos a esta Comissão ou não. Mas seria, ao final do relatório, o apontamento pedindo, ou até antes mesmo, a agilização na tramitação dessa Proposta de Emenda à Constituição, que há algum tempo aguarda na Ordem do Dia para votação em primeiro turno. Está na pauta do Senado.

Eram essas as referências, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos colocar em votação os requerimentos.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, os requerimentos estão aprovados, por unanimidade.

Devolvo aos Srs. Senadores se podem ou querem aduzir mais alguma informação à Comissão, ao Senador Pedro Taques, que vai também se posicionar.

Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – (Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado.

Senador Lindbergh, o requerimento de V. Ex^a foi aprovado.

Determino à Secretaria que redistribua todo esse material por sub-relator. Já providenciar a redistribuição desses temas que foram sobrestados.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Flexa e Senador Sérgio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Estou sendo informado de que está em votação nominal no plenário, com painel aberto já.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos encerrar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, só requerendo à direção desta Comissão que seja solicitado à Comissão e ao Presidente da Comissão de Justiça – ouvido o relator – a vinda a esta Comissão a PEC 24, de 2012, que está na pauta de hoje da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Já foi transferida para cá.

Estou solicitando, a mim mesmo, que tome as providências. (Risos.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 2^a reunião da Comissão.

Se os parlamentares concordam, queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada.

Agradecendo às senhoras e aos senhores, tenham todos uma boa tarde.

Fiquem com Deus. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

(Iniciada às 16 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 16 horas e 21 minutos.)

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA PARA REALIZAR ESTUDOS E PROPOR A ATUALIZAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÕES PENais – LEP (LEI N° 7.210, DE 1984)

ATA DA 7^a REUNIÃO

Ata Circunstaciada da 7^a Reunião, realizada em 21 de outubro de 2013, às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, no plenário nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Ministro Sidnei Agostinho Beneti e com a presença dos senhores juristas: Carlos Pessoa de Aquino, Edemundo Dias de Oliveira Filho, Denis de Oliveira Praça, Maria Tereza Uille Gomes, Marcellus Ugiette, Roberto Charles de Menezes Dias, Técio Lins e Silva, Luís Alexandre Rassi, Sérgio Alexandre Menezes Habib, Maurício Kuehne, Augusto Eduardo de Souza Rossini e Nídea Rita Coltro Sorci. Deixou de comparecer o membro: Gamil Föppel El Hireche. Na ocasião ocorreu reunião de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Boa tarde a todos novamente. Prosseguindo os nossos trabalhos, declaro aberta a 7^a Reunião da Comissão de Juristas, criada pelo Requerimento nº 848, de 2012, com a finalidade de realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execução Penal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, coloco em votação a Ata da 6^a Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

(Pausa.)

Se não houver dúvidas a respeito, declaro aprovada a ata dos trabalhos da reunião anterior.

Neste momento, vou solicitar à nossa Relatora que dê algumas informações em termos de formalização pública dos trabalhos: como eles estão se desenvolvendo e, sobretudo, até onde chegou o trabalho de redação propriamente dito da reforma que pretendemos encaminhar ao Senado Federal.

Depois, eu vou consultar os eminentes integrantes da Comissão se desejam fazer uso da palavra – quem quiser poderá fazê-lo –, sobretudo para dar uma informação ou outra a respeito do que tem chegado ao conhecimento dos eminentes integrantes da Comissão, desde a última reunião até agora.

Tem a palavra a eminente Relatora.

A SR^a MARIA TEREZA UILLE GOMES – Ao saudar o eminente Presidente, Ministro Sidnei Beneti, saúdo também todos os membros da Comissão.

Farei um breve relato. Nós temos como Presidente da Comissão o Ministro Sidnei Beneti e como membros Dr. Augusto Rossini, Dr. Carlos Pessoa de Aquino, Dr. Denis de Oliveira Praça, Dr. Edemundo Dias de Oliveira Filho, Dr. Gamil Föppel El Hireche, Dr. Luciano Losekann, Dr. Luís Alexandre Rassi, Dr. Marcellus Ugliette, Dr. Marco Aurélio Bellizze, Dr^a Nídea Rita Coltro Sorci, Dr. Maurício Kuehne, Dr. Roberto Menezes Dias, Dr. Sérgio Meneses Habib e Dr. Técio Lins e Silva. E eu, Maria Tereza Uille Gomes, estou atuando na condição de Relatora.

A compilação das propostas por parte da Comissão foram subdivididas em três eixos: O primeiro deles é o eixo administrativo; o segundo, o eixo que trata de direitos e deveres dos presos e sistema disciplinar; e o terceiro eixo trata de procedimentos, órgãos da execução penal e benefícios penitenciários.

As diretrizes que estão sendo seguidas, que estão norteando os trabalhos da Comissão estão basicamente sintetizadas na humanização da execução penal; na eficiência da execução penal – reconhecer direitos e proteger a sociedade –; preservação do idealismo, mas sob o olhar realista; desburocratização e praticidade; desjudicialização de alguns incidentes de execução penal; transparência e acesso à informação pelo encarcerado; informatização e instrumentalização pela Tecnologia da Informação. Então, basicamente são essas as diretrizes.

Nós já havíamos avançado em relação ao primeiro eixo administrativo desde o art. 1º da Lei de Execução Penal até o art. 16. E agora a Comissão avançou ainda mais nos trabalhos, discutindo do art. 17, que trata da assistência educacional, até o final do primeiro eixo, que diz respeito à questão do trabalho.

Iniciamos, então, o segundo eixo, que trata de direitos e deveres, iniciando com a discussão do art. 39 e avançando os trabalhos até o art. 41 da Lei de Execução Penal. Então nós estamos, neste momento, no art. 41 da Lei de Execução Penal.

No que diz respeito à assistência educacional, foram discutidos avanços, principalmente porque a Lei de Execução Penal prevê o ensino de primeiro grau como obrigatório – nós entendemos que o preso deve ter direito de acesso a níveis maiores de escolarização que não apenas o primeiro grau. Também se discutiu de quem é a competência ou a atribuição para que esse serviço seja prestado. Então, que as Secretarias de Estado, as Secretarias Municipais também participem desse processo de escolarização e, no que diz respeito ao acesso ao ensino superior, que também as instituições públicas promovam a garantia de acesso a esse nível.

Uma preocupação muito grande também com a questão da qualificação profissional, que entendemos fundamental para que o preso tenha condições de sair de lá com uma profissão, enfim, com uma capacitação maior nesse sentido. Várias contribuições foram feitas em relação à assistência educacional.

Passamos a discutir a questão do serviço de assistência social, inserindo aqui, também, a necessidade de verificar documentos, providenciar a obtenção dos benefícios da Previdência Social e do Seguro por Acidente de Trabalho e também providenciar para que o serviço de assistência social, de forma a auxiliar a direção do estabelecimento penal – e a atribuição é do diretor do estabelecimento penal –, auxilie na obtenção de documentos mínimos de cidadania, como certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF, título de eleitor e carteira de trabalho. Muitas vezes, as pessoas entram nos presídios e saem de lá sem sequer possuir documentos inerentes à cidadania. Essa é uma preocupação.

Outra, a inclusão dos apenados, por intermédio do serviço de assistência social, em programas que são previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, seja para o preso ou para seus familiares – há uma preocupação nesse sentido; a promoção, com o apoio do Conselho da Comunidade, do processo de justiça restaurativa com o preso e sua família e também com a família da vítima, sempre que for possível – essa é uma tendência contemporânea do posicionamento da Justiça; o respeito às diversas práticas religiosas e também fomento à utilização de instrumentos musicais para a prática religiosa, porque isso tem se mostrado um elemento importante na pacificação do ambiente prisional.

No que diz respeito à assistência ao egresso – egresso é aquele considerado, hoje, pela lei, como liberado definitivo pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento e o liberado condicional, durante o período de prova –, que o egresso seja acompanhado pelo serviço de assistência social dos municípios, porque essa pessoa está em liberdade, na comunidade, junto com as outras pessoas. Então, que o encaminhamento para programas de escolarização, qualificação profissional e trabalho seja feito por intermédio do serviço de assistência social, bem como o acompanhamento da assistência social àqueles que estão em regime de prisão domiciliar, que, embora não sejam considerados egressos, são pessoas que estão nos respectivos municípios e dependem de um acompanhamento especial, atribuindo-se ao diretor do estabelecimento penal onde o preso estava cumprindo pena o transporte dele até o município onde vai residir e o contato com o setor competente de assistência social no destino, para não interromper o fluxo de encaminhamento do preso até o serviço assistencial necessário.

Em relação ao trabalho do preso, inúmeras contribuições foram detalhadas aqui, importantes, no sentido de valorizar a possibilidade de trabalho para o preso, de definir um pouco melhor o papel do Estado nesse processo e de assegurar, em vez de três quartos do salário mínimo, que o trabalho do preso seja remunerado com valor nunca inferior a um salário mínimo. Esse é o preceito constitucional da Constituição de 1988, mas a Lei de Execução Penal é de 1984, anterior à Constituição. Então, foi feita uma adequação nesse sentido.

Há uma série de outras contribuições que vieram para detalhamento do trabalho. Em relação à questão do trabalho, a forma de gerenciamento desse trabalho, a inclusão de que associações, cooperativas ou empresas privadas também possam ter um papel nessa questão de contribuir para a melhoria da assistência ao trabalho, enfim, uma série de detalhamentos e de regras no que diz respeito ao trabalho externo e também àqueles presos que estão em regime semiaberto, que poderão trabalhar em qualquer serviço público ou privado. Hoje, o trabalho externo é previsto, para presos do regime fechado, somente em serviços ou obras públicas. Ficou claro que, para os presos do regime fechado, continua valendo a regra de que eles trabalham em serviços ou obras públicas, desde que cumprido pelo menos um percentual de até 10% de presos nessas obras em regime fechado. Em relação ao semiaberto, esse trabalho pode ser prestado tanto no serviço público quanto no serviço privado e não há necessidade do cumprimento de um sexto da pena, que, no semiaberto, é o tempo equivalente para que

o preso já tenha o direito à progressão de regime ao regime aberto, não fazendo, então, mais sentido essa exigência de um sexto. Há também a prestação de serviço ou do trabalho, todo esse detalhamento.

Foi vencido, então, o primeiro eixo e a Comissão já adentrou no segundo eixo, que trata de direitos e deveres dos presos em sistema disciplinar.

Nesse segundo eixo, foram discutidos os deveres do condenado e, agora, iniciamos uma discussão em relação aos direitos do preso.

Em relação aos direitos do preso, uma das preocupações é no sentido da publicidade da informação de quando esse preso terá direito ao cumprimento da pena, à progressão de regime, a esses benefícios que estão previstos em lei. Que essa comunicação seja uma comunicação com um tempo mais rápido e que, realmente, essa informação possa ser acompanhada.

Então, são várias discussões em relação a direitos e deveres, não entrando aqui no detalhamento, mas, em especial, até onde a Comissão avançou. O Presidente da Comissão, Ministro Sidnei Beneti, agendará a próxima reunião da Comissão para a continuidade dos trabalhos.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Muito obrigado.

A sua síntese, muito bem realizada, foi o respeito dos trabalhos que nós vimos trilhando até agora.

Vou consultar os eminentes integrantes da Comissão sobre se algum dos integrantes gostaria de dar alguma informação, de fazer uso da palavra.

Dr. Carlos Pessoa de Aquino, por favor.

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – Eminent Presidente, Ministro Sidnei Beneti, o saúdo efusivamente e, o fazendo, saúdo todos os colegas aqui presentes.

Eminente Ministro, fico muito satisfeito, pessoalmente – e creio que todos nós –, depois do relato da eminent Relatora dos Trabalhos, Drª Maria Tereza Uille Gomes, por esse avanço. Creio que estamos no rumo certo para, ao fim e ao cabo, irmos ao encontro dos verdadeiros anseios e das justas aspirações da sociedade brasileira. Isso é muito importante, inclusive sob a sua batuta, sob a sua condução, que tem nos norteado para que nós chegemos ao nosso desiderado.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal tem a honra de convidar esta Comissão, através de V. Exª, para que nos façamos presentes, de forma cortês e cavalheiresca, ao encontro desse segmento importante da nossa sociedade da qual faço parte, os advogados brasileiros, para que possamos interagir e beber diretamente da fonte de inspiração daquela entidade que

vive sempre em plena sintonia com a sociedade. Ela é responsável pelo resgate da democracia em nosso País, um dos nossos valores, um aríete da cidadania.

Temos, aqui entre nós, um dos seus componentes mais ilustres. Ele lutou quando tantos tombaram nessa luta. É o Dr. Técio Lins e Silva.

Eminente Presidente, o Presidente da Comissão de Direito Penal, o advogado Alexandre Queiroz... Passarei às suas mãos um convite, mas ele virá logo mais, pessoalmente, reiterar esse convite formal, e V. Ex^a poderá definir o tempo, o modo e quando nós vamos fazê-lo, se assim for deliberado.

O segundo lugar é um requerimento.

Como V. Ex^a sabe, alguns de nós fizemos audiências em nossos respectivos Estados, por iniciativa própria, por delegação de V. Ex^a, que nos fez delegados e representantes deste egrégio colegiado para ouvir os segmentos mais heterogêneos da sociedade e recepcionarmos diretamente as suas sugestões, não só formal, burocrática e física, mas também oralmente. Essas sessões foram registradas, os anais delas foram disponibilizados. Alguns até estão nas redes de informática. A nossa, inclusive, está no Youtube. Bem, na reunião próxima passada, eu entreguei formalmente o resultado desse trabalho hercúleo, porque é muito difícil reunir a comunidade. Cada um tem suas atribuições, cada um tem sua importância e cada um tem seus espaços dedicados a suas respectivas atividades, mas renunciaram a isso para atender ao nosso chamamento.

Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que fosse resgatado o trabalho que nós fizemos na Paraíba e distribuído, socializado com os demais colegas, a fim de que nós pudéssemos nos inteirar disso e até fazer uma triagem daquilo que já foi contemplado, para que nós também possamos dizer àquelas pessoas que vieram a nós o que foi feito dessas suas propostas, que são relevantíssimas, e dizer que nós estamos fazendo exatamente isso que foi aqui concluído até agora, dizer que foi atendido em parte, e que vamos a essa marcha batida para a conclusão do nosso trabalho dentro daquilo que melhor podemos fazer no nosso cotidiano.

Tenho certeza de que todos nós estamos tentando, obstinadamente, realizar aquilo que nós pretendemos. E V. Ex^a bem o sabe, porque V. Ex^a é o primeiro, diante de sua agenda muito tumultuada, requisitada. V. Ex^a hoje já relatava tudo quanto tem feito, mas sempre presente, sempre a conduzir de forma presencial tudo que nós estamos a fazer, como, de resto, todos os nossos colegas, sobretudo aqueles que são profissionais liberais como eu, e que têm uma agenda indefinida. De repente, choca com a audiência marcada, com alguém que está a precisar de socorro imediato. Mas

tudo isso, graças a Deus, temos conseguido adequar e atender ao chamamento de V. Ex^a.

Sinteticamente, era isso Sr. Presidente: a renovação da minha admiração, do meu apreço, e um muito obrigado pelo carinho e pela acolhida. Agradeço a todos e desejo a todos um bom retorno aos seus respectivos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Muito obrigado, Prof. Carlos Pessoa de Aquino, pelas palavras amáveis de V. Ex^a à Presidência e aos eminentes da Comissão. Obrigado por esse balanço que V. Ex^a faz a respeito das atividades.

Realmente, essas audiências públicas que tem sido realizadas em nome da Comissão pelos integrantes, nas respectivas regiões, engrandecem sobremaneira os trabalhos. V. Ex^a realizou na Paraíba; foi realizada audiência pública no Maranhão, pelo Dr. Charles; em Pernambuco, pelo Dr. Marcellus Ugiette; na Bahia, pelos professores Habib e Gamil... Os dois realizaram?

O SR. SERGIO ALEXANDRE MENESES HABIB
– Na época eu estava internado.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – É verdade. Foi o Prof. Gamil. No Rio de Janeiro, pelo Prof. Técio Lins e Silva; no Paraná, pela Dr^a Maria Teixeira e pelo Prof. Maurício Kuehne; e, de minha parte, também realizei uma reunião com os desembargadores da sessão criminal em São Paulo, depois de realizar uma reunião com os juízes das varas de execução penal de São Paulo.

O produto desse trabalho foi encaminhado para o Senado e hoje já estive em contato para organizar de tal maneira que possa circular com mais facilidade em termos até mesmo dos impressos desses trabalhos para que todos tenhamos em mãos, para levar em consideração na próxima reunião que nós fizemos. É um manancial grande de informações que traz engrandecimento aos trabalhos da Comissão.

Eu agradeço a V. Ex^a e a todos os que realizaram esse trabalho.

Professor Marcellus Ugiette.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Meu boa tarde a todos. Saúdo a todos na pessoa do Dr. Sidnei Beneti.

Eu gostaria, antes de tudo, de agradecer a acolhida no STJ e a atenção que me foi dispensada, especialmente no dia de hoje, pela Dr^a Sílvia e por todos do STJ na manhã de hoje. Mas eu queria dizer que, neste momento histórico no qual estamos vivendo e apesar de nossa necessidade de encerrarmos os trabalhos até final do ano, seria bom que a gente não perdesse o bonde da história no sentido de fazermos um trabalho importante para a Nação. Acho que esse é o interesse de todos nós no que diz respeito às alterações e atualizações, gosto sempre de dizer, porque a Lei de

Execução Penal é boa e precisa muito ser atualizada. Mas eu tenho certeza de que nós pretendemos essa atualização e essa reforma de acordo com interesses. Por isso, quero me filiar ao que disse o Dr. Carlos Pessoa e ao que disse o Dr. Sidnei, no sentido de a gente ter um cuidado especial com as audiências públicas que nos legaram bastantes ensinamentos e dar, sem dúvida nenhuma, amostra da atenção, do interesse e da intenção social fora de nossas reuniões formais do dia a dia.

Outra proposta que eu gostaria de fazer; aliás, uma proposta que eu gostaria de fazer, Dr. Sidnei, nós a fizemos na reunião pela manhã, mas gostaria de repeti-la, é a adoção de mais dias para que a gente pudesse, então, ter mais tempo aqui nessas reuniões, já que há a possibilidade de se terminar o trabalho até final de dezembro, um mês praticamente atípico, por todas as circunstâncias e nuances. Mas dois ou três dias para que a gente possa agilizar melhor o trabalho e ter mais tempo para meditar e refletir, em conjunto, sobre os trabalhos, acho que será de bom grado e de bom alvitre.

Era isso. Mais uma vez agradeço, de novo, a atenção que me foi dada, em especial, hoje pela manhã. Agradeço o atendimento médico.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Agradecemos o esforço de V. Ex^a, que não passou bem. Sei que teve problemas de saúde, não só antes de vir, como também teve necessidade de cuidados aqui em Brasília, mas que está firme, na linha de frente, prestando serviços, como sempre, de cidadania a todos nós e à Nação.

Professor Técio.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Presidente, reitero todas as referências com relação à V. Ex^a e à Relatora, e ao êxito do trabalho que segue e, tudo indica, que seguiremos nosso organograma.

Acho importante ressaltar, mais uma vez, o que V. Ex^a disse de ter esses trabalhos em mão. Eu os entreguei fisicamente, em documentos. Eles estão escaneados no Portal do Senado, mas é um acesso, para nós, complicado, sobretudo para cotejar, item por item, para fazer a sistematização. Gostaria de reiterar à Secretaria que pudesse encaminhar o material físico à Relatora, pelo menos em relação à audiência pública do Rio, que são umas quatro ou cinco propostas grandes que dão quase duzentas folhas, para que possa, fisicamente, a estrutura da relatoria, harmonizar as propostas que são duplicadas e que são relativas aos mesmos artigos, para que a gente possa decidir, se não, quando acabarmos de examinar a lei, virão, esparsamente, propostas que se cruzariam de maneira, às vezes, inconsequente.

Então, eu acho que seria muito prudente, como propôs Carlos Pessoa de Aquino, que esse documento, fisicamente ou retirado do site ou os que foram originalmente encaminhados à Secretaria, que pudesse vir, em cópia, para toda Comissão e que pudesse a relatoria trabalhar na sistematização, como tem sido feito, de modo a facilitar a decisão sobre cada um desses temas. No mais, esperando e torcendo por sua saúde, vigor e simpatia, para que continuemos nesse ritmo e chegemos ao final da mesma forma que começamos.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Muito obrigado, Prof. Técio. A minha saúde e vigor – e muito obrigado pela simpatia –, eu as recebo dos integrantes da Comissão, que me dão imensa satisfação de tê-los como companheiros de trabalho.

A recomendação está feita no sentido inclusive de se manter contato com o meu gabinete, para que depois haja centralização e sejam enviados à relatoria todos os resultados das audiências públicas estaduais, realizadas com tanto brilho e tanto empenho pelos integrantes da Comissão.

Prof. Charles.

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES

DIAS – Cumprimentando todos os eminentes juristas, colegas, e de uma forma especial o nosso Presidente, que, creio, é voz unânime, tem nos conduzido de forma extremamente competente e, como disse o Técio, simpática – não é Técio? –, também quero registrar o trabalho eficientíssimo da Relatora, Dr^a Tereza, que tem feito um esforço titânico para organizar tudo que se manda em cima da hora, deixar todo mundo *updated* com as informações. Quero fazer o reconhecimento dessa atividade da relatoria, que, sob o nosso ponto de vista, e creio que falo por todos, é feito de forma muito competente e eficiente.

Mas, em verdade, eu pedi a palavra para informar um fato que aconteceu em São Luís esta semana. Creio que muitos puderam observar pela imprensa que a cidade foi absolutamente intranquilizada, com troca de tiros, nos *shoppings* da cidade, entre bandidos e policiais. O comércio fechou por completo, em São Luís, na quinta ou na sexta-feira da semana passada. As escolas fecharam, os ônibus foram recolhidos, por conta da disputa de duas facções dentro do presídio do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. O chamado Bonde dos 40 e o braço do PCC, o que, de certa forma, demonstra a importância do trabalho que estamos realizando aqui e, assim, evidencia, de forma muito clara, a preocupação do nosso presidente, que todos incorporamos no início, no que se refere à questão da garantia do binômio dos direitos daqueles que delinquiram, mas também daqueles que optaram por não delinquir, daqueles que estão aqui fora e que

se viram absolutamente intranquilizados, na semana passada.

Foi um clima de terror absoluto em São Luís. Terror absoluto na cidade inteira, creiam-me. Eu estava em São Luís, no escritório, e as famílias ligando, querendo saber onde estavam os parentes. Minha mulher me ligou desesperada, porque eu tinha uma consulta exatamente no consultório que foi foco da área flagrada. Por sorte, eu me esqueci da consulta e não fui para lá. Mas houve tiro lá, inclusive, polícia na rua, helicóptero, metralhadora, fuzil. A polícia sendo enfrentada acintosamente pelo crime, que está tomando proporções – aliás, está tomando, não, já tomou – inaceitáveis e, sobretudo, alarmantes.

Sobre isso, nós fomos consultados e instados a nos manifestar na imprensa local, onde nós dizíamos, Ministro, em seu nome, da preocupação da Comissão, da forma como a Comissão tem se conduzido. E dizíamos que tínhamos absoluta segurança e a certeza de que a forma como a lei está sendo trabalhada e a forma como ela está sendo atualizada permitirá que a tranquilidade retorne ao seio social. É este o objetivo: que a certeza do cumprimento da pena seja uma assertiva definitiva, que essa crença na impunidade desapareça. Ao contrário do que a sociedade, Habib, que é uma preocupação sua, imagina – que estaríamos aqui para colocar todo mundo para fora das penitenciárias ou que, pelo fato de usarmos a linguagem de humanização das penas, estaríamos querendo abrandar ou colocar todo mundo para fora – deixamos claro na imprensa que humanizar não significa abrandar. Pode-se até asseverar, mas sem que se desrespeite, como bem coloca o Ministro, a condição de cidadão do ser humano que delinqui, estabelecendo de forma clara a necessidade de que se tenha, e temos batido fortemente nisso, padrões absolutamente definitivos e claros de como a pena deve ser cumprida, por exemplo, no que se refere ao delinquente que furtou um botijão de gás e ao que tem conduta reiterada. Hoje não há uma postura clara do sistema penitenciário.

Também não se tem uma definição clara no Brasil, e precisamos caminhar nesse sentido, do local em que está posicionada a administração penitenciária e se ela pertence ou não às políticas de segurança pública. Acho que essa discussão nós precisamos fazer de forma muito clara.

Com essas palavras, encerro a minha fala, desejando a todos um regresso feliz. Pedi a palavra apenas para registrar a nossa satisfação, alegria e honra por fazer parte de uma comissão desse porte e, sobretudo, registrar a competência indiscutível dos nossos líderes, o Ministro Beneti, e a nossa relatora, Drª Maria Tereza

Uille, e, sem dúvida nenhuma, de todos os juristas que compõem esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)
– Muito obrigado, Dr. Charles.

Eu quero, nesses registros, também agradecer a colaboração do Dr. André, que tem dado respaldo na sistematização das propostas.

Não havendo mais...

Prof. Habib.

O SR. SÉRGIO ALEXANDRE MENESES HABIB

– Colegas Juristas, estamos todos debruçados sobre essa reforma da Lei de Execuções Penais.

Ministro, eu entendo que o nosso grande desafio aqui nesta Comissão será exatamente o de obtermos um equilíbrio entre o que almeja a sociedade, em termos de segurança e de afastamento da impunidade, e, ao mesmo tempo, o que consagra os direitos que foram adquiridos pelos presos ao longo de todo esse tempo em que perdura a Lei de Execuções Penais.

Quando eu me formei – e já vai algum tempo –, a execução penal não passava de um apêndice do Código de Processo Penal. Nós tínhamos todos os cuidados em identificar o criminoso, tínhamos todos os cuidados em tipificar a conduta do criminoso, em julgá-lo, em condená-lo, mas não tínhamos cuidado algum com como deveríamos proceder na execução da pena.

Então, na lei de execução, não era uma lei a execução da sentença, era um apêndice, mas, eu digo, um apêndice supurado, porque era altamente problemática essa execução da pena, naqueles tempos. Isso, evidentemente, mudou com o advento da Lei nº 7.210. Graças a Deus que isso mudou.

Então, Ministro, meus colegas, eminentes Relatores, eu digo sempre que a lei não pode ser a camisa de força dos fatos sociais. Também a lei não pode ser o dique que vai conter essas emoções sociais. Eu prefiro dizer que a lei deve ser um estuário para o qual convergem todas essas condutas. E nós temos que ter esse grande desafio de conseguir colocar na lei essas sucessões que têm acontecido no campo social.

Nós temos pela frente, eminentes Relatores, grandes desafios. Eu já posso antever. E pelo trabalho hercúleo que V. Exª vem desempenhando, sob o comando eficientíssimo do eminentíssimo Ministro Sidnei Beneti. Eu já posso antever não um céu de brigadeiro, mas grandes problemas que teremos de enfrentar. E nós teremos que decidir, por exemplo, como ficará o regime semiaberto? E é aí que eu peço, Sr. Ministro, para um trabalho melhor dos colegas e da minha parte também, que tivéssemos em mãos – é a sugestão que faço nesse exato momento – os Anteprojetos do Código Penal e de Processo Penal. Isso seria muito importante para o

trabalho desta Comissão, porque entendo que se trata de um sistema criminal.

Um sistema é algo que deve funcionar harmonicamente, eu já disse isso. O que é um sistema nervoso? O que é um sistema respiratório? Então, ou o sistema funciona harmonicamente ou ele não é sistema. Não podemos entender e conceber uma lei de execução brigando com um Código de Processo Penal. Não podemos conceber uma Lei de Execução Penal brigando com um Código Penal. Então, precisamos conhecer, já que estamos fazendo aqui não um casulo, não um trabalho capsulado, mas um trabalho sistemático. Entendo, Sr. Presidente, que devemos conhecer o trabalho realizado pelas Comissões no Anteprojeto do Código Penal e do Código de Processo Penal.

Eu tenho um posicionamento que vou defender aqui nesta Comissão, porque acho que devemos enfrentar a realidade como ela se encontra. Não seria o caso de discutirmos – e isso para anotações futuras – se iremos continuar com o regime semiaberto? Para que um regime semiaberto num País em que praticamente não funciona, não tem diferença nenhuma? As colônias agrícolas estão aí desde 1984 e não se fez coisa alguma. O Estado continua omisso no que se refere às colônias agrícolas.

Não sei como está no Código Penal no que se refere ao regime de pena, cumprimento de pena. Mas se não tiver no Código Penal, ficará difícil para nós aqui estabelecermos o desaparecimento do regime semiaberto, porque teria que estar previsto no Código Penal.

Então, entendo que seria interessante exatamente termos em mãos esses anteprojetos e que pudéssemos fazer também um estudo a respeito desses anteprojetos, incorporando-os, Srª Relatora, ao nosso trabalho que está sendo feito aqui, para que não escutemos, no caminho que estamos percorrendo, o cântico das drádades e das nátiades; para que não fiquemos seduzidos por aquilo que não conhecemos das ninjas e demais.

Sr. Presidente, com essas palavras eu gostaria de me congratular com V. Exª sobretudo pela perseverança de tentar transformar uma colcha de retalhos num código, o que é mais difícil. É um trabalho de tecelão, um tecelão que sabe muito bem o que está a fazer porque trabalha com a melhor seda ou com o melhor material que existe neste País, que é a experiência que cada um de nós consegue trazer para este plenário.

Agradeço a V. Exª e abraço todos os colegas aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Muito obrigado, Prof. Habib.

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Professor... Pois não.

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – Apenas para fazer uma consignação rápida e breve. É que se encontra aqui conosco o Presidente da Comissão de Direito Penal da OAB do Distrito Federal, Dr. Alexandre Queiroz. Vamos prestigiar a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Pois não. Uma saudação especial a V. Exª. Se quiser fazer uso da palavra...

O SR. ALEXANDRE VIEIRA DE QUEIROZ – Sr. Presidente, apenas para parabenizar o trabalho da Comissão. Nós temos realizado alguns estudos na nossa seccional e sabemos das dificuldades que hoje encontramos no âmbito da execução penal. É um trabalho árduo. Sei que V. Exªs têm se empenhado nesse sentido. Minha intenção foi apenas a de vir aqui visitar e congratular V. Exªs pelo trabalho efetuado. E reiterar o convite que deixei com V. Exª, para que a Comissão faça pelo menos uma visita à nossa seccional.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Pois não. Eu recebi o convite. Eu já havia noticiado, e vamos acertar o horário, a data para que seja possível essa visita. Também agora veio aqui uma comissão da Procuradoria-Geral, que gostaria de ter, em algum momento, contato com a Comissão.

Eu imagino que talvez possamos, na próxima reunião, ver o horário em que eventualmente fizéssemos uma visita à Ordem dos Advogados e também recebêssemos os integrantes da Procuradoria. É uma forma de ir estabelecendo uma interlocução de forma simples, mas, com toda certeza, com bastante eficiência, com esses contatos, que são as áreas incumbidas de dar praticidade, efetivamente, a esse sistema de execução penal. É importante ver quem trabalha com o sistema carcerário nacional ou de execução da pena, *lato sensu*, nacional.

Eu agradeço a presença de V. Exª, e manteremos contato a esse respeito.

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – Sr. Presidente, uma curiosidade: Procuradoria-Geral da República?

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Da República.

Algumas informações mais, antes de terminar.

Tenho recebido, conforme disse em nosso contato informal, manifestações trazendo sugestões, várias informações a respeito de execução da pena, e várias outras questões atinentes à criminalidade, ao Direito Penal. Algumas têm sugestões interessantes, mas todas trazem observações gerais. Estou tomando a liberdade... Em nome da Comissão, e gostaria da aquiescência da Comissão neste sentido, estou infor-

mando o recebimento, agradecendo o envio e pedindo que mandem essas manifestações já em forma de redação para artigos específicos da lei, que é o modo pelo qual se faz o trabalho legislativo. Nós poderemos aproveitar algumas das manifestações, se vierem nesse sentido. E estou fixando prazo para que devolvam essa matéria, para que ainda possamos levar ao conhecimento da Comissão.

Em segundo lugar, estou designando a nossa próxima reunião para os dias 29 e 30. A ideia é repetirmos a forma de trabalho informal, de início, nas dependências do Superior Tribunal de Justiça, porque são mais tranquilas para se reunir em torno de redação específica de assuntos, e, depois, nos segundos dias, nós viremos formalizar a nossa reunião aqui no Senado Federal.

Também quero justificar, porque tiveram a gentileza de fazê-lo expressamente, as ausências do Prof. Gamil Föppel e do Prof. Edemundo, de Goiás, que tiveram suas dificuldades para estar presentes, mas acompanham, com toda força, os trabalhos.

Tenho a impressão de que, não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a reunião, convocando os eminentes integrantes da Comissão para os dias 29 e 30 de outubro, terça e quarta-feira, está bem?

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião. – Ministro **Sidnei Agostinho Beneti**, Presidente.

(Iniciada às 15 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 59 minutos.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO ATS Nº 36, DE 2013, COM A FINALIDADE DE DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, NO PRAZO DE 90 DIAS.

ATA DA 1ª REUNIÃO

Ata Circunstaciada da 1ª Reunião, de instalação, da Comissão Temporária, criada pelo ATS nº 36, de 2013, com a finalidade de debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, realizada em 1 de outubro de 2013, às 14 horas e 40 minutos, na Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal, oportunidade em que discursaram o Relator da Comissão, Senador Cristovam Buarque, e o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros. Compareceram os senadores membros: Cristovam Buarque (PDT), Ana Amélia (PP), Paulo Paim (PT) e Paulo Bauer (PSDB).

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, a partir deste momento solicitamos a gentileza de manterem os telefones celulares no modo silencioso.

A todos os presentes, uma boa tarde.

Tem início a solenidade de instalação da Comissão Especial destinada a debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, em conformidade com o Ato do Presidente nº 36, de 2013.

Esta Comissão é presidida pela Exm^a Sr^a Senadora Angela Portela e tem como Relator o Exm^o Sr. Senador Cristovam Buarque. Integram também a Comissão os Exm^os Srs. Senadores Cyro Miranda, Ana Amélia, Ciro Nogueira, Vital do Rêgo, Eduardo Amorim, Paulo Paim e Acir Gurgacz.

Neste momento, convidamos para fazer o seu pronunciamento o Relator da Comissão, Exm^o Sr. Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Boa tarde.

Senador Renan Calheiros, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, eu creio que nesta tarde o Senador Renan está fazendo um gesto de extrema importância para o Brasil e para o nosso Senado: a possibilidade de que o Senado – Senador Paim, bem-vindo – faça para a educação o que vem sendo feito para a saúde, que é uma análise dos caminhos do financiamento da educação.

Hoje já é aceito que a educação tem que dar um salto, já é aceito que precisa de recursos, já é aceito que o pré-sal vai colocar esse dinheiro, mas falta saber se o pré-sal basta ou não basta. Nós sabemos – quem estuda isso – que não basta, está longe. De quanto se precisa mais? De onde viria esse dinheiro? E onde aplicar?

Essas são as três perguntas, Senador Calheiros, sobre as quais já conversei com a Senadora Angela, hoje de manhã, e às quais pretendemos responder no relatório. Quanto custa para termos realmente a educação que desejamos? De onde viria esse dinheiro? Como aplicar o dinheiro?

Espero que dentro dos 90 dias que o senhor deu de prazo seja possível elaborar um documento nesse sentido.

Eu lhe agradeço muito a confiança e vou fazer o possível para apresentar um bom relatório e cumprir o prazo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Ouviremos agora o Presidente do Senado Federal, Exm^o Sr. Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Meu caro Senador Cristovam Buarque, que é o Relator da Comissão Especial destinada a debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, Sr^as e Srs. membros da Comissão Especial destinada a debater e propor soluções para o financiamento da educação, Senadora Ana Amélia, Senador Paulo Paim, Senador Paulo

Bauer, Secretária-Geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, senhoras e senhores, é com muita satisfação que participo desta rápida solenidade para a instalação da Comissão Especial de Senadores que vai analisar formas de financiamento para a educação brasileira. São dez Senadores que terão uma missão das mais importantes para o País.

O Brasil vem, gradualmente, vencendo desafios como a desigualdade social, a concentração de renda, a mortalidade infantil, a melhoria da qualidade de vida, mas na origem de todas essas deformações está a urgente melhoria da educação.

Uma pesquisa divulgada na semana passada nos deixou a todos extremamente preocupados. Pela primeira vez, desde 1997, a taxa de analfabetismo no Brasil aumentou. É o que revela a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio divulgada na última sexta-feira, dia 27.

De acordo com o levantamento, Senadora Ana Amélia, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais foi estimada em 8,7%, o que corresponde ao contingente de 3,2 milhões de analfabetos no Brasil. Em 2011, essa taxa foi de 8,6% e o contingente era de 12,9 milhões de pessoas.

Há quinze anos não havia, como já citado, aumento no índice de analfabetismo. Outro dado que merece muita atenção é que mais da metade da população analfabeta do País está na Região Nordeste.

O Brasil ocupa o octogésimo quinto lugar no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), atrás de países como Chile, Argentina, Venezuela e do Peru.

O IDH é um índice medido anualmente pela Organização das Nações Unidas com base em indicadores como renda, saúde e educação. É justamente por causa da educação que ainda ao conseguimos melhorar significativamente o nosso IDH. Hoje, o Brasil tem a menor média da América do Sul em anos de Estudos dos cidadãos. A média de escolaridade é de 7,2 anos entre as pessoas com mais de 25 anos.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento 2012, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, um em cada quatro alunos que inicia o ensino fundamental no Brasil abandona a escola antes de completar a última série. Apesar dos problemas, é inquestionável que tivemos, evidentemente, avanços nos últimos 20 anos. Com a ajuda de programas sociais – e tenho também um orgulho muito grande de ter sido aqui no Senado Federal relator do Programa Bolsa Família – o desafio de colocar as crianças na escola foi superado. Hoje, 98,2% das crianças brasileiras estão matriculadas no ensino fundamental. Conseguimos, sem dúvida nenhuma, universalizar o ensino básico.

O nível de investimentos também aumentou. Um levantamento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico mostra que o investimento do Brasil em educação aumentou de 3,5% para 5,6% do Produto Interno Bruto entre os anos 2000 e 2010. Agora nosso desafio, além de manter as crianças na escola, é melhorarmos a qualidade da nossa educação. Para isso é preciso planejamento, vontade política e uma fonte de financiamento clara, previsível, absolutamente previsível. É fundamental discutirmos, portanto, profundamente o financiamento da educação, apontarmos recursos para mudar, como disse aqui o Senador Cristovam, esse quadro.

O Brasil tem feito a sua parte. Aprovamos – já foi sancionado pela Presidente Dilma Rousseff – o projeto que destinou 75% da parte dos *royalties* do petróleo para a educação. Esta foi, sem dúvida, uma das contribuições do Congresso Nacional para melhorar a qualidade dos serviços públicos que nos é cobrada pela sociedade. Com a medida, falam que deve ser investido algo mais de R\$100 bilhões a mais que financiarão, além da educação, também a saúde pública nos próximos anos.

Além disso, estamos discutindo o Plano Nacional de Educação, já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e que, ainda em função de um compromisso que nós todos assumimos no Plenário, vai tramitar na Comissão de Educação, onde teremos pelo menos mais uma audiência pública. O Projeto, PNE, determina que, durante a sua vigência, o investimento público em educação será ampliado progressivamente. O patamar mínimo a ser alcançado é de 7% do Produto Interno Bruto. No quinto e no décimo ano de vigência da lei, os investimentos devem alcançar 10% do Produto Interno Bruto.

Além dos 14 artigos, o PNE apresenta 20 metas que devem ser atingidas até 2023. A primeira delas é universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, para atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos de idade.

No projeto também constam trechos sobre a valorização dos professores e inclusão de pessoas com deficiência na escola. A Constituição de 1988, como todos sabem, estabeleceu o direito à educação e a obrigação do Estado e das famílias de colocarem suas crianças na escola. Até o dia 16 de dezembro, tenho certeza de que esta Comissão, sob a presidência da Senadora Angela Portela e do Relator, Senador Cristovam Buarque, profundo conhecedor da educação, irá propor soluções que viabilizem a alocação de mais recursos financeiros para o sistema educacional brasileiro.

É impossível pensar em desenvolvimento econômico e social do nosso País sem a garantia de uma educação de qualidade e universal. Mais do que um direito, a educação é um passaporte para um país melhor. É através da aquisição de conhecimento que teremos um Brasil mais justo para todos.

Coloco desde já, Cristovam, Ana Amélia, Paulo Bauer, Paulo Paim, a Presidência do Senado Federal à disposição de todos os integrantes desta Comissão. E que ela tenha muito sucesso nesse trabalho que é tão necessário e tão urgente para o País.

Nós estamos tendo uma boa experiência com a comissão que criamos para desenhar o financiamento da saúde. Nós estamos por concluir os seus trabalhos. E hoje nós instalamos esta Comissão que, tenho absoluta certeza, vai dar certo, vai formatar o desenho definitivo para o financiamento da educação no nosso País.

Muito obrigado a todos.

Hoje nós temos um dia intenso, uma pauta da qual constam três medidas provisórias. Nós tivemos aqui, pela manhã, o anúncio, com a Senadora Ana Amélia, do Outubro Rosa, com a participação de muitos Senadores, de Senadoras. E mais uma vez eu quero agradecer a presença de todos vocês.

Vamos ao trabalho. (Palmas.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Agradecemos a presença de todos e desejamos uma boa tarde.
– Senadora **Ângela Portela**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a solenidade é encerrada às 14 horas e 58 minutos.)

COMISSÃO ESPECIAL INTERNA CRIADA COM A FINALIDADE DE EXAMINAR OS PROJETOS DE LEI DO SENADO N°S 281, 282 E 283, DE 2012, QUE PROPÕEM ALTERAÇÕES NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

ATA DA 8^a REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 8^a Reunião da Comissão, realizada em 29 de abril de 2013, às onze horas e um minuto, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) e com a presença dos Senhores Senadores Ricardo Ferraço (PMDB/ES) e Cyro Miranda (PSDB/GO). Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: Renan Calheiros (PMDB/AL), Antônio Carlos Valadares (PSB/SE), Paulo Bauer (PSDB/SC), Wilder Morais (DEM/GO), Eduardo Amorim (PSC/SE), Fernando Collor (PTB/AL) e Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP). Na oportunidade foi realizada audiência pública sobre o tema: “Publicidade Infantil”, com a presença dos seguintes convidados: Alexandre Kruel Jobim, Vice-

-Presidente Jurídico e de Relações Governamentais da Rede Brasil Sul – RBS; Edney G. Narchi, Vice-Presidente Executivo do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária – CONAR; Maria Edna de Melo, Diretora da Associação Brasileira para Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica – ABESO; Marcelo Gomes Sodré, Procurador do Estado de São Paulo; Isabella Henriques, Diretora do Instituto ALANA; Aurélio Veiga Rios, Subprocurador-Geral da República; e Edgard Rebouças, Professor da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sobre a proteção de Deus, declaro aberta a 8^a Reunião da Comissão Especial interna criada com a finalidade de examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Nesta audiência pública, discutiremos a proposta que dispõe sobre a necessidade de regulamentação da publicidade infantil e do consumo sustentável, com a participação dos seguintes convidados, que já convidado para compor a Mesa: Dr. Alexandre Kruel Jobim, Vice-Presidente Jurídico e de Relações Governamentais da Rede Brasil Sul (RBS); Sr. Edney Narchi, Vice-Presidente Executivo do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar); Marcelo Gomes Sodré, Procurador do Estado de São Paulo; Sra Isabella Henriques, Diretora do Instituto Alana; e o Sr. Aurélio Veiga Rios, Subprocurador-Geral da República, representando o Ministério Pùblico Federal. Ainda estamos aguardando a Drª Maria Edna de Melo, Diretora da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. E o Dr. Edgard Rebouças, Professor da Universidade Federal do Espírito Santo.

La me esquecendo do representante da Universidade Federal do Espírito Santo e o Ricardo Ferraço já me fez uma reprimenda grave, viu, Professor? O senhor me desculpe.

Como o número de convidados é grande e não cabem todos confortavelmente à mesa, vamos fazer um revezamento.

Então, dando início aos trabalhos da reunião da Comissão temporária criada com a finalidade de examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor, no dia de hoje, teremos a oportunidade de abordar o tema “publicidade infantil”.

O tema adquire especial importância à medida que novas questões surgiram desde a sanção do Código de Defesa do Consumidor, em 1990. Naquele momento, a TV a cabo era incipiente, e a Internet, um projeto científico restrito a pouquíssimas universidades.

Ao mesmo tempo, essas duas décadas viram o aparecimento de outros temas a preocupar o País. É, por exemplo, o caso da obesidade infantil, do *bullying*, que vitimam crianças e adolescentes na escola ou nas redes sociais, ou ainda o consumismo desabrido, motivado por um estilo de vida que está muito longe de ser considerado saudável.

São muitos fatos que não foram nem poderiam ter sido previstos pelo legislador em 1990.

Dante disso, cabe a nós, Parlamentares do século XXI, estudar alterações no Código de Defesa do Consumidor, de modo a atualizá-lo para enfrentar, com eficácia, esses novos dilemas que nos assombram.

O dilema que mais me preocupa é a quantidade inacreditavelmente grande de informações a que somos submetidos todos os dias. Se, para nós, adultos, já é um desafio enfrentá-las, imaginem para as crianças e adolescentes que estão a passar por um processo de amadurecimento e de formação de valores.

A propaganda da sociedade de consumo não busca o bem-estar das pessoas, mas, isto sim, vender um produto que trará lucro para uma determinada empresa. A propaganda da sociedade de consumo não tem como preocupação educar as crianças ou prepará-las para se tornarem cidadãos conscientes ao atingirem a idade adulta. Essa propaganda, para fazer uso de uma imagem do escritor George Orwell, “busca para dar uma aparência de solidez ao puro vento”.

Este é o desafio posto aos debates de hoje: encontrar mecanismos que permitam conciliar liberdade com responsabilidade, de modo que a publicidade voltada às crianças tenha determinadas limitações que evitem o abuso, a má-fé e o engano. A criança e o adolescente, repito, estão em período de amadurecimento e de formação de valores. Os exemplos que lhes são dados devem poder lhes trazer crescimento moral e ético, capacidade de reflexão e habilidade para lidar com os desafios que lhes serão trazidos pela vida.

Eu quero registrar que nós tivemos... e quero agradecer mais uma vez à Comissão de Juristas designada pelo Presidente José Sarney, presidida muito bem pelo Ministro Herman Benjamin, que teve a oportunidade de ouvir diversas instituições e entidades envolvendo o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor acerca de três temas que não estavam previstos – como não poderiam estar – quando da aprovação do Código de Defesa do Consumidor há 23 anos: temas como a regulamentação do comércio eletrônico, a proteção ao superendividamento e as ações coletivas, a regulamentação das ações coletivas de interesse dos consumidores.

Aquela Comissão também debateu e concluiu, embora isso não tenha sido transformado num ante-

projeto de lei, pela necessidade de fortalecimento dos PROCONs, ampliando a capacidade resolutiva dos PROCONs em todo o Brasil. E não o fez porque, naquela ocasião, foi informado que já havia um projeto neste sentido encaminhado pelo Ministério da Justiça à Presidência da República, o que efetivamente acabou acontecendo com o envio da proposta ao Congresso Nacional.

Esse é um tema novo. Esse tema proposto pelo Senador Ricardo Ferraço, da maior importância, como tive oportunidade de dizer, é um tema novo, um tema complexo, que merece que esta Comissão aprecie com toda sua profundidade. Caberá à habilidade conhecida do Relator criar as condições para que efetivamente tenhamos condições de apreciá-lo em definitivo no âmbito desta Comissão e do Plenário do Senado. Faço essa ressalva, porque entendo que os outros projetos – tanto a parte de regulamentação do comércio eletrônico como a questão do superendividamento, das ações coletivas e do fortalecimento dos PROCONs – têm um acúmulo de debates iniciados pela Comissão de Juristas designada pelo Presidente Sarney, que ofereceu três projetos de lei. Ou seja, estamos apreciando projetos já apresentados em torno do tema.

Mas, como disse, considero da maior importância que esse debate seja feito para avançarmos no que for possível para construir as condições para regulamentar, atualizar o Código de Defesa do Consumidor também no que diz respeito a essa matéria.

Eram essas observações que gostaria de fazer ao iniciar esta reunião, passando a palavra ao Relator da matéria, o nobre Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Meu caro Senador Rodrigo Rollemberg, senhoras e senhores convidados, acho que a primeira palavra é de desculpas pelo pequeno atraso no início da nossa reunião em razão do trânsito e em razão dos atrasos em nosso aeroporto de Brasília. Por isso, estamos começando um pouco depois do previsto. Programado o início desta reunião para as 10h30, estamos começando agora, às 11 horas.

Este é o quinto ciclo de debates e audiências públicas que nós estamos fazendo. Quero crer que, inclusive, deva ser o último ciclo de audiências públicas, considerando a prerrogativa desta Comissão constituída para avaliar o programa, o projeto que foi instituído pelo Senado Federal através de uma comissão de juristas, que sugere que incorporemos ao nosso Código de Defesa do Consumidor temas que não foram previstos à época, como registrou aqui o nosso Presidente.

Hoje, nós temos o propósito de debatermos “consumo sustentável e publicidade infantil”. E a opinião

das senhoras e dos senhores, a experiência, a visão, o conhecimento, o direito comparado, as informações e os elementos que as senhoras e os senhores estão trazendo hoje serão de vital importância para que possamos concluir o nosso relatório. Eu preciso de mais duas ou três semanas no máximo, Sr. Presidente, para que possamos entregar o relatório relacionado a essas matérias e possamos debater aqui na Comissão e encaminhar este projeto ao plenário do Senado para que, ao fim do mês de maio – portanto, ainda antes do recesso parlamentar do primeiro semestre – possamos ter este assunto deliberado, debatido e votado pelo Senado Federal.

Então, sem mais delongas, para recuperar o tempo perdido, vou devolver a palavra a V. Ex^a para que possamos ouvir os convidados.

Agradeço a todos pelo esforço de estarem aqui conosco, por terem se deslocado para oferecerem esta contribuição ao Senado Federal, visando à incorporação de temas que, à época em que o Código foi constituído, não eram temas ainda de relevância para o dia a dia do sistema de consumo em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferreira. Mais uma vez, agradeço a presença de todos os nossos convidados, que nos honram com a presença nesta reunião.

Vamos passar a palavra ao Dr. Alexandre Kruel Jobim, Vice-Presidente Jurídico e de Relações Governamentais da Rede Brasil Sul (RBS) e representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Sr. Presidente, Sr. Relator, Ex^{mos} Srs. Parlamentares, colegas de mesa, de bancada – que, na verdade, é uma extensão da mesa – e todos os presentes, funcionários e partícipes desta audiência pública.

Em primeiro lugar, aqui representando a Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), é sempre uma honra e, na verdade, um dever estar aqui no Parlamento colaborando com esse tema, colaborando com todos os temas de natureza legislativa com que poderemos colaborar, obviamente. Este tema é de suma importância.

E, para não delongar muito, deixo muito claro em nome do rádio e da televisão. Dizem que a televisão não se importa com a criança, que explora a criança ou coisa do gênero. Isso não é verdade. Todos os projetos que tramitam nesta Casa são absolutamente meritórios, todos que visam à proteção da criança e do adolescente são absolutamente meritórios. Não há de se questionar primeiro a legitimidade de discussão do

tema, muito menos, quiçá, a legitimidade desta Casa, do Congresso Nacional, que, no que diz respeito à legitimidade legislativa, é quem tem prerrogativa de legislar sobre publicidade. Ou seja, em alguns Estados... O Procurador do Estado de São Paulo está do meu lado, recentemente legislou sobre a matéria de consumo, matéria específica sobre publicidade, e, obviamente, o Governador de Estado vetou essa matéria por não ter a competência constitucional estabelecida para legislar sobre esse tema.

Mas, então, dois pontos iniciais. Ou seja, primeiro é a inquestionável a necessidade de proteção àquele hipossuficiente, sob o aspecto intelectual, ou seja, a necessidade de proteção à criança. Seja para proteção e dar mecanismos ao pátrio poder para que exerça essa atividade, seja a colaboração/dever do Estado de cumprir esse mister. Quero deixar muito clara esta equação: não é o Estado que tem que substituir o pai, a mãe ou o curador dessa criança ou adolescente. O Estado tem que dar mecanismos para que os pais possam, na sua educação, na sua definição, na sua opinião de educação, na sua opção de como educar seu filho dar essas condições e, obviamente, ter mecanismos de regular isso, de sobrepesar isso. Não quero dizer, contudo, que é algo da mais completa não intervenção do Estado. O Estado pode, sim, intervir, mas dentro do razoável, dentro dos aspectos principiológicos. Isso eu queria deixar muito claro.

Na publicidade, como um todo, obviamente, há produtos lícitos e que têm necessidade de serem anunciados. E há um outro binômio: o direito de informar e o direito de ser informado. Se quisermos simplesmente banir a publicidade infantil dos meios de comunicação social – depois vou falar um pouco da televisão paga na visão desses meios de comunicação social, que são a televisão e o rádio –, nós estamos fazendo um desserviço, estamos querendo banir a criança, o menor de 12 anos, inclusive o adolescente de 12 a 18 anos, de ter a informação sobre determinados produtos. Ou seja, qual a razão de o Estado simplesmente banir essa geração cada vez mais bem informada, cada vez mais bem conectada com o mundo? Ou seja, nós assistimos de vez em quando à publicidade em que as crianças cada vez mais estão exercendo a sua evolução intelectual em separar aquilo que é certo daquilo que é errado com base na informação: "Isso eu gostaria de ter". Por que vamos banir a criança de ter esse direito ao livre arbítrio ou vamos excluir a criança do aspecto da cidadania, embora a cidadania *stricto sensu* da Constituição Federal seria tão somente aquele apto a votar, ou seja, acima dos 16 anos? Nós vamos excluí-lo de fazer essa opção? Não é a opção de consumo, mas de ter a informação.

Então, nós temos esse binômio: direito de informar, ou seja, produtos lícitos – e, obviamente, isso tem que ser e certa forma regulado – daquilo que não é efetivamente lícito, que não é aconselhável. E os meios de comunicação, a televisão aberta, por exemplo, que acho que é o foco maior, porque a publicidade infantil no rádio a criança dificilmente vai ter essa percepção, ela deixa muito bem esclarecido o modelo de negócio na televisão aberta no Brasil. É o modelo que faz chegar programação, entretenimento, jornalismo, esporte e, cada vez menos, mas ainda faz chegar programas específicos ao público infantil. E ela tem um sustentáculo da receita do modelo de negócio dela. Ela faz chegar essas mensagens de forma gratuita ao consumidor, ou seja, ele não paga para isso. Alguém tem que pagar essa conta, isso é o modelo de negócio estabelecido no mundo.

Então, ou seja, a publicidade é a única fonte de receita da televisão aberta, a publicidade é que institui, que dá o sustentáculo dos programas televisivos de toda ordem, ou seja, programas de jornalismo, programas de televisão, o esporte de que tanto gostamos. Absolutamente toda a viabilização desse conteúdo, que é proclamado como um dos melhores do mundo, inclusive em termos de qualidade, por isso que não tivemos no Brasil uma penetração tão grande, no máximo na ordem de 10% da televisão fechada, por causa justamente da qualidade do programa televisivo brasileiro.

Então, nós vamos querer cercear isso? Vamos querer tirar isso desse modelo de negócio? Esse é um ponto importante a ser questionado porque a diminuição e o banimento completo da publicidade... não estou dizendo que não tem que ser ajustada, regulada, como entendo, e já adiantando meu posicionamento, que já o é pelo próprio Código de Defesa do Consumidor atual, porque dá direcionamentos e princípios que acho que são deveres desta Casa neste binômio também de dever do Estado de dar as condições *versus* dever da família, obrigação de prestar, exercer o seu pátio poder com liberdade de escolha. Então, temos vários pontos a serem colocados que merecem destaque.

Sobre a questão legislativa, nós temos uma... Aqui deixo muito claro, Srs. Senadores, senhores aqui presentes, que sempre quando fazemos uma comparação: "Ah, o Brasil é o país mais atrasado do mundo na regulação da publicidade infantil. A Suécia e a Dinamarca não permitem nenhum tipo de publicidade." Lembrem-se de que a Suécia, a Dinamarca e outros países – nesses comparatórios completamente dissociados que querem fazer – foram estatais durante muitos e muitos anos, por mais de três décadas, salvo me engano. Ou seja, a fonte que trouxe a viabilização de programas dos mais diversos gêneros não foi a

publicidade, foi o Estado pagando. Hoje, o Estado é um dos anunciantes e há cada vez menos anunciantes, considerando as diversas mídias hoje existentes.

Então – desculpem-me a palavra forte –, mas é uma falácia simplesmente comparar que nós queremos chegar à Suécia ou à Noruega em aspecto de regulação. São modelos completamente diferentes. A radiodifusão privada nasceu na América, nos Estados Unidos da América, na América Central, na América Latina como um todo, e é completamente diferente do sistema estatal criado na Europa, no Velho Mundo, onde floresceu mais cedo. É óbvio que floresceu mais cedo o Estado fazendo e dando a escolha, o Estado que definia: "Vocês, senhores expectadores, vão exatamente a isso que o Estado quer." Graças a Deus não é o nosso movimento, não é a nossa origem.

A nossa origem é privada, de liberdade de escolha. Exatamente por isso, temos vários aspectos. No Brasil temos a Constituição Federal. Gosto de utilizar esse binômio, esses confrontos, porque temos que resolver pelo princípio de natureza constitucional, que é o princípio da razoabilidade. Ou seja, se de um lado temos o direito de anunciar – isso que eu acabei de falar, da liberdade de informar e de ser informado, que nós podemos rotular ou não como liberdade de expressão comercial, pouco importa – *versus* uma proteção da criança que também é estabelecida na Constituição. São dois aspectos de natureza constitucional que têm que ser resolvidos pelo princípio da proporcionalidade e da razoabilidade, em que não se resolve, caro Presidente, caro Relator, por uma norma estrita e específica para regular isso. O princípio da proporcionalidade e da razoabilidade, para aqueles que têm formação jurídica, resolve-se caso a caso, já verificado o ponto do dolo, da eventual conduta, isso é possível, nós podemos comentar.

Então, na Constituição Federal, temos o art. 227, que fala que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança a dignidade e o respeito, colocar a salvo de toda forma de negligência, etc. O art. 220, por outra vez, estabelece justamente que o pensamento, a criação, a expressão e a informação não sofrerão qualquer restrição. E aí, nos remete a tantos outros dispositivos. Na legislação infraconstitucional, aqui o próprio Código de Defesa do Consumidor, onde está esta Comissão Especial e Temporária para discutir suas modificações, é muito claro no §2º, art. 37 em estabelecer que: "É abusiva, dentre outras, a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança." Aqui o legislador de 1990, há alguns anos,

estabeleceu um princípio, que serviu de norte para um avanço da atuação do Ministério Público.

Gostaria aqui de saudar o nosso Subprocurador-Geral da República Aurélio Rios, que tem atuado de forma bastante ativa na defesa do cidadão nesse mister, tem orientado o Conar – aqui representado pelo Dr. Edney, seu Vice-Presidente Executivo, que tem orientado nessa autorregulamentação – e está convergindo. Se compararmos de 1990 a 2013, o grande avanço que houve na autorrestrição publicitária. Ou seja, em cumprimento justamente ao §2º, não abusar, não se aproveitar da deficiência de julgamento... Não vou entrar no aspecto da desregulamentação, porque, provavelmente, o representante do Conar vai aqui falar sobre isso.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, traz justamente, dentre os direitos de liberdade e respeito à dignidade da criança e do adolescente, a opinião e a expressão, no seu art. 16 e incisos: "participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; [...] participar da vida política, na forma da lei". Veja que o Estatuto da Criança e do Adolescente dá o direito ao cidadão criança/adolescente de participar da vida política e da vida comunitária. Vamos, então, banir a publicidade para que elas não sejam informadas dos produtos colocados à disposição? Vamos banir a imagem das crianças em comerciais, que estão no cerne do seio familiar, ou seja, amanhã nossos filhos vão perguntar: "Por que não aparece criança na televisão?" Essa é uma pergunta que, se nós restringirmos, amanhã vamos receber dos nossos filhos. "Por que a televisão é só coisa para adulto? Não aparece criança, não aparece família, não aparece brincadeira? Não há mais programa infantil?"

Não há sequer uma publicidade. Antigamente nós sabíamos quais eram os eventuais brinquedos novos ou coisa parecida. Isso não é um direito? Isso é um direito tutelado no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, com respaldo na Constituição Federal, completamente convergente com o quê? Com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com o Código de Defesa do Consumidor.

Não no aspecto de publicidade, há outra disposição, por dispositivo de lei federal e da Constituição Federal: a própria indicação classificativa, que funciona. As televisões estabelecem e mostram as faixas etárias e os horários a que a programação é recomendável. Ou seja, há uma convergência inquestionável da proteção à criança e da utilização efetiva, digamos, por todos os partícipes da sociedade: o Estado; o Ministério Público, de forma geral; o Legislativo, que cumpre muito bem o seu papel; o Conar; as empresas de televisão; os anunciantes; as agências.

É óbvio que existem eventualmente abusos que precisam ser coibidos, mas já existe – este é o ponto que eu queria deixar e confirmar – essa convergência legislativa apta ao cumprimento. Se não se cumpre, talvez seja por causa de ineficácia dos mecanismos, que, efetivamente, se analisarmos de 1990 para cá, têm progredido e muito.

No Direito Comparado, só para fazer uma pinçada rápida, existem vários e vários aspectos dos quais já há, digamos, a contemplação por esse norte principiológico. Ou seja, em 1999, a diretiva da comunidade europeia já estabeleceu que não se deve incitar diretamente menores, explorando a sua inexperiência ou credulidade, à compra de determinado produto.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE KRUEL JOBIM – Terminarei, Presidente, em dois minutos.

É exatamente o ponto que eu acabei de citar do Código de Defesa do Consumidor.

Por exemplo, Portugal reprimiu a diretiva e protegeu contra a pornografia. A Espanha, além desse ponto, determinou que, em relação à publicidade de brinquedos, não pode haver erros sobre suas características nem indução quanto à sua utilização. Esse é o norte maior do Código de Defesa do Consumidor também aplicável à criança. Suécia, Noruega e Dinamarca já comentamos que não dá para comparar pela diferença de modelo. Na Inglaterra, há proteção específica para que haja uma recomendação aos menores de não conversarem com estranhos nem irem a locais não conhecidos. E por aí vai: Irlanda, Bélgica. E existem algumas questões mais restritas, como essas que eu comentei.

Então, não há dúvida nenhuma... Sem falar nos Estados Unidos, que são mais liberais, mas, se eu começar a me basear nos liberais, vão dizer: "Você condena os mais radicais e quer se basear nos liberais."

A mensagem que eu gostaria de deixar, Sr. Presidente, Sr. Relator, senhoras e senhores, é que a televisão aberta tem feito o possível e tem, cada vez menos, colocado crianças participando ativamente, cada vez mais, da própria autorregulamentação, que cremos funcionar.

Entendemos, em primeiro lugar, que a Constituição Federal deu diretrizes que estão sendo muito bem cumpridas pelo atual Código de Defesa do Consumidor e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Um eventual detalhamento a maior do Código de Defesa do Consumidor, que é objeto justamente desta discussão, objeto de estudo da relatoria do Senador Ricardo Ferraço, pode ser e é muito bem-vindo, desde que não haja engessamento nem intenção de banimento, ou seja, um banimento da publicidade dirigida

às crianças. Pode haver um detalhamento do que seja abuso, embora eu creia piamente que os princípios estabelecidos na Constituição e no Estatuto já estão muito bem configurados.

Eu acho que falta um pouco de atuação da própria sociedade. Quem participa do Conar na autorregulamentação sabe que funciona. São feitas denúncias por parte do cidadão diretamente ao Conar, que, de ofício, automaticamente, lança às suas câmaras de julgamento, e, num colegiado, isso é efetivamente decidido. São bastante rigorosos, e os anunciantes, os meios de comunicação efetivamente obedecem. Pode haver algum avanço? Poderá, mas longe de ser qualquer tipo de banimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Alexandre Jobim, Vice-Presidente Jurídico e de Relações Governamentais da RBS, aqui representando a Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão).

Antes de passar a palavra para o próximo orador, permita-me fazer uma observação, Senador Ricardo Ferraço.

A sabedoria popular diz que “beija-flor é mensageiro de boa sorte”. Nós estamos aqui assistindo a um espetáculo, porque, toda hora, naquela janela lateral, vem um grupo desses exemplares como se estivessem aqui desejando sorte para a atualização do nosso Código de Defesa do Consumidor. Essa é uma característica de Brasília, cidade-parque.

Vamos aqui ouvir o Sr. Edney Narchi, Vice-Presidente Executivo do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar).

O SR. EDNEY GHERSEL NARCHI – Muito obrigado.

Presidente Rodrigo Rollemberg, Relator Ricardo Ferraço, Senadores, amigos aqui da Mesa, demais participantes desta audiência pública, é com muito prazer e, por que não dizer, com muita honra que o Conar, mais uma vez, é convidado a participar de trabalhos para auxiliar o Poder Legislativo brasileiro na evolução do seu entendimento a respeito de matérias com as quais o Conar milita diariamente.

Hoje, esta Comissão de Modernização do Código de Defesa do Consumidor pretende discutir dois importantes assuntos, duas importantes matérias: publicidade infantil e consumo sustentável.

Eu, de início, Presidente, peço à assessoria que já comece a projetar, por gentileza, as nossas normas, porque, em 15 minutos, será impossível tratar tanto de crianças e jovens quanto de consumo sustentável, mas esclareço, no princípio da nossa exposição, que tanto publicidade infantil quanto sustentabilidade são

matérias previstas na autorregulamentação publicitária, estão incorporadas ao Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária e, portanto, sujeitas a uma avaliação pelo conselho de ética da instituição, que recebe reclamações, queixas, representações por parte da população, sociedade civil, por parte de concorrentes, por parte de autoridades e submete-as à monitoria da própria instituição.

Preparando-me para este evento, Sr. Presidente, eu colhi o material distribuído pela Comissão Temporária, em meio ao qual encontrei disposições do Senador José Sarney e do Ministro Herman Benjamin. Em uma leve edição das palavras de ambos, pude produzir um texto que pode ser o início da nossa exposição.

O Código de Defesa do Consumidor é um documento *sui generis*. Constitui um microssistema de normas, que contém uma estrutura principiológica, que dotou o País de uma das mais importantes leis do século XX, elevando-se à categoria de verdadeiro estatuto ético-político, cumprindo o papel a que se destinava de aprimorar as relações de consumo no País.

Dentre os princípios que abraçou, destacam-se os da transparéncia naquelas relações, da informação do fornecedor para o consumidor e da boa-fé entre os envolvidos.

É tão importante que, sempre, nos mais de 20 anos de sua existência, buscou-se preservar sua estabilidade legislativa, o que foi e tem sido fundamental para a manutenção da ordem e segurança jurídicas no assunto.

Essa preocupação foi determinante para que, ao longo de duas décadas, muito raras tenham sido as necessidades de pequenos ajustes em seu texto, sempre orientados no sentido de manter intocados os seus princípios.

Esse conjunto estratégico de normas, por certo, não pode admitir, como já foi dito, a criação de guetos normativos divorciados e até antagônicos ao espírito e letra do Código de Defesa do Consumidor, que, desde o início, buscaram uma intervenção mínima na ordem econômica e estimularam a desjudicialização de conflitos.

Falando em desjudicialização de conflitos, fui remetido também a um texto do então Procurador de Justiça, Antonio Herman Benjamin, que se encontra no livro do qual é um dos redatores, *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor – Comentado pelos Autores do Anteprojeto*, que assim comenta a convivência no Brasil entre controle legal da publicidade e controle privado:

Da composição entre os dois sistemas solitários [controle estatal ou controle privado], surge um terceiro, misto, que faz da convivência e da competição nor-

mativa e implementadora sua principal característica. Despiciendo dizer que esse é o modelo ideal.

Trata-se de modalidade que aceita e incentiva ambas as formas de controle, aquele executado pelo Estado e outro a cargo dos partícipes publicitários.

Abre-se, a um só tempo, espaço para os organismos autorregulamentares (como o Conar e o Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária), no Brasil e para o Estado (seja a Administração Pública, seja o Judiciário).

Foi essa a opção do Código de Defesa do Consumidor.

É importante, Srs. Senadores, lembrar-se dessas considerações, porque o que se discute pontualmente é a eventual e indesejada possibilidade da proibição da publicidade infantil.

O Código de Defesa do Consumidor, ao eleger as patologias publicitárias, definiu-as no art. 37, proibindo-as: "Art. 37: É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva."

No §1º, define a patologia da enganosidade e, no §2º, define a patologia da abusividade.

Quanto à patologia da abusividade, estabelece o § 2º:

§2º. É abusiva, dentre outras, a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

Vale dizer que o Código de Defesa do Consumidor, desde 1990, prevê a patologia de um anúncio abusar da deficiência e inexperiência de uma criança, condenando o autor dessa proeza maléfica a penas até privativas de liberdade. Então, não é dizer que não haja proteção a crianças, muito longe disso, pela simples leitura do texto do Código. Tanto a criança está protegida, como o consumo sustentável estava previsto a respeito de abusividade no Código de Defesa do Consumidor. Mas, como já ouvimos nesta manhã, cada vez menos, apesar disso tudo, existe publicidade dirigida a público infantil.

O próprio Conar, recentemente, ainda neste ano de 2013, introduziu mais uma restrição acordada entre os partícipes da autorregulamentação, que são agências de publicidade, veículos de comunicação e empresas anunciantes, aceitando que, a partir de 1º de março de 2013, não mais haveria a exposição às crianças da técnica do *merchandising*. *Merchandising* de produtos infantis passou a ser restrin-gido pela au-

torregulamentação publicitária, num quadro em que, como o Dr. Alexandre Jobim informou, já não é grande, é pequena a produção, a criação e a veiculação de mensagens publicitárias dirigidas a crianças.

Podemos passar, por gentileza.

Eu vou deixar com a Mesa um trabalho produzido no ano passado pelo Conar a respeito das normas éticas e da ação do Conar na publicidade de produtos e serviços a elas destinados, porque cidadãos responsáveis e consumidores conscientes dependem de informação; e outro, quando incorporamos normas éticas para a publicidade com apelos de sustentabilidade, exigindo veracidade, exatidão, pertinência e relevância em materiais publicitários veiculados no País.

Em relação ao primeiro assunto, Sr. Presidente, em se tratando de propaganda de produtos infantis, tomamos conhecimento, por esse trabalho que está disponível também no *site* do Conar – www.conar.org.br –, de todas as publicidades que foram objeto a partir do ano de 2006, desde 1º de setembro, quando entrou em vigor uma nova leitura, uma releitura das normas éticas da publicidade infantil, até 31 de maio do ano passado, data do fechamento da produção deste material. Centenas de empresas e de anúncios foram objeto de atenção, foram objeto de exame pelo Conar da sua postura ética.

Esse trabalho continuou no ano de 2012, de junho de 2012 até o ano passado, mais 29 processos foram examinados; e, neste ano, até 30 de abril, hoje, mais 19 processos foram instaurados para a sua verificação.

O que eu quero dizer com isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, é que a autorregulamentação publicitária é uma prestação de serviços da comunidade, que explora, que se beneficia e que cria a publicidade brasileira, indutora das atividades econômicas. É um serviço ao qual todos estão ligados, com o qual todos estão comprometidos e do qual a sociedade brasileira tem-se beneficiado ao longo desses últimos anos, desses últimos 30 anos – 33 anos, para sermos exatos.

Deixo, então, nas mãos do Presidente e do Relator, esses dois trabalhos, colocando-me à disposição para eventuais debates, perguntas ou questionamentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rolleberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é que agradecemos, Dr. Edney Narchi, Vice-Presidente Executivo do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), pela contribuição relevante que traz a este debate.

Solicito lugar à mesa para ouvirmos o Sr. Aurélio Veiga Rios, Subprocurador-Geral da República.

O SR. AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar toda a Mesa – Alexandre, Marcelo, Edney, nosso Senador Ferraço, Isabella, Maria Edna, Edgard –, todos e todas que estão aqui e, obviamente, o faço na presença do único, neste Senado, que eu posso dizer que é meu Senador, porque sou eleitor no Distrito Federal e, da Bancada do Distrito Federal, foi o único em quem votei. Logo, este é, no sentido lato, o meu Senador: Rodrigo Rollemberg.

Espero que seus colegas de bancada não fiquem enciumados.

Enfim, é um prazer estar aqui conversando com todos que têm uma grande experiência nisso, como o meu querido Marcelo Sodré, que trabalha há anos no Idec, onde fez um trabalho genial nessa área; como a Isabella, do Instituto Alana, por quem tenho um grande respeito por trabalhar a questão das crianças e dos adolescentes; como o Alexandre Jobim, com quem, apesar do pouco tempo, tenho tido uma conversa excelente, juntamente com o Edney.

Essa é uma questão que a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que eu represento, tem se debruçado há algum tempo se perguntando o que fazer em relação a isso. Para nós, é muito claro que há duas posições distintas dentro desse debate e que, durante muito tempo, essas posições se tornaram ou se concretizaram no sentido de apontar uma imensa divergência entre elas. A posição que não admite nenhum tipo de publicidade em relação à criança e aquela que desejaria, como foi dito aqui, uma presença mínima do Estado nisso; embora reconheça a necessidade da proteção, não deseja que o Estado interfira nem que haja uma regulamentação excessiva sobre a matéria.

Duas coisas que me chamam a atenção no debate: primeiro, essa questão de quem protege as crianças, se a família ou o Estado. Eu acho que os dois; acho que estamos falando aqui, Senador Ferraço, de uma responsabilidade compartilhada. Eu acho que nem é só a família, nem pode ser só o Estado. Então, o debate já tem que começar com um acordo até sobre o nosso léxico.

Eu acho importantíssimo que a família proteja as crianças, sobretudo as mães. Nós todos somos filhos de mães e estamos neste Planeta vivos porque as nossas mães cuidaram de nós, especialmente elas. Não digo que alguns pais, como eu ou o meu querido Senador Rodrigo, que conheço de muito tempo, não sejamos capazes de cuidar. Mas especialmente sobre as mães, no Planeta, recai a grande responsabilidade da criação e proteção das crianças.

Então, esse dever é um dever que tem de ser compartilhado; essa é uma responsabilidade que cabe a ambos. Mas em que medida? É o ponto que estamos

discutindo aqui. Em que medida o Estado deve intervir para a proteção da criança?

Nós temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, em que isso é apontado de forma muito clara. E, também, não podemos negar, meu prezado Senador Rodrigo Rollemberg, que o ECA esteja sob uma enorme pressão do próprio Congresso Nacional, inclusive num debate, sempre cíclico nesta Casa, sobre a menoridade penal e sobre as medidas de segurança a serem aplicadas aos menores em conflito com a lei.

Não é só aqui que acontece esse debate; no mundo inteiro. Cheguei agora de Lima, onde participei de um encontro da Federação Iberoamericana de Ombudsman, e, também lá, todas as vezes que um adolescente ou um menor comete um ato infracional gravíssimo, especialmente contra alguém da classe média, sempre se volta ao mesmo tema: precisamos diminuir a maioridade penal e aumentarmos a carga punitiva do Estado.

Há uma coisa no debate que não me agrada, de lado a lado: primeiro, uma postura de infantilizar demasiadamente a criança como se ela não tivesse espírito crítico nenhum, em que ela precisasse de total proteção como se ela também não fosse capaz de buscar, por meio das suas próprias experiências, sensações e, obviamente, na sua própria comunidade, para o bem e para o mal, as suas próprias conclusões, as suas próprias posturas de vida.

De outra parte, também acho que deixar demasiadamente para os meios de comunicação é um risco que nenhum país pode deixar sem algum tipo de controle. O controle do abuso do que seja nocivo também é alguma coisa extremamente genérica e da qual dificilmente haverá consenso, não só nesta Mesa como dentro da própria sociedade. Aliás, cada vez mais, temos menos consensos, seja em relação à intervenção da religião dentro da própria política e da própria família – e esse é um ponto também importante do debate –, seja em relação a como vamos estabelecer melhor esses limites: o que pode, o que não pode, o que é nocivo, o que não é. Isso depende também de uma certa carga moral ou de uma reflexão que podemos ter ou não.

Eu gostaria de registrar um fato auspicioso: o Conar, naquilo que foi apresentado aqui, avançou muito. Eu não acho que foi um avanço pequeno; eu não acho que isso tenha que ser diminuído no curso do debate; eu acho que conseguimos estabelecer um canal de conversação, pelo menos entre nós, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, e o Conar. Inclusive, gostaríamos imensamente que a Alana e outras organizações também participassem desse esforço de diálogo. E também acho que é necessário, sim, que

haja uma lei, uma lei específica. É importante que alguns desses conceitos sejam mais bem detalhados; daí a importância de pensarmos nisso.

Eu ouvi, com muita alegria, o Dr. Alexandre Jobim falar – e falar bem – da classificação indicativa. A classificação indicativa, no Brasil, hoje, está correndo um fortíssimo risco. Nós temos uma Adin, de nº 2.404, proposta pelo Partido Trabalhista Brasileiro, discutindo, meu prezado Marcelo, aquele dispositivo do ECA que tratava da penalidade imposta às empresas pelo não cumprimento da classificação indicativa. O processo já conta com cinco votos favoráveis à constitucionalidade do dispositivo. Há um pedido de vista do Ministro Joaquim Barbosa. Eu tive a oportunidade, já digo a vocês, de estar com o Dr. Frank La Rue, relator especial da ONU sobre liberdade de expressão, quando dissemos, com enorme perplexidade, que, se o Supremo mantiver essa tendência, sofreremos um retrocesso tremendo, pois a classificação indicativa, concordando inteiramente com o Dr. Jobim, é um sinal de civilidade.

Nós admitimos que qualquer conteúdo possa ser exposto na televisão, inclusive os conteúdos pornográficos, mas não às 10 horas da manhã, não às 4 horas da tarde. E, no Brasil, todos sabemos, exibem-se os piores programas. Isso não é, em si, uma dificuldade. A questão é que a classificação indicativa serve para a proteção da criança e da família e ela é absolutamente essencial como sistema de controle.

Por isso é que tem de haver um esforço – e gostaria muito de contar com o Conar e a Abert – para outra definição disso ou de um outro convencimento daqueles Ministros do Supremo que já avançaram o seu voto sobre a constitucionalidade, já que, por trás da questão da penalidade, há a questão de fundo, que é acabar com a classificação indicativa, e, aí sim, acho que voltamos à barbárie da publicidade ampla, geral e irrestrita e, principalmente, dos conteúdos.

O que eu acho importante também estabelecermos no debate? Além da eficiência do Conar, que nós reconhecemos, na autorregulamentação e também na efetividade das suas penalidades – lembro para quem tem uma ideia de que o Estado ou as agências reguladoras possam fazer isso –, eu, com tantos anos que estive à frente da coordenação da Câmara de Defesa do Consumidor e Direito Econômico, posso dizer a vocês, especialmente em relação à Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), que é absolutamente vergonhoso o papel dela na fiscalização do setor, especialmente na implementação das penalidades aplicadas.

Então, acreditar que criar uma agência estatal específica pudesse gerar bons resultados, eu digo que é não conhecer a nossa própria realidade. Eu não

conheço um instituto ou uma organização de defesa do consumidor que não tenha críticas severas à falta de implementação, à falta de cuidado e à falta de interesse público de grande parte das nossas agências reguladoras.

Não farei aqui – nem tenho tempo – o exercício doloroso de relembrar, mas imagino que cada um de vocês tenha um bom exemplo quando precisa de um plano de saúde, quando precisa discutir a questão do telefone, quando uma parte do serviço não funciona ou quando os preços cobrados são embutidos sem um determinado detalhamento; enfim, aquilo que faz parte do nosso dia a dia e aquela coisa genial que nos demanda um esforço de Buda, que é usar o *call center* ou tentar, de algum modo, fazer com que as nossas reclamações cheguem aos ouvidos de quem tem o poder de decidir sobre elas.

Mas voltando ao nosso tema: publicidade infantil. É bom para a indústria? Óbvio, senão, a indústria não estaria aqui defendendo as suas ideias. Ganha-se dinheiro com isso? Evidente que sim. Isso, em si, não é o problema. Ganha-se dinheiro com tudo neste País, inclusive com o combate ao tráfico de drogas. Não só drogas, mas o que se gasta, hoje, com o combate ao tráfico de drogas é quase tão grande quanto o que se gasta com elas em si. Então, que há custos generalizados neste País sabemos todos.

O que vamos fazer? Eu acho – é a minha opinião – que o debate funcionaria ou deve funcionar do seguinte modo: deveríamos frisar a regulamentação, Senador Ferraço, no abuso. A ideia da proibição, da vedação ampla, geral e irrestrita não me parece ser sensata; não me parece também que leve em conta a inteligência ou a capacidade das próprias crianças de pensarem por si mesmas. Estaríamos estabelecendo também uma forma extremamente restritiva – e dou sempre um exemplo clássico – em que não vejo nenhum grande problema que a indústria de chocolate, na época da Páscoa, queira vender o seu produto. Afinal, é da nossa tradição oferecer ovos de páscoa para as crianças nesse período. E a indústria de chocolate não é monolítica; existem várias indústrias que produzem isso e querem ter esse acesso. Eu não vejo, em si, o que ganharíamos com a restrição disso. A indústria perde dinheiro com isso? Perde, porque ela quer mostrar o que sabe fazer de melhor, mostrar a importância de que aquele ovo de chocolate seja exatamente aquele da determinada indústria.

O que eu acho que precisamos fazer, sim, reconhecendo os esforços de lado a lado, é avançarmos no nosso projeto de lei; avançarmos na ideia de que é preciso encontrar um ponto de equilíbrio nesse debate. É preciso entender que o Estado tem, sim, uma parte

importante nisso. É importante, para além do Código de Defesa do Consumidor, com todos os avanços que tem – e não vou falar dessa nova reforma ou da nova comissão onde isso está sendo rediscutido, porque isso levaria a outras conversas e a outras sensações que não vou repetir aqui –, que tivéssemos uma lei. Seria bom que pudéssemos frisar na questão do abuso; explicitar melhor de que modo isso não poderia ser feito, de que modo a gente pode também democratizar a participação da sociedade civil dentro desse processo de controle. E, nisso, penso que tanto o Instituto Alana como as outras organizações têm absoluta razão em propor isso.

Enfim, eu acho que a enorme radicalidade com que esse debate vem sendo travado já há longo tempo tem gerado uma coisa absolutamente nociva para o País: a paralisia do projeto de lei na Câmara e o fato de não sermos capazes de dar alguma resposta, do ponto de vista legislativo, a essas demandas.

Então, defendendo o papel que o Congresso tem, como órgão de escuta da sociedade, de buscar os limites disso, temos de definir até onde vai a carga regulatória e até onde vai também o respeito e a consideração do papel da família. Isso caberá, obviamente, ao Congresso Nacional definir; porém, eu penso que, hoje, estamos maduros para avançar, a passos largos, no sentido de uma definição ou de um acerto sobre isso.

Até me agradaria a possibilidade de que a gente imaginasse uma publicidade infantil estabelecendo o peso regulatório, onde estaria o abuso e onde estaria a nocividade disso, desde que também fizéssemos um acordo e uma concertação em relação a salvar a classificação indicativa. Eu adoraria um acordo que começasse por aí. A gente imaginar que vamos, então, estabelecer que o Estado também tem alguma importância e alguma capacidade de dar respostas a isso.

Então, eu acredito no Estado, não com a voracidade nem de forma ideológica como capaz de resolver tudo; acredito também que a família e as crianças merecem respeito e devem sempre ser respeitadas pelo que pensam e pela sua capacidade de pensar para além do que recebem.

Assim, se focarmos no abuso e na nocividade, penso que, talvez, pudéssemos avançar mais e melhor no debate.

Agradeço a paciência de todos, em especial a atenção dos meus colegas de Mesa, ressaltando o enorme respeito que tenho pela posição com que se colocam nesse debate.

Agradeço, mais uma vez, ao Senado da República, na pessoa do meu Senador Rodrigo Rollemberg, a oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, amigo Aurélio Veiga Rios, Subprocurador-Geral da República, pela contribuição importante que traz a este debate.

Vamos ouvir, agora, a Drª Isabella Henriques, Diretora do Instituto Alana.

A SRª ISABELLA HENRIQUES – Muito bom dia a todos! Cumprimento a mesa, na pessoa do Presidente.

É uma honra poder participar, nesta Casa, dessa audiência pública que debate um tema tão caro à nossa sociedade.

Cumprimento o Senador Ricardo Ferraço pela inclusão do tema nessa discussão das alterações do Código de Defesa do Consumidor – o tema da publicidade infantil. É um tema sobre o qual temos debatido bastante nesses últimos anos, principalmente no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados.

Como o tempo é curto e o tema muito amplo, complexo, eu trouxe um filme que eu gostaria de exibir para todos os presentes. É um filme curto, com apenas dez minutos de duração. Ele faz um apanhado geral de todas as questões que estão sendo discutidas neste debate, com a apresentação das opiniões dos maiores especialistas do País, tanto na área do direito, como na área da comunicação e na área da saúde, sobre esse assunto, lembrando sempre a razão de todos nós estarmos aqui, que é justamente a proteção e a garantia dos direitos da criança.

Então, eu peço, por favor, que o filme seja iniciado. Trata-se de uma versão reduzida do documentário “Criança – a alma do negócio”, dirigido por Estela Renner e produzido pela Maria Farinha Produções.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª ISABELLA HENRIQUES – Todos os senhores receberam uma cópia da versão integral do filme. Nós as deixamos nas mesas, mas, para o público que não recebeu e que tiver interesse, pode falar com a gente.

O filme tem 50 minutos e trata do tema de forma bastante detalhada. Tenho certeza de que, com esses dez minutos, foi possível para todos nós verificar a relevância dessa discussão, hoje, na sociedade. Estamos falando de um problema que atinge todas as crianças do País, independentemente de classe socioeconômica. Não é uma questão atinente especificamente àqueles que têm condições de consumir produtos e serviços, mas diz respeito a todas as crianças que têm acesso aos veículos de comunicação e que recebem esses apelos, esses imperativos de consumo, que acabam criando desejos e vontades em todas as crianças do País.

Eu não vou conseguir fazer a apresentação inteira por conta do tempo, mas vou tentar aqui falar bastan-

te rápido. O instituto Alana, para quem não conhece, e todas as nossas informações institucionais estão no *site*, mas acho muito importante ressaltar aqui é que é uma instituição, uma organização sem fins lucrativos. Somos financiados por doações de pessoas físicas. Não temos nenhum interesse além da defesa e proteção das crianças nessa discussão. Isso é importante mencionar.

A missão da instituição, em todos os seus projetos, em suas ações, é honrar a criança, entendendo por criança a pessoa de até doze anos de idade. A nossa atuação, hoje, é dirigida a quatro áreas, em projetos distintos e atuações distintas. Na área de defesa, encontra-se o projeto Criança e Consumo, onde está colocado o debate da regulação da publicidade infantil e também do combate ao consumismo na infância.

Lembro que, hoje, o Instituto Alana se faz representar tanto no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) quanto no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Vou passar essa lâmina.

É importante falar por que estamos discutindo esse tema, por que a discussão em relação à publicidade. Nós consideramos que todos esses são consequências da publicidade infantil. Obviamente, são todos problemas multifatoriais, com diversos fatores na sua origem, mas, sem dúvida nenhuma, a publicidade é um fator importante, preponderante, no aparecimento de vários deles.

O próprio mercado já entende isso de alguma forma. Para comprovar isso, temos os famosos compromissos corporativos da indústria de alimentos, no sentido de que se compromete a fazer restrições, nas suas mensagens publicitárias, ao público infantil, os chamados *spreads*. Ainda que eles não tenham lá uma efetividade na prática, o simples fato de eles existirem mostra que a indústria já entendeu que a publicidade é um fator importante no aparecimento, por exemplo, da obesidade e do sobrepeso.

Esse é outro material com que também pudemos ter contato, da Abap, e também demonstra isso. Na leitura desse material, com o qual já tivemos contato anteriormente, vemos que até o próprio mercado reconhece que a publicidade é um fator de preocupação, é um fator que contribui com o aparecimento de todos esses problemas da nossa sociedade, inclusive a questão da violência pela busca de produtos caros, como foi colocado pelo Prof. Ives de La Taille, da USP, o maior especialista em psicologia do desenvolvimento no País.

E aqui nós temos alguns dados sobre obesidade. Vou passar essa lâmina.

Sabemos que o problema da obesidade, hoje, é talvez a grande questão da publicidade, porque a publicidade de alimentos é bastante agressiva, é uma publicidade que fala com as crianças, inclusive dentro dos estabelecimentos escolares. Isso é muito importante que se diga. Hoje as crianças recebem, nas escolas, indústrias do setor alimentício anunciando produtos diversos, inclusive com a distribuição de brindes, muitas vezes sob a aura de uma apresentação educativa, um teatrinho de alimentação saudável, alguma coisa relacionada até ao tema da sustentabilidade, por incrível que pareça, mas é isso que tem acontecido. Talvez, esse seja um ponto importante a ser contemplado numa futura legislação sobre o tema. Esse é um problema que gera um gasto enorme para os cofres públicos, assim como outros problemas que temos aí.

Aqui é uma fonte de pesquisa que diz exatamente aquilo que eu falava, qual seja, que a questão hoje a ser estudada não é mais se a publicidade leva à obesidade ou ao sobrepeso infantil, mas em que medida. Essa é a grande discussão que se trava hoje em dia. A indústria tenta minimizar o percentual de influência que a publicidade tem no aparecimento dos problemas, ainda que reconheça, já que esses problemas também são decorrentes dessa comunicação de mercado, dessa publicidade que é feita diretamente ao público infantil.

Lembro que a discussão hoje, aqui, é sobre o direcionamento da mensagem ao público infantil. O que o Instituto Alana defende é a proibição do direcionamento da mensagem ao público menor de doze anos de idade e não a proibição da existência da publicidade de produtos infantis. Isso é muito diferente. É essencial que essa distinção exista. Nós defendemos que a publicidade de produtos infantis, seja brinquedo, seja alimento, seja vestuário, o que for, que ela seja dirigida aos pais, aos responsáveis, ao adulto. Isso, claro, depende de um plano de comunicação feito pela empresa. E que essa publicidade deixe de passar, no caso tradicional da televisão, durante a programação infantil, ou na Internet, em *sites* infantis, ou dentro de escolas, mas que se comunique em veículos em que os adultos estejam contemplados.

Aqui é o exemplo de um material que fizemos, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, sobre a discussão do consumismo, como o consumismo é danoso a nossa sociedade, os valores que ele traz a nossa sociedade, a formação do indivíduo, do ser humano, já desde a infância, com esses valores que são propagados pela indústria, pela mensagem publicitária, e como a educação pode trazer ganhos, se ela for pensada para combater isso.

Isso demonstra que nós, do Instituto Alana, acreditamos que a regulação é, sim, muito importante, mas

que também é necessário que haja um esforço de toda a sociedade, de toda a coletividade.

O art. 227 já foi mencionado outras vezes nesta mesa, mas quero frisar o conceito de absoluta prioridade que ele traz. É o único lugar onde a nossa Constituição Federal, o nosso legislador constituinte trouxe essa absoluta prioridade. Quando ele fala isso, assegura à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, todos esses direitos, que estão destrinchados e detalhados no Estatuto da Criança e do Adolescente, e lá também é explicado esse conceito de absoluta prioridade, mas ele coloca a criança e o adolescente acima e antes de todos os outros entes da nossa sociedade.

Como foi dito aqui na mesa, em alguma questão de conflito de interesses, de conflito de norma, o que deve prevalecer, sem dúvida nenhuma, é o interesse superior da criança e do adolescente.

E aqui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nós poderíamos passar o dia inteiro falando das regras que ele traz e que estão absolutamente alinhadas com todos os valores que nós, do Instituto Alana, temos em relação a essa discussão. Ele já fala da questão da violência, da inviolabilidade à integridade psíquica, moral e também aos valores da criança.

O art. 37 é o que mais nos interessa, hoje, nessa discussão, por conta de tratar da modernização do Código de Defesa do Consumidor. O art. 37 já traz a proibição da publicidade abusiva. Ele diz que será abusiva e, portanto, proibida e até mesmo, como foi dito hoje na mesa, um tipo penal no Código aquela que se aproveitar da deficiência de julgamento e experiência da criança.

Pois bem. O que isso significa? Isso significa o legislador federal já determinou que será abusiva toda e qualquer publicidade que se aproveite da fase de desenvolvimento em que a criança está. Nós, do Instituto Alana, entendemos que esse artigo, combinado com os anteriores, inclusive com o Estatuto da Criança e do Adolescente inteiro, diz que, hoje, a publicidade voltada para o público infantil já seria proibida, por conta do que está colocado nesse dispositivo. Acontece que o que nós temos hoje, na prática, é um abuso por parte do mercado, uma absoluta falta de freios em relação ao que está acontecendo no mercado publicitário, em relação à criança, e o fato de esse conceito de deficiência de julgamento da criança e experiência da criança ser ainda muito subjetivo para o aplicador da lei. Então, diversos julgados de denúncias, inclusive que o próprio Instituto Alana fez, apresentam essa questão como uma questão difícil de julgar, por falta de legislação, por ser muito subjetivo, muito aberto esse conceito trazido pelo Código de Defesa do Consumidor.

Ainda que as pesquisas mais independentes, mundo afora, mostrem que a criança por volta dos seis anos de idade sequer consegue fazer a distinção entre o que é conteúdo de entretenimento e o que é mensagem comercial, a criança não entende que aquilo é um comercial publicitário e que aquilo é o filme, o desenho animado a que está assistindo. Ela faz a mistura, confunde as coisas. Somente a partir dos doze anos de idade é que todas as crianças teriam condições de fazer uma análise crítica das mensagens publicitárias que elas recebem. Isso não sou eu que estou falando, não é o Instituto Alana que está falando, são as pesquisas mais modernas, mais atualizadas e mais independentes que existem no mundo.

Eu coloco aqui o Instituto Alana à disposição para trazer esses elementos, se for entendido necessário.

O art. 36 do Código de Defesa do Consumidor traz o princípio da identificação da mensagem publicitária. O que ele diz? Que a mensagem publicitária deve ser identificada fácil e imediatamente pelo destinatário da mensagem. Se a mensagem publicitária é para a criança, ela deveria ser facilmente identificada como tal pela criança. Se a criança até os seis anos de idade sequer consegue fazer a distinção de que aquilo é uma mensagem publicitária que está chamando a querer consumir, chamando a querer determinado produto ou serviço, é óbvio que essa publicidade já é intrinsecamente carregada de abusividade e de proibição. É exatamente isso que eu comentava agora.

Na nossa visão, a publicidade que fala diretamente com a criança é ilegal e antiética, daí a impossibilidade de podermos maleabilizar em relação a essa discussão. Para nós, qualquer medida que seja menos do que a proibição do direcionamento de mensagem de publicidade às crianças será um retrocesso, inclusive sob o ponto de vista legal, por conta do que já contém o Código de Defesa do Consumidor. E aí os exemplos das legislações foram colocados aqui, o interesse em mostrar essas legislações, não é tentar transformar o Brasil na Suécia ou na Dinamarca, mas é mostrar que os países mais modernos, os países com democracias consolidadas têm regras e restrições muitíssimo severas em relação à publicidade comercial.

Se formos, por exemplo, olhar o que acontece na Inglaterra, hoje é proibida a publicidade de alimentos com altos teores de sódio, gordura saturada, gordura trans, açúcares, de bebidas com baixo valor nutricional, em programas televisivos cuja audiência seja de pessoas menos de 16 anos de idade. Então, se nós achamos que as crianças de até 12 anos já estão com pouca proteção, lá se pensa em 16 anos de idade.

É importante que a gente não se deixe iludir pelo fato de as crianças estarem inundadas pelos avan-

ços tecnológicos, no sentido de que elas seriam mais inteligentes, estariam mais bem preparadas que as crianças do passado. As crianças continuam sendo crianças, elas continuam passando por uma fase de desenvolvimento peculiar, biológico, psíquico, na qual elas precisam de proteção. Não fosse assim, nós teríamos regras que hoje o Estado já traz, como, por exemplo, a obrigatoriedade de se colocar cadeirinha nos carros para proteger as crianças ou então como a proibição da venda de bebidas alcoólicas para as crianças, ou a questão do voto aos 16 anos de idade. Enfim, temos uma série de exemplos e razões pelas quais o legislador já definiu a pessoa de até 12 anos de idade, já definiu a proteção dela, a prioridade absoluta. Temos o Estatuto da Criança e do Adolescente inteiro que nos mostra isso.

Gostaria também de fazer aqui uma observação de que a publicidade não tem absolutamente nada a ver com a cidadania. A única coisa que a publicidade quer é vender; a publicidade é venal. O objetivo da publicidade é vender produtos e serviços e aumentar a lucratividade.

A questão da autorregulamentação do Conar. Temos o Conar e temos esses *pledges* no setor alimentício. Infelizmente, esses *pledges* hoje não têm uma fiscalização. A gente não sabe nem dizer se eles estão sendo cumpridos ou não. Nós recebemos diversas denúncias que mostram que eles não estão sendo cumpridos em vários aspectos. Eles também têm uma regulação que é, de alguma forma, subjetiva – já vou me encaminhando para o final –, mas não deixa de ser um passo importante no sentido do reconhecimento de que a publicidade é um fator que contribui para a obesidade.

A questão do Conar é que, infelizmente, o Conar não atua no País inteiro. É um órgão que não tem, em todos os seus associados, a representatividade de todo o mercado brasileiro. Não são todas as empresas nem todos os Estados que podem dirimir controvérsas no Conar. Ele não foi criado para dirimir controvérsas do consumidor, mas para dirimir controvérsas entre anunciantes – isso é muito importante que se coloque aqui – e, o que é mais importante, o Conar não tem poder de punição, ele não tem como o Estado terá ou tem, num caso específico, poder de punição.

Ainda que exista hoje um olhar do Conar no sentido de que seus associados deixarão de fazer *merchandising*, nós gostaríamos de entender como isso pode acontecer se não existe uma punição posterior. O *merchandising* é alguma coisa que geralmente acontece uma única vez. Se ele não vai ser repetido e a única coisa que o Conar pode fazer é sugerir a suspensão daquela mensagem publicitária, se ela já passou uma

vez e não vai ser repetida, qual será o efeito de uma eventual suspensão?

Aí nós temos uma série de problemas que a autorregulamentação não tem condições de resolver, daí a necessidade do Estado.

Esse é um documento da OPAS que trata do tema da publicidade de alimentos.

Faço apenas uma referência ao movimento das mães. Aqui temos uma representante da infância livre de consumismo, que mostra que a sociedade está atenta a esse debate e que apóia a proibição, a regulação da publicidade dirigida ao público infantil. Há esse manifesto Publicidade Infantil NÃO.

Para terminar, gostaria de mostrar essas imagens que mostram como foi a publicidade de cigarros no passado. Hoje vemos essas imagens e achamos tudo isso muito fora de contexto, muito errado, em como se vai anunciar cigarro com uma mãe com um recém nascido no colo, para que ela fume um pouco o cigarro quando estiver estressada entre uma troca de fraudas e outra. Quer dizer, isso aconteceu faz muito pouco tempo e a situação que temos hoje é bastante diferente. Estamos falando aqui de uma mudança de paradigma, de uma mudança de um olhar, uma forma como o mercado pode se comportar, protegendo e não abusando, não assediando as crianças ao consumo de produtos e serviços.

É isso. Muito obrigada. Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Isabella Henriques, Diretora do Instituto Alana, por sua exposição e pelo filme apresentado, com muitas informações.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo Gomes Sodré, Procurador do Estado de São Paulo, registrando, com alegria, a presença entre nós do Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado, Senador Cyro Miranda.

O SR. MACELO GOMES SODRÉ – Muito bem, eu queria, inicialmente, cumprimentar a todos, com um bom-dia a todos – quase boa tarde.

Vou mudar um pouquinho o tema. A nossa audiência pública hoje é sobre dois temas: publicidade infantil e consumo sustentável. Então, a minha fala será sobre esse segundo tema, o do consumo sustentável. Talvez, neste exato momento, nesta sala, um pouco menos polêmico, mas não menos polêmico, na verdade, um tema que também gera uma série de problemas e que precisamos de alguma forma trabalhar com ele.

Eu queria cumprimentar o nosso Senador Presidente, nosso Senador relator e dizer que é um prazer muito grande estar aqui no dia de hoje.

Cumprimento todos os colegas de Mesa, todos conhecidos, amigos de muitos e muitos anos.

Quero dizer para vocês que falo não só como Procurador de Estado, mas como professor de Direito do Consumidor e Direito Ambiental da PUC de São Paulo.

Minha consciência diz que eu primeiro gostaria de fazer uma rápida ressalva de que há um enorme receio – os ambientalistas ainda estão traumatizados com uma série de fatos – certo receio de retrocesso. Não é o caso do nosso Presidente, não é o caso do nosso relator que, com certeza absoluta, fará um relatório muito bom, com propostas muito adiantadas, mas o movimento de defesa do consumidor, em geral, tem receio de algum tipo de retrocesso na discussão do Código de Defesa do Consumidor. Então eu queria começar com essa ressalva, que me parece sempre importante ser lembrada. Estamos falando de modernizar o Código de Defesa do Consumidor e nunca de voltar atrás em relação a algumas conquistas que foram conseguidas com muito custo 23 anos atrás. Eu participei, como assessor da comissão que redigiu o Código de Defesa do Consumidor e me lembro muito bem – acho que o Edney talvez seja o único que também participou diretamente desses debates – da dificuldade que foi a aprovação, na época, do Código de Defesa do Consumidor.

Feita essa rápida ressalva, vou para o que agora interessa em termos de conteúdo.

O tema do consumo sustentável. A primeira questão que me parece importante pensar: o tema do consumo sustentável pede algum tipo de regulamentação? Essa é a primeira colocação, a primeira ideia a ser discutida.

De forma direta, eu diria que sim. Se nós olharmos os principais problemas ambientais do Brasil, e não só do Brasil, mas do mundo todo, vamos verificar que por trás desses problemas todos existe o tema dos padrões de consumo e dos padrões de produção.

Darei três exemplos rápidos para tentarmos entender um pouco melhor o que estou dizendo.

Primeiro, se olharmos qual o grande problema ambiental do mundo hoje, o grande problema universal, vamos chamar assim, do meio ambiente: mudanças climáticas. De onde surge o problema das mudanças climáticas? Claramente, do tema das emissões, do tema do desmatamento. Por que temos emissões e por que temos desmatamento? Porque nossa sociedade vive padrões de consumo e padrões de produção que são insustentáveis.

Então, no principal problema ambiental mundial, a gente claramente detecta a mãozinha do tema dos padrões de consumo.

Se olharmos talvez não mais o grande problema ambiental global, mas o problema ambiental regional, nós talvez pudéssemos dizer que o desmatamento seja o grande problema. E, mais uma vez, por que se desmata hoje? Para sustentar um modelo de produção e consumo. Então, essa é a grande pressão no que se refere ao desmatamento, e vimos que todo o debate do Código Florestal deixou isso muito claro.

Se olharmos o problema ambiental local, que talvez fosse o principal problema ambiental local, também vamos encontrar o tema do consumo sustentável.

Qual é o principal problema que a gente poderia dizer como local? O tema dos resíduos. As cidades hoje não aguentam mais, não conseguem, não sabem mais onde colocar os seus resíduos. E, no caso dos resíduos, talvez isso seja mais claro. Isso porque o que nós compramos de coisa que muitas vezes nós precisamos e o que compramos de coisa que, com certeza absoluta, as embalagens nós não precisamos, embalagens monstruosas, enormes etc. etc., sem muitas vezes preocupação de que essas embalagens tomem o caminho de uma reciclagem etc. tal, vamos verificar que também no que se refere ao principal tema ambiental local, vamos chamar assim, está o tema dos padrões de produção e consumo.

Com isso, quero minimamente justificar a importância do tema dos padrões de consumo, dos padrões de produção e consumo numa eventual proposta legislativa que se produza nesta Casa.

Feita essa primeira justificativa, rápida e introdutória, eu me permiti o seguinte exercício: é possível incluir o tema do consumo sustentável no Código de Defesa do Consumidor? Bem, aí temos duas alternativas: ou primeiro nós faríamos uma lei específica sobre esse tema, que me parece seria bem razoável, uma lei nesse sentido, mais complexa, mais concreta, que, de alguma forma, fosse uma lei mais próxima da lei, por exemplo, de resíduos sólidos etc. tal, que é uma alternativa. Uma segunda alternativa seria, e esse que é meu exercício, pensar em alterações do Código de Defesa do Consumidor para inclusão do tema do consumo sustentável. E me permiti então fazer um exercício que gostaria de fazê-lo coletivamente, para pensar se é possível incluir o tema do consumo sustentável dentro da atual legislação do Código de Defesa do Consumidor.

É um exercício, em certo sentido, ainda precário e que eu me comprometo a passar à Secretaria do nosso Senador relator num prazo muito curto, com as propostas que vou apresentar aqui.

A questão para mim é a seguinte: é possível incluir no Código de Defesa do Consumidor o tema do consumo sustentável, sem desvirtuar o Código de Defesa

do Consumidor, de uma forma minimamente eficaz? Porque, claro, podemos fazer um capítulo enorme, mas esse é o exercício, algo conciso e que seja, ao mesmo tempo, representativo e eficaz.

Bem, minha proposta – eu vou pressupor aqui que todo mundo conhece o Código de Defesa do Consumidor, já que estamos falando aqui da atualização do mesmo, acredito que todos conheçam esse Código e não vou ficar lendo artigo por artigo, mas vou fazer esse exercício –: onde poderíamos colocar o tema do consumo sustentável no Código de Defesa do Consumidor?

Primeiro, no *caput* do art. 4º. Lá são colocados quais os objetivos da política nacional de defesa do consumidor. Parece-me que seria com muita tranquilidade que nós colocaríamos dentro desses objetivos da política nacional de relações de consumo o tema da proteção do meio ambiente.

Existe um rol de temas, de objetivos e, sem nenhuma dificuldade, colocaríamos a proteção do consumidor.

Parece-me que é possível pensar também colocar o tema do consumo sustentável no inciso II, art. 4º do Código de Defesa do Consumidor.

O artigo da política nacional das relações de consumo, art. 4º, II, diz o que cabe ao Poder Público, o que cabe ao Estado, e eu colocaria uma alínea “e” de incentivo a padrões de produção e consumo sustentáveis. Quer dizer, o Poder Público teria essa obrigação de agir no sentido da existência de padrões de produção e consumo sustentáveis.

E ainda me parece que é possível colocar, além da ação governamental, algo que seria genérico a todos, inclusive ao setor empresarial. Seria um novo inciso no art. 4º, inciso IX, dispondo que um dos princípios das relações de consumo é a produção nos padrões de consumo sustentável. Ou seja, estou propondo aqui, com esse exercício, ver se conseguiríamos fazer uma pequena alteração em três pontos da redação do art. 4º, que é essencial para quem trabalha com a defesa do consumidor e isso me parece completamente possível.

Onde nós poderíamos mais incluir o tema do consumo sustentável? Parece-me que no art. 6º, dos direitos básicos. Estão lá, são direitos básicos do consumidor e acho que é possível colocar um inciso XI dizendo a promoção de modalidades sustentáveis de consumo. Nós poderemos incluir. Isso, aliás, está de acordo com as diretrizes das Nações Unidas. Essas diretrizes das Nações Unidas foram feitas em 1985, mas, em 1999, foram revistas para a inclusão do tema do consumo sustentável, e, dentre os direitos do consumidor, está então a promoção de padrões de produção e consumo sustentáveis.

Onde mais?

Existe um capítulo, uma seção no Código de Defesa do Consumidor que se chama Da Proteção à Saúde e Segurança. Para quem trabalha com consumidor, esses aqui talvez sejam os artigos mais importantes do Código de Defesa do Consumidor. Por quê? Porque são os artigos que tratam do tema da prevenção, prevenção de danos do ponto de vista da saúde e segurança. Então aqui estamos, me parece, no coração do CDC, Da Proteção à Saúde e Segurança dos consumidores.

É possível mexer nesses artigos para tratar do tema Da Proteção à Saúde e Segurança do consumidor pelo prisma do consumo sustentável?

Eu jamais mexeria nos arts. 8º, 9º e 10, mas eu incluiria um art. 11 no Código de Defesa do Consumidor. Tem lá um artigo vetado, o art. 11; esse número está sobrando e eu incluiria um art. 11 no CDC, mais ou menos no seguinte sentido, dizendo que aqueles princípios que estão nos arts. 8º, 9º e 10, que são basicamente os princípios de não produzir impactos para a saúde e segurança; qualquer impacto que cause deve ser informado aos consumidores; qualquer impacto significativo deve ser informado de forma ostensiva e; qualquer impacto mais que significativo, vamos dizer assim, extraordinário, não deve ser produzido, deve ser sempre prevenido, eu diria que dá para criar uma estrutura para pensar o tema dos produtos e o meio ambiente mais ou menos na mesma linha. O dever de informar a respeito dos temas ambientais dos produtos, o dever de prevenir etc. etc. etc. dá para fazer a redação de um artigo tratando com muita tranquilidade, mas com muita cautela, porque é quase que cirúrgica a redação desse artigo, para não atrapalhar o que nós temos hoje. Porque hoje nós temos três artigos essenciais para quem trabalha com o tema de consumidor.

Minha quinta proposta – estou elencando aqui dez propostas – é incluir um novo artigo como art. 11, tratando da temática Da Proteção à Saúde e Segurança dos consumidores pelo prisma do consumo sustentável. É possível fazer? É possível fazer.

Onde mais eu acredito que poderíamos mexer e alterar o Código de Defesa do Consumidor? Basicamente, eu pularia para o art. 31 do CDC. Depois vou passar, por escrito, à relatoria as propostas.

Pessoalmente, vejo esta audiência pública muito no sentido de propostas, e é o que eu pretendo fazer.

O que poderíamos alterar no art. 31?

O art. 31 trata Da Oferta de produtos e serviços. E aqui um pequeno comentário: todos os produtos são bons ambientalmente, é só a gente olhar os rótulos. Todos. Hoje, eu diria que 90% dos produtos têm um rótulo dizendo das qualidades ambientais que ele tem. Será que isso é verdade? No fundo, no fundo, faltam

regulamentação e fiscalização quando vamos trabalhar com esse tema da rotulagem de produtos no que se refere ao tema ambiental.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO GOMES SODRÉ – Vou pedir mais minutinhos para encaminhar.

Acho que nós poderíamos colocar o tema da informação ambiental como informação essencial e poderíamos incluir um parágrafo único no art. 31 estabelecendo os princípios. Quais são os princípios? Não são diferentes daqueles princípios que estão no código do Conar. O princípio da veracidade da informação, o princípio da exatidão... Diz-se: “esse produto é um produto bom ao meio ambiente”. Por que bom ao meio ambiente? O princípio da pertinência: “esse produto é amigo do meio ambiente”. O que significa isso? Nada. O conteúdo tem que ter relação com a fabricação do produto. E, por fim, o princípio da relevância. O produto é ruim em duzentos quesitos ambientais e bom em um, que não tem importância nenhuma. Então, eu diria que nós teríamos que tratar do tema da rotulagem de produtos e também da publicidade dentro desses quatro princípios básicos.

Onde mais, já encaminhando as propostas que vou passar por escrito depois? Eu colocaria no § 1º do art. 37, no conceito de publicidade enganosa, claramente, uma menção a impactos ambientais. Quero deixar claro que impactos ambientais devem ser tratados nesse sentido. E incluiria um § 4º daqueles princípios no que se refere à temática da publicidade.

E, por fim, para terminar, eu veria a possibilidade de inclusão, no art. 39 do Código de Defesa do Consumidor, de um novo inciso. O art. 39 do Código de Defesa do Consumidor trata das práticas abusivas. Eu veria a possibilidade de inclusão de um artigo mais ou menos com a seguinte redação: “Considera-se prática abusiva: ofertar produto ou serviço que cause impacto ambiental sem tomar as medidas preventivas adequadas”. Então, algum inciso mais ou menos nesse sentido.

Bem, termino por aqui. Vou remeter, depois, ao nosso Senador Relator, por escrito, essas propostas. A ideia realmente é, se o Congresso Nacional por incluir no Código de Defesa do Consumidor a temática do consumo sustentável, que essas propostas, então, possam, de alguma forma, servir como subsídio.

Eu queria aproveitar e deixar na mão do nosso Senador Relator um documento, uma publicação do Governo de São Paulo sobre o tema do consumo sustentável que talvez possa também ajudar um pouco a Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Dr. Marcelo Gomes Sodré.

Como bem disse o senhor, embora fugindo do tema, não menos importante, muito pelo contrário, participo desta Subcomissão e me sinto honrado em, provisoriamente, estar presidindo a reunião, porque sou Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e o fato de nós estarmos discutindo a publicidade infantil tudo tem a ver com a nossa Comissão. Sinto que estou me instruindo com os senhores.

Em seguida, passo a palavra ao Dr. Edgard Reboças, professor da Universidade Federal do Espírito Santo, gloriosa cidade do Senador Ferraço.

Com a palavra o Sr. Edgar pelo tempo que for necessário.

O SR. JOSÉ EDGARD REBOUÇAS – Muito obrigado.

Primeiramente, quero manifestar a honra de estar aqui, na Câmara Alta, discutindo este assunto. Este tema da publicidade infantil já vem sendo debatido há mais de dez anos na Câmara dos Deputados e vem sendo emperrado lá também há muito tempo. A gente acredita que, agora, com o Senado tomando essa iniciativa, a gente possa ter alguns encaminhamentos, seja para um lado, seja para outro, mas que não fiquemos naquela questão de tratar qualquer tipo de regulação da mídia como censura.

Eu queria, então, parabenizar esta Comissão por ter incluído este tema da publicidade na revisão do Código de Defesa do Consumidor, daquele grupo de trabalho de que o Senador Ferraço fez parte, e trazer isto para dentro do Senado é muito importante, além daqueles outros temas que a Comissão já está discutindo.

Uma colaboração, como o Prof. Marcelo falou também, de que se mantenha, Senador – isto é um alerta –, por favor, o conceito de publicidade dentro do Código de Defesa do Consumidor, porque é a única lei brasileira que trata o tema corretamente, dentro do seu conceito. Existe um desvio de tradução, lá dos anos 50, que trata, no Brasil, publicidade como sinônimo de propaganda. Propaganda é a venda de ideias. Propaganda está ligada a questões políticas, a questões religiosas; publicidade está ligada às questões comerciais. O que tem acontecido, nesse caso específico da publicidade para criança, não é mais publicidade, é propaganda, porque está fazendo mudança de comportamento e não simplesmente mudança de consumo. Aquilo que antes era um erro de tradução acabou virando uma opção estratégica do mercado publicitário de que, sim, está se fazendo propaganda para mudar esses conceitos.

E conceitualmente entender que aqui é uma discussão entre profissionais e amadores. Há aqueles que defendem o mercado, porque vivem disso, e aqueles que defendem o interesse público, porque acreditam

também nos seus ideais. Qual é o meu papel aqui, nessa história? Eu, o Dr. Aurélio e o Dr. Marcelo somos servidores públicos federais e temos o papel de ajudar o Legislativo e a sociedade a entenderem melhor todas as problemáticas que nos envolvem. Como procurador, o que eu preparei para esta audiência? Uma sistematização. Na comunicação, discutimos esse ponto da publicidade para criança. A comunicação é a interdisciplinaridade. Empresta questões da psicologia, da sociologia, da saúde, do direito, da filosofia e da economia política. Vou tentar, nesse tempo, dar uma visão ampla sobre esse tema, e posso subsidiar a comissão com vários textos e artigos que já vemos discutindo já há muitos anos sobre isso.

Eu dividi esta apresentação em três partes: as ações e as estratégias da publicidade nesse quesito específico da publicidade para crianças; alguns casos de como acontece em outros países, pois essa discussão já avançou em outros países, num exercício de direito comparado, mas de forma alguma leviano, como já foi citado nesta Mesa, de querer tratar o Brasil como outros países – que bom que o Brasil pudesse ser como outros países em alguns pontos e pudéssemos avançar nisso! –; e, para finalizar, os conflitos que existem e os interesses que estão aqui em jogo.

Por favor, só o modelo inicial. Vou passar rapidamente. Essa transparência vai estar à disposição também da Comissão e de quem estiver interessado.

Por favor. Pode passar direto esse gráfico todo.

Esse é como é pensado o processo da publicidade para criança: a decisão de ver tevê, a mensagem publicitária, a recepção, a cognição, o comportamento...

Pode parar. Volte.

...que gera essa publicidade. Ali estão os atores sociais envolvidos nessa problemática: os pais, os colegas – que a sociologia diz que são muito importantes também –, a autorregulamentação, a defesa do consumidor específica e as políticas públicas. Este debate específico é sobre políticas públicas, já que estamos tratando sobre um aperfeiçoamento do Código de Defesa do Consumidor. Poderíamos fazer outro seminário inteirinho sobre o papel dos pais, sobre o papel dos amigos, sobre a autorregulamentação e sobre a defesa do consumidor, mas aqui vamos falar sobre políticas públicas.

Por favor.

O fato é que, no Brasil, não há uma regulamentação específica, quer dizer, há normas específicas, mas não há aplicação dessa regulamentação, exceto em dois pontos, que temos muito claros.

Por favor.

Eles estão no Código de Defesa do Consumidor: a regulamentação de publicidade de bebida alcoólica

e de cigarro, que é de 1996. São as duas únicas leis específicas que tratam do setor e da criança. A de bebida e a de tabaco falam da publicidade: tabaco, eliminando completamente – e vimos os avanços que isso trouxe para a área da saúde, desde a eliminação da publicidade de cigarro –; e bebida alcoólica, não. Infelizmente, temos nesta lei um paragrafozinho nefasto que trata a bebida alcoólica, acima de 13 graus Gay-Lussac. E isso é um absurdo. Nenhum médico, nenhuma sociedade sustenta que bebida alcoólica é acima de 13 graus Gay-Lussac. O Ministério da Saúde classifica como 0,5 Gay-Lussac. Mas a gente tem uma regulamentação que diz que, para a publicidade, bebida alcoólica é acima de 13 graus Gay-Lussac.

Por favor.

E no Código de Defesa do Consumidor há dois artigos que acho que são principais aqui nesta discussão. A gente está concentrando muito no art. 37, mas anteriormente há o art. 36, e a Isabella já falou aqui sobre a questão do que é comumente chamado de *merchandising*.

O *merchandising* é proibido pela nossa legislação, já que toda publicidade tem que ser fácil e imediatamente identificável. O *merchandising* não é.

E a questão da publicidade abusiva, que se aproveita da deficiência de julgamento pela inexperiência da criança.

Se fôssemos levar ao pé da letra o que está escrito, não deveria haver nenhum tipo de *merchandising*. E aí surge uma entidade que fala: “Não, mas agora nós vamos fazer uma norma dizendo que estamos cumprindo a lei.” Espera aí, mas tem que fazer uma norma para dizer que vai cumprir a lei? A lei é a lei.

E a questão do art. 37, quando fala em criança – isso está mais do que estudado e confirmado, e o legislador lá em 1990, quando pensou isso, pensou em criança como sendo objeto de proteção.

Por favor.

O mercado pensa a criança de três formas: como mercado primário; de influência direta para os pais; e de futuro. Então, sempre as campanhas são pensadas dessa forma: para compra imediata, com aquela mesada que a criança tem; a influência, que é o que mais pesa; e o futuro, fidelizando a marca.

Por favor, passa o outro *slide*.

Há alguns exemplos aqui do que é estudado e chamado de efeito amolação, que é o *nag factor*, e aí vocês que têm filhos, sobrinhos certamente já ouviram algumas dessas frases, já vivenciaram isso e sabem muito bem como é que funciona. E tudo isso motivado por aquele segundo fator da estratégia da publicidade.

Por favor.

Também há estudos – e isso aí é uma pesquisa, um estudo de mercado encomendado pela Nickelodeon – para dizer como os publicitários devem atuar e onde as crianças têm mais preferências e atenção às questões de publicidade. Então, produto médico e seguro saúde têm baixa influência, e as crianças não elegem a marca. Mas sobre aqueles outros produtos lá, exatamente naquela ordem, as crianças têm uma influência muito grande.

Por favor.

Alguns resultados dessas estratégias. Campanhas de bancos voltadas para crianças, campanhas de automóveis voltadas para crianças. Não seria um público específico para criança, mas é pensando na influência com os pais.

Por favor.

Essa daí é uma campanha da Citroen muito grande. Comprando um Citroen, ganhava uma viagem para Paris, Londres ou para a Disney. Vocês acham que as crianças queriam ir para onde?

Por favor.

Isso é um material promocional da Citroen, para o mercado também, dizendo como atingir, colocando um DVD dentro do carro.

Mais um, por favor.

E algumas estratégias também que o mercado faz de se associar. No caso aqui eu peguei o exemplo de um prêmio que a Coca-Cola oferece para pesquisadores na área de Nutrição e Saúde. É um prêmio de R\$100.000, em parceria com entidades ligadas ao setor, a Abeso e tal. Por exemplo, o McDonald's faz isso também na questão do câncer, com a Fundação Ronald McDonald. Isso é uma estratégia de mercado de estar presente, mas sempre participando das discussões.

Por favor.

Esse é o principal pesquisador na área, e eu peguei duas frases muito usadas dele que tratam dessa questão da criança, que antes dos 12 anos já é um consumidor. E já é pensada como um consumidor pelo mercado. E aí existe uma série de estratégias de *neuromarketing* que trabalham com crianças – e isso é oferecido para o mercado publicitário – para ver como é que a criança olha para a televisão, como olha para a tela do computador.

E aí, Senadores, há um ponto também, parece que o foco aqui está rumando muito para a questão da televisão, a televisão dita aberta. Mas a Internet está sendo hoje o grande foco da publicidade direcionada à criança. Então, teria que, de alguma forma, também a gente trabalhar isso e contemplar no Código de Defesa do Consumidor.

Por favor.

Então, a gente está caminhando para uma sociedade do conhecimento, como todo o acesso possível? Não, a gente está caminhando para uma sociedade do consumo.

Por favor.

Esse ponto também de que o mercado pretende formar consumidores conscientes... Consumidor consciente é muito diferente de cidadão consciente, e isso tem que ser levado em conta, se estamos pensando no interesse público.

Por favor.

Algumas soluções que surgiram, pegando o modelo de outros países, uma delas, a participação da sociedade, participação da academia, participação do Governo nessa autorregulamentação participativa. Os vários exemplos de modelos de autorregulação que existem nos países mais adiantados não são totalmente independentes e autônomos, como se pretende manter aqui no Brasil. São com o acompanhamento de instâncias do Estado.

Por favor.

Só um exemplo, temos o Conselho de Comunicação Social, aqui, no Senado, que poderia estar acompanhando essas ações. Temos a possibilidade de conselhos de comunicação para acompanhar essas ações para que não fique somente na mão do mercado. É quase como um tribunal de exceção onde os próprios militares julgam os militares ou como em alguns países que não reconhecem entidades internacionais para julgar seus militares, sem a participação da sociedade, do Estado, do consumidor. É um grupo muito fechado, um clube que trata disso.

Pode passar rápido.

E trago aqui alguns exemplos de como a Comunidade Europeia trata, na Bélgica, Dinamarca, França, Irlanda. Não são só países nórdicos que têm essa preocupação. Peguei pequenos trechos de regulamentação em todos esses países que tratam especificamente desse ponto.

Ali, coloquei aquele 1874, porque há uma coisa interessante: o Parlamento britânico, pela primeira vez, regulamentou a publicidade para a criança em 1874, quando falou que não se deveriam vender produtos ou incentivar crianças a comprar – isso era para aquelas pessoas que ficavam nas portas das lojas para forçar crianças a comprar e se endividar. Então, a Inglaterra já está bem adiante nisso.

Por favor.

Na Austrália também há uma regulamentação bem avançada e coparticipativa. No Canadá, que conheço mais especificamente – fiz meu doutorado no Canadá e sou pesquisador em pós-doutorado, lá também, especificamente em questão de políticas públicas de

comunicação –, há uma regulamentação muito interessante, também coparticipativa. Há o caso específico da província de Quebec, que proíbe completamente publicidade para crianças até 12 anos. Nos Estados Unidos, também há uma série de regulamentações e peculiaridades que são de cada Estado. Às vezes, cada Município estabelece normas específicas. Há algumas mais amplas. Essas são nacionais. A ONU coloca também a questão da proteção da criança.

A contestação, que é o cerne dessa questão, é esse discurso-escudo de que qualquer tema que venha a ser debatido sobre regulação da mídia é censura. Não! Não tem nada a ver com censura. Tem a ver com interesse público. Criaram essa tal de “liberdade de expressão comercial” – e não há nenhum texto legal do Brasil sobre isso, mas vários advogados vêm usando isso como se fosse corrente –, essas promessas de autorregulação e os tais prejuízos para o mercado.

Eu vou me concentrar só nesse último ponto, Senadores, se me permitem, que é algo que, em geral, a sociedade não conhece. E aqui foi falado: se não tiver publicidade, a lógica...

Está bom nesse eslaide.

Esses são dados do ano passado – mas, talvez, se alguém da Mesa quiser me atualizar – sobre a inserção de 30 segundos na principal emissora do País. Se você quiser colocar um comercial de 30 segundos no Jornal Nacional, vai pagar R\$478 mil. Para se colocar uma publicidade do Danoninho, de um brinquedo ou do que quer que seja, do McDonald's, da Coca-Cola, é esse o valor de uma inserção. Não é de uma campanha inteira, mas de uma inserção, de passar uma vez só e nunca mais. E o que isso gera no mercado?

Por favor, a próxima.

Esses são dados do Ibope, em que temos: em 2012, R\$94 bilhões foram gastos no Brasil em veiculação publicitária, não em produção. Houve um aumento, em relação a 2011, Srs. Senadores, de 7,5%, o que representa 2,3% do PIB. E eu peguei dois casos específicos que talvez tivessem mais ligação com a questão do consumidor: todas as publicidades de alimentos reunidas representam 3,3% deste mercado; a publicidade de brinquedos, 0,8%.

Então, se fosse adotado, como alguns acreditam, o banimento completo da publicidade de brinquedo, não iria quebrar nenhuma emissora de televisão, nenhuma agência de publicidade, nenhuma fábrica de brinquedo. Se fosse também banida a publicidade de alimentos, também não. Isso está dentro da margem de lucro que têm as empresas. A publicidade de cigarro representa uma perda muito maior, e não quebrou nenhuma emissora de televisão, nenhuma agência de publicidade, sequer fabricantes de cigarro. Não está

sendo proposto aqui o banimento da publicidade, e sim não direcionar a publicidade para crianças. Que se tenha a publicidade de brinquedo, mas que seja regulamentada, no sentido de como será essa publicidade, como acontece em outros países, e até em horário, em programa específico; que se tenha a publicidade de alimento, mas se observe se é alimento que causa obesidade, se é alimento que causa males à saúde, como a Anvisa já tentou fazer.

Por favor.

Para concluir, o que está em jogo nesta questão? Nesse ponto, os Senadores, como nossos representantes, têm esse papel de interpretar. Ou o controle social ou um completo estado de anomia, que dizer, a terra do bang-bang, onde quem tem o revólver maior fala mais alto; a questão do interesse privado, do interesse público; e um estado de corporocracia, em que as empresas determinam o que vai ser feito para a sociedade, ou um Estado democrático, como acreditamos ser o melhor.

Creio que são essas as contribuições que eu poderia dar a esse debate.

Obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Dr. Edgard Rebuças. Os seus subsídios foram importantíssimos. Acredito que o Relator, depois, em suas considerações, o fará.

Passo, em seguida, a palavra para a Maria Edna de Melo, Diretora da Associação Brasileira para Estudo de Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso)

A SR^a MARIA EDNA DE MELO – Boa tarde a todos.

Gostaria de agradecer o convite para compartilharmos as nossas ideias aqui nesta Comissão.

Todos que aqui falaram abordaram de um ângulo relativamente bem individual. E acho que isso é importante para que, no final, tenha-se um conjunto de ideias adequado.

Vou falar muito direcionada para a relação entre a obesidade e a publicidade ou a propaganda. A obesidade é uma doença. Ponto. Isso é muito importante, porque muitos profissionais da saúde não reconhecem a obesidade como doença. Sempre que vou falar em qualquer local, gosto de salientar este detalhe: a obesidade é uma doença e leva ao desenvolvimento de várias outras doenças associadas, como diabetes, hipertensão, dislipidemia, que vão implicar maior mortalidade em longo prazo.

Uma criança obesa tem uma chance enorme de ser um adulto obeso, e todas aquelas doenças que demorariam nos adultos 20, 30 anos para culminar num infarto, num acidente vascular encefálico, esses

desfechos vão tender a se apresentar muito mais precocemente nas nossas futuras gerações.

O que leva à obesidade? Obesidade é uma doença muito fatorial, em que a genética tem um componente importante. O outro componente é o ambiente, lembrando que, com os estudos mais avançados da genética atualmente, o ambiente influência diretamente na genética, que são os novos estudos de epigenética.

A obesidade apresenta uma prevalência crescente no mundo e no Brasil também. No Brasil, de duas pessoas, uma está acima do peso. Das crianças, dependendo da faixa etária, e a Isabella já comentou, praticamente duas de cinco crianças estão acima do peso. Nessa faixa etária, nos últimos 30 anos, esse crescimento foi de 300%. Então, estamos diante de um problema de saúde pública, e nós, como organização profissional, temos uma preocupação direta com esses dados.

A influência do ambiente vem de onde? Da diminuição da atividade física por “n” motivos, porque não temos segurança, não temos disponibilidade de espaço para fazer atividade física, e do aumento da ingestão calórica, porque não existe ninguém que ganhe peso sem comer mais do que o que gasta. O aumento da ingestão dos alimentos hipercalóricos veio acontecendo, nos últimos anos, em associação com essa diminuição de atividade física.

Os alimentos hipercalóricos têm baixo custo, são mais baratos. Nos supermercados, um alimento, seja bebida, seja qualquer alimento sólido, com menor conteúdo de calorias ou mais saudável tem um valor mais caro, mas um dos maiores problemas não é só o preço, é que são gostosos. A gordura é responsável por dar palatabilidade ao alimento, e isso acaba confluindo para o desenvolvimento da obesidade.

Sabemos, e qualquer pessoa sabe, que criança é altamente influenciável. A criança faz por imitação. As propagandas de alimentos com alto teor de sódio, gordura e sal... Existem estudos. Tive o cuidado de fazer alguns levantamentos bibliográficos, porque, quando vou falar de um assunto, é bom sempre tentar ver as duas formas, e confesso que não fui muito para a legislação, porque acabaria me perdendo. Mas a propaganda desses alimentos, a exposição de crianças a esses alimentos está diretamente relacionada a uma maior corpulência dessas crianças. Nesse ponto, é aquela questão: banir uma publicidade direcionada para crianças pré-escolares, principalmente, não é retirar direito, mas sim proteger.

Os estudos mostram que as crianças expostas a um maior conteúdo de propaganda, se são retiradas dessa exposição, tendem a diminuir o IMC, não que a propaganda seja a única culpada pela obesidade, pela

prevalência atual de obesidade, mas contribui. Diante da situação alarmante da incidência de obesidade e da precária situação do sistema de saúde no País, acho que vale a pena pensarmos muito no momento de deliberar qualquer lei, qualquer ideia.

A publicidade influencia não somente crianças, influencia adultos também. O que as pessoas veem na televisão, independentemente de ser comercial, ou ser notícia, ou ser jornal, é tido por elas como verdade. O conceito do que é alimentação saudável, muitas vezes, não é muito bem definido na cabeça de uma mãe, ou de um pai, ou de uma tia, ou de uma vó. A formação da ideia do que é o consumo saudável, ou seja, se todos sabem o que têm e o que não têm que comer, isso é bem relativo, quando vamos ver paciente por paciente. A formação da ideia não vai somente na cabecinha da criança, mas também na dos próprios pais. Por exemplo, estudos mostram que um aumento de 25 min. de exposição à propaganda, por semana, aumenta em 1,4% a ingestão de calorias. Ah, 1,4% não é nada! Mas temos estudos que mostram que, se a pessoa comer uma maçã por dia, durante 1 ano, no final de 1 ano, vai ter, em média, 4kg a mais! Uma maçã tem 70 calorias, mas, se é todo dia, vai somando.

Há alguns estudos de previsão, porque é preciso avaliar para dizer o quanto a publicidade influencia positiva ou negativamente, mas isso é muito complexo, porque é difícil analisar o que se passa no dia a dia de uma casa. Além disso, quando vai se fazer o estudo, tudo fica ainda mais deformado. Então, não são estudos que são muito fáceis de se fazer. Mas, alguns estudos, fazendo uma projeção do que acontece quando se bania a publicidade infantil nos horários de programas infantis, atestam para uma diminuição – e a Isabella já falou também – da prevalência de obesidade. O mesmo estudo mostra que um em cada sete indivíduos deixa de ser obeso. Em outra análise, um em cada três deixa de ser obeso. Então, esse impacto não vai ser um de sete, não vai ser um de três, mas vai ser algo intermediário e ter influência.

Outro dado importante é que, quando as crianças são inativas por estarem à frente de um computador, e, nesse caso, não estão expostas aos comerciais e aos lanches, porque, muitas vezes, quando estão assistindo televisão, estão comendo, elas têm um peso menor. Não é só a inatividade, mas o estímulo acaba interferindo.

A influência, e já foi falado aqui, da publicidade é óbvia. Se não fosse óbvia, não existiriam os comerciais. O objetivo é influenciar para aumentar o consumo. Qual que seria essa dose? O quanto que dá para retirar ou o que dá para regulamentar? Não tem uma dose, porque esse número não é muito, muito...

(Soa a campainha.)

A SR^a MARIA EDNA DE MELO – Os dados não são muito fáceis de se somar. Uma criança está em formação e não tem condições de discernir, e aqui eu quero salientar a importância da família.

A família, para com as crianças, tem obrigação de formar, de fornecer a informação. Eu acho que o fornecimento de informação pela família, que é responsável pela criança, é muito mais importante do que o fornecimento de informação pela mídia, por quê? A gente atravessa hoje uma crise institucional familiar: a inversão de valores entre pai e filho está completamente deturpada. Eu acho que pai é pai, mãe é mãe e filho é filho e que a hierarquia deve ser cumprida.

Na Inglaterra, desde 2007, eles baniram a publicidade voltada para a criança nos horários de programas infantis. O que eles viram? Uma das análises mostrou que realmente teve uma diminuição da exposição, mas um estudo da Universidade de Newcastle mostrou que não houve uma diminuição, porque a criança não assiste televisão somente no horário infantil. O problema é muito mais complexo do que olhar somente para o horário em que vai passar aquele desenho ou aquele programa infantil. Chama a atenção o fato de que elas assistem à televisão nos outros horários onde ocorre a exposição desse tipo de alimento.

A maioria dos sites da indústria, e já estou terminando, têm links para redes sociais.

Hoje, eu acho que deve fazer parte também do documento o que vem pela frente. Não adianta fazer uma regulamentação para um pontinho se hoje a gente vive num mundo que é absolutamente globalizado.

Nós, da Abeso, não apoiamos, somos contra a manutenção da publicidade infantil, voltada para a criança, especialmente no horário onde a criança está exposta, e isso está em comum acordo ou em concordância com a Academia Americana de Pediatria e a IOTF – Força Tarefa Internacional para a Obesidade. Nos Princípios de Sydney, que foi publicado em 2008, feito pela IOTF, a base foi a ideia de que a criança tem direito a uma alimentação saudável. Antes de qualquer ponto, a gente tem que pensar no direito que ela tem.

Era isso que eu tinha para falar.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr^a Maria Edna de Melo, pelas suas considerações e pelos dados aqui apresentados.

Em seguida, passo a palavra ao nosso nobre Relator, Senador Ricardo Ferraço, para fazer as suas considerações.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, a primeira consideração é de agradecimento aos nossos convidados, profissionais, que,

cada um a seu jeito e a sua forma, trouxeram a esta Comissão um volume de informações muito importante, muito relevante. Quero crer, neste momento, de que foi um acerto tratar desses dois temas: a publicidade infantil e o consumo sustentável. São temas complementares da maior relevância para a sociedade que precisamos construir.

As perguntas e as reflexões são muitas. Sinceralmente, não sei nem como fazê-las, dado o avançado da hora. Já são quase 13h30, e às 14h abre a nossa sessão deliberativa. Porém, vou me reportar a cada uma das senhoras e dos senhores, que trouxeram suas contribuições, porque esta é a nossa última audiência pública tratando do tema. Já fizemos anteriormente quatro, esta é a quinta. Vou trabalhar a conclusão e a redação do meu parecer e pretendo apresentá-lo até o final do mês de maio à Comissão de Senadores.

Saio desta reunião, Sr. Presidente, absolutamente convencido do acerto de relacionarmos este tema, considerando que a Comissão de Juristas que trabalhou a modernização, o aperfeiçoamento, a adequação do Código de Defesa do Consumidor não o fez. Tratou de ação coletiva, tratou de comércio eletrônico, tratou de superendividamento. Nós incorporamos não apenas o tema desta reunião, que é relacionado à publicidade infantil e ao consumo sustentável, mas também o tema que foi tratado anteriormente, que está relacionado ao fortalecimento dos nossos PROCONs, como forma de darmos a eles uma eficiência maior ainda.

Sr. Presidente, para não cansá-los, vou adotar como critério, se os nossos convidados nos derem licença e permissão, contatos que farei diretamente, tendo em vista as muitas contribuições.

O nosso Procurador do Estado de São Paulo, Dr. Marcelo, elencou 10 pontos, 10 sugestões, 10 propostas objetivas relacionadas ao consumo sustentável. Não sei se V. S^a trouxe alguma coisa formal, mas vou pedir à nossa assessoria que fiquemos com acesso aos nossos convidados para fazer esse direcionamento e sistematização.

Sr. Presidente, vou ficar por aqui, mas agradeço muito as contribuições. Foi uma audiência pública enriquecedora, com informações, com contraditórios. A única certeza que tenho, Sr. Presidente, a essa altura, é de que precisamos incluir esses dois temas neste debate. Nós não temos o direito de não incluir o tema da publicidade infantil e o tema do consumo sustentável, no momento em que o Senado concentra a sua energia para oferecer ao País uma legislação que possa atender à sua adequação.

Evidentemente, nós precisaremos ter muito equilíbrio, precisamos ter muito tato, mas isso não implica que não sejamos ousados em propor ao País uma legislação como podemos observar no Direito Comparado. Eu

também não quero submeter o País às regras de outras sociedades, mas quero crer que existem coisas que podem e dever ser observadas se isso representar para o nosso sistema de consumo ganhos para o conjunto.

De modo que agradeço muitíssimo a contribuição. Agradeço muito mesmo, de coração. São informações valiosíssimas que nós pudemos ter de todos os atores, das entidades que se fizeram representar nesta reunião. Isso vai ser muito valioso para a conclusão do meu relatório.

O procedimento que iremos adotar será o de, em algum momento, submeter o nosso relatório ao site do Senado, para que ficar sob consulta pública e para que, nessa fase final, possamos receber contribuições e sugestões, até porque o nosso papel aqui é o de representante da população, representante de mandatos que não são propriedade particular de nenhum de nós.

Então vamos submeter o nosso relatório para que as entidades e as organizações não governamentais, para que o governo, o Poder Executivo, enfim, para que todos que estão comprometidos com o tema do consumo no Brasil, vis-à-vis essas novas variáveis, possam observar e dar as suas contribuições.

De modo que agradeço muito, do fundo do meu coração, a vinda de V. Sãs para nos ajudar nesse trabalho que julgamos muito importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Em nome do Presidente Rodrigo Rollemberg e do Senador Ricardo Ferraço, Relator desta Comissão Temporária criada com o objetivo de fazer a alteração no Código de Defesa do Consumidor após 23 anos – e aqui eu abro um parêntese para elogiar a escolha desse Relator, que é uma pessoa equilibrada, de muito bom senso. A escolha foi realmente oportuna –, quero agradecer aos Srs. Alexandre Kruel Jobim, Edney Narchi, Maria Edna de Melo, Marcelo Gomes Sodré, Isabella Henriques, Aurélio Veiga Rios e Edgar Rebouças pela grande contribuição que os senhores nos prestaram hoje. Os senhores são o embasamento para que esta Comissão Temporária que tem como Relator Ricardo Ferraço possa produzir um relatório bastante equilibrado.

Tenho certeza... Tenho participado de algumas audiências, mas esta foi realmente muito importante. Esses dois temas jamais poderiam ficar excluídos dessa alteração no Código de Defesa do Consumidor.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e mais uma vez o nosso muito obrigado em nome do Senado.

Declaro encerrada a presente audiência pública.
– Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente.

(Iniciada às 11 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 13 horas e 29 minutos.)

“COMISSÃO MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO N° 2, DE 2013, DESTINADA A CONSOLIDAR A LEGISLAÇÃO FEDERAL E A REGULAMENTAR DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL”.

ATA DA 10ª REUNIÃO

Ata Circunstaciada da 10ª Reunião, realizada em 11 de julho de 2013, às 14 horas e 40 minutos, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, ocorrida sob a Presidência do Deputado Deputado Cândido Vaccarezza (PT/SP) e com a presença dos Senadores: Romero Jucá (PMDB/RR), Vital do Rêgo (PMDB/PB), Pedro Taques (PDT/MT), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) e Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP); e dos Deputados Edinho Araújo (PMDB/SP), Sérgio Zveiter (PSD/RJ) e Miro Teixeira (PDT/RJ). Deixou de comparecer o Senador: Jorge Viana (PT/AC); e os Deputados: Eduardo Barbosa (PSDB/MG) e Arnaldo Jardim (PPS/SP). Na ocasião foi aprovado Relatório Parcial sobre a regulamentação do disposto no inciso III do art. 221 da Constituição Federal, concluindo pela apresentação de um Projeto de Lei, foi, também, apresentada Minuta de Projeto de Lei de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que disciplina o direito de greve dos servidores públicos, previsto no inciso VII do art. 37 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Mista, criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Esclareço que, conforme convocação, a presente reunião destina-se à apresentação e discussão da proposta de regulamentação do disposto no inciso III, do art. 221, da Constituição Federal – regionalização da produção cultural, artística e jornalística.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sãs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu quero registrar o excelente trabalho feito pelo Deputado Sérgio Zveiter, que construiu uma proposta, conversou com os diversos setores, com os diversos segmentos. Participei, inclusive, de algumas reuniões, e pudemos construir, aqui, uma proposta que entendo que é uma proposta equilibrada, para termos a regulamentação de um dispositivo da Constituição que, até hoje, não foi regulamentado. Estamos regulamentando, aqui, os horários regionais e locais de programas de rádio e de televisão para todo o Brasil.

Então, temos aqui, no art. 1º, a definição da regionalização; no art. 2º, a definição do que é produção cultural, do que é produção de caráter regional, do que é produção de caráter local e também do que

representa um produtor independente regional. E, aqui, quero abrir um parêntesis, levantado, inclusive, pelo Deputado Miro Teixeira: recebi esta semana, junto com o Deputado Sérgio Zveiter, o Luiz Carlos Barreto e uma comitiva de produtores independentes, e discutimos bastante como reforçar a produção independente nesta questão, dentro das limitações que estamos criando. Porque, há um tempo, votamos a Lei do Audiovisual, votamos a Lei da TV a Cabo e criamos, efetivamente, um espaço para a produção independente no Brasil que foi muito importante para ampliar os mercados.

Agora, estamos criando, aqui, uma regra que vale para todo o Brasil, para as cidades pequenas e as cidades grandes – é claro! –, com percentuais diferentes. Mas estamos criando, aqui, uma definição do que vai ser produção local e quais os limites dessa produção local, limites mínimos – é claro que pode haver mais. Temos que levar em conta aqui as peculiaridades de cidades pequenas e médias, porque há, primeiro, no caso das televisões, uma grade muito exígua de abertura das redes, porque quem repete rede, na verdade, trabalha com um espaço bastante reduzido de espaço liberado pela rede, vamos dizer assim, para fazer programações regionais ou locais, e também do equilíbrio econômico-financeiro de pequenas rádios ou pequenas televisões de localidades pequenas que, em tese, não têm condição de arcar com produções independentes mais sofisticadas e tudo mais.

Então, conversei com o Barreto e pedi: “Barreto, queremos ajudar!” Já estou colocando aqui um dispositivo sobre que a produção independente adquirida conta o tempo dobrado para o atingimento da meta do horário da produção local e regional. Já é uma forma de fortalecermos a produção local. Mas precisamos levar em conta que essa legislação é para o Brasil todo, e pequenas emissoras, em tese, só vão ter condição de fazer um programa jornalístico, ou um programa policial, ou um pequeno programa de esporte.

Na verdade, o setor de rádio é mais fácil de fazer, porque as redes de rádio abrem mais espaço em cadeia, para que as rádios possam produzir espaço local, mas para a rede de televisão os espaços são muito limitados. Mas quero registrar – e o Deputado Miro fez aqui a sugestão – para que tenhamos, na Câmara ou no Senado, audiência pública com a Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão (ABPITV); o Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual do Rio de Janeiro (Sicav-RJ); o Sindicato de Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo (Siaf Siaesp); e a Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais (Apro). Então, estamos aqui registrando que, independentemente, da aprovação hoje desta matéria deve ocorrer o debate com esses setores, na Câmara

ou no Senado. Vai depender para onde seja remetida a matéria, mas estamos, efetivamente, registrando aqui e acatando a recomendação do Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pois não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Porque aí evita que eu me inscreva, pouparei a sua audição, que é o sentido mais sofrido do ser humano indefeso.

Mas penso que a nossa Comissão tem uma atribuição muito limitada.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Claro!

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Muito limitada. E, muitas vezes, chegam justas ponderações que não temos prerrogativa para acolher, mas, fora daqui e no ambiente da tramitação parlamentar do projeto, porque daqui quase que sai um anteprojeto que vai protocolado, vai à Comissão ou vai direto a plenário com o relator, dependendo da observação do momento da Casa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Claro!

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, o compromisso que me assegurou o Senador Romero Jucá, com a autoridade que tem no Senado, e o Deputado Vaccarezza, que tem na Câmara dos Deputados, é que haverá uma audiência pública. Porque, lá no ambiente da tramitação ordinária dos projetos, se houver alguma inovação, pode ser feito, claro! O que não podemos é fazer aqui – aqui não podemos, não temos a...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Deputado Miro, quero registrar que não fiz aqui nenhum acréscimo, porque eles não tinham ainda uma proposta colocada. Se tivessem apresentado, eu até teria incluído aqui, se fosse razoável. Mas, na verdade, não tinham ainda.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É isso, mas não veio da sociedade.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não veio a proposta, não veio.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O que pode, e deve, e tem é que ser feito. E pela palavra empenhada, constará em ata, sairá daqui juntamente...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A recomendação no encaminhamento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Juntamente com o projeto, sairá daqui um ofício, em nome da Comissão, ao Presidente da Casa à qual o projeto for encaminhado – não sei se está na vez da Câmara, acho que desta vez é a do Senado, não é? É a do Senado. E o Senador Aloysio Nunes ouviu essa nossa conversa também. Penso que essa recomendação, por ofício,

vai garantir a audiência pública antes da votação, mesmo que a matéria vá direto a plenário. É isso, não é?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É isso, é isso.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E assim constará de ata.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Constará na ata.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Exatamente. E, só para concluir, o art. 3º fixa a programação mínima de horários de tempo regional e local por localidade. Localidade até 500 mil habitantes um tipo de tempo, de 500 a 1 milhão outro tipo de tempo, localidade de 1 milhão a 5 milhões outro tipo de tempo e localidade de 5 milhões a mais de 5 milhões mais um tipo de tempo. Estamos colocando também o mínimo de 5% de recursos do Fundo Nacional de Cultura, destinados à regionalização da produção cultural e artística e jornalística para rádio e televisão. Estamos colocando aqui que o infrator terá penalidades se não cumprir, efetivamente, esse período e que essa lei entra em vigor na data da publicação – temos uma graduação para o cumprimento, o atingimento dessas metas de três anos e de cinco anos.

Portanto, o parecer é pela aprovação, louvando novamente, como registrei, o trabalho do Deputado Sérgio Zveiter, que fez um trabalho primoroso no sentido de articular, inclusive, com os setores uma proposta que fosse condizente e compatível com a realidade brasileira. Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Obrigado, Relator Jucá.

Chegou um pedido, Deputado Miro – não sei se é da assessoria de V. Exª –, para incluir mais a FNDC. É isso?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu não sei não, mas eu apoio. Ampliar pode; não pode tirar.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – FNDC.

No ofício que encaminhamos ao Senador Renan, que é o Presidente do Congresso, nós faremos a recomendação dessas audiências.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo ninguém inscrito, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado, com todas as recomendações do Deputado Miro Teixeira.

Antes de encerrar a reunião...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A partir do momento em que a Comissão aprova a recomendação, ela passa a ser recomendação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Muito bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Impositiva.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – A partir da proposta do Deputado Miro Teixeira.

Antes de encerrar a reunião, coloco em votação a Ata da 9ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura da mesma.

Srs. Deputados e Senadores que concordam com a Ata da 9ª Reunião permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A Ata está aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, está encerrada a reunião.

Convocarei a próxima, somente no mês de agosto, porque, na próxima semana, nós vamos discutir o orçamento, a LDO, e não sabemos se teremos tempo hábil. Assim, dá-se um tempo maior para a discussão do Senador Romero Jucá sobre o tema terrorismo. Então, até o próximo semestre! – Deputado **Cândido Vaccarezza**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 54 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO

Ata Circunstaciada da 11ª Reunião, realizada em 19 de setembro de 2013, às 14 horas e 37 minutos, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, ocorrida sob a Presidência do Deputado Cândido Vaccarezza (PT/SP) e com a presença dos Senadores: Romero Jucá (PMDB/RR), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) e Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP). Esteve presente, ainda, o Deputado não membro Walter Feldman (PSDB/SP). Deixaram de comparecer os Senadores: Vital do Rêgo (PMDB/PB); Jorge Viana (PT/AC) e Pedro Taques (PDT/MT) e os Deputados: Edinho Araújo (PMDB/SP), Eduardo Barbosa (PSDB/MG), Sérgio Zveiter (PSD/RJ), Arnaldo Jardim (PPS/SP) e Miro Teixeira (PDT/RJ). Na ocasião, foi debatida a Minuta do Projeto de Lei, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que disciplina o direito de greve dos servidores públicos, previsto no inciso VII do art. 37 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, desti-

nada a consolidar legislação federal e a regulamentar os dispositivos da Constituição.

Nós tínhamos originalmente convocado esta reunião para votar o §6º do art. 231 da Constituição, que trata da demarcação de terras indígenas, e o projeto de regulamentação do inciso VII do art. 37 da Constituição, que dispõe sobre o direito de greve dos servidores públicos.

A pedido do Senador Jorge Viana e do Líder do PT, Wellington Dias, porque o Senador Jorge Viana teve um problema hoje e não vai poder vir à reunião, mas ele gostaria de participar do debate sobre as terras indígenas, eu consultei o Relator Romero Jucá, e decidimos retirar a matéria de pauta. Então, esse ponto nós vamos colocar na pauta da próxima reunião.

A ideia hoje é fazer um debate sobre o inciso VII do art. 37 da Constituição, que dispõe sobre o direito de greve dos servidores.

Nós estamos com um problema, Senador Aloysio, que é o seguinte: como passamos algumas semanas sem nos reunir, vários Deputados e Senadores assumiram um compromisso na quinta à tarde, quando de hábito nos reunímos, mas já se comprometeram a, na próxima quinta, estar aqui. Mesmo assim, se V. Ex^a concordar, eu queria que fizéssemos a apresentação para registrá-la em ata, nos Anais, e nós já cumprimos esse debate.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP. Fora do microfone.) – Poderei fazer outra observação que me ocorrer na hora em que...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Nós cumprimos essa fase. Depois, o Senador Romero Jucá preparará o relatório, e, na próxima reunião, poderemos votar, se o Relator terminar o relatório sobre o direito de greve.

Antes, porém, o Deputado Walter Feldman, que está fazendo um trabalho na Câmara com um grupo parlamentar para a regulamentação do terrorismo – ele está coordenando esse grupo junto com o Deputado Nelson Pellegrino e outros –, pediu para fazer uma exposição e para elaborar uma agenda especial com o Relator Romero Jucá e comigo. Sem consultar o Jucá, eu já havia assumido que faríamos a agenda, mas eu queria passar a palavra, Jucá, antes de você falar, ao Walter, para fazer a sua exposição. Depois, nós iniciamos.

O SR. WALTER FELDMAN (PSDB – SP) – Bom, primeiro, eu quero agradecer o convite do Deputado Vaccarezza, velho amigo de Parlamento e de profissão – nós dois afastados das atividades médicas. Não é uma exposição, Senador Jucá; é apenas um registro.

Nós estamos realizando, neste momento, um seminário internacional sobre terrorismo, muito bem-

-articulado pelo Deputado Nelson Pellegrino, através da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão Mista de Inteligência, que o Deputado Pellegrino também preside.

Nós trouxemos representantes, especialistas, figuras exponenciais do debate, da elaboração e da análise da questão do terrorismo internacional. Contamos com representantes do Chile, do Kuwait, dos Estados Unidos, da Argentina, da Espanha, e com especialistas brasileiros. A abertura foi com representantes dos Ministérios da Defesa, das Relações Exteriores e da Justiça, além da Abin e da Polícia Federal.

E nós queremos, com esse seminário, Senador Jucá, dar uma contribuição e subsídios com a experiência internacional. Sei que V. Ex^a praticamente já elaborou e encaminhou o relatório final. A nossa sugestão é trazer esses subsídios e eventualmente incorporá-los àquilo a que V. Ex^a já se dedicou na sua análise, no seu estudo, no seu parecer, para ver se, antes da apresentação final, nós podemos acrescentar algum outro elemento em relação ao relatório, que sei que brilhantemente V. Ex^a já elaborou.

É mais ou menos isso. Eu sugeriria ao Deputado Vaccarezza que fizéssemos, na semana, uma reunião com aqueles Deputados e Senadores que também apresentaram os seus projetos, para ver a contribuição final que poderemos apresentar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP. Fora do microfone.) – Pedro Taques é o Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Bom, eu gostaria de saudar o Presidente Vaccarezza, o Senador Aloysio, o Deputado Walter Feldman e registrar, primeiramente, que começamos a trabalhar na proposta que regulamenta, tipifica, o crime de terrorismo e que – conheço o projeto de V. Ex^a e o levei em conta também – fizemos uma primeira consolidação, vamos chamar assim, dos trabalhos apresentados por diversos Parlamentares, e estamos na fase, agora, de receber contribuições de segmentos. Nós encaminhamos para a OAB e diversos segmentos, assim como para o Governo.

Tive uma reunião no Ministério da Defesa, na Casa Civil e no Ministério da Justiça, solicitando que efetivamente o Governo pudesse encaminhar algum tipo de contribuição, se assim o entender.

Estou à disposição. Quando for conveniente por parte do grupo na próxima semana, ou na semana seguinte. É só verificar o horário, agendá-lo, e faremos a reunião com o maior prazer.

Quero registrar que estamos abertos. O relatório não está pronto ainda. Consolidamos e disponibilizamos essa proposta exatamente para ser um roteiro

de discussão. É assim que estamos procurando fazer para agregar o máximo de informações e contribuições possíveis. Sabemos que é uma matéria nova e urgente. Precisamos da sua regulamentação o mais rápido possível, mas estou à disposição de V. Ex^a e da equipe que V. Ex^a entender de convocar, a fim de que possamos discutir e receber as contribuições necessárias.

Elas serão muito bem-vindas. Estou à disposição, assim como o Presidente Vaccarezza. O Presidente não me consultou, porque ele fala por mim...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Fora do microfone) – E por mim também.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – E pelo Senador Aloysio Nunes também. Já é um Presidente respaldado por todos.

Então, fica a critério de V. Ex^a, Senador Walter Feldman, só avisar a data e o horário, que estaremos à disposição.

O SR. WALTER FELDMAN (PSDB – SP) – Só queria acrescentar, Deputado Vaccarezza, que é realmente impressionante. Quando V. Ex^a deixou a Liderança do Governo, assumiu funções mais importantes. E a nossa Câmara Federal é insuficiente para abrigar o trabalho de agregação que V. Ex^a tem realizado.

Acrescento, Senador Romero Jucá, realmente, que a totalidade dos participantes do nosso seminário que está sendo realizado agora concorda com a ideia de que o Brasil precisa ter uma legislação específica sobre o tema e, se possível, construí-la, aprová-la e sancioná-la antes do evento Copa do Mundo.

O Brasil ficaria omissos se não tivesse algo a respeito. Fico muito impressionado com a participação, a presença e o empenho, particularmente do Ministério das Relações Exteriores, Justiça, Defesa Nacional, da Polícia Federal e de todos os órgãos, hoje, abrigados numa estrutura de inteligência que o Brasil está criando.

Acho que chegou a hora. Como disse o Victor Hugo, nada segura aquilo quando seu momento chegou. Chegou a hora de termos uma legislação específica sobre isso.

Agradeço muito o seu empenho e a sua abertura. Obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, quanto à questão colocada por V. Ex^a da pauta, quero fazer dois registros.

Primeiro, quero dizer que nós estamos com um relatório preliminar pronto no que diz respeito à regulamentação do art. 6º, que trata da demarcação, para definir o que é interesse público nacional no item da demarcação, aquilo que pode ser ressalvado como interesse público, mas, como disse V. Ex^a, por solicitação do Senador Jorge Viana, não vamos ler o relatório; va-

mos disponibilizá-lo para que todos possam conhecê-lo e, de repente, apresentar qualquer tipo de sugestão.

Na próxima reunião, nós o disponibilizaremos. A ideia é a de que, em disponibilizando o relatório e fazendo sua discussão, poder, se for o caso necessário, conceder até vista. Quer dizer, a ideia é na mesma linha que estamos trabalhando aqui: tentar colaborar e ter efetivamente o máximo de contribuições possíveis, para que possamos melhorar o texto.

É um assunto importante. Temos de regulamentar essa matéria. Na verdade, temos de definir o que é interesse público da União, nos casos de demarcação de terras indígenas. Existem pontos de conflitos que precisam ser resolvidos, mas, então, fica desta forma: eu o disponibilizarei hoje para todos que tenham interesse, mas, na verdade, oficialmente, o relatório não fica entregue ainda.

Isso quer dizer que as contribuições que possam ser encaminhadas serão bem-vindas, analisadas, e poderão, inclusive, ser acrescidas ao relatório já até a próxima reunião.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Já. Já.

Quanto à questão da regulamentação do inciso VII do art. 37 da Constituição, Sr. Presidente, quero registrar que o meu trabalho aqui, como Relator, é muito mais de fazer uma consolidação do excelente projeto apresentado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, um projeto extremamente pertinente e equilibrado, que leva em conta o interesse público e também o direito da movimentação e da questão da greve no serviço público.

O Senador Pedro Taques fez algumas sugestões que também estão sendo ponderadas e acatadas neste relatório. Na verdade, a proposta não é do Senador Pedro Taques, não é do Senador Aloysio; é um híbrido. Nós analisamos outros projetos também, mas, nos outros projetos, entendemos que as colocações neles contidas já estavam muito bem definidas pela linguagem e pela proposta técnica do Senador Aloysio Nunes.

Então, não vamos entregar o relatório, mas, da mesma forma como estamos procedendo, vamos hoje disponibilizá-lo e iniciar a discussão, registrando que estamos mandando esse texto para todas as centrais sindicais, todos os sindicatos de servidores públicos, para a OAB e todos aqueles setores interessados nessa questão, exatamente para fazermos a coleta de contribuições e a discussão, com a finalidade de efetivamente processarmos essa situação.

É claro que haverá contraditório – o Senador Aloysio Nunes está dizendo que agora irá começar a “pauleira”. Nós vamos receber com toda a atenção, com todo o respeito, todas as posições, mesmo divergen-

tes, porque entendemos que é do contraditório e do debate que se evolui, para se buscar uma legislação importante para a sociedade brasileira.

Temos de disciplinar a situação de greve no serviço público. Ela não pode continuar da forma como o é hoje: ao sabor de cada decisão judicial, porque não há um formato. O Senador Aloysio Nunes foi muito feliz quando apresentou aqui os pontos.

Não sei se o Senador quer fazer a apresentação, e poderíamos ir comentando, ou se faço a apresentação. Como ele é o autor do projeto, repasso a palavra ao Senador Aloysio a condução desse procedimento e farei comentários adicionais.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Queria somente fazer uma consulta ao Relator, como não combinamos antes, e ao Senador Aloysio. Como este é um tema polêmico, talvez fosse o caso de já abrirmos a discussão, mesmo com quórum baixo – deixar a discussão aberta –, dando assim um passo, porque ninguém pediu para que não fosse aberta a discussão.

Então, o relatório já está pronto e disponibilizado?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não. O relatório não está pronto. Estou disponibilizando um texto.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Ah, sim. Pensei que já estivesse pronto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – O relatório que está pronto é o da questão da demarcação. Quanto ao relatório da regulamentação do direito de greve, eu não gostaria de fazê-lo sem ouvir a posição dos sindicatos, das centrais sindicais e também do próprio Governo.

Acho que são muitos atores nessa questão. Sabemos que vai haver discussão, vai haver o contraditório, mas eu diria que assino essa proposta de minuta, pela competência com que o Senador Aloysio apresentou o projeto, e o Senador Pedro Taques apresentou as contribuições também.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Muito bem. Então, está claro. Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes.

É importante que o Senador faça a apresentação, porque nós já estamos ao vivo pela TV Senado, e vai estar disponibilizado pela Internet. Então, o debate sobre este tema na Comissão já começou, mesmo que o relatório não esteja ainda pronto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pois não. Perfeito. Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Em primeiro lugar, quero agradecer imensamente as palavras do Senador Romero Jucá, que goza da admiração unânime do Senado, pela competência e

seriedade com que enfrenta as questões submetidas à sua diligência. Como Relator-geral da nossa Comissão, é a garantia de termos um trabalho célere e bem feito.

Então, muito obrigado pelo seu comentário a respeito do meu trabalho, meu caro Senador Jucá.

Realmente, Presidente Vaccarezza, é uma matéria altamente controvertida. Nós vamos ter muita polêmica.

Eu comentava com V. Ex^a, ainda há pouco, antes da abertura dos nossos trabalhos, que todas as matérias encaminhadas à nossa Comissão são polêmicas e controvertidas. E polêmicas mesmo! Por quê? Porque se trata de regulamentar artigos da Constituição Federal, que estão à espera de uma regulamentação há 25 anos. Se não foram regulamentados é porque são espinhosos; envolvem conflitos e dificuldade de formulação jurídica.

E este é um exemplo: a disciplina do exercício do direito de greve dos servidores públicos, que está previsto na Constituição, na forma da lei, só que esta lei não existe, até agora.

É de se notar que, no ano seguinte à promulgação da Constituição de 1988, já foi editada a lei que disciplina o exercício do direito de greve entre os trabalhadores da iniciativa privada, mas, para os servidores públicos, até agora, não foi possível disciplinar.

Observo também que o Brasil firmou, já no fim da década de 70, a Convenção 151, da OIT, que trata de mecanismos de negociação entre governo e servidores. Os países signatários se comprometem a estabelecer mecanismos de negociação, de reconhecimento de direito de greve, de direito e organização sindical e dá alguns princípios de negociação em caso de conflito trabalhista.

E essa convenção atravessou o fim do período militar, atravessou os governos democráticos. Só agora, muito recentemente, depois que o Congresso a ratificou, há coisa de cinco anos, é que foi expedido um decreto integrador das normas da convenção à legislação nacional. Então, veja que realmente é uma questão controvertida.

A primeira parte do projeto que apresentei, Sr. Presidente, basicamente trata de algumas definições preliminares, qual é a abrangência do projeto, e eu já tenho uma primeira observação que gostaria de fazer ao Relator, para que ele possa registrá-la – não peço a resposta agora.

É que, na conceituação do direito de greve, o projeto que apresentei diz o seguinte: "Considera-se exercício de direito de greve a paralisação coletiva total ou parcial da prestação de serviços públicos".

Já a minuta apresentada pelo Senador Jucá trata apenas da greve parcial.

Eu acho que, em alguns casos, existe a greve total, e é exatamente nessas circunstâncias que a lei precisa prever, enfim, mecanismos adequados para assegurar a continuidade da prestação do serviço público.

Então, a primeira parte trata de quórum de deliberação, competência das entidades sindicais, definição de quais são as categorias abrangidas por esse projeto, pela disciplina dos que são passíveis de fazer greve, etc.

O Capítulo II me parece muito importante, porque exatamente trata de mecanismos que poderão evitar a deflagração da greve. Aí, essa parte é diretamente inspirada na Convenção 151.

E V. Ex^a retoma, no meu art. 6º, dizendo que “serão obedecidos, no que couber, os preceitos da Convenção ao 151 da OIT”. Trata-se de estabelecer mecanismos de negociação, formais, para que os servidores não sejam levados a essa medida extrema, que é a convocação da greve.

Faço uma observação, também para o seu registro, meu caro Senador Romero Jucá, que, no meu texto, proponho a possibilidade de a controvérsia ser submetida a mecanismos alternativos de solução de conflitos, como arbitragem, por exemplo. Seria uma forma de desjudicializar o conflito trabalhista. São mecanismos típicos do Direito do Trabalho.

Evidentemente, tem de haver consenso entre as duas partes. Só são submetidos a arbitragem assuntos em que houver consenso entre as duas partes, para que se possa apelar para esses mecanismos.

Outra observação diz respeito, meu caro Senador Jucá, a uma questão delicada: está no projeto, no seu art. 11, §1º: “Admite-se o pagamento da remuneração bem como seu cômputo como efetivo exercício caso haja acordo que preveja compensação de dias não trabalhados.” Nesse caso, eu tenho uma observação que é mais um pormenor, e eu faria depois a V. Ex^a. Estou prevendo que essa consideração como dia trabalhado tenha de constar do termo firmado no processo, na negociação que pôs termo à greve. Tem de ser expressamente mencionada.

Senador Jucá, eu prevejo, e V. Ex^a também, a possibilidade da contratação de trabalhadores temporários. Mas é preciso...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Quando há o descumprimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Quando há o descumprimento exatamente, perfeitamente. Só que existe a necessidade de se alterar, dentro desse mesmo projeto de lei, a lei específica que trata do trabalho temporário para prever essa possibilidade.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – O contrato de trabalho temporário no setor público tem uma série de pré-requisitos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Exatamente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – E isso engessaria a contratação. Como o caso de greve é de urgência...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É necessário que se altere a lei, não é?

São as observações que eu faço num primeiro exame do seu, como sempre, excelente trabalho, meu caro Senador Jucá. Claro que, mais adiante, quando tivermos conhecimento do seu texto definitivo, poderei fazer outras observações. Mas, desde logo, quero dizer que temos um excelente ponto de partida, graças ao seu trabalho, para resolver essa questão, que é de interesse da Administração, é do interesse do público e é de interesse também dos servidores, porque a ausência de regras e garantias, inclusive, como essas que estão previstas no meu projeto e no seu texto, permite arbitrariedade, permite a dispensa desmotivada, permite o tratamento discricionário de determinadas categorias, de modo que é uma garantia também ao servidor, na medida em que preserva esses direitos e que abre a porta para a negociação que, se bem-sucedida, evitaria a deflagração da greve.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu agradeço as palavras do Senador Aloysio Nunes e quero dizer que as colocações de S. Ex^a já foram registradas.

Na questão do art. 2º...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Senador, existe uma certa flutuação terminológica. Ora V. Ex^a se refere a tratativas entre funcionários, servidores e governo e ora a negociação coletiva. Até entendo por que V. Ex^a fala em tratativas: porque já existem determinadas decisões em que não se admite negociação coletiva. Mas acho que é preciso escolher entre uma coisa ou outra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Ajustar uma terminologia. Faremos isso, Senador Aloysio.

Quero só fazer pequenos comentários. No art. 2º, na verdade, terminei dizendo: “Considera-se exercício do direito de greve a paralisação parcial”. Não coloquei total porque nós estamos explicitando a quantidade mínima e o plano de contingência de funcionamento para que ocorra a greve. Então, na verdade, em tese, nós não teremos uma paralisação total,

porque, para haver o acordo, terá de haver um mínimo de funcionamento. Então, foi mais uma questão de terminologia, porque poderia haver conflito. Quer dizer, se no art. 2º a gente diz que a paralisação pode ser total e, lá na frente, eu estou dizendo que não se pode parar totalmente – é preciso ter 50% funcionando, tem que ter um plano de contingência – em tese poderiam dizer: “Não, mas a gente pode parar totalmente porque está aqui no art. 2º”. Isso poderia gerar uma demanda.

Preferi, então, colocar os pré-requisitos que foram colocados por V. Exª e efetivamente criar todos esses procedimentos.

Faço comentários rápidos.

É importante dizer que o projeto de V. Exª prevê a instalação da mesa de negociação e uma série de procedimentos, para que efetivamente se possa fazer a negociação.

O capítulo 3º, da greve, coloca os pré-requisitos para a deflagração da greve: o primeiro deles é a comunicação à autoridade superior com prazo; a questão da apresentação de um plano de continuidade dos serviços públicos ou atividades estatais; portanto, a população não vai sofrer; uma informação à população sobre a paralisação – um esclarecimento ao público é amplamente necessário; a apresentação de alternativas de atendimento ao público, também visando ao bem-estar da sociedade. Coloco aqui que a greve deflagrada sem o atendimento dos requisitos previstos é considerada ilegal e, portanto, cria procedimentos que devem ser seguidos.

O art. 9º assegura direitos aos grevistas. Também, do mesmo modo que está assegurando direitos e obrigações, protegendo a sociedade, V. Exª coloca aqui questões importantes que são direitos do grevista.

Definem-se, no art. 15, os serviços públicos considerados essenciais, porque eles deverão ter um nível maior de atendimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Um nível maior de continuidade.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – E aqui eu quero registrar alguns itens colocados: assistência médica, hospitalar e ambulatorial fundamental – não podemos deixar a população sem atendimento; serviço de distribuição de medicamentos na questão da saúde; serviços vinculados ao pagamento de benefícios previdenciários – não podemos deixar, por conta de uma greve, os aposentados sem receber o seu salário; o tratamento e o abastecimento de água, questão vital; a captação e o tratamento do esgoto e do lixo; a vigilância sanitária; a guarda de substâncias radioativas; a segurança pública; a defesa civil; o transporte coletivo; as telecomunicações; defensoria pública; serviços vinculados ao processo legislativo.

V. Exª coloca bem, no art. 1º, parágrafo único, quem não é considerado servidor público para efeitos dessas leis: senadores, deputados federais, deputados estaduais. Nós não poderemos fazer greve, na verdade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Em alguns casos até seria bom.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Mas aqui está: membros, secretários municipais e tudo mais.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – São agentes políticos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Agentes políticos, exatamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Titulares de poder.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Também o processamento de dados ligados a serviços essenciais, e eu coloquei um dado a mais, que é a operação do sistema financeiro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Muito bem lembrado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Exatamente porque nós não podemos ter, amanhã, uma greve total no Banco Central e, de repente, não poderemos fazer a compensação, não termos todo o funcionamento do sistema financeiro. Isso geraria também um...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Perfeito, muito bem lembrado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ... problema sem precedentes.

Define como a greve cessará.

Na apreciação da greve pelo Poder Judiciário, V. Exª também coloca muito bem aqui os passos que deverão ser seguidos e as disposições finais, colocando no art. 31 que é vedada a greve aos membros das Forças Armadas, aos integrantes das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Portanto, uma coisa que é...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Que é decorrência do caráter da própria conceituação de polícia militar e de bombeiro militar na Constituição.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Exatamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoría/PSDB – SP) – Eles são militares, sujeitos ao princípio da hierarquia e da disciplina.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Exatamente. Então, isso está previsto também.

Portanto, eu diria, Senador Aloysio, que V. Exª está de parabéns pelo trabalho realizado, que foi a base desse encaminhamento que nós estamos fazendo.

Agora, vamos aguardar. A gente sabe que isso não se vai resolver em uma reunião só, porque é importante a contribuição dos sindicatos. A gente sabe que haverá contestação das centrais sindicais, do próprio Governo, que é interessado, e dos governos estaduais. Estamos mandando também aos governadores estaduais e aos prefeitos; estamos disponibilizando à Associação dos Prefeitos e aos governos estaduais essa minuta, para também recebermos colaboração.

Acho que essa é uma lei do Brasil, da sociedade brasileira e do sistema público brasileiro. Acho que é uma lei que precisa ser realmente discutida, e a gente espera receber rapidamente essas contribuições para que a gente possa trabalhar.

São esses os comentários que eu gostaria de fazer, Presidente Vaccarezza, além de dizer que estamos à disposição de todas as instituições, de todas as entidades que quiserem entrar em contato. Nós trataremos pessoalmente de receber todas as questões que forem encaminhadas.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Senador Romero, queria só pedir a V. Ex^a, se fosse possível, para, na semana que vem, seguirmos o mesmo processo que fizemos na regulamentação do trabalho doméstico para acelerarmos a votação desse tema, porque...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Deputado Vaccarezza, eu queria fazer uma ponderação. Na próxima quinta-feira, eu estarei nos Estados Unidos representando o Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Não. Na outra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Então, eu queria pedir que fosse na outra, até porque seria uma semana e meia que teríamos para receber as contribuições. Então, este seria um tempo apropriado.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Eu me referia mais ao processo do que à data da quinta-feira, porque, em relação a esse tema, a sensação que eu tenho é a seguinte: se nós não acelerarmos ou se permitirmos a ideologização do debate, corremos o risco de ter travada a discussão. Então, a minha ideia seria a seguinte: mesmo com a viagem de V. Ex^a – nós não vamos fazer a reunião na quinta –, que a gente pudesse em duas semanas concluir essas consultas. V. Ex^a, além da capacidade, da competência e da rapidez já comprovadas, está com a ideia na cabeça. Acho que V. Ex^a deveria agendar; e nós irmos, se o Senador Aloysio nos acompanhar...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu me comprometo, daqui a 15 dias, a apresentar o relatório. Se as contribuições vierem, serão

bem-vindas e serão tratadas. Eu diria que, pelo excelente trabalho feito pelo Senador Aloysio Nunes, estou muito convencido de que essa é a espinha central do projeto. É claro que, em nome do processo democrático, em nome da diversidade, das questões controversas, vamos abrir para ouvir todos, mas não precisar me convencer, porque eu estou convencido de que esse é um caminho equilibrado, uma vertente importante.

Eu me comprometo, daqui a 15 dias, a apresentar para a Comissão o parecer com o relatório. A partir disso, ele será emendado aqui na discussão ou, depois, nos plenários da Câmara e do Senado, porque o Regimento prevê que, a qualquer momento, pode ser emendado nos plenários. Então, nós vamos tratar dessa questão com celeridade.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – E seria importante nós conversarmos também no Judiciário. Eu dei uma lida agora, e a ideia que eu tenho, Senador Jucá, é de que o caso de juiz de Direito deve ser tratado da mesma forma como deputado ou vereador, porque a greve para o juiz é diferente da do Judiciário; no seu âmbito de poder, ele é chefe do Poder. Ele não é chefe do Poder, mas é representante do Poder. Então, essa foi uma questão que eu não vi.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – É. Não está. O juiz não está excepcionalizado na questão dos entes políticos; o projeto excepcionou entes políticos.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Mas, no caso, temos de ver os Poderes. Por exemplo, não tem sentido um prefeito fazer greve; não tem sentido...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não. O prefeito já está excepcionalizado.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Eu sei. Estou só fazendo a comparação: juiz fazer greve também eu acho que não tem sentido...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Mas está aqui: membros do Poder Judiciário e do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – É, mas é diferente. Membros do Ministério Público podem até fazer greve. Agora, eu estou tratando de não membros do Poder Judiciário; estou tratando de juiz de Direito...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – A gente está colocando “não são considerados servidores públicos para efeito da greve”. Então, eles não poderão fazer greve.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Mas “membros do Poder Judiciário” pode ser mais amplo; o corpo do Judiciário não é membro do Poder, mas é ...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – O funcionário, o escrevente não é membro do Poder.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não é membro do Poder. Membros do Poder são juiz, desembargador...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Juiz, desembargador e ministros não podem fazer greve.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Mas já estão aqui, já estão na lei; estão na proposta.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Então, vamos convocar a próxima reunião de hoje a quinze...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Para discutir o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

Antes, porém, convoco reunião para o dia 03 de outubro. Vamos definir a sala e, depois, divulgo para V. Exês. Provavelmente será nesta sala.

Está encerrada a reunião. – Deputado **Cândido Vaccarezza**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 13 minutos.)

Edição de hoje: 106 páginas
(OS: 16780/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

